

# COLEÇÃO RECONTAR

ANTÔNIO GOMES DE FREITAS

## **INHAMIUNS** (TERRA E HOMENS)



EDITORA HENRIQUETA GALENO  
FORTALEZA - 1972



**Mandacaru**  
Editora e Distribuidora

# COLEÇÃO RECONTAR

## **INHAMUNS (TERRA E HOMENS)**

**EDIÇÃO  
FAC-SIMILAR**



**Mandacaru**  
Editora e Distribuidora

Fortaleza  
2008

**Coleção Recontar - Inhamuns (Terra e Homens)**

@2008 Copyright by Antônio Gomes de Freitas

Impresso no Brasil / Printed in Brazil

**TODOS OS DIREITOS RESERVADOS**

Editora e Distribuidora Mandacaru

Tauá - Ceará - Brasil

Tel. (085) 8897.4099 / 8615.0754

Internet: [www.editoraedistribuidoramandacaru.com.br](http://www.editoraedistribuidoramandacaru.com.br)

e-mail: [editoraedistribuidoramandacaru@hotmail.com](mailto:editoraedistribuidoramandacaru@hotmail.com)

Projeto editorial e Gráfico

Luiz Falcão

Revisão de Original

Editora Mandacaru

Capa

Eugênio Menezes e Luiz Falcão

Foto de Capa

Livro Inhamuns (Terra e Homens)

Escaneamento de Texto Original

Valdiano Araújo Macedo

Ficha catalográfica

*Biblioteca Perpétua Socorro Tavares Guimarães - CRB 3 801/98*

F936 I Freitas, Antônio Gomes de  
Inhamuns (Terra e Homens) / Antônio Gomes de Freitas.  
- Tauá: Editora Mandacaru, 2008.

216 p.: il.  
(Obra fac-simile)

1. Memória I. Título

CDD: 91

## Apresentação

ANTÔNIO GOMES DE FREITAS

Escreve o grande português José Saramago "Somos a memória que temos e a responsabilidade que assumimos. Sem memória não existimos e sem responsabilidade talvez não devamos existir". Esta assertiva retrata o que, conduziu Antônio Gomes de Freitas, familiarmente chamado de Lisboa, ao produzir este compêndio – Inhamuns - Terra e Homens, haver assegurado pela responsabilidade com que assumiu o registro da memória dos Inhamuns sua existência, na História, tanto que sua primeira edição em 1972, pela Editora, Henriqueta Galeno compôs as comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil.

Hoje, vem a lume novamente, em sua íntegra 216 páginas em edição fac-similar, onde se concentram as memórias e a realidade da região, desde os primórdios de sua existência pré-história até 15 de novembro de 1970, fruto de exaustivas pesquisas documentais e da memória oral, como iniciativa da Academia Tauaense de Letras e da Fundação Bernardo Feitosa e realização da Editora Mandacaru.

Este livro trata, de maneira, isenta de preconceitos ou favorecimentos, da situação geográfica, da paisagem, do patrimônio material e imaterial, de fatos e personalidades, da formação socioeconômica, política e religiosa, de seu potencial de desenvolvimento etc, o que nos possibilita traçar o perfil de seu autor-cidadão e intelectual probos, e que hoje honra a Academia Tauaense de Letras como patrono da cadeira número 07.

As jóias de metais e pedras preciosas exigem um intrincado sistema de segurança que assegure o distanciamento dos olhares e a impossibilidade de manuseio dos interessados, o livro, jóia de valor incomensurável é o oposto exige proximidade dos olhares e de manuseio para exercer seu poder, e aqui temos Inhamuns - Terra e Homens, ávido pelo contacto dos interessados.

FOZ DE IGUAÇUAS - 1977

Maria Dolores de Andrade Feitosa  
Membro da ATL Cadeira nº. 6

ANTÔNIO GOMES DE FREITAS

do INSTITUTO DO CEARÁ

**ANTÔNIO GOMES DE FREITAS**

# **INHAMUNS**

**(TERRA E HOMENS)**



**EDITORA HENRIQUETA GALENO**

**FORTALEZA - 1972**

Fortaleza-Ceará

1973

ANTÔNIO GOMES DE FREITAS  
do INSTITUTO DO CEARÁ

DEDICATORIA

Este trabalho, ainda que modesto, é dedicado à memória de minha mãe, Dona Maria Francisca Gomes de Freitas, à quem devo o pouco que sou, e como prêmio de gratidão prestado ao meu inolvidável e amado pai, Domingos Gomes de Freitas, pelo muito afeto e grande amizade que sempre me dedicou com

# INHAMUNS

(TERRA E HOMENS)

Editora Henriqueta Galeno  
Fortaleza-Ceará  
1972

## DEDICATÓRIA

*Este trabalho, ainda que modesto, eu o dedico à memória de minha mãe, Dona Maria Francisca Gomes de Freitas, a quem devo o pouco que sou, e como preito de comovida gratidão ao meu inolvidável e saudoso pai, Domingos Gomes de Freitas, pelo muito afeto e grande amizade que sempre me dedicou, com o que tanto encantou os dias de minha vida.*

DEDICATORIA

A memória dos meus inesquecíveis irmãos ANA,  
FREITINHAS, DOMINGAS e JUVÊNCIO.



## PREFÁCIO

Balizados ao oeste pelos azuis da Ibiapaba, os sertões de Crateús estendem-se de norte a sul, até as fraldas da serra da Joaninha, onde terminam na divisão das águas de duas grandes bacias coletoras — as dos rios Poti e Jaguaribe.

De formação arenítica, como a cordilheira da Ibiapaba, da qual se destaca num espigão de terras sêcas projetante para o nordeste, a serra da Joaninha, inicialmente de pequena extensão e média altitude que lhe suavisa os aclives, prolonga-se, entretanto, após breve sulco de erosão milenar, pelo têsso da pequena serra das Guaribas, avançando mais além, com ligeiros esmagamentos, até alcançar as escarpas eriçadas da serra de Santa Rita, onde termina. Forma, assim, na extensão pouco seccionada do seu traço longitudinal, uma longa muralha que não é apenas um divisor de águas, porque marca, igualmente, a diferenciação morfológica entre duas regiões que se defrontam — o solo irregular dos sertões de Crateús e a planura suavemente ondulada do altiplano dos Inhamuns.

Ainda que, no conjunto, a paisagem das duas regiões não acuse transições muito variáveis, sobretudo no seu aspecto florístico — as suas condições mesológicas se antagonizam, no entanto, com efeito natural na escala termométrica, o que explica a amenidade maior da temperatura do planalto dos Inhamuns e a ocorrência ali de um mais considerável volume de águas correntes, com o qual, nas grandes invernias, recresce a imensa massa líquida drenada pela calha do rio Jaguaribe.

Vencida a encosta da serra da Joantina, entra-se, de cheio, nos Inhamuns.

Avassalando os quadrantes do norte, do sul e do ocidente, o vasto planalto eleva-se sobre o ralo de embasamento cristalino, na linha ondulada de um horizonte dilatado, aberto em campos gerais que se perdem desmedidos nas longes perspectivas. Quebrando, por vêzes, a monotonia da paisagem, erguem-se sobre aquelas planuras levemente onduladas baixas colinas, e, mais ao fundo, serrotes esparsos, brevemente alongados, formando o muramento incorreto dos vales secundários, o *divortium aquarum* das bacias internas de pequena amplitude, cujas águas confluindo tôdas para os rios principais, como o Carrapateira, o Puiú, o Trici, o Favela e outros, formam no planalto, as nascenças do rio Jaguaribe. E longe, raiando os confins dos Inhamuns, empinam-se, esgueirando-se esbatidas em linhas fugitivas, as cadeias circulares de serras que completam o sistema orográfico da região, algumas de elevada altitude, outras mais achanadas, daquelas destacadas em rebentos laterais que se vão abatendo em declives suaves pelas extremidades das encostas, até acabarem, a breve trecho, nos descampados das rechãs.

Estendendo-se por largos chãos sertanejos, muito além o planalto vai decaindo arrampado, numa descenção geral para o sul. Atenua-se, vivamente, a primitiva imponência do seu *facies* geográfico. A natureza empobrece-se, originando quadros naturais menos expressivos, e o solo, progressivamente em declive e degradado pela erosão, vai apresentando visíveis mudanças de relêvo, até onde, pouco além, acaba a grande região dos Inhamuns, já à borda das formações sedimentárias do opulento vale do Cariri.

Descendo o grande vale do rio São Francisco — centro maior de irradiação do povoamento do nordeste — em marcha incessante e árdua para o fundo dos gerais, o colono, tangendo as suas pontas de gados, avassalou os sertões altos

dos Inhamuns, povoando-se de currais e vaqueiros com que ia marcando os caminhos das suas entradas pelo deserto. Vencida a reação da indiada bravia, a posse da terra era-lhe emprêsa fácil. O solo eluvial e quase plano, desvestido de mataria densa, ensejava acesso desafogado e rápido. Era uma porta largamente aberta à penetração e à dispersão pastoril. E por ali arremeteram os sertanistas, varando caatingas e chapadões, fixando-se, por fim, nas suas novas terras de sesmarias, tapizadas de relva macia, de uma vegetação vivaz de gramíneas e ciperácias, formando nas solidades do sertão agreste, uma rude comunidade de posseiros e peões — pioneiros da civilização que viria atrás.

\* \* \*

Sôbre aquelas velhas terras do planalto, marcadas de beleza e evocações, no seu livro «Clã dos Inhamuns», rico de conteúdo histórico-social, e em cujas páginas deu configuração estética ao que era, antes, tósco e bárbaro, já nos falou o escritor Nertan Macêdo, iniciando, assim, o que o historiador Antônio Gomes de Freitas amplia, agora, rebuscando e reconstituindo noutro sentido a história da terra e o drama da sua gente. O seu livro «Inhamuns» (Terra e Homens) inspira-se, sem dúvida, na linha de Capistrano de Abreu, que, ultrapassando Varnhagen e seus seguidores — os quais centralizaram os estudos da história pátria especialmente ao passado das comunidades do litoral — nos revelou, com a curiosidade e a sedução do inédito, o Brasil interior, perdido e ignorado, ainda, na nudez do deserto. «Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil» e «Capítulos de História Colonial», os dois grandes ensaios do Mestre, com efeito alargaram amplamente os horizontes da historiografia brasileira, enriquecendo-a de novos valores, de novos campos de investigação e estudos sôbre cousas e cenários antes ainda velados pelo obscurantismo e o esqueci-

mento. É certo que, antes de Capistrano, os cientistas que perlustraram o interior do país, como Martius e Spix, St. Hilaire, Agassis, Gardner, Longondroff e outros, nos ensaios que escreveram, nos deixaram apreciável material de valor documentário acêrca de assuntos geográficos, etnológicos, botânicos, econômicos e sociais, dos quais, até então, não se dera conta ao mundo. Mas êsses sábios centralizaram o seu trabalho aos estudos de natureza científica, embora não lhes tenham escapado curiosos aspectos da vida e dos costumes das escassas populações do interior. Registraram-nos, porém, acidentalmente, mais pelo sabor do pitoresco do que pela pretensão de fazer história, que não era este o objetivo das suas investigações.

Foi, porém, Capistrano de Abreu quem rebuscando rica documentação adormecida no silêncio dos arquivos, iniciou o processo de interiorização da nossa história, através do qual, rasgando os véus da obscuridade lendária em que ainda se esfumavam, nos revelou, em tôda a sua dramaticidade, a epopéia das bandeiras, o fascínio da miragem das minas, a conquista e a ocupação territorial, a dilatação das fronteiras, os roteiros dos velhos caminhos, a fixação pelo gado nas caatingas e chapadas — tudo isso que marcou ruidosamente, no recesso do sertão bruto e das brenhas misteriosas, o alvorejar da vida brasileira.

Na relatividade do espaço físico e dos cenários que projeta, o livro «Inhamuns», de autoria do historiador Antônio Gomes de Freitas ajusta-se perfeitamente àquêle sentido de interiorização da história que engrandece a obra de Capistrano, ao mesmo tempo em que se aproxima do pensamento de Von Martius que sugeria se escrevesse a história do Brasil através do estudo dos grandes grupos regionais identificados pelas analogias da sua natureza física. Porque, realmente, o Sr. Gomes de Freitas não se limitou à crônica e ao destaque das características geográficas de um só município, com o que, então, teria feito uma simples mono-

grafia de interesse puramente local. Mas, ao contrário, generalizando, deu maior dimensão ao seu trabalho, pesquisando e revelando os diversos aspectos da história, da geografia e da paisagem humana de uma imensa região do Ceará. E assim fazendo, alcançou, por extensão, todo o sertão cearense, vez que a grande região do criatório, constituindo uma só área cultural, não sofre diferenciação ambiental, nem sensíveis variedades da sua unidade geográfica, na história, na realidade social e econômica que formam os seus grupos de estudos, e nos dão a súpula dos costumes, dos sentimentos, dos interesses, das aspirações, da vida, enfim, das populações rurais. A história da formação social do sertão, por exemplo, é uma só. Mudam os nomes dos personagens que nela atuaram, mas as normas de vivência dos grupos, os seus processos de lutas, as tradições clânicas e, decorrente destas, o sentimento individualista refletido no caciquismo dominante, não mudam, antes constituem a nota invariavelmente marcante do panorama social do passado.

O autor de «Inhamuns» traça o retrato físico e social de uma vasta região cearense, através de histórias, personagens, costumes e paisagens aos quais profundamente se ligou desde a juventude, fixando-os nas suas recordações derramadas nas cousas vivas e mortas. E o que mais valoriza o livro do historiador Antônio Gomes de Freitas é a autenticidade dos fatos, a sua historicidade procurada num trabalho exaustivo de consulta aos velhos papéis dos arquivos nos quais colheu a abundância documental que o enriquece. Não fez a crítica dos fatos e acontecimentos que registra, porque não era esta a sua intenção. O seu objetivo — e êle o alcançou plenamente, como fustigado por aquilo que Sainte-Beuve chamava o demônio da exatidão — era projetar, com os tons vivos da realidade o que a pesquisa lhe revelou e êle recolheu como reunindo material precioso para a análise e a interpretação sociológica.

Vasado em estilo sóbrio e correto, «Inhamuns» é um livro rico de côr, de movimento, de notícias e, sobretudo autêntico, porque escrito sem sentimentalismos, sem os arroubos da imaginação exaltada pelo espírito regionalista, mas serenamente, com a só preocupação de detalhar ao vivo, os aspectos, os episódios, as nuances tôdas que refletem o passado e o presente de grande e curiosa região do Ceará.

E assim, o seu autor presta contribuição das mais valiosas aos estudos da nossa história, de que é êle um devotado pesquisador como ainda agora se revela neste seu excelente trabalho sôbre o planalto dos Inhamuns, do qual, como na observação do escritor Nertan Macêdo «nos vieram as melhores histórias» que se espalharam pelos recantos todos da terra cearense.

HUGO CATUNDA

Julho — 1971

## ANTELÓQUIO

Recordo-me que foi visitando a tapera da fazenda Trici, fundada em 1732 pelo Capitão Manuel de Couto e Figueirêdo, que o meu tio João do Ó do Nascimento me informou que o meu tetravô e seu bisavô, o Comandante Venceslau Gomes da Silva, alí construíra o seu lar, após convolar justas núpcias com Dona Francisca de Figueirêdo Rocha.

E divagou longamente em detalhes sôbre a opulência da CASA DO TRICI, adiantando que dalí viera tôda a família que hoje habita o Rio das Flores e grande parte do Poti, — com penetração em outras ribeiras do Tauá.

Loquaz e de boa memória muito falou igualmente sôbre a formação sócio-política da Região dos Inhamuns, desde o comêço do século 18 até os dias em que ainda vivia.

Aquelas informações que para mim, ainda no verdor dos anos, poderiam parecer desinteressantes, calaram, porém, no meu espírito, com a curiosidade de saber mais acêrca do passado distante da minha terra e do seu povo, que admiro e amo com todos os afetos do coração.

Os Inhamuns — dizia o bom do velhinho — foram invadidos no último quartel do século 17 pelos curraleiros d'aquem e d'além São Francisco. Eram homens façanhudos e decididos, acostumados a lidar com gados e com gentios.

Entretanto, muitos dêles não se aguentaram nos novos domínios, eis que os seus primitivos donos, os aborígenes, inconformados, investiam contra êles, como alcatéias enfurecidas, atacando-os e declarando-lhes guerra sem tréguas.

Não obstante, os colonos viessem em atitudes belicosas e se abrigassem em arraial fortificado, foram fustigados pelo tapuia que não os deixaram sossegados, destruindo-lhes a lavoura e a criação.

Foi um princípio de colonização de alto custo e difícil manutenção. Só havia um meio: recuar os bravios ta-

rairiús, para outras regiões. Não abandonaram, assim, a idéia de se apossarem daquela terra vermelha do altiplano, que havia de pertencer-lhes.

Por isso, no começo do século seguinte, mais precisamente de 1707 em diante, ei-los de volta, dominados pelo desejo de posse daqueles sítios de ricas pastagens, fortalecidos pela decisão inabalável de vencer o meio hostil e sua gente agressiva, para implantar os fundamentos da civilização. Assim, estavam ali, outra vez, em pessoa ou representados pelos seus descendentes, aparentados ou conjuntos.

Dando curso às suas reminiscências, tio João do Ó falou do fausto em que viviam os homens do século passado, destacando que os Inhamuns muito se projetaram no cenário político e social da Capitania e da Província do Ceará.

Ressaltou os larguíssimos recursos do Capitão-mor de Tauá, José Alves Feitosa; do Capitão-mor João de Araújo Chaves, da Carrapateira; de Francisco Fernandes Vieira, Visconde de Icó, residente na fazenda Carcará (Saboeiro), do Sargento-mor José Rodrigues de Matos, do Trici (edificador da Igreja do Tauá); do Capitão-mor Antônio Martins Chaves, de São Bento; do Cel. Eufrásio Alves Feitosa (edificador da Igreja de Arneirós); do Ten. Cel. João Rodrigues Pereira, da Cachoeira; do Capitão Pedro Gomes, da fazenda Pedra Branca; de Manuel Correia de Lacerda, de Santa Teresa e tantos outros.

Relembrou o domínio da terra pelos Feitosa, Carcará, Araújo, e elementos da Casa do Trici, salientando que os primeiros o exerceram por muito mais tempo.

Não esqueceu referências sobre a miscigenação dos colonizadores com os naturais da terra, frisando, por outro lado, que os brancos que se fixaram no começo do povoamento eram parentes entre si: os Feitosa, com os Gomes, os Ferreira, os Gonçalves, os Barros, os Araújo, os Montes que são os mesmos Lobato e Sousa Teixeira, os Barreto, etc...

A propósito, vale salientar que essa mesma observação foi registrada, há mais de duzentos anos, pelo Desembargador Antônio Marques Cardoso quando na missão de Magistrado sindicava as algaras entre Montes e Feitosa, perlustrou os longínquos sertões dos Inhamuns, ao Soberano português, informando *«viverem nessas partes quase*

*todos da mesma família*» (Documento de 28 de abril de 1738, publicado na Revista do Instituto do Ceará, 1964 à página 167).

Os Inhamuns, como de resto os demais espaços desertos do País, foram ocupados em áreas contíguas e em clã. Era êsse realmente o método *correntemente adotado pelos pioneiros e primeiros desbravadores e povoadores*», afirma Oliveira Viana e explica a razão de ser dessa localização por elementos de uma mesma família. É que *«era o meio melhor e mais eficiente de assegurar, antecipadamente, a solidariedade de todos na defesa contra o perigo iminente do aborígene confederado e minaz»*.

Mostrando-me vivamente impressionado com a exatidão dos fatos guardados na sua memória prodigiosa, revelou-me ser o Capitão José do Ó do Nascimento, seu irmão, que conheci, mas não tive o prazer de entrevistá-lo, muito mais versado na matéria.

É pena que êsses varões não nos tenham legado, através de documentos escritos, aquele cabedal de conhecimentos das remotas ocorrências verificadas no início do povoamento da nossa terra, em cuja história avultam as ações de bravura, intrepidez, e patriotismo dos que conquistaram para a civilização os sertões dos Inhamuns, sem dúvida, uma das regiões maiores e mais ricas da terra cearense.

Pouco se tem escrito sôbre a terra e a gente dos Inhamuns. Apenas Leonardo Feltosa, escondido em Arneirós, nos outorgou um trabalho de genealogia de sua ilustre família, que reputo precioso e necessário como fonte de consulta.

Existem ainda dois grandes livros, em cujas páginas brilhantes repassam sôbre cousas e fatos dos Inhamuns e sua gente: *«Retalhos do Passado»*, do falecido Professor Joaquim Pimenta, ilustre sociólogo, filho do Tauá, e *«Clã dos Inhamuns»*, de autoria do aplaudido escritor Nertan Macêdo.

Outros historiadores e cronistas fazem referências parciais a acontecimentos históricos de real importância, decorridos naqueles desertos sertanejos. Mas a grande fonte ainda pouco explorada, se encontra nos autos de inventários, nos assentos de batizados, casamentos e óbitos, nos testamentos e notas dos Cartórios, nos livros de Tombos das Igrejas, nos arquivos das Câmaras Municipais, nas

Datas de Sesmarias, onde ainda adormece um material preciso e indispensável à reconstituição de fatos e episódios históricos ligados ao povoamento e ao domínio da terra, na fase ruidosa das entradas sertanejas.

Temos para com êsses homens uma dívida a resgatar. Faz-se preciso que divulguemos os seus feitos e demos conhecimento de suas lutas na execução de seus sonhos de conquista aos nossos filhos. É preciso que se ensine nas escolas dos Inhamuns quem foram os nossos bravos ancestrais, e que se dêem aos estabelecimentos de ensino, onde eles viveram e lutaram, os seus nomes.

Por isso mesmo é que tomei a iniciativa de compilar, em compêndio, fatos e ocorrências que tenho encontrado na documentação acima e até em comentários que nos chegaram ao conhecimento, através da tradição oral, e que nos pareceram verídicos, e de assuntos autênticos com cunho de verdade.

Não há motivos para estranheza, quando se fizer necessário referir-se aos sertões vizinhos de Crateús, Mombaça, Icó e Crato, que com os Inhamuns se identificam e se confinam, pelo entrelaçamento dos assuntos.

Não resta a menor sombra de dúvida de que me propus a um cometimento que requer tempo, amor à verdade histórica, paciência, pesquisa dos alfarrábios, manuseio de velhos papéis e a decifração de caligrafia hieroglífica, mas que proporcionam sabor indizível.

De uma cousa estou convicto. É da grande serventia dêste meu modesto trabalho para os que, com mais preparo e mais lazer, no dia de amanhã, sintam a necessidade de subsídios a fim de que possam escrever, com mais brilho, a HISTÓRIA desta famosa região.

Ensoberbecido ficarei, no futuro, quando se reconhecer que fiz obra útil à minha terra e à sua gente, fornecendo elementos para a história da Região dos Inhamuns. Esse será o meu orgulho e me darei por bem pago pelos esforços, em boa hora dispendidos, se assim for lido e entendido.

## ORIGEM DA PALAVRA TAUÁ

— «Tauá é a capital natural do sertão dos Inhamuns. Nunca uma terra agreste e quase selvagem gerou filha mais airosa e mais bonita». (Excerto de MÔÇAS BONITAS E TIPOS FISI-CAMENTE EVOLUIDOS NOS SERTÕES DOS INHAMUNS, de J. de Figueirêdo Filho, edição de «O POVO», de 29.7.1954).

Tauá é como se chama a cidade sede do município do mesmo nome que fica recuado ao oeste do Estado do Ceará. O Rio Trici — o *tirissy* dos colonizadores — que banha aquela urbe, segundo documento antigo, também foi chamado — «em Portuguez Tauha'» (SESMARIAS, Vol. 12º pág. 68).

Em longes terras, existiu outra cidade com o nome de Tauá, metrópole do mundo árabe desaparecida há muito tempo, que jaz soterrada nas areias movediças da Ásia Menor.

O nome Tauá figura pelo menos em três idiomas distintos: tupi, português e árabe.

Na língua dos aborígenes êsse vocábulo é definido de várias formas: Tauá, *barro amarelo*, conforme Gonçalves Dias (DICIONÁRIO DA LÍNGUA TUPI pág. 64). José de Alencar, no entanto, diz que é *barro vermelha* (O CEARÁ, 1ª ed. pág. 478), definição que ousei dar quando ainda adolescente, em desprezioso trabalho que foi publicado no jornal «DIÁRIO DO CEARÁ», de 21 de abril de 1921.

Enquanto eu interpretava assim, Raimundo Girão e Antônio Martins Filho posteriormente afirmaram que — «Tauá significa realmente barro, mas sem indicação de cor» (O CEARÁ 1ª ed., pág. 477).

Na opinião do geógrafo Valverde o nome Tauá é designativo de — «solo tipicamente laterizado» (O HOMEM GORDO DO TAUÁ, pág. 7, de Otacilio Nóbrega de Queirós)

Observa-se, entretanto, que o solo onde demora a cida-

de do Tauá é da cor cinza-escura, no flanco sudoeste, e na parte norte oriental é avermelhado, mas não laterizado, isto é, não tem a coloração rubra do tijolo de barro cozido das regiões tropicais. Por esta razão é que o topônimo do meu torrão natal não significa terra vermelha. Ademais, não me consta que exista laterita (hidrato de alumínio e de ferro) nas rochas do sub-solo do Tauá, para justificar esta denominação.

As outras interpretações não definem com fidelidade a verdadeira etimologia da palavra em debate, visto que barro não é tauá. Um e outro são matérias de composição e aplicações diferentes: barro é formado de sílica, alumina e água; enquanto a pedra solúvel tauá é peróxido de ferro (peróxido, designação genérica dos óxidos que contém mais oxigênio do que o óxido normal).

Ao gentio não cabe a responsabilidade da falsa conceituação. Ele sabia muito bem a diferença que havia entre barro e tauá, matérias indispensáveis à sua indústria de cerâmica. Com o barro os oleiros da tribo modelavam os seus *camossins*, *igaçabas* e outros vasos de utilidade para depois os colorir com tinta extraída do tauá.

O notável historiador Antônio Bezerra, quando andou pesquisando no interior cearense, colhendo o seu material no próprio local de sua realização, visitando a então vila de São Benedito, vem ao meu encontro com a seguinte informação: — «As casas são de excelente aparência, apresentando algumas as frentes pintadas de cores alegres, cuja tinta é extraída de uma massa fina que se encontra no amago de pequenas pedras, a que o povo dá o nome de tauhá».

«A delicadeza do Sr. Paulo devo ter conseguido duas amostras dessas pedras, uma contendo tinta de cor purpurina e a outra de cor amarela». («NOTAS DE VIAGENS — PROVÍNCIA DO CEARÁ» — Parte Norte», Typ. Econômica, Fortaleza, 1889, pág. 127).

Ainda encontrei singular definição para tauá, no «GRANDE DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA, de Moraes e Silva, à página 688, 10º volume — «Tauá, palmeira do Brasil, de cujos frutos se fazem vários objetos» e que a esses objetos davam o nome de *gomis do tauá*, na informação segura de Xavier de Moraes, no seu livro «PIN-DORAMA».

Os tradicionalistas, contadores de «história de ouvir dizer», aos quais, às vezes, tenho recorrido, na ausência de documentos, não fazem menção da existência da palmeira tauá às margens do Trici, tão pouco, de *bêtas de tauás* nas entranhas da terra onde assenta a minha cidade, chamada com razão de PRINCESA DOS INHAMUNS.

Inaceitáveis, pois, as interpretações dos eminentes patrícios aludidos. Outra é a origem da denominação do lugar ao qual devo o bêrço.

É de conhecimento geral que, ao índio, conhecedor dos segredos das selvas, acompanhante do colonizador, era a quem competia nomear os acidentes geográficos e os lugares por onde passava. E o indígena que aplicou o nome Tauá àquele recanto da Região dos Inhamuns fê-lo, naturalmente, impressionado com o achado de uma aldeia antiga (*tauá*, em tupi), que, como sucedeu às demais aldeias dos Jucás, não escapou à ação devastadora da bandeira do pioneiro Francisco Ferreira Pedrosa, potentado da Capitania da Paraíba.

Registram os INÉDITOS DO BARÃO DE STUDART que o Sargento-mor Francisco Ferreira Pedrosa (pai do Capitão José Alves Feitosa, da Várzea da Onça), na sua marcha para a conquista do sudoeste cearense, levada a efeito no comêço do século XVIII — «destruiu as aldeias dos índios do Brejo Grande, dos Jucás e algumas dos Caratiuz».

Tem sido objeto de constantes pesquisas minhas, encontrar uma definição verdadeira para o topônimo Tauá. Com as suas luzes, o tupinólogo Adauto Fernandes veio ao meu encontro para revelar-me que Tauá significa povoação antiga (GRAMÁTICA TUPI, 2ª ed., pág. 119).

Por sua vez, o Senador Pompeu oferece almejado subsídio. A desaparecida VILA VELHA que existiu na Barra do Ceará, era chamada pelos índios de *Tauá cuera* (DICIONÁRIO TOPOGRÁFICO E ESTATÍSTICO DA PROVINCIA DO CEARÁ). *Tauá*, quer dizer aldeia e *cuera*, conforme ensina o padre Lemos Barbosa, é passado nominal que significa *a que foi* (VOCABULÁRIO TUPI-PORTUGUÊS, pág. 189), ou ainda, *que já não existe*, na interpretação de Adauto Fernandes (GRAMÁTICA TUPI, 2ª ed., pág. 119).

O nome indígena *Tauape* formou-se de Tauá, aldeia e

«pé, em lugar onde», segundo Pompeu Sobrinho (O CEARÁ, 1ª ed. pág. 79).

— «Tauá, aldeia antiga, em face da lógica, dos documentos e da tradição é que deve ser adotada. Com efeito, reza a tradição e os compêndios registram que — «Tauá foi primitivamente aldeia de índios; nela estiveram os jesuítas em missão catequizadora» (DICIONÁRIO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO).

Reforça esta convicção o mapa apenso à «HISTÓRIA DA COMPANHIA DE JESUS NO BRASIL», do Padre Serafim Leite, S. J., onde se vê uma seta que indica o roteiro da missão no alto sertão cearense, terminando no centro do planalto dos Inhamuns, exatamente no lugar onde fica a cidade de Tauá.

Desta maneira expressei a minha opinião em trabalho publicado no matutino «UNITÁRIO», de 5 de junho de 1966, sob o título «TAUÁ, SIGNIFICA ALDEIA ANTIGA».

## A PAISAGEM FISIOGRAFICA

A *Flora*. Quando, pelo fim do ano de 1884 perlustrava os sertões de minha terra, o insigne escritor Antônio Bezerra ficou vivamente impressionado com o faveleiro, árvore xerófila que possui na ponta de suas folhas espinho com canal por onde expele um líquido causticante que lhe fêz ser chamada, pela semelhança na ejaculação, de «cascavel vegetal».

O faveleiro é uma árvore bonita, de porte alto, bem esgalhada, copa relativamente frondosa. O verde de sua côr, permanente como o juazeiro, ajuda a modificar a paisagem morta do sertão agreste. Um dia melhor conhecido êle será uma fonte de riqueza inestimável. A sua amêndoa fornece óleo comestível de excelente sabor e grande pureza.

Ainda da semente do faveleiro, socada no pilão com rapadura e farinha, é feito um prato de bom paladar. Os seus galhos triturados se prestam para a alimentação dos rebanhos. A sua folhagem, nós a conhecemos como a dádiva maior na época do estio, para nutrir e engordar a criação miúda. Nas suas raízes cevam-se os porcos.

Os fabricantes de sela tiram de seu lenho, nas curvas caprichosas, as «luas» dos arçãos. E, nas casinhas de taipa, não é raro encontrarmos as portas feitas de táboas de faveleiro, cuja aspa foi cortada verde e mergulhada n'água, por 2 dias. A rigidez do lenho faz com que o sertanejo o empregue em outras utilidades, inclusive na fabricação do tamanco, pela resistêcia que apresenta ao desgaste do uso.

O botânico Francisco Freire Alemão, da Comissão Científica, que nos idos de 1860 visitou aquela região, menciona no seu relatório uma planta a que deu o nome de «pereiro de tinta» — «uma rubiácea que cresce em lugar circunscrito dos Inhamuns e sua tinta é de um carmezim sujo e bastante fixo».

Nas aluviões de alguns de seus rios, floresce o umbuzel-ro (da família das anarcadeáceas) com saborosos frutos, re-

frigério da pobreza na quadra das sêcas, oferecendo, ainda, reserva d'água apreciável, nas suas raízes.

Nos carrascos, subsistem o alecrim e, quase imperceptível, o jericó — «erva a que atribuem várias virtudes, nesta terra, e entre elas algumas simpáticas, porém a mais curiosa que ela tem é a de reverdecer dentro d'água às vinte e quatro horas» (Avelar de Barbedo, R.I.C. 1891). O jericó reverdece, não apenas decorridas as 24 horas da informação, mas, se arrancarmos e o tivermos guardado por muito tempo, teremos a agradável surpresa de vê-lo abrir as folhas, tomando forma viva, logo o tenha imerso n'água por algumas horas. No campo, entretanto, desabrocha revigorado, como o alecrim, às primeiras neblinas que refrescam a terra, e constituem as duas plantas, o alimento primeiro, bom e farto que a quadra invernososa traz para os animais.

Infelizmente a inconsequência dos homens vem acabando o manto protetor da terra. A devastação das matas desfiguram fisionômicamente a região, rouba-lhe as essências vegetais que não mais tornarão. É desolador o aspecto das terras devastadas. Uma vegetação rasteira, sem maior utilidade econômica, e, aqui e acolá, o esqueleto de uma árvore de grande porte que o fogo não conseguiu transformar em cinzas.



Hoje quando olho para esses pedaços de chão que o machado de meus antepassados desnudou, tenho viva a lembrança de singular fenômeno de refração a que sem saber explicar como aconteceu, fui presente. Apenas recordo que distraído na contemplação da «capoeira rasa», levei as mãos aos ouvidos para não escutar o fragor da queda de uma árvore majestosa que ali não mais existia. Estaria por perto a fada Morgana?

• • •

*A Fauna.* A fauna dos Inhamuns é em quase tudo semelhante à do resto do Nordeste. Ali como em toda parte, o que se observa é a escassez continuada e a caminhada rápida para a extinção das espécies, pela matança indiscriminada, em todas as fases do ano. Vários animais foram exterminados nos últimos 100 anos.

A lontra, por exemplo, foi encontrada pela última vez no vale do Coronzó, do rio do Jucá. Do guará, o nosso lobo nacional, não se ouve mais, nas quebradas das serras, o seu forte uivo, terror dos andarilhos desprevenidos.

Os memorialistas não registram o tamanduá-bandeira, mas existe a sub-espécie *mambira*, de tamanho menor, que se alimenta de formigas. A graciosa patativa, de voz melíflua, desapareceu dos céus dos Inhamuns e a zabelê, galinha selvagem de corpo e pernas vermelhas, e de canto melodioso, não corre mais nos tabuleiros e dela há notícias vagas nos serrados das vertentes do Rio Jucá.

Ainda entenece com o seu maravilhoso gorjeio o *sabiá-piranga*, denominação indígena, também chamado *gongá*, no idioma bantu dos africanos, e, no vernáculo *sabiá-verdadeiro*, ou *de laranjeira*. Essa avezinha foi, por decreto do Marechal Costa e Silva, Presidente da República, erigida à categoria do símbolo brasileiro para o dia da ave (5 de outubro). (Decreto nº 63.234 de 12 de setembro de 1968). O sabiá é muito apreciado pelas nuances e modulações características da linha melódica do seu canto.

A belíssima arara, e o canindé de vistoso colorido, ainda fazem os seus ninhos nas escarpas anfractuosas da Serra Grande, mas não os vemos, na revoada migratória que era tão constante em certas fases do ano, dali para as elevações

mais próximas. A serra da Arara ao Norte de Tauá, é um registro de sua existência naquelas paragens.

Evacuaram para o Piauí e Maranhão, onde já rareiam, os canastras, tatus, cujo casco enorme é utilizado nas despensas matutas, como depósito, e comporta nada menos de 80 litros de legumes.

Embora sejam os Inhamuns a área por excelência da pecuária — *«a região do boi é também a região da avoante ou pomba de bando»* (Prof. Solon Farias) —, a frequência dos pombais, ora aqui, ora ali, cria uma diversão interessante, porque distrai os capturadores e farta-lhes a bolsa com a comercialização intensiva desse produto para a Ibiapaba.

Verdadeiras nuvens dessas aves de arribação cobrem os céus e dominam os campos, em busca de sementes que bicam no chão desnudo, oferecendo espetáculo encantador, e propiciando meios de subsistência à gente sertaneja, que se nutre na abundância dos ovos despejados, como o maná do deserto e na excelência da carne tenra e saborosa desses colombineos.

Ainda são vistos canários em recreio nos beirais das casas sertanejas, e se ouve o galo de campina, anunciar o alvorecer do dia, acompanhado do canto da graúna e do solfejo do corrupeirão.

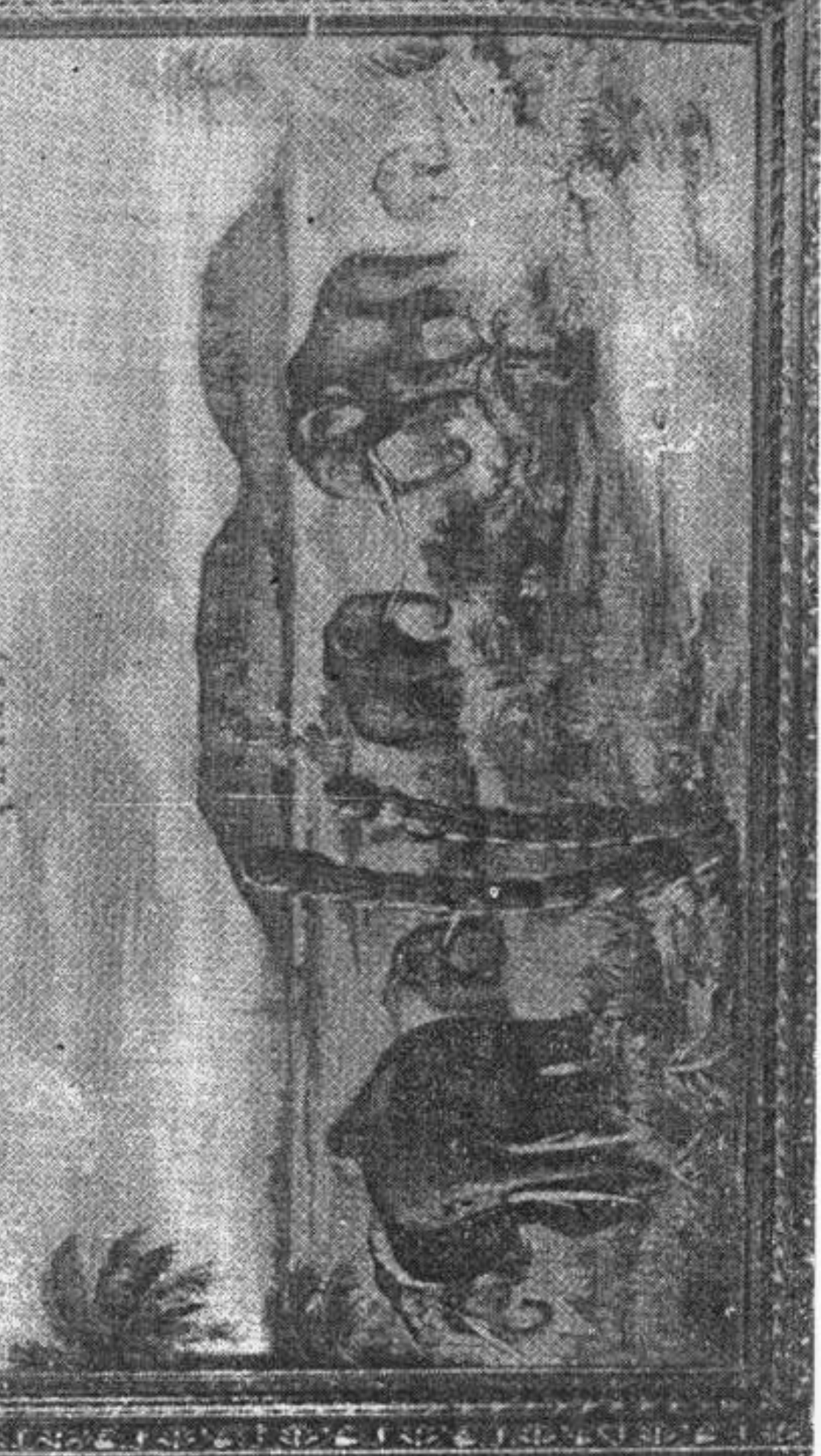
Animais de grande porte passaram por ali. Antônio Bezerra diz que — *«Abundam por aqui ossadas fósseis de animais extintos e, ultimamente, em um riacho entre as Fazendas «Descanso» e «Cachoeira», do Ten. Cel. Joaquim de Sousa Vale, se descobriu uma camada desses restos de dimensões extraordinárias»*. (\*)

Os corpulentos mastodontes, sumidos na curva longínqua dos tempos, de estrutura análoga a dos seus primos elefantes, dos quais excedem em mais de mil quilos, é que parecem ser os donos das ossadas, de que Antônio Bezerra faz menção.

Povoado de abelhas das mais variadas espécies, e de mel muito apreciado, sendo alguns deles medicinais, hoje vemos com certa tristeza a escassez da jandaíra. Todavia, as caatingas detêm nos seus troncos favos saborosos. A Cupira, a môça branca, a tubiba, o jati, o limão, ainda são encontrados com maior frequência.

O capuxu não desertou ainda dos formigueiros desabitados. O enxu, quando o inverno se prenuncia favorável,

HÁ MILÊNIO, MASTODONTES PASTAVAM AO PE DO QUINAMBU  
(TAIA)



— Os mastodontes de estrutura análoga a dos elefantes e maiores do que este Paisagem típica de vegetação tropical primitiva (cactáceas e palmáceas conforme V.J.C. — Guillard Aillaud - Paris.

— Os resultados de estudos realizados a nível mundial e outros de que são  
potenciais fontes de informação tropical, tropical, tropical, tropical, tropical,  
compartilhamos V.C. — Gallia, Alameda - Paris

avoluma-se com capas de mel finíssimo. O enxuí ferroteador, como pendúnculo balouçante, é encontrado nos galhos das árvores. Dada a sua inferior qualidade o mel do arapuá (irapuã), é reservado à alimentação dos suínos.

Assusta, com sua carreira desabalada, o tejuacu. A murchurana, a jerita, a seriema, a acauã, e a ema, constituem-se os naturais defensores dos rebanhos e da grande população sertaneja, na cata às cobras venenosas.

A hora do *angelus*, a nambu despede «os seis piados melancólicos», e o carão que tem côr tirante a negro, e é sarapintado de branco no peito com o seu grito esganiçado previne os sertanejos da aproximação das chuvas torrenciais, como as procelárias que se antecipam às tormentas.

Muitas outras aves da região alimentam-se de insetos e larvas que pululam nos campos, atuando como verdadeiros agentes sanitários, a exemplo do píca-pau. Já o bente-vi, o anum preto, o papa-cebo, fazem a profilaxia rural, devorando os carrapatos dos bovinos. É comum, ver-se tais aves encarapitadas em alguma rês, ocupadas nesta faina. Existem outros animais úteis.

Por outro lado, temos as espécies nocivas, como o gavião, devorador de pintos, e o carcará que vaza os olhos e arranca a língua dos cabritos e borregos recém-nascidos. A suçuarana, a maçaroca, a pintada e a pixuna, a terrível onça preta, ainda dizimam os rebanhos e chegam a atacar o homem, de preferência o negro. É sabido que o fartum do ereoulo desperta nas onças o paladar para o salbo.

O joão-de-barro distingue-se pela operosidade, inteligência e fidelidade conjugal, por cujas qualidades foi erigido em símbolo nacional na República Argentina. Essa ave notável inspirou ao homem da caverna a construção da casa de sopapo (de talpa), fazendo a sua com barro, fibra e pêlos de animais. Ao homem civilizado antecipou-se na edificação de arranha-céus, sôbrepondo uma casa à outra. Até o número de cinco andares já foi descoberto, podendo ser visto um dêsses raros exemplares no Museu Nacional, no Rio de Janeiro.

Com sensível conhecimento dos elementos da natureza, edifica sua casinha com a porta da frente voltada para o poente, a fim de evitar a penetração das chuvas de vento. O sertanejo vê o fato como prenúncio de grandes aguaceiros, que, pelo comum, sopram mais pelo nascente, sul e

norte, e dificilmente, pelo poente. Nos compêndios de instrução militar o fenômeno é ensinado aos praças como um meio rudimentar de orientação, para aqueles que se perdem na mata e não possuem bússula.

A casa de João-de-barro é composta de sala e camarinha. Nesta fica a esposa aquecendo o ninho, cuidando do futuro da geração. O marido põe-lhe guarda na sala, cuida de sua própria alimentação e fica no chôco na ausência da fêmea, quando esta vai em busca de comida para si e os filhotes.

Se acontecer de a maria-de-barro vir a acasalar-se com outro João-de-barro, e for surpreendida pelo companheiro ultrajado, em razão de forte sentimento de culpa, ela se queda em seu aposento, e deixa que o marido afrontado feche a casa com o mesmo material da construção, tendo morte horrível. E a casinha de João-de-barro assim se transforma em urna funerária.

Que se tem feito pela sobrevivência da nossa fauna? Em boa hora foi publicada no Diário Oficial da União, de 5 de janeiro de 1967, a Lei nº 5.197 que dispõe sobre a proteção à fauna brasileira. Não sabemos, entretanto, quando esta lei será posta em prática.

X X X

*Os Minerais.* O subsolo dos Inhamuns guarda grandes riquezas. Minerais de valor comercial existem ali. Um diamante foi encontrando no sopé do Quinamuiú e vendido por bom preço para a Inglaterra, informa Antônio Bezerra. Pelos meados do século transato, o ouro foi objeto de exploração nas chapadas das lavras da Fortuna dos Inhamuns, vertentes do Cariú. E, nos dias que correm, a magnesita fornece boa quantidade de cruzeiros, no leito desse rio. É um depósito que, na estimativa dos entendidos, pode suprir as necessidades desse minério em todo o globo durante cem anos.

A ametista foi descoberta nas entranhas do Quinamuiú, informa Antônio Bezerra, há mais de século «pelos engenheiros da Comissão Científica (de Exploração) mandada ao Ceará em 1859» (PROVINCIA DO CEARÁ, — Parte Norte — Notas de Viagem, pág. 211. Typ. Economica, Fortaleza, 1889), e no descênio passado uma firma de Crateús

arrancou do dorso do camelo granítico toneladas das lindas pedras lilazes.

Em abril de 1860, ao geólogo da Comissão Científica de Exploração, Guilherme Capanema, restavam alguns trabalhos, e disso deu conhecimento ao Governo Imperial, ao mesmo tempo que manifestava o desejo de conhecer os Inhamuns, de cuja terra guardava magnífica impressão, em face de uma carta de seu colega, o botânico Freire Alemão, datada de Tauá e endereçada ao jornalista João Brígido, em que dizia — *«temos sido tão obsequiados de Assaré até aqui, que isto chega a nos vexar»*. Mas a Comissão foi chamada ao Rio e não mais retornou.

O subsolo do Ceará passou 103 anos sem que os poderes públicos dêle se apercebessem. Depois da Comissão Científica, um fato nobilitante traz aos cearenses de sereno reconhecimento, confortadora alegria, novamente estamos, olhando para as riquezas que se escodem sob nossos pés.

O governo Virgílio Távora, dando estrutura nova e diferente à administração do Ceará, não esqueceu na sua visão completa de nossos problemas, os minerais, talvez a riqueza maior da terra e a sua futura redenção económica.

Criou êle, na Pasta especializada, um Departamento de Minas que, tenod à frente um moço culto, como é o Dr. Fernando Távora Filho, vem vasculhando os chãos da nossa terra e mostrando o que possuímos escondido. São ocorrências de minérios de melhor comercialização, por todos os cantos do Estado.

Até no meu Tauá, a eficiência do Departamento de Minas, pelo seu Diretor de Divisão de Geologia, Dr. Newton Bruver, encontrou ferro, em abundância, e também como a sexta ocorrência no Brasil, a MOLIBIDENITA, minério precioso na fabricação de aços finos. A imprensa se ocupou com carinho do invejável achado e nós o registramos como penhor de gratidão, pois, se verificada a potencialidade da jazida naqueles sertões, nova vida há de surgir.

## OS PRIMITIVOS DONOS DA TERRA

O branco invasor chegando ao centro sudoeste da Capitania do Ceará encontrou suas terras habitadas por hordas selvagens, sob o domínio da valente nação dos Jucás, abrigada às margens do riacho dêste nome, que desagua no Jaguaribe, perto da Serra dos Boqueirões, atualmente Serra de Arneirós.

Esses índios pertenciam à grande família dos *tarairiús*, oriundos da longínqua Sibéria, na opinião do sábio Tomás Pompeu Sobrinho, de saudosa memória. A propósito das origens do nosso íncola, há uma fábula que nos faz recordar aquela história da loba, mãe nutrícia de Rômulo e Remo, fundadores de Roma.

Diz a lenda tupi que o homem primitivo da América é descendente da anta (*Tapirus americanus*), um dos maiores mamíferos do nôvo continente (Plínio Salgado, «Raízes Raciais do Brasil», «CORREIO DO CEARÁ», ed. de 24.2.1968).

No entanto, a grande escritora Elisabeth Chezley Baitty destrói o mito com estas palavras: — «Embora tais especulações sejam interessantes, hoje todos os cientistas se acham de acôrdo, em que a raça índia atingiu a América, procedente da Ásia, através do estreito de Bhering, numa lenta série de emigrações que ocorreram de tempos em tempos, através de milhares de anos»

Os Jucás eram um povo de compleição forte, que se fixou em um país de ares amenos, vegetação variada, com largas faixas de árvores frutíferas e caça abundante. Daí porque, em qualquer época do ano, regalavam o apetite de carne e peixe, e, no verão, vitaminavam-se com frutos de umbuzeiros (*Spondia tuberosa*), colhidos do maior pomar desta *anarcadiácias*, no interior do Ceará, situado ao longo do Rio do Umbuzeiro e em um dos braços do Riacho do Jucá.

Por habitarem região tão rica, os Jucás nunca tiveram

problemas de deslocamentos em busca de alimentos, como sucedia com os tabajaras e outras tribos que desciam para o litoral em procura de frutos e peixes para suprirem suas necessidades orgânicas.

Ainda hoje se observa que, ao contrário do que ocorre em outras zonas dos Inhamuns (*inho, inham* — sertão e *mu-alto*), não se formam levas de retirantes, durante as sêcas. Mesmo na época em que faltam as chuvas, o sertanejo dessa região tira o sustento do *seu chiqueiro de criação*. A grande massa campesina dos Inhamuns deve ao bode (*Capra hircus*), a sua radicação à terra.

Os índios de minha terra eram hábeis no preparo de iguarias como, por exemplo, a paçoca da amêndoa do faveleiro (*Cnidescelus phyllacanthus*), torrada em caco de barro cozido, e socada em pilão de pedra, com mel de abelha, e, do âmago do carôço da mucunã (*Dioclea malacocarpa, Duke*), retiravam uma substância com que faziam gostoso bôlo.

Mantinham os Jucás incipiente cultura de mandioca (*Manihot utilíssima*), nas chapadas da Serra Grande que lhe fornecia urus de farinha torrada e duros beijus. O vasilhame usado em suas fábricas de farinha, como significativo marco de sua passagem por aquela cordilheira, foi visto pelo Dr. Pedro Theberge, há mais de um século (ESBÔÇO HISTÓRICO DA PROVINCIA DO CEARÁ).

Nos tempos escassos, alimentavam-se os Jucás de comida braba preparada com a rizoma da macambira (*Bromelia laciniosa, Mart.*), do carauatá (*Neoglaziovia variegata*), ou da fécula do inhame (*Dioscorea brasiliensis*), e da trabalhosíssima raiz da mucunã, que era cuidadosamente passada em nove águas, do qual retiravam as substâncias tóxicas.

A zona de expansão dessa tribo de guerreiros, com uma superfície quase igual à da República de EL SALVADOR, na América Central (cêrca de 33.000 quilômetros quadrados), abrangia a vasta Região dos Inhamuns, que compreende *in toctum*, os municípios de Assaré, Campos Sales (Várzea da Vaca), Araripe (Brejo Sêco), Farias Brito (Quixará) Altaneira (Santa Teresa), Potengi (Xiquexique), Iguatu (Telha), Cariús (Pôço dos Paus), Jucás (S. Mateus), Saboeiro (Cruz), Aiuaba (Bebedouro), An-

tonina do Norte (Mucambo) Arneirós (Aldeia do Jucá), Cococi, Parambu (Cachoeirinha) e Tauá.

O acadêmico J. de Figueirêdo Filho, natural dos Cariris Novos, com opinião semelhante à nossa, no que diz respeito à área da afamada zona do criatório cearense, em o jornal "O POVO", ed. de 29 de julho de 1954, fez esta interessante observação: — «Conforme o «Dicionário Geográfico, Histórico e Descritivo» do Desembargador Alvaro Gurgel de Alencar, o sertão dos Inhamuns estende-se desde às cabeceiras do Jaguaribe até Iguatu, compreendendo o Tauá, Arneirós, Cococi. Atualmente desdobram-se em outros municípios que por sua vez, já começam a formar outros de independência já assegurada pelo legislativo cearense: Acopiara, Saboeiro, Parambu, Aiuaba, Cariús. Há até quem inclua na vasta zona criadora cearense o próspero município do Crateús, que já pertenceu ao Piauí».

Realmente, também integram o território daquela zona sertaneja parte do município de Acopiara (Lages), que fica no vale do Trussu, grande porção do município de Catarina (Santa Catarina), na bacia hidrográfica do Condadu e do Riacho do Saco, uma faixa não pequena do município de Crateús (Piranhas), e, finalmente, o flanco ocidental do município de Independência (Pelô Sinal), desde as encostas da Serra da Joaninha até a Lagoa dos Inhamuns, correndo pelo meio os riachos Itaim e do Jucá.

Vale salientar que este curso d'água, seguindo a norma, recebeu o nome do gentio que o ocupou. Inicialmente, quando o colonizador queria aludir à Ribeira, a denominava Rio onde habitava o gentio Jucá, simplificando, depois, para Rio do Jucá.

Para o lado Norte Oriental da bacia do Poti (Itaim-Açu), até o antigo Rio do Cavalo Morto, hoje, Boa Viagem, nas vertentes do Quixeramobim, demoravam os Crateús (SESMARIAS, Vol. 14, pág. 131), e na outra extremidade, descendo o Jaguaribe, acima do Boqueiro dos Orós, — «assistiam os Quixelôs» (livro citado, Vol. 1º pág. 177). Esses selvagens eram os vizinhos mais próximos dos Jucás que, vez por outra, hostilizavam-se mutuamente, dando origens a sangrentas escaramuças.

Segundo o renomado indianólogo Carlos Studart Filho a história desse incola é — «violenta e trágica» e entremeada de lances de bravura e selvageria.

A propósito da intrepidez e ferocidade dos Jucás, o escritor José de Alencar escreveu o seguinte: — «O sertão de Quixeramobim era infestado pelas correrias de uma valente nação indígena, que se fizera temida desde Crateús até o Jaguaribe. Era a nação Jucá. Seu nome que em tupi significa matar indicava a sanha com que exterminava os inimigos».

O laureado indianista conterrâneo fez ainda esta revelação: — «O chefe da nação Jucá, era o terrível ANHAMUM, nome que na língua tupi significa irmão do diabo» (O SERTANEJO, pág. 257). Efetivamente a palavra ANHAMUM, da língua dos bárbaros, é formada de — *Anhan*, de *Anhanga*, — gênio mau da floresta, e *mai*, irmão.

A crônica histórica da nossa terra registra as lutas encarniçadas que a nação dos Jucás teve de sustentar, nos primórdios, com os seus irmãos de arco, e, depois, com os povoadores.

Eram os nossos avós ameríndios tenazes inimigos da colonização. Tanto assim que — «Enquanto não foram eles completamente aniquilados pelas armas, não puderam os brancos estender o seu domínio, no século XVII, além da aldeia junto ao forte ou além de outro arraial na barra dos rios», na informação do mestre Antônio Bezerra.

Refere ainda a tradição que, no ano de 1700, os guerreiros bárbaros do principal Anhamum, massacraram os Quixelês. Alguns anos antes, os Crateús só não foram exterminados pelos Jucás, porque, quando se lhes apertava o cêrco, conseguiram escapar-se, procurando, atordoados, agasalhar-se sob o pálido dos jesuítas da Missão da Ibiapaba, a quem se submeteram, fato de admirar, pois, os Crateús eram índios de côrso, insubmissos ao aldeamento.

É o que participa a carta ânua de 1695/1697 do diretor da citada Missão, Pe. Ascenço Gago, à sua paternidade o provincial da Companhia de Jesus, na Bahia, adiantando o seguinte: — «Os Quiratiúz por causa de uma guerra que lhes fizeram outros tapuias seus inimigos em que lhes mataram e cativaram muita gente, andam ainda perturbados» (Pe. Serafim Leite, «História da Companhia de Jesus»).

É sabido que o sertão dos Inhamuns era a pátria dos Jucás, antes do período da dominação. E, por esta razão, esses caboclos foram também chamados pelo locativo da terra-bêrço, isto é, gentio Inhamum, em vez de gentio do

Inhamum, segundo o nosso ponto de vista. Este assunto exige uma explicação.

Nossa convicção é a de que uma tribo sob a denominação de Inhamum nunca existiu no Ceará. Ela firma-se no fato de havermos compulsado o antigo — «LIVRO DA MISSÃO DO JUCA EM QUE SE AXÃO REGISTRADOS BATIZAMENTOS, CASAMENTOS E MORTES DESDE 1755 ATHE 1808, os primeiros livros de registros de batizados e casamentos da Freguesia de N. Sra. da Expectação, do Icó, para os anos de 1727 a 1775, o primeiro livro de registros de casamentos da Freguesia de N. Sra. do Monte do Carmo, da Ribeira dos Inhamuns, para os anos de 1756 a 1770 e os primeiros livros de registros de batizados e casamentos da Freguesia de N. Sra. da Paz, de Arneirós, para os anos de 1777 a 1801, e, não obstante havermos encontrado batizados, casamentos e óbitos das mais diversas nações de índios, como a dos Cariris, Caririaçu, Jenipapos, Xocós, Uanês, Jucás, Calabaças, Cariús, Icòzinhos, Crateús, Quixelôs, Paiacus, Tabajaras, não encontramos um só registro do gentio Inhamum.

Théberge e João Brígido sem provas documentais, localizaram a imaginária tribo Inhamum entre os Quixelôs e os Jucás. Entretanto, o erudito Carlos Studart Filho, diverge daqueles historiadores com estas palavras esclarecedoras: — «*Hesitamos em aceitar a realidade de sua existência em terras de nossa Capitania*» (R.I.C. 1963, pág. 216). — «*Aliás, na chamada Região dos Inhamuns, não há sinais históricos de sua vivência ali, nem tradição*», é a opinião do Dr. Carlos Feitosa, proibido pesquisador dos fatos da nossa história, expressa em carta datada de 12 de agosto de 1967, que dirigiu ao intelectual Mozart Soriano Aderaldo, que prepara uma edição anotada do livro «*ESBÓÇO HISTÓRICO DA PROVÍNCIA DO CEARÁ*», de autoria do Dr. Pedro Théberge.

Temerários os selvagens, que se metessem entre São Mateus e Arneirós, trecho do domínio absoluto dos Jucás, pois fatalmente os intrusos seriam massacrados pelas falanges do cacique ANHAMUM. Reza, aliás, a tradição que os Jucás, dominando os inimigos decepavam-lhes as cabeças e as expunham sobre espeques no Saco do Coronzó, uma fortaleza situada entre muralhas rochosas que ficam num

**contraforte da Serra Grande, na área por eles então dominada.**

Na primeira metade do século pretérito, o Dr. Pedro Theberge estava no Saco do Coronzó. Conta-nos, no seu livro «ESBÔÇO HISTÓRICO» que, no local visitado deparou um quadro macabro pontilhado de caveiras humanas no tópo de tranqueiras (cêrcas de estacas ponteagudas).

Era assim que os primitivos donos da terra do Inhamum procediam contra os que tentavam violar os seus domínios sertanejos.

## A CONQUISTA DA TERRA E SUA COLONIZAÇÃO

No centro sudoeste do Estado, tendo por limite norte a lagôa das Inhamuns, próxima da barra do Jucá em território de Independência e não longe das encostas da Serra da Joaninha, e, ao sul, até as vertentes do Rio Cariús, nas chapadas sêcas das Lavras da Fortuna dos Inhamuns, com uma superfície nunca inferior a do Estado de Sergipe (com 21.994 Km<sup>2</sup>) ou da Albânia, país na Europa (com 28.748 Km<sup>2</sup>), se encravam nas terras cearenses de ricas pastagens, os sertões dos Inhamuns.

Ao centro dessa área alteia-se famoso planalto, que formava o antigo Distrito do Tauá, «com a semelhança de um prato emborcado» na expressão do Senador João Tomé, e «cêrca de 10.000 Km<sup>2</sup> e uma altitude média de 450 metros.

*Compõe-se de taboleiros cristalinos, com intrusões graníticas, rasos, cobertas de vegetação rala, as vêzes catingue-ta, adensando-se mais nas proximidades das serras.»* Ao lúcido Prof. Renato Braga não escapou a observação de o chapadão de terras vermelhas ficar situado entre sistemas orográficos.

Duas vias naturais, dois flancos em aclave suave serpenteando as margens dos rios Poti e Jaguaribe, facilitaram-lhe a penetração.

Em 1707 os primeiros colonizadores, os que se apossaram para si ou para os seus «os que vieram viram e ficaram, povoaram a terra e estabeleceram culturas, tiveram o sentimento de a elegerem para domicílio e trouxeram seus rebanhos». (Abdias Neves).

Aí assustaram várias tribus tapuias e notadamente a dominadora nação dos Jucás. Aí plantaram grandes domínios, depois de subjugado o indígena. Aí fincaram as raízes das famílias que conjugadas a outras vindas em menos de oitenta anos, na sua quase totalidade, ainda possuem a terra.

Os primeiros foram dominados pelo espírito da aven-

tura, os que lhe seguiram vieram seduzidos pelas excepcionais condições de pastoreio da região. É a terra dos bravos Jucás povoada por grandes fazendas de criar gado.

Com arrimo em documentos, sabemos que cinco dos quarenta e um homens do São Francisco (João de Sousa Vasconcelos, Francisco Nogueira Lima, Manuel Rodrigues Teixeira, Gaspar Moreira e Antônio Alves Camelo), deram preferência às terras da «*travessia dos Inhamuns*», até então incultas (SESMARIAS. Vol. VI, pág. 181).

Os dois primeiros, não se pode dizer com exatidão e data, situaram seus gados na dita travessia, que fica no município do Iguatu. Os outros três não se conhece a causa, renunciaram tácitamente a seus direitos sobre elas, pois, não vieram povoá-las, deixando-as cair em comisso.

Já no dia 1º de agosto de 1706, o Governador de Pernambuco, Dom João de Sousa, distribuiu 33 léguas de terras nas cabeceiras do Jaguaribe entre onze fazendeiros da Bahia, cujos nomes mencionamos: Francisco Barroso, João Batista, Gonçalo Neto, Domingos de Moura Coutinho, Francisco Gonçalves Fiúza, João e Nicolau Lopes Fiúza, Francisco e Domingos Alves de Seixas, Manuel Dias Filgueiras e Dona Isabel Barreto de Meneses (Documentação Histórica Pernambucana, SESMARIAS — Vol. I, Recife, edição de 1954, pág. 135/150).

Francisco Barroso pretendeu desenvolver a pecuária nas terras do seu pertence, tendo para êste fim construído uma caiçara às margens do Jaguaribe, nas imediações da foz do Riacho da Mõça (SESMARIAS, vol. 6º, pág. 179).

Nicolau Lopes Fiúza, por si ou seus procuradores, tentou localizar-se «*na parte de dentro do Boqueirão dos Inhamuns*» (SESMARIAS, vol. 5º, págs. 119 e 189). O intento malogrou. Ambos abandonaram os seus novos domínios. Dos sócios restantes, inexistente qualquer referência a seus nomes nos mais antigos registros.

No comêço do século XVIII, rico fazendeiro na Capitania da Paraíba, da família Ferreira, vigoroso ramo do velho tronco Albuquerque Cavalcanti, de Pernambuco, invadiu as terras dos longínquos sertões que ficam no sudoeste cearense. Com tropa aguerrida, o destemorado homem de bandeira, surpreendeu naquelas paragens «*os índios do Brejo Grande (Santana do Cariri), os Jucás e os Crateús,*

*destruindo-lhes as aldeias», certamente, depois de travar árduas pelepas (INÉDITOS do Barão de Studart).*

Ociosos seria declarar ter sido o Sgt.-Mor Francisco Ferreira Pedrosa (avô paterno do Capitão-mor dos Inhamuns, José Alves Feitosa), quem implantou quietação naqueles desertos sertanejos. Seja, pois, o seu nome venerado como pioneiro na conquista dos Inhamuns.

O êxito do potentado da Paraíba repercutiu nos longos do litoral e do interior do nordeste, desde a Bahia até o Rio Grande do Norte. O clima de relativa paz que ali passou a reinar, ofereceu condições para o início do povoamento e da expansão dos gados. E logo foram concedidas a pressurosos requerentes datas sesmárias nas terras de pastoreio nomeadas como de ricas pastagens.

Ao Cap.-mor João da Mota, em 5 de dezembro de 1705, pediram Antônio Esteves e seu irmão Ten. Cel. Domingos Alves Esteves, 6 léguas de terras *«que estavam dadas a Manuel Rodrigues Teixeira e a Antônio Alves Camelo há vinte e três para vinte e quatro anos os ditos não tinham povoadas nem tinham gados nesta Capitania nem moravam nelas»,* segundo declarou o Governador João da Mota ao conceder as referidas datas. (SESMARIAS, vol. 1º, págs. 156/157).

Ao Capitão Lourenço Gonçalves de Moura e a Teodósio Nogueira, em 26 de janeiro de 1706, o Governador Gabriel da Silva do Lago fez mercê de duas sortes de terras de 3 léguas que ficaram *«nas ilhargas de Francisco Nogueira Lima em um riacho a que chamam das Itans e desagoa o dito riacho acima dos Boqueirões onde assiste o gentio Quichalo (SESMARIAS, vol. 1º, págs. 177/178).*

Até o ano de 1706 os colonizadores não se tinham embrenhado nos êrmos dos Inhamuns. Apenas transpuseram os seus umbrais para apossarem-se da *«travessia dos Inhamuns»,* como o Comissário-Geral Lourenço Alves Feitosa chamou as terras de Iguatu quando as pediu por devolutas *«a encher-se nas testadas do sítio de Francisco Nogueira Lima chamado IRAPUÁS»* (SESMARIAS, Vol. 6º, pág. 181).

No ano de 1707, dois grupos invadiram o planalto dos Inhamuns propriamente dito, e estabeleceram-se patriarcalmente, deixando troncos de famílias já com quase três séculos de existência, cujos rebentos ainda hoje estão de

posse da terra. Um dos grupos era capitaniado pelos irmãos Alferes Lourenço Alves Feitosa e Francisco Alves.

Os Feitosa assenhorearam do riacho «que corre junto de uma serra a que chamam Serra dos Boqueirões por onde habita o gentio Joquo-yu» (SESMARIAS, Vol. 4º, pág. 30).

Está expresso que o dono daquêles chãos era o Tapuia Joquo e que o riacho corria perto da Serra dos Boqueirões, mas o documento não diz qual o lado da falda. É isto exatamente o que Antônio Bezerra esclarece: «O Riacho dos Jucás deságua abaixo da Serra dos Boqueirões (ALGUMAS ORIGENS, pág. 134) (acrescentamos ser pelo lado direlto).

A composição joquo-yu significa joquo-matar, quebrar; yu-beber água (Vocabulário Tupi-Português, págs. 79 e 177, do Padre Lemos Barbosa).

O vocábulo joquo, radical do verbo *ajucã* apresenta uma gama de formas: *joquo*, *joqua*, *joco*, *jucã*, *jucá* e ainda *jocu* como escrevia o Padre Assenço Gago, Diretor da Missão da Ibiapaba.

Foi na barra do Riacho do Jucá, que o colonizador Francisco Alves Feitosa levantou seus primeiros currais, para, anos depois, estabelecer-se, definitivamente, na parte de cima do referido curso d'água, em Cococi, onde erigiu o primeiro templo religioso no Planalto, sob a invocação de N.S. da Conceição. O irmão dêste, de nome Lourenço, tomou posse a três léguas da foz do dito riacho, fundando a «Fazenda da Serra», ainda hoje, com esta denominação.

Os Gomes e seus parentes Ferreira prosseguiram na jornada pelas margens do Jaguaribe, andaram mais de 8 ou 10 léguas acima dos Boqueirões, já pisavam terras nunca visadas de brancos, alcançavam o *Hohacuiúba* e o *Quintirire* (\*), que evoluíram para Trici e Carrapeteira, chamados imprecisamente Manoel Lopes pelos organizadores das sesmarias do Ceará, onde começa o Jaguaribe, e, como marcos confirmativos da posse, chantaram cruces, assentaram um arraial para a defesa dos moradores, situado duas fazendas de gados de criar, estabelecendo um consórcio rural nos

---

(\*) — Sobre o Riacho da Carrapeteira, um dos formadores do Jaguaribe, o inolvidável Renato Braga, no seu "Dicionário Geográfico e Histórico do Ceará", à pág. 315 do 2º Vol., diz o seguinte: «No início do século XVIII, figura este riacho em documento oficial com o nome de *Quintiriré*».

Inhamuns, ao qual denominaram «Fazenda da Barra da Sociedade». (Datas de Sesmarias, Vol. 5º, pág. 14 e 34 e Vol. 10, pág. 101).

Outros vieram logo depois; pediram mercê das terras desbravadas, mas não povoaram e abdicaram de seus direitos sobre elas. Teixeira Cavalcante, na Gazeta de Notícias, edição de 7.1.1954, informa que «as duas exceções verificadas nos Inhamuns a esta regra de adquirir terras e dela não se aproveitar, são a favor dos povoados dos rios do Jucá e de Trici. Naquele, domina a família Feitosa, e, neste, mandam os Gomes, seus requerentes e posseiros com já um lastro de tempo próximo de dois e meio século».

A notícia do assenhoreamento das boas terras de criação de gados foi ter nas Alagôas, em Pernambuco, na Paraíba, em Sergipe d'El Rey e no Rio Grande do Norte. Uma verdadeira corrida se fez em busca do sertão alto. Os Montes, os FONSECAS FERREIRA, os ARAÚJO, os BARRETO, os MENDES LOBATO, os BARBALHO, os ESTEVES, os ALMEIDA, os ANDRADE rompendo caatingas com a audácia que caracterizava o «homo colonialis», pisavam os chãos dos misteriosos campos do sudoeste cearense para devassá-los até os confins.

João de Almeida foi o colono mais bem aquinhoado pelas graças reais, na distribuição das terras do planalto, com cinco doações de três léguas de terra, cada uma, nos seguintes cursos d'água: Tauá, Cacimbas, Condadu, do Saco e alto Jaguaribe (SESMARIAS, Vol. V págs. 119 e 200, Vol X, págs. 24, 26 e 101).

O paraibano João de Almeida, inspirado na sabedoria do refrão popular que sugere: «casa teu filho com a filha do vizinho», fez seu filho José de Almeida unir-se pelos laços do Hímeneu a Maria de Freitas, filha do pernambucano Teodósio Gomes de Freitas. Ambos sesmeiros no Rio Tauhá (hoje, Trici), ou nos seus tributários.

Alguns deles assenhoreados dos novos domínios se constituíram patriarcas das famílias que ainda vivem naqueles sertões.

Entre outros é mister citar o Capitão-mor João de Araújo Chaves, da Carrapateira, o Ajudante Manoel do Couto Figueirêdo, no Trici, o Sargento-mor João Bezerra do Vale, nos «Cabaços», o seu irmão Padre José Bezerra do Vale, no «Umbuzeiro», o Sargento-mor Francisco Ferreira, Pedrosa, no Brejo Grande (Santana do Cariri), com cerca

de 30 léguas de sesmarias por tôda ribeira do Jaguaribe.

Tão grande era o interêsse pelas terras do alto Jaguaribe que até o Padre Cura da Ribeira dos Icós, Domingos Dias da Silveira, se localiza no riacho do Mota, perto da Fazenda da Serra (SESMARIA, Vol. X, pág. 98).

Os lugares Santos de Jerusalém vão ter às cabeceiras do Jaguaribe, na Lagôa do Santiago. Eram as fazendas de criar gado, constitutivas dos ricos patrimônios presenteados pelo colono ao Orago de sua especial devoção (SESMARIAS, Vol. XIV, pág. 297).

O Rio Tauá foi concedido ao Capitão Luís Coêlho Vidal, mas «*não foi povoado e está prescrito*» — referem os alfarrabios (SESMARIAS, Vol. X, pág. 101 e Vol. XII, pág. 67 e 68).

Teodósio Gomes de Freitas, em 1723, assenhoreou-se dos Riachos das Lagoas (Teodósio), de Tederô (hoje, S. Teresa), e do Amoré (Riacho do Mato) montando nêste a fazenda «Cedro», com casa de morada e currais, há dez (10) Km. de Tauá. Esta propriedade atualmente pertence aos herdeiros de Veridiano Alexandrino (SESMARIAS, Vol. XI, págs. 140, 141 e 142).

Os açougues de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, começaram a se abastecer de rebanhos oriundos desta região, porque o seu gado alimentado nos campos de gramíneas vivazes como o mimoso, o panasco e a milhã, tinha mais pêso e carne mais saborosa.

Não buscavam tão só o boi de corte ou o cavalo de sela, mas o reprodutor de melhor raça para os seus rebanhos. E êste fornecia à vizinha Capitania de Piauí que, para Luís da Câmara Cascudo «*dos fins do século XVIII em diante, muito valia a nossa vida de pastorício*».

Assim, os Inhamuns e os Campos Gerais do Piauí se tornaram o primado pastoril de todo o nordeste brasileiro e Tauá era o ponto de convergência da vaqueirama forasteira. Para Câmara Cascudo êstes homens vestidos de couro: «*A maioria furava de Tauá, diretamente para o Piauí Outros tomavam novos rumos, de Tauá para Crateús e daí seguiam galgando a Ibiapaba para o Campo Maior, banhado pelo Rio Surubim ou dos cearenses Arneirós e Cococi, alcançando Valença do Piauí ou em diagonal para Picos. Na última localidade é onde vêm se prover de vistosos e ornamentais cavalos pampas, orgulho do patriarcado rural do*

*Rio Grande do Norte*. Ainda hoje o garanhão pampa é alvo da admiração dos criadores de equinos.

De inegável beleza, é visto com grande entusiasmo pelo expectador de cinema, o cavalo do índio, que comumente, tem duas côres.

Atraídos pelo comércio de gado e a excelência das boas pastagens para os seus rebanhos, vieram ter aos Inhamuns, várias famílias do patriarcado de outros Estados. No século transato aglutinaram-se aos Feitosa, os Rêgo de Oeiras no Piauí e os Castro do Rio Grande do Norte, senhores no rio de Jucás e seus afluentes.

Mais tarde juntaram-se, ainda os Castelo Branco de Baturité, que, por coincidência casaram-se com filhas do Tesoureiro da Sisa Real dos Inhamuns. Ricos e poderosos, elegeram como feudo, o rio de Pulú, onde já sentara tenda o Capitão Vicente Ferreira de Sousa, tetravô do Juiz Carlos Feitosa.

Subindo o rio de Favelas, uma figura respeitável de patriarca, o capitão Manoel Ferreira da Graça, (ascendente do engenheiro Vicente Cavalcante Fialho, atual prefeito de Fortaleza e do inovidável Leonardo Mota), comprou dos herdeiros do Cap.-mor Mateus Muniz Barreto cinco léguas de terra e fundou a fazenda do Campo Prêto, por cujo nome é conhecido o seu numeroso clã (os Teixeira, os Cavalcante, os Mota, os Ferreira de Sousa e os Oliveira).

Na parte setentrional o Cel. Francisco de Barros e Albuquerque torna-se o latifundiário da fazenda «Bom Jesus» com as terras do médio ao alto Carrapateira e seus afluentes, o São João no Sertão do Crateús e o Banabuiú no sertão da Mombaça.

Já no Trici encontramos os Barreto (que são os mesmos Diniz Maciel), os Gomes, os Ferreira, os Veloso, os Oliveira, os Rodrigues, os Pezeirã, os Correia de Lacerda, constituindo uma só família com os Figueirêdo que se entrelaçam com os Povos Ferreira e Albuquerque e os Almeida, formando a «grande família do Rio de Flores» na expressão do Cel. Belizário Cicero Alexandrino. No meado do século passado vieram, às quais juntaram-se os Alexandrino, do Piauí.

No médio e baixo Carrapateira os Pereira de Carvalho, numerosos, que deixaram tradição de prestígio social

sem o juntar com a indispensável acumulação de grandes riquezas como o exigia a época.

Da Cachoeira do Riacho do Sangue, três irmãos demandaram os Inhamuns indo um, o Cap. Pedro Barauna parar nas cabeceiras do rio Carrapateira, na fazenda Belém, adquirida dos descendentes do Cel. Francisco de Barros e Albuquerque, onde constituiu «casa» e uma numerosa família, ainda vivendo as mesmas terras.

O outro, um homem notável, o Ten. Cel. João Rodrigues Pereira, que se casou na Casa do Trici com D. Isabel Diniz Maciel e são os tetravós de D. Hélder Câmara. Fêz imensa fortuna e foi o chefe político de muita importância na região.

O seu inventário, além de nos mostrar a opulência de seus haveres em dezenas de fazendas povoadas de gado, muito ouro e prata, revela-nos o homem afeito à boa leitura, com uma biblioteca de 160 volumes. Sua fazenda «Cachoeira» foi adquirida pelo Cap. João Leite de Araújo Chaves e Melo, avô e pai de criação do Juiz Carlos Feltosa. O terceiro irmão, o Capitão Antônio Pereira, foi localizar-se no lugar «TANQUES», em Quixeramobim, onde se notabilizou. Foram seus genros: o Major Antônio de Sousa e Felix Vieira, ambos patriarcas em Independência.

No baixo Puiú, estão os domínios do Ten. Cel. Custódio André dos Santos, e do Capitão Manuel Gonçalves dos Santos (ascendente do jornalista Geraldo S. Nobre, que depois trouxeram os seus parentes, da parte sul da região e fundaram nas Marrecas o clã dos Carcarás do S. João do Príncipe.

A poucas léguas do «Boqueirão de Arneirós», um pouco acima da Cidade dêste nome, na fazenda «Raiz», já se encontrava, desde o povoamento, o Capitão Francisco Muniz Barreto. Seu filho, o Capitão-mor Mateus Muniz Barreto fundou a Casa do São Martinho. Foi Juiz Ordinário no Icó, em 1760.

Ao lado do norte, subindo o ITAIM-AÇU (Poti) o comissário Aires Francisco de Macêdo diz, dirigindo-se ao Governador do Ceará, que está de posse «há dezoito anos» das terras do CARITHEUS, do riacho do Jucás, do Rio Verde (Itaim) e do riacho do Gado, chãos que integram, os municípios de Crateús e Independência.

A petição que dirige em 1725, pedindo lhe seja conce-

dida «mercê» daquelas terras, é de uma arrogância e presunção sem limites: um único argumento, uma justificativa apenas: «*não quer que outro se intrometa*» (SESMARIAS Vol. XI, pág. 224/225) nos vastos e descomunais domínios. Não lhe foi concedida uma sesmaria, mas uma capitania, boa parte, ainda hoje, no poder de seus descendentes.

Lemos em um documento, que supomos laborar em equívoco, ter sido referida área (180 Km de comprimento por 120 Km de largura) vendida em 1721, sem dizer por quem, mas ao preço de 4.000 cruzados, a D. Ávila Pereira, da Casa da Torre.

Não acreditamos por razões muito simples, a terra por mais dois e meio século não saiu das mãos dos parentes do Comissário, mas levantamos um véu de dúvidas ao sabermos ter êle como espôsa a Ana Francisca Pereira de Macêdo, com quem pediu por datas de sesmarias as mesmas terras ao governo do Maranhão em 1739. A espôsa não seria dos Pereira da Casa da Torre?

Os parentes do Padre Antônio Vieira e do Major Miguel Gomes Coutinho se unem com os descendentes do Comissário Aires Francisco de Macêdo e ainda hoje ocupam as «*terras dos Caritheús*», na parte do município de Independência, onde se identifica e confunde com os Inhamuns, território constitutivo ao antigo Município de Vertentes (que foi extinto).

Chamado pelo irmão Comandante Venceslau Gomes da Silva, na segunda metade do século XVIII, chegou nos extremos geográficos da freguesia de N.S. do Monte do Carmo, da Ribeira dos Inhamuns o Alferes Manuel Raulino da Silva, fundador da Casa do Mondego, atualmente, Pinhões, em Independência, levando em sua companhia a irmã Ana da Silva, que se matrimoniou em primeiras núpcias com Bento Francisco de Macêdo, e, em segundas, com Faustino da Silva Lobato, filho de Manuel de Montes, naturais de Oeiras da Europa, de cujos matrimônios deixou família ainda hoje dominante da região.

Do primeiro matrimônio destacamos os rebentos: Majores do Exército Hélio Coutinho de Macêdo, Bento Coutinho de Macêdo (irmãos), Professor Universitário José Mateus Gomes Coutinho, da Faculdade de Direito do Ceará, Coronel Manuel Vieira Gomes Coutinho, que foi Deputado Estadual, médico Adônis Coutinho de Macêdo, Dr. Antônio

Gomes de Macêdo Coutinho, Juiz de Direito, Padre Antônio Cavalcante de Macêdo e Albuquerque, Vigário Colado de Crateús.

Descendem do segundo matrimônio o Deputado Estadual Alceu Vieira Coutinho, Dr. Aristófanês Vieira Coutinho, Dr. Antônio Pacífico de Lima, Vereador Antônio Brígido Vieira, Dr. Carlos Feitosa, Magistrado, e Manuel Gomes de Freitas (Nelo Gomes), que foi Deputado Estadual em duas legislaturas.

O Alferes Manuel Raulino da Silva foi notável, pois, tomou a iniciativa de mandar seu filho Felipe Raulino de Sousa Uchôa, cursar a tradicional Academia de Olinda, em Pernambuco, onde se bacharelou no ano de 1838. Foi, irretorquivelmente, o primeiro DOUTOR de Independência, depois, Deputado Provincial por três vêzes e Desembargador. Uma neta de Raulino, Úrsula da Silveira matrimoniou-se com seu parente Cel. Manuel Vieira Gomes Coutinho. Mário da Silveira, seu «tataraneto», roubado ao convívio humano aos 22 anos, foi poeta primoroso, escreveu poesias de encantadora beleza. Sobre êle o imortal Dolor Barreira, em sua monumental «HISTÓRIA DA LITERATURA CEARRENSE» disse: — «A poesia de Mário não é só de frases ritmadas. Os pensamentos também afloram, as idéias de um espírito que medita, vem a flux».

Ainda no Rio do Puiú vamos encontrar o numeroso clã dos *Marinheiros*, descendentes dos portugueses Francisco Noronha de Menezes (1831), Tomás Antônio de Oliveira Gaspar, e João da Silva Melo, que ali chegaram na primeira metade do século passado, matrimoniando-se na família Gomes, da Casa do Sòzinho.

João da Silva Melo casou-se segunda vez com Antônia Linda da Mota, da então opulenta Casa de Santa Tereza, no Rio de Flores, *donzela formosa*, assinala a tradição, sendo êste casal os avós do Deputado Federal Edilson de Melo Távora e do Conselheiro Edval de Melo Távora.

Descendem de Francisco Noronha de Menezes o médico Francisco Alves Noronha Filho, José Alves Noronha, atual Prefeito de Parambu, e o Dr. Luís Feitosa Noronha, Juiz de Direito de Juazeiro do Norte.

Já na Ribeira do Truçú, em cuja foz fica a larga porta da travessia dos Inhamuns, avulta a figura do sesmeiro João Alves de Carvalho, filho de José de Barros Lima e de

Eugênia de Sousa Teixeira, naturais da Freguesia do Santo Antônio do Urubu do Rio de Baixo (a parte baixa do Rio São Francisco), lado de Sergipe d'El Rey. Com sobradass razões, êste casal foi chamado de Adão e Eva do sertão cearense.

Além de João A. de Carvalho, houveram os seguintes filhos: Alexandre Teixeira, Antônia de Lima, Isabel, Ana Maria do Sacramento e Julião de Abreu de Lima.

São descendentes do casal sergipano o Marechal João Batista Duffles Teixeira Lott, Ministro do Exército no Governo de Juscelino Kubistcheck, do Professor Universitário José Aderaldo Castelo, em São Paulo; Senir Sampaio Jataí, Magistrado em Recife e seu irmão Mozir Sampaio Jataí, do Tenente-Coronel João André Teixeira Mendes (o célebre) *Canela preta*, do Coronel Belisário Cícero Alexandrino, Chefe Político em Iguatu; de Isnard Teixeira, médico analista no Rio de Janeiro, Monsenhor Juvinião Barreto; do Dr. Carlos Feitosa, Magistrado cearense; do Conselheiro Odilon Aguiar Filho, do Tribunal de Contas do Ceará; do autodidata Antônio Teixeira Cavalcante; do Engenheiro Vicente Cavalcante Fialho, Prefeito de Fortaleza; de Alceu Teixeira Rocha, alto funcionário do I.N.P.S.; dos advogados Drs. Meton Teixeira Marques Vieira de Albuquerque e Idalmir Carvalho Feitosa; dos médicos Luís Alberto Meireles, Rinaldo Meireles, Núbia Gomes Castelo, Pedro Wilson Leitão Lima, Gilmário Mourão Teixeira, Alberto Feitosa Lima, Prefeito de Tauá, Manuel Gomes de Freitas Sobrinho, em Recife; Quintílio de Alencar Teixeira, Maria Célia Teixeira, Glauber Santos Paiva, Frutuoso Gomes de Freitas; dos bacharéis Adail Cavalcante Barreto, ex-Deputado Federal, João Pedrosa Castelo, da Universidade do Ceará; Gracy Gomes Aguiar, Juiza de Direito de Pacatuba, Cândido da Silveira, residente no Rio de Janeiro, ex-Deputado Estadual Aroldo Cavalcante Mota, Antônio Gomes Câmara, Superintendente-adjunto do I.N.P.S.; Antônio Gomes de Freitas Filho, Coordenador Administrativo do Instituto Dr. José Frota, Geová Ricarte Lima, Delegado da Capital; Francisco Holanda Gurgel, Juiz em Ipueiras; José Airton Teixeira, Procurador Geral da Fazenda; Geórgia Gomes Aguiar, Promotora Pública em Aquiraz; Domingos Almeida, jornalista; Francisco Juraci Teixeira, Procurador Fiscal; Conselheiro An-

tônio Perilo de Sousa Teixeira, ex-Deputado Federal, Aristófanes Vieira Coutinho, Delegado da Capital, Francisco Pedrosa Teixeira e Antônio Teixeira Chagas, Promotor de Lavras da Mangabeira; Ernesto Jataí Cavalcante; do banqueiro J. F. Alves Teixeira; dos agrônomos Valter Vieira Gomes, Liberato Gomes Aguiar, Antônio Vieira Gomes Sobrinho, Tarcísio Teixeira Alves e José de Almeida Júnior; do Professor Universitário Denizard Macêdo de Alcântara, Pró-Reitor da Universidade Federal do Ceará; do escritor Nertan Macêdo; de Plácido Aderaldo Castelo, Governador do Ceará (1966/1971); do Juiz em disponibilidade, Demétrio Alves Teixeira, do extinto Tribunal de Contas de Fortaleza; de José Moreira Cavalcante, Chefe da grande empresa industrial C.I.D.A.O.; do Engenheiro Hélio Teixeira Maia; dos Odontólogos Perboyre Gomes Castelo, Francisca Araújo Gomes e Alcides Feitosa Filho, do farmacêutico Domingos Gomes de Freitas Neto, de Luziana Pedrosa Teixeira, doutora em filosofia, do Desembargador Felipe Raulino de Sousa Uchôa, que foi Deputado Provincial por três legislaturas; e do Deputado Estadual Alceu Vieira Coutinho.

Dissemos que nesta corrida para o «sertão alto» (Inham-sertão/mu-alto), por homens hirsutos como os espinhos dos cardos, a justificativa era a clássica: *«nêle se quer acomodar os seus gados por não ter bastante terra onde os criar»*.

LL

Todavia, muitos dêles e não poucos, escolheram o seu domicílio, atraídos pela beleza das filhas dos fazendeiros, de porte airoso e olhar brejeiro. Meninas ricas, belas e afeitas ao trabalho.

Companheiras ideais para a vida do lar e para a manutenção das fortunas. Ontem, como hoje, as minhas conterrâneas, tiveram os seus admiradores. O jornalista e sociólogo J. de Figueirêdo Filho exalta em primoroso trabalho publicado no «O Povo», edição de 29.7.54 as *«môças bonitas e tipos fisicamente evoluídos»* da região para dizer que *«ali predomina o belo entre o sexo frágil»*.

É assim e sempre o foi através dos tempos. A mulher dos Inhamuns, pela sua beleza e pelas suas maneiras afáveis e atraentes sempre teve o seu cultor quer em prosa como em verso.

O folclore também não a esqueceu e vamos encontrar

em mestre Câmara Cascudo, na sua «História do Rio Grande do Norte», o testemunho do que dizemos. É registrada ali a cantiga dos boiadeiros que fizeram as longas caminhadas em busca do boi surubim, quando pelejavam a terra, conquistando-a para a civilização, os avós de meus avós e enamorados das meninas bonitas dos sertões dos Inhamuns e do Campo Maior, ao som plangente das violas cantavam:

*Como Xiquinha não tem  
Como Totonha não há  
Xiquinha do Campo Grande  
Totonha do Lagamá  
Xiquinha vale dez fio  
Totonha vale dez vó  
Xiquinha do Cococi  
Totonha do Arneiró...*

*Xiquinha prá querer bem  
Totonha prá carinhá  
Xiquinha é de Crateús  
Totonha lá do Tauá  
Xiquinha vale uma vila  
Totonha vale ela só  
Xiquinha nasceu nos Pico  
Totonha em Campo Maior.*

Assim era o Planalto, depois da Serra dos Boqueirões. Antes dêle, João Batista Vieira, homem de poucos recursos, constituiu uma prole de homens notáveis, pela fortuna e pelo saber. Seus filhos dominaram não só a região, mas toda a Província.

O mais notável, Francisco Fernandes Vieira «o eterno arrematador dos DIZIMOS REAIS», percorreu todos os degraus da fabulosa Guarda Nacional, indo de Alferes ao Coronelato, donde passou para a nobreza do Império, com o Título de Visconde de Icó.

Quando morreu a Viscondessa, na Fazenda Carcará, um pouco acima da Cidade de Saboeiro, o inventário mostrou 12.000 reses, distribuídas em 100 léguas de terra. Foi sem dúvida, uma das maiores fortunas do Ceará, em todos os tempos, só igualada com a de outro homem dos Inhamuns,

o Ten. Cel. José do Vale Pedrosa, filho único do Capitão-mor dos Inhamuns, José Alves Feitosa.

No meado do século XVIII, um português de Amaran-te, Manuel da Silva Pereira, localizou-se na Ribeira do Cariús e seu afluente Bastiões e Serra do Quincuncá, tornando-se tronco de família do mais alto nível social, como os Correia de Várzea Alegre, os Augusto de Lavras, os Leal em São Mateus, e grupos menores nos Riachos da Canga e do Cangati.

Conforme os assentamentos eclesiásticos de São Mateus, para os anos de 1756 a 1770, matrimoniou-se Manuel da Silva Pereira duas vezes, em primeiras núpcias com Eugênia Maria e, em segunda, com Gertrudes da Conceição, natural de Minas Gerais, deixando de ambos os consórcios, família numerosa, dentre os quais se destacam o General João da Silva Leal, que foi Deputado Federal, sogro do General Evandro de Sousa Lima, superintendente da SUDE-NE, e irmão do Deputado Estadual Mário da Silva Leal, chefe político de grande prestígio na região, e o linhagista Manuel da Silva Pereira da Costa Leal, autor dos livretos PROLE SILVA, e REINOS DA NATUREZA, o Engenheiro Civil José Leal Lima Verde e o antigo Prefeito de São Mateus Miguel da Silva Leal, em 1914.

Domingos Francisco de Góis, sergipano de Lagarto (\*), chegou no começo do século XVIII no Rio do Umbuzeiro, e matrimoniou-se com Josefa, filha do Capitão José Alves de Medeiros, fundador da Casa de São Nicolau, o qual é filho da índia Micaela Jorge, da Nação do Jucá, com o Padre José Bezerra do Vale, Patriarca no verdadeiro sentido, da tradicional Casa do Umbuzeiro, da qual descendem eminentes homens públicos de projeção nacional e intelectuais de real valor.

Entre os que mais se distinguiram, podemos citar Wenceslau Brás Pereira Gomes, Presidente da República (1914/1918), Araújo Lima, ex-Ministro da Guerra, Félix Pacheco, ex-Ministro do Exterior, ex-Senador João Luís Ferreira, que foi Governador do Piauí, José Carlos de Matos Peixoto, jurista de renome e Governador no Estado do Ceará (1928/1930), Raimundo do Monte Arraes, jurista de valor, e os Senadores Wilson Gonçalves e Vicente Bezerra Neto, os Deputados Federais Vicente Augusto, Antônio Paes de Andrade, Joaquim de Figueiredo Correia, o humanista Francisco Alves

## de Andrade e Castro e o romancista João Clímaco Bezerra.

(\*) — «E o môço oriundo do Rio de Baixo (baixo S. Francisco), revelam os documentos, chamava-se Domingos Francisco de Góis, sergipano de boa cêpa, pois seu pai, da família Araújo, com sangue nas veias de Hus, da Holanda, foi casado com uma filha de Valentim da Rocha e de Luíza de Andrade, naturais do Rio de Baixo, de nome Joana do Ó, matriarcal dama, que se assenhoreou do lugar Bebedouro, na bacia hidrográfica do Umbuzeiro, na primeira metade do século XVIII, onde construiu com os filhos uma Igreja e por esta razão é considerada a fundadora da cidade de Aiuaba».

(Trecho de «O Morgado da Casa do Umbuzeiro», do autor dêste livro, publicado em «UNITARIO», edição de 11 de junho de 1967).

## REVELAÇÕES GENEALÓGICAS

Na minha curiosidade sempre ávida de penetrar o intrincado da genealogia cearense, já em certa ocasião encontrei e divulguei, além das origens neerlandesas, florentinas e lusas do Presidente Venceslau Brás, (1914-1918), a sua vinculação consanguínea à índia Micaela, da tribo dos Jucás, que habitava o Oeste do Ceará, a qual não somente era tetravó do saudoso estadista, como igualmente era a ancestral de muita gente de alta qualificação social e política (*O Morgado da Casa do Umbuzeiro*, «UNITÁRIO, de 11.6.67).

Possuir um avô adestrado no manejo do arco e da flexa, nativo da terra brasilica que lhe deu a fecunda semente rácica, sem dúvida, motivo de ufanía de um povo em cuja miscigenação o velho e puro sangue aborígena preponderou, originariamente, sobre o do ádvena.

Os nossos índios, habitantes das brenhas misteriosas, não tinham a pele branca nem a cultura do europeu que o atropelou. Mas possuíam sobre êle, tôdas as energias viris e eugênicas que lhes transmitiu a exuberância mesma da natureza tropical, e com elas entrou na formação da raça brasileira.

Veem daí a fortaleza e a bravura da nossa gente, atestadas em feitos memoráveis que a história registra. A sua influência ancestral, decisiva na nossa história, exaltou-a RUI BARBOSA neste conceito lapidar: — «em todos os momentos da vida brasileira, da Colônia à Inconfidência, à Independência, à Liberdade e à República, até hoje, tudo tem sido o sentimento indígena a inspiração, a substância ou o alicerce fundamental das instituições livres, onde quer que elas permaneçam, enraizem-se e floresçam».

Como Venceslau Brás, são incontáveis os vultos notáveis e famílias ilustres que têm suas raízes nem sempre muito remotas, em ascendentes indígenas. Assim, entre muitos, Gonçalves Dias, neto de índia; Carlos Gomes, tetravô de um cacique; Marcos Antônio de Macêdo —

«por certo, a maior cultura dentre os magistrados do Ceará, no seu tempo» (HUGO VITOR), nasceu de uma tapuia de Picos (Piauí); o Cardeal Joaquim Arcoverde, o português Sebastião José de Carvalho e Melo, (Marquês de Pombal), figura pinacular da política do seu país, derivam de uma matriarca tabajara das selvas pernambucanas. Não é isto, aliás, para estranhar, pois sabemos que do reinol Jerônimo de Albuquerque (o Tórto) e de uma filha de cacique provém a ilustre e tradicional família dos Albuquerque Cavalcante, grandemente ramificada por todo o Nordeste.

Do português Garcia d'Ávila — o fundador da famosa Casa da Torre — (o qual nunca se casou), e da sua companheira a índia Maria Rodrigues, originaram-se os ricos e poderosos morgados de Tatuapara, cujos descendentes, numerosos e ilustres; bem como os do luso Diogo Alvares — O Caramuru — e de sua mulher a cabôcla Catarina Paraguaçu formaram as famílias ainda agora mais distintas e prestigiosas da Bahia e Estados vizinhos.

O padre Cícero Romão Batista, que o fanatismo das massas incultas celebrizou, era tetraneto de um casal índio (ascendência bilateral) do Rio do Jucá. Dom Hélder Câmara, o General Clarindo de Queirós, o General Humberto Ellery, o meu saudoso amigo, o ex-Governador Stênio Gomes, a escritora Raquel de Queirós, o ex-Governador Plácido Castelo, o Desembargador José Maria de Queirós, o Juiz Auditor da Polícia Militar, Dr. Luís Feitosa Noronha e o médico Francisco Alves Noronha Filho, bem como o rabiscador destas linhas são descendentes da princesinha Piaba de Cunhaú, filha do cacique da Aldeia de Natal, capital do Rio Grande do Norte, que foi casada com o português Custódio de Brito.

Não será, pois, surpresa para ninguém encontrar na sua genealogia um ou mais ascendentes indígenas pois quase todo brasileiro tem ancestral nas selvas, ou como disse o inolvidável ex-Presidente Getúlio Vargas ao Cardeal Leme: — «Eminência, eu não dou muita importância a essa questão de árvore genealógica. É que, se nós, brasileiros, nos aprofundarmos muito nessas questões de antepassados, vamos terminar no mato ou na cozinha» (O POVO — 25/28-01-964).

— No Nordeste é comum a mesma origem entre cearen-

ses, rio-grandenses, pernambucanos, paraibanos, piaulenses, etc., quase todos invariavelmente provindos de raças cruzadas dos vaqueiros que povoaram as ribas do São Francisco e se espalharam pelos sertões longínquos.

Releva notar que, enquanto a união pelo casamento entre portugueses e aborígenas (aliás recomendada oficialmente pela corôa portuguesa), se processou profusamente, pode-se afirmar que não houve entre nós, ressaltadas exceções raríssimas, casamento, de branco com negra.

Daí dizer Viana Moog, (BANDEIRANTES E PIONEIROS, pág. 104): — «Casamento de branco com negra, casamento legal, de igreja e altar, nunca se verificou nos comêços da civilização luso-brasileira».

A observação ajusta-se mais apropriadamente ao Nordeste-sêco (R.G. do Norte, Ceará e Piauí), onde é insignificante a contribuição do sangue afro na miscigenação. É que a população negra foi muito mais densa no Recôncavo baiano e Nordeste-úmido (Pernambuco, Paraíba, Alagoas), onde o braço africano era quase o único utilizado na agro-indústria do açúcar.

No Nordeste-sêco, de diferente atividade econômica, o negro constituindo população assás reduzida, era mais empregado nos trabalhos domésticos das casas ricas, vez que os labores do campo e do curral eram confiados aos índios e seus mestiços, afeitos, por origem, à vida livre que o pastoreio e a vaquejada também lhes asseguravam.

Mas isto não significa dizer que não houve, entre nós, contato sexual do branco com a negra. Houve-os extralegalmente, e são bem conhecidos, sobretudo no sertão, os tipos mulatos que constituem famílias numerosas, algumas até de projeção social, originados todos de contatos sexuais fortu'os ou de mancebia entre o branco e a negra.

Quem se dedicar às indagações das origens das nossas famílias tem de forçosamente consultar os velhos livros de registros paroquais, fonte segura e abundante dos estudos desta natureza.

Como aconteceu em todo o Brasil, também nos Inhams se fêz intensamente o cruzamento do português com a índia.

E, a propósito, mencionamos aqui as origens das grandes famílias do famoso sertão alto. Os Feitosa, para começar pela mais numerosa, descendem do português Jerônimo

de Albuquerque (o Tôrto), com a princesa Muira Obi, filha do cacique Arco-verde, de Pernambuco e também os Araújo, por vinculação.

Os Carcará, que provêm de Domingos Sanches de Carvalho, casado com uma aborígine da Aldeia de Currealinho, em Sergipe d'El Rei. Os Gomes, os Loiola, os do Ó e os Alexandrinos, veem do lusitano José Gonçalves de Lâma com uma neta do Dom Antônio Felipe Camarão (o Poti).

Os Andrade, os Arrais, descendem da índia Micaela, do Umbuzeiro, já referida atrás. Os Petrola, de Arneirós, de um italiano com uma índia do Piauí. Enfim, os Coutinho, os Campos Preto, os Leal, de São Mateus, os Marinheiros (Gaspar e Noronha), do Rio do Puiú, todos, se originam desses cruzamentos.

Em «NOTAS DOMINICAIS», Tollenare acentua que os homens do Nordeste pastoril são robustos, corajosos, ativos e inteligentes, e que êsses atributos lhes advêm da mestiçagem, produto da união do sangue índio com o europeu, através da qual se fundiram as qualidades superiores que destingulam as duas raças.

E essas qualidades são, ainda hoje, as que destacam os filhos do planalto do Inhamuns, provadas na bravura de feitos que a história registra, na resistência da sua constituição física, na sua disposição para o trabalho, no seu espírito imaginativo e criador.

## COMO FOI INTRODUZIDA A CRIAÇÃO DE GADO NOS INHAMUNS

No ano de 1621, nas proximidades da barra do Ceará, o português Martim Soares Moreno, que veio à nossa terra investido no pôsto de Capitão-mor, assentou definitivamente os fundamentos da pecuária, na Capitania do Ceará-Grande.

Segundo refere a tradição oral, a primeira fazenda de criar gados foi situada à margem esquerda do Maranguapinho, no lugar atualmente conhecido por «Siqueira», em local que fica um pouco abaixo e à curta distância da ponte construída neste século sôbre o referido rio.

Martim Soares Moreno, dentro de poucos anos, viu prósperos os seus rebanhos. A terra selvagem o supriu fartamente, no tocante ao sustento. Consequentemente não lhe faltavam à mesa vitualhas de costeletas de leitão, fatias de carne de boi grelhadas em brasas, e cabritos assados ao forno.

A ádvena rejubila-se do progredimento da sua criação, e reconhecido, com pena de pato, registra no perganinho as suas impressões: *«para pastos de todo o gado são estas as melhores terras que hei visto porque as porcas párem 4 vêzes cada ano e muitos leitões de cada vêz, e com frutos e mariscos dos rios, se fazem que donde se deitam se não podem levantar. Ali, teve cabras que pariram duas vêzes cada ano e a 2 e 3 cabritinhos».*

Com a ausência de Martim Soares Moreno, verificada em 1631, quase desapareceu a criação tanto assim que quando aqui chegaram em 1637 as tropas de ocupação holandesas um dos seus soldados, o de nome Nicolau Provos conseguiu encurralar apenas 221 cabeças de gado vacuum, que, segundo a informação do Tenente Hendrick Van Ham, — *«aumentavam diâriamente».*

Não há negar. São desvanecedoras as opiniões em tudo semelhantes às do Capitão-mor português e do Tenente flamengo sôbre as condições naturais da terra virgem, real-

mente excepcional para a criação de gados de toda espécie.

Recomeçada a colonização pelos lusos, com a retirada dos holandeses, os primeiros a chegarem, segundo registam os alfarrábios, foram o Capitão Felipe Coêlho de Moraes e seu companheiro Hieronimo Coêlho que vieram — «a esta prassa do Ceará a restaurassão dela no anno de seis centos cincoenta e três donde ficaram assistindo». (SESMARIAS, Vol. 1º, pág. 57).

Estes dois colonos prestaram inestimáveis serviços à nossa causa. Conhecedores do idioma tupi, serviram de intérpretes entre brancos e índios, e foram mais além. Tomaram à si a tarefa de reiniciarem a obra encetada por Martim Soares Moreno.

Dedicando-se à industria pastoril, Felipe e Hieronima montaram suas fazendas — «beira da Fortaleza com criações de gados vacuns, cavalares e outras mais». (A mesma página do livro citado).

Naqueles tempos os dois afortunados colonizadores — «apozentaram os seus gados» bem próximos da Fortaleza de Nossa Senhora d'Assunção, nas imediações onde, hoje, ergue-se o Pálace Hotel) E após a decorrência de quase três décadas, os seus gados, que rapidamente se multiplicaram, estavam danificando as lavouras dos pobres índios e demais moradores do sítio da Fortaleza. Isto foi em 1682.

Urgia a retirada daqueles animais. Com um foral, resolveu o caso o então Governador do Ceará, Sebastião de Sá. Aos dois fazendeiros fêz ampla concessão sesmária — «de hua sorte de terra que se chamava Marangoape que nesta paragem podem elle acomodar seus gados por atalharem ao danno que os seus gados vacuns, cavalares e mais criações atualmente estão fazendo aos mantimentos dos índios e mais morantes». (SESMARIAS, Vol. 1º pág 58).

Com o correr do tempo, aconteceram outras mudanças próprias das circunstâncias. No pátio da Fazenda dos Coêlhos foi construído o passeio público, que, de algum tempo a esta parte, tornou-se refúgio de casais clandestinos, os quais, sem pudor, acariciam-se nos recantos mais sombrios daquele legradouro, onde outrora, há trezentos anos, ganhões relinchantes rufiavam as béstas do lote do Capitão Felipe Coêlho de Moraes e seu sócio.

Esta semente de gado, multiplicou-se, lógicamente, subindo a Ri-beira do Rio Ceará na direção dos sertões que,

pelo lado oriental, contornam a Serra de Uruburetama.

X X X

No Rio Jaguaribe, do fim do século XVII para o começo do seguinte, homens vindos do Rio do São Francisco, da Paraíba, do Rio Grande do Norte e de outros pontos do Nordeste trouxeram os seus rebanhos para situá-los em suas *datas sesmárias*, que se estendiam até às cabeceiras do grande rio cearense.

A Região dos Inhamuns era, sem exaigêro, das mais opulentas da Capitania, no século XIX. Próspera mesmo pela assustadora penetração de fazendeiros abastados, em busca de bons pastos para os seus gados. Tão almejada que chamou a atenção de Amador Veríssimo Aletéia como se lê no seu depoimento: — «O terreno de Inhamuns é mais sêco e pedregoso, composto de pequenas serras e alquebradas, e que contudo não deixam de produzir abundantes pastagens sendo os seus gados os mais propícios para fazerem longas viagens, por isso transportados quase sempre para a Capitania da Bahia». (R. I. C., 1907, pág. 162).

Sertão primoroso para a criação de gados, atraiu desde os primeiros dias da colonização os que — «tem seus gados vacuns e cavalaes e não tem terras donde os possa acomodar», como falou o desbravador Teodósio Gomes de Freitas quando ao Governador do Ceará, em 2 de setembro de 1723, pediu por data de sesmaria o riacho que recebeu seu nome — Riacho do Teodósio — o qual desagua no Rio Trici, bem próximo da Cidade de Tauá.

Teodósio ainda informa que — «o dito riacho pela língua do gentio Jucá se chama Quinamuiú e pela dos brancos riachos das Lagoas» (SESMARIAS, Vol. XI, pág. 40 e seguinte). A Fazenda Teodósio, no começo deste século, pertencia a Franklin Alves Feitosa, avô paterno do Juiz Carlos Feitosa.

E fazendas de muitas rêsas ali se estabeleceram. Com os bois, a prata e o ouro, resultado do escambo.

Nem sempre as fazendas possuíam boas casas. Na sua maioria, eram construídas de taipa. Todavia, um contraste se fazia — o exterior da construção, com o esplendor dos serviços e utensílios de copa e mesa, com a extravagância de balos trajes e lindos adôrnos que os baús de pregaria guardavam.

Segundo os sociólogos, com Gilberto Freire à frente, é característico das zonas do criatório o pouco cuidado com as construções, pela necessidade que tem o criador de acompanhar o gado nas suas andaduras.

Mas possuíam baixelas de prata, talheres do mesmo metal e copos de ouro, em acabamento tão perfeito, que alguns foram parar no Museu Nacional.

E não é sem razão que, falando sobre os Inhamuns, o jornal carioca «DIÁRIO DO RIO», em uma das suas edições de 1861, assim se expressa: — «O Inhamum, pois, apresenta uma coleção de copos, tijelas, chécaras, pires, cuias, colheres, conchas, bules, açucareiros, etc. trabalhos dignos de figurar ao lado dos da Floresta Negra ou de Nuremberg. Note-se bem que êsses sertanejos não tiveram modelos, não tiveram mestres, é tudo própria invenção; as suas ferramentas reduzem-se ao machado e ao quicé» (Transcrição de «O CEARENSE», de 4.10.1861, pesquisa do inolvidável Renato Braga).

Ao Jornalista escapou um fato. Aos nossos homens nada faltavam pelo caminho certo da importação. O boi lhe assegurava o luxo dispendioso, com os objetos mais raros, embora uma cerâmica muito interessante, fôsse privilégio da terra.

x x x

A semente de bovinos que veio de Portugal (do Arquipélago do Cabo Verde, da Ilha da Madeira e do continente), desenvolveu-se de tal modo nos campos do centro-oeste cearense que, com orgulho, afirmamos que os Inhamuns, naquele tempo, eram detentores do maior rebanho bovino do Ceará. As raças que nos vieram do Reino, registre-se, eram de pouco valor econômico.

A melhoria do gado vacuum na região das boas pastagens data do começo do século vigente, época em que se verificou a introdução das raças indiana e holandesa, como elemento revigoradores do gado «pé duro», denominação dada aos bovinos procedentes de Portugal.

Tangendo uma leva de 21 garrotes Gyr e Guzerat, chegou a Tauá, em 1922, o Sr. Ilídio Santos Júnior. Êsses «bos indicus» foram adquiridos no Triângulo Mineiro pelo Sr. Rodolfo Vieira, fazendeiro em Minas Gerais de ordem

do seu sôgro, Dr. Justiniano de Serpa, Presidente do Estado, para serem revendidos, sem lucro, aos criadores cearenses.

O Presidente Serpa foi excelente gestor das coisas públicas. O seu govêrno incentivou a indústria pastoril, até então esquecida, prestigiou o mundo intelectual da sua terra; — «saneou as finanças públicas, promoveu a reforma da Constituição do Estado, atualizando-a; fêz a grande reforma do ensino, a maior e a única, de mais duradoura ressonância, cujos efeitos transformaram por completo o panorama da escola cearense» — refere o insigne professor Hugo Catunda, em «ATUALIDADE DE JUSTINIANO DE SERPA», à página 11.

Reportando-me ainda à introdução de reprodutores no município de Tauá, tenho a dizer que no século passado, as preferências do fazendeiro foram para o «SURUBIM», boi de pêlo tirante a vermelho com salpicos brancos.

Era um tipo de bovino de larga criação e grande comercialização nos mercados, como nas fazendas, que os homens da Casa da Torre semearam sertão a dentro, das margens do São Francisco aos barrancos do Parnaíba.

O «SURUBIM» assenhoreou-se dos Inhamuns e reinou um século de vida pastoril, para ser destronado no comêço do século atual pelo boi giboso, da Índia. O primeiro representante da raça zebuina que pisou terras do Tauá foi trazido da Ilha do Marajó, na Amazônia, pelo Advogado Antônio da Costa Leitão, genitor do Dr. Agamenom Leitão e dono do «Riacho Verde», fazenda que fica nas cercanlas da cidade.

Dois anos depois, o Major Francisco Fernandes Castelo, avô paterno do Governador Plácido Aderaldo Castelo, comprou em Minas Gerais um bovino com sangue de zebu, tipo «MALABAR», que deu boa produção. O autor dêste trabalho admirou bonitas novilhas, derivadas do touro *Malabar*, nos currais da Fazenda «Cachoeira», do Capitão João Leite de Araújo Melo e Chaves, avô materno do Juiz Carlos Feitosa.

Por êsse mesmo tempo, o Sr. Cândido Alves Feitosa, da Fazenda da Murzela, no Município de Aiuaba, recebia um garrote de boa conformação e de pelagem semelhante ao gado *Semental*, da Suíça, presenteado pelo Coronel Antônio Pereira, filho de Andrelino, Barão do Pajeú de Flôres, em Pernambuco. Dizia-se que êsse animal era da raça «CARDÃO», cuja origem o autor dêste opúsculo desconhece.

Na sua fazenda «Quinamuiú», pelo ano de 1910, João Correia de Sousa já possuía TURINAS, casta de vacas leiteiras, variedade da raça holandesa.

No ano de 1918, Domingos Gomes de Freitas, genitor de quem escreve estas linhas, levou de Fortaleza um novilho holandês, cortesia de Válder Barroso, àquela época, detentor do melhor plantel de gado leiteiro no Ceará. OURO BRANCO, nome que lhe deram, deixou prole numerosa.

E os 21 reprodutores zebus a que já me referi foram vendidos no grande município cearense graças à esclarecida mentalidade dos criadores tauaenses e à ajuda do Prefeito Domingos Gomes de Freitas e do Dr. Adalberto Correia Lima, íntegro Juiz de Direito da Comarca, mais tarde, desembargador no vizinho Estado do Piauí.

Dos fazendeiros que compraram êsses reprodutores, a memória nos permite citar Domingos Gomes de Freitas, e seu filho Manuel Gomes de Freitas, Tenente-Coronel Vicente Alexandrino de Sousa, Major João Freire Cidrão, do «Monte Cristo», Major Pedro de Deus Alves Feitosa, da «Barra do Puiú», José Solon Mota, do «Mulungu», órfão Francisco Cândido, da «Lagoa das Favelas», Tenente Marcionilo Gomes de Freitas, do «São Vicente», Padre Francisco Máximo Feitosa e Castro, do Cococi e Antônio Soriano da Silveira (Yoyô), do Jardim.

Dez anos depois, isto é, em 1932, Domingos Gomes de Freitas e seu filho Manuel Gomes de Freitas (Nelo), por intermédio de Sigisnando Pinheiro, comerciante em Fortaleza, importaram da Fazenda «Indiana», do Estado do Rio, 2 NELORES acompanhados de certificados genealógicos.

E ainda hoje prossegue a invasão dos campos dos Inhamuns pelos reprodutores indianos, que os boiadeiros adquirem nos centros criadores de Minas e Bahia. Como introdutores de gado dessa espécie, naqueles desertos sertanejos, além das pessoas já mencionadas, destacamos ainda os nomes de Diogo de Farias e Mário Alves de Oliveira.

O boi Giboso, da Índia, desterrou da zona nordestina o boi «surubim», de carne mais tenra e mais saborosa.

Todavia, um fato interessante ainda hoje se observa nessa Região. É que, anualmente, os CARETAS metidos em roupas de couro, com máscaras de couro de bode cabeludo, ao rôsto, e em outros trajes folclóricos, relembram

o boi «surubim» durante duas semanas, do Natal até dia de  
Rês, na tradicional FESTA DO REIZADO.

A gesta do BOI SURUBIM faz parte, hoje, do folclore  
nacional e internacional.

## EREÇÃO DO POVOADO DO TAUÁ EM VILA SÃO JOÃO DO PRÍNCIPE

Tauá era outrora uma fazenda de gado do pernambucano de Itamaracá Sargento-mor José Rodrigues de Matos situada à margem esquerda do TRICI, não longe da encosta oriental do serrote Quinamuiú. O seu proprietário, em 1762, ali ergueu à sua custa belo templo católico. Em redor da Igreja construíram casas de morada e prédios para oficina de ourives, tenda de ferreiro, vendas e tabernas.

Dentro de pouco tempo a antiga fazenda do mencionado Sargento-mor, com o crescimento do núcleo populacional, transformou-se na florescente Povoação do Tauá. No fim do século XVIII, ali já funcionava um Julgado do Tauá — embrião da *Formação Judiciária* — com Juiz Ordinário e Escrivão, lugares confiados ao Sargento-mor João de Araújo Chaves Júnior e a Domingos Fernandes Pinto, tabelião de caprichada caligrafia.

Em 14 de dezembro de 1801, o Governador Bernardo Manuel de Vasconcelos, sabedor de que Tauá — *«tinha crescido consideravelmente»*, endereçou uma carta ao Ouvidor Gregório José da Silva Coutinho, na qual lhe dava ordens para que se dirigisse ao Povoado de Tauá e o erigisse em Vila e fizesse levantar o *pelourinho* sob a invocação de Vila de São João do Príncipe.

O Ouvidor Coutinho, por Edital que foi fixado no lugar mais público do Povoado, datado de 20 de abril de 1802, convidou os nobres da terra e o povo em geral, fazendo graves ameaças aos faltosos para que comparecessem à Povoação do Tauá — *«no dia três de maio para nela proceder a Creação da Nova Villa de São João do Príncipe pelo que ordeno a todas as pessoas da Nobreza e o povo do antigo districto do Tauá que todos sem excepção concorram em assistir no referido dia a solene e festiva creação da dita Villa e que aquelles que não comparecerem ao xamamento deste Edital na forma delle, os hei condenados em seis mil reis alem das penas que me aprouver impor-lhes pela desobediencia indescupavel»* (R.I.C., Ano 1907, pág. 192).

Ninguém deve ter faltado. Era grande o júbilo, toda-

via, maior era a pena cominada. Uma vaca, àquela época, custava três mil réis e o Ouvidor não deixava por menos de duas a multa pela «desobediencia indesculpavel». A voz imperiosa da lei ecoava ameaçadora no coração dos Inhamuns.

Na manhã de três de maio de 1802, «defronte do cruzeiro da Igreja», rezam os documentos, presentes a nobreza rural e o povo, — «convocados a toque de sino», o Dr. Gregório José da Silva Coutinho leu o seu discurso alusivo ao ato. Não queremos nos furtar de transcrever trechos da interessante peça oratória, respeitada a grafia:

«Senhores. O Deos da soberania que tocando os montes elles fumegarão que olhando para a terra ella desapareceu e a natureza sabia benfeitora do genero humano tem inspi-rado aos homens de todos os seculos e de todas as idades e congregarem-se em grandes e pequenos povoa,ins, pois que tendq sido destinado pela mão criadora para viverem em sociedade só nella poderão viver felizes e ditosos». Mais adiante: Eis aqui os grandes momentos principais de todas as consorciações humanas eis aqui os fortes e inabalaveis motivos que ditarão a Real Ordem do grande e imortal do nosso assaz louvado Rey Dom José Primeyro de saudosa memoria de 22 de junho de 1766, em que se fundamenta a especifica providencia do Illmo. e Exmo. Snr. Bernardo Manuel de Vasconcelos nosso digno Governador sobre a Creassão da Nova Villa de São João do Príncipe que a vou erigir neste lugar por ella em nome de Sua Alteza Real o Principe Regente Nosso Senhor. Eu estabeleço e vos entrego a Governança Municipal deste Território com todos os privilegios honras e invençõins da Villa de Icó da qual he desanexada. Votai comigo uma eterna e inviolavel lealdade aos Nossos Fidellissimos Principes e Naturais Senhores e uma cega e exactissima obediencia as Regias Ordens e Sagradas Leys e como Vassalos fieis e afortunados do melhor de todos os Principes mostrai em todo o tempo os vossos sentimentos de huma infinita gratidão pelo illustre Beneficio que deveis a Real Grandeza do Serenissimo Principe do Brasil Nosso Senhor e ao Illustrissimo Bernardo Manuel de Vasconcelos dignissimo Governador doesta Capitania» (R.I.C., ANO 1907, págs. 195 a 197).

Ainda soavam as palmas da população eufórica, em aplausos calorosos ao orador, quando o Meirinho-Geral Manuel de Sousa, um dos cinco membros da illustre comitiva

do Ouvidor, dirige-se ao povo e pergunta, no estilo pomposo da solenidade:

«De quem é esta Vila?

Um brado uníssono responde: De Sua Alteza, o Príncipe Regente:

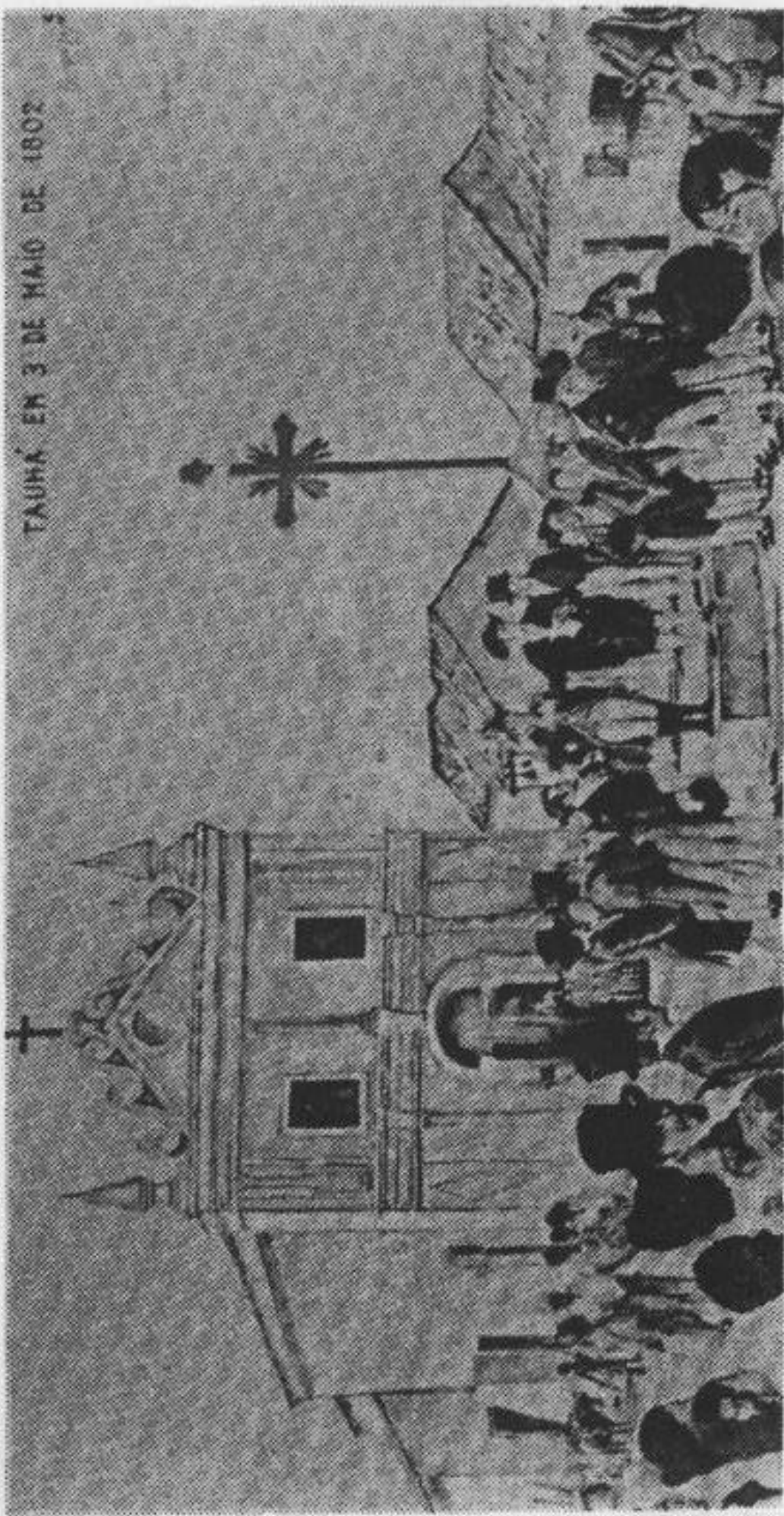
Como se chama esta Vila?

É o mesmo troar de vozes que responde: São João do Príncipe!»

Por um instante, demos a palavra a um dos membros da comitiva, Baltazar Freire Lopes, Escrivão-Segundo da Ouvidoria e cronista que no livro Tombo registrou os acontecimentos: — «E logo depois, por ordem do Desembargador Ouvidor Geral e Corregedor da Comarca, em voz alta, clara e inteligível o Meirinho Geral Manuel de Sousa gritou três vezes: Real, Real, Real! Viva o Príncipe Regente Nosso Senhor, as quais palavras outras tantas vezes repetiu todo o povo em sinal reconhecimento pela mercê que recebiam do mesmo Senhor pela Eressão desta Nova Villa de São João do Príncipe» (R.I.C., Ano 1907, pág. 197). E, logo em seguida o Têrmo da abertura do Pelourinho. O nome foi uma homenagem ao Príncipe Regente, que, mais tarde, se tornou D. João VI, primeiro e único Rei, que reinou no Brasil.

Ao Têrmo da Abertura do Pelourinho, solenes e faustosos, estavam os Oficiais do Senado da Câmara, em número de sete, eleitos no pilouro, que se abriu no dito dia três de maio e por se terem habilitados perante o Desembargador Coutinho lhes foram conferidos juramento e posse, portanto ali já se achavam investidos das novas e honrosas funções. Com êles o Ouvidor Geral assinou, para território e têrmo da Nova Vila, as freguesias de Nossa Senhora do Monte do Carmo, da Ribeira dos Inhamuns (com sede em São Mateus, hoje, Jucás) e de Nossa Senhora da Paz, de Arneirós, e mais ainda uma faixa de terra compreendia «da barra do riacho dos Macacos e Rio da Mombaça, hoje Banabuiú, para cima até as suas vertentes».

A novel Comuna tinha uma superfície nunca inferior à dos Estados da Guanabara e Sergipe, juntos, pois que faziam parte de sua área os territórios dos atuais municípios do Assaré, Campos Sales (Várzea da Vaca), Araripe (Brejo Sêco), Farias Brito (Quixará), Altaneira (Santa Teresa), Potengi (Xique-xique), Iguatu (Telha), Cariús (Pôço dos Paus), Jucás (São Mateus), Saboeiro (Cruz) Aiuaba (Bebedouro),



TAUHÁ EN 3 DE MAIO DE 1802

— O Ouvidor Coutinho em nome da Coroa Portuguesa declara criada a Vila de São João do Príncipe, no dia 3 de maio de 1802.



Antonina do Norte (Mucambo) Arneirós (Aldeia do Jucá), Cococi (criado pela Lei Estadual nº 3.858, de 17 de outubro de 1957, e extinto pela de nº 397, de 15 de setembro de 1970), Mombaça (Maria Pereira), Pedra Branca (Taboleiro da Peruca), Catarina (Santa Catarina) e Parambu (Cachoeirinha).

Os autos estão firmados pelo Ouvidor Coutinho, pelo Escrivão Baltazar Freire Lopes e seis dos novos Edis: Manuel Ferreira Gondim, João de Araújo Chaves, José Custódio dos Santos, José Augusto Dias, Leandro Custódio Bizeril e Pedro Pereira Lima. No documento não consta o nome do Capitão José Alves Feitosa, da Várzea da Onça (R.I.C., Ano 1907, pág. 198).

Estava criada a Vila. O termo judiciário também fôra criado. E, aos de Tauá, já era dispensada aquela estafante «caminhada de 50 léguas ao Icó», para mendigar justiça.

No patamar da Igreja via-se reunida em tórno do Ouvidor, naquele três de maio, a sociedade tauàense, ofuscando com o brilho, com o esplendor, a comitiva que não se cansava de olhar aquêlo quadro bizarro de fausto e pompa.

Eram as damas da terra, as senhoras dos fazendeiros e as *sinhazinhas*, suas filhas, num luxo vienense, de surpreendente elegância com espartilhos a comprimir a cintura, vestidos de anquinhas, enfeitados de renda *racine*, vindos do Reino, calçados de velbutina, marroquim ou camurça, grandes pentes de ouro, enfiados em cocós ou, quando sem êles, um pano delicado, uma mantilha de preço, cobrindo-lhes a cabeça. Enfeitavam-lhes gemas belíssimas de ouro e pedras preciosas, brincos, gargantilhas, redomas, trancelins, pulseiras de berloques, longos cordões de ouro, que chegavam a medir até duas braças.

O fausto com que se apresentavam os «grandes» da nova metrópole dos Inhamuns, traduzia fielmente a riqueza da terra. Metidos em casacas ou sobrecasacas de pano fino azul ou preto, jaquetas de mangas-justas, algumas vêzes enfeitadas de renda na altura dos punhos, coletes de musselina, um por dentro do outro, calções acolchoados abotoados ao joelho, que se casavam com meias de sêda fina de Saragoça, colarinhos duros, levantados, com gravatas a meio lenço, chapéus legítimos de Braga e guarda-sóis de variegadas côres, de preferência vigorosas (Autos de inventário de Manuel Correia de Lacerda, de «Santa Teresa», no Cartório José Lúcio, Tauá).

De par com êstes, o Capitão-mor dos Inhamuns, José Alves Feitosa, o Comandante da Nova Vila Venceslau Gomes da Silva (4º avô de quem fêz estas linhas), e demais oficiais das Ordenanças do Regimento de Cavalaria, garbosos, em vistosos uniformes de gala, com chapéu fino, armado, atada à cinta longas espadas, de copos de ouro, que se conservavam guardadas em estojos de prata. Os sapatos em verniz, de entrada baixa, cravados de fivelas de precioso metal.

Ninguém se apresentou sem grande descência. Os pobres que não podiam arcar com as despesas de roupas vindas de fora, trajavam ceroulas de algodão, camisa do mesmo tecido, mas de *pano passado*, o que era indício de requinte e respeito.

Alegres, festivos, os fidalgos da terra, a população tôda, irmanados, saudavam a aurora da nova comuna. Reinava satisfação geral, porque, ao Julgado da Povoação do Tauá eram concedidas as insígnias de Vila, segundo fôro e costumes do Reino.

Dissemos os nomes das primeiras autoridades da Nova Vila que saíram eleitos no *pilouro* que se abriu naquele três de maio de 1802: o Juiz Ordinário, o Juiz de Órfãos e os Edis. Não queremos, entretanto, nos calar sôbre êles. Os recém-eleitos eram a nata social e econômica do recuado sertão cearense. Para ocupar cargo de oficial da Câmara, era imperativo da lei ser — «homem bom».

Juiz de Órfãos foi o Capitão José Alves Feitosa, da «Várzea da Onça», patriarca no verdadeiro sentido. Por tôda parte, parentes seus têm destaque em todos os ramos de atividade humana. Seu filho do mesmo nome, José Alves Feitosa, o citado Capitão-mor dos Inhamuns, notabilizou-se por ter oferecido a maior contribuição para a reconstrução do Forte de Nossa Senhora d'Assunção, no comêço do século pretérito, o que lhe valeu a comenda da Ordem do Hábito de Cristo concedida por D. João, Príncipe Regente.

Os Edis José Augusto Dias, Leandro Custódio Bizerril e Pedro Pereira Lima, fazendeiros respeitáveis e austeros, sem façanhas na história da terra, legaram nomes dignos aos seus descendentes. O segundo era filho do Sargento-mor Leandro Custódio de Oliveira e Castro, da Cruz.

José Custódio dos Santos, «carcará» de boa cepa, fôra substituído em outras oportunidades, repetidas vêzes, pelo seu parente o destemido Juiz Custódio André dos Santos, que ante a recusa de outros seus colegas, não tergiversou no

Julgamento do Ten. Cel. João André Telxeira Mendes, o «Canela Prêta», para condená-lo à fôrca. E isto era demonstração de coragem invulgar, porque o implacável e terrível caudilho não perdoava inimigos, na adversidade, eliminando a todos, para na sua expressão — «*não ficar com inimigos na face da terra*». No poder, entretanto, agia diferentemente, já não era o cruel e sanguinário exterminador de adversários. Tornava-se cavalheiresco e nobre.

João de Araújo Chaves Júnior foi, posteriormente, substituído na política pelo seu filho Cel. João de Araújo Chaves, do «Estreito», como era conhecido. Este, foi comandante da Legião dos Inhamuns, e o único matuto que assumiu, por um ano, em 1829, o comando geral de tôdas as tropas da Província do Ceará, posto correspondente hoje, a comandante de Região, só confiado a oficiais superiores de primeira linha, honrosa exceção que coube a um filho dos Inhamuns.

Com o seu irmão, o Capitão-mor Antônio Martins Chaves, de «São Bento», dominou por muito tempo a política da região.

Manuel Ferreira Gondim. E êsse quem era? Em todos os atos públicos onde figura o seu nome encabeça a lista dos assinantes. Devia, pela idade proecta e pela atuação respeitável, merecer êste privilégio, foi eleito Juiz Ordinário, para administrar a nova comuna e fazer cumprir a lei. A êsse tempo morava nas Aguilhadas, no Rio do Jucá. Depois mudou-se para as Aroeiras, no Umbuzel-ro. Sabemos ser oriundo da estirpe pernambucana dos Gondim, de Goiana, sobrinho de Dona Antônia de Oliveira Leite, espôsa do Comissário-Geral Lourenço Alves Feitosa.

## FORMAÇÃO POLITICA DE TAUÁ

O município de Tauá, desde o seu nascimento, ocorrido em 1802, tem sido administrado por homens de reconhecida idoneidade e capacidade de trabalho, privilégio que o tornou uma das mais prósperas das comunas interioranas cearenses. Tornando-se líder na Região, por isto mesmo, sua cidade tem sido chamada de PRINCESA DOS INHAMUNS, como o registra o professor Filgueiras Sampalo em sua «HISTÓRIA DO CEARÁ».

Para conhecimento dos interessados no assunto, oferecemos a seguinte:

Relação dos INTENDENTES e PREFEITOS do Município de Tauá, de		1890	a	1973
Benone Teles de Sousa Vale, Fazendeiro,		1890	/	1894
Major João Freire Cidrão, Fazendeiro ....		1894	/	1896
José de Sousa Vale (Seu Vale), Fazendeiro		1896	/	1900
Coronel Lourenço Alves Feitosa e Castro, -Proprietário .....		1900	/	1912
Cel. Eufrásio Alves de Oliveira, Fazendeiro .....		1912	/	1914
Cel. Lourenço Alves Feitosa e Castro, Proprietário, .....		1914	/	1915
Francisco Alves Ferreira, comerciante, ....				1915
José de Araújo Feitosa (Seu Feitosa do Forte) fazendeiro .....		1915	/	1919
Cel. Domingos Gomes de Freitas, comerciante e fazendeiro .....		1919	/	1927
Capitão Joaquim Alves Ferreira, comerciante, .....		1927	/	1929
Joel Marques, comerciante, .....		1929	/	1930
Aristides Cavalcante de Freitas, fazendeiro, (Interventor em Tauá, «Revolução de 30 no Ceará»)				1930
Cel. Francisco das Chagas Nogueira Caminha, da Polícia Militar do Ceará ..		1930	/	1931
Cel. Ozimo de Alencar Lima, da Polícia Militar do Ceará .....		1931	/	1933

José Jaime de Alencar, funcionário Público		1933	
Dr. Manuel Trajano Borges, Cirurgião-Dentista	1933 /		1935
Odilon Silveira de Aguiar, Funcionário Público			1935
Joel Marques, comerciante,	1935 /		1943
Sebastião Marques, comerciante,	1943 /		1945
Cel. Cristovão Peixoto de Holanda, da Polícia Militar do Ceará,			1945
Dr. Joaquim de Castro Feitosa, Engenheiro Agrônomo,			1945
Antônio Jataí Sobrinho, fazendeiro, ....	1945 /		1947
Marçal Alexandrino de Oliveira, fazendeiro,			1947 / 1951
Flávio Alexandrino Nogueira, fazendeiro	1951 /		1955
Moacir Pereira Gondim, funcionário público,			1955 / 1959
Geraldo Feitosa de Sousa, fazendeiro,	1959 /		1963
Dr. Júlio Gonçalves Rêgo, médico, ....	1963 /		1967
Dr. Domingos Gomes de Aguiar, médico,	1967 /		1971
Dr. Alberto Feitosa Lima, médico, eleito para o biênio		1971 /	1973

Ocuparam interinamente o cargo de prefeito Municipal de Tauá: Padre Odorico de Andrade, Vigário da Paróquia de N. S. do Rosário de Tauá; Francisco Alves Ferreira; Jonas Marques; Antônio Pinheiro; Laureentino Gomes Loiola; João Firmino de Araújo; Genésio Rodrigues de Loiola; Joaquim de Sousa Bastos, e o Dr. Miguel Alencar Furtado, Juiz de Direito da Comarca de Tauá (em 1970).

## FORMAÇÃO ECLESIAÍSTICA DA FREGUESIA DE N. S. DO ROSÁRIO DE TAUÁ

Em meado do século XVIII, dois grandes potentados assentavam os seus domínios com respectivos círculos de influência nas terras do Planalto dos Inhamuns. A fazenda Tauá traçava-lhes os limites.

Uma linha da extremidade sul do serrote Quinamuiú, com o rumo NE, foi o divisor necessário. Desceu o rio Trici, o Capitão José Alves Feitosa (da Várzea da Onça), continuador do famoso colono Coronel Francisco Alves Feitosa, seu avô materno. Ao repelão das águas, o Sargento-mor José Rodrigues de Matos, sucedeu o seu sôgro Capitão Manuel de Couto e Figueiredo 5º avô do autor deste livro, fundador da Casa do Trici, no sítio do mesmo nome (SESMARIAS, Vol. 12, pág. 68).

A tradição não nos fala de animosidade entre eles. Homens ricos, com parentela numerosa disputavam, com uma vaidade natural ao tempo e ao meio, as celebrações do culto religioso, que por inexistência de templo, se faziam em casa, por ocasião das famosas desobrigas.

A idéia de uma ermida surgiu concomitantemente aos dois ricos fazendeiros. O Capitão José Alves Feitosa pretendeu-o à margem direita do Trici, no lugar hoje conhecido por Tauázinho. Os alicerces foram cavados e levantados com tijolos enormes. Mas, não se conhece a causa, que dorme há dois séculos, por que lá não se ergue a igreja. Talvez pela facilidade de alagamento, com o transbordamento do Trici, nas grandes cheias.

José Rodrigues de Matos (6º avô de Dom Helder Câmara), a quis à margem esquerda do mesmo curso d'água, nas terras do seu domínio. E ali, com efeito, se erigiu bonita e pequena igreja, cujo tecto, em cúpula cilíndrica — (a terceira do Brasil, na época, pois apenas se conheciam as da capela da Torre na Bahia e a Igreja de São Pedro) — de pedra em cunha, as paredes vetustas, de metro de espessura, construídas de pedra, e tijolo sentados na argamassa

de cal batida, curtida, segundo a tradição, no sangue de boi, traçada, dias seguidos, pelo braço forte do escravo, com a semelhança das fortificações levantadas ao tempo, para defesa de tiros de canhão.

A Igrejinha entregue ao culto católico em 15 de Outubro de 1762, sob o patrocínio de Nossa Senhora do Rosário, foi doado pelo Sargento-mor José Rodrigues de Matos um patrimônio de 600 braças de terra com as ilhargas competentes (DATAS E FATOS, DO BARÃO DE STUDART). E, sob a proteção da Virgem Soberana, acorreram os primeiros moradores.

Casas toscas, contrastantes com a construção do templo, apareceram ao seu lado. Sem orientação, sem prévia planta, o acaso fêz surgir aos poucos, o esboço de uma larga avenida que, nos fins do século, constituía uma povoação com mais de 50 fogos.

Tauá, efetivamente, cresceu tornando-se, assim, a maior concentração de prédios urbanos, na Região, e em razão disso foi erigida em Vila no ano de 1802. Não podia pois, a nova Vila, continuar na órbita da Freguesia de Nossa Senhora da Paz, da Povoação de Arneirós.

Já naquele tempo era Tauá a sede do maior município do Ceará, e, por isso mesmo, foi criada a Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, na então Vila de São João do Príncipe, em decorrência do Decreto Geral datado de 17 de agosto de 1832.

Ao Padre Dr. Frutuoso Ribeiro Dias, natural de Icó, coube a primazia de paróquiario de 1837 a 1849, tendo sido sucedido na direção da nova Freguesia pelos seguintes sacerdotes:

— Padre João Felipe Pereira, natural da Serra do Martins, R.G. do Norte, de 1849 a 1862, quando faleceu vítima de 1879 a 1898,

— Padre Miceno Clodoaldo Linhares, natural de Lavras da Mangabeira, de 1862 a 1877;

— Padre Benedito de Sousa Rêgo, natural de Arneirós, de 1877 a 1879;

— Padre Alexandre Ferreira Barreto, natural de Tauá, - d-e 1879 a 1898;

— Padre Joaquim Ferreira de Melo, natural do Crato, de 1898 a 1905;

- Monsenhor Francisco Silvano de Sousa, natural de Barbalha, de 1905 a 1909;
- Padre Manuel da Silva Pôrto, natural de Aracati, de 1909 a 1913;
- Padre Francisco Máximo Feitosa e Castro, natural de Cococi, de 1913 a 1917;
- Padre Raimundo Monteiro Dias, natural de Icó, de 1917 a 1919;
- Monsenhor Francisco de Assis Feitosa, natural de Cococi, de 1919 a 1921;
- Padre José Ferreira Lôbo, natural de Barbalha, de 1922 a 1928;
- Padre Odorico de Andrade, natural de Aiuaba, de 1928 a 1968; e, finalmente,
- Padre João Benevent, o atual Vigário, que é natural da França Eterna.

## O BICHO-DA-SÊDA NOS INHAMUNS

Nos alpendres das fazendas do sertão dos Inhamuns e lugares mais públicos da Vila de São João do Príncipe como por encanto cessaram os comentários sobre a «guerra do Pinto», para dar vez a uma notícia sensacional, que a todos contaminou de justo entusiasmo. Chegara um correio de Fortaleza conduzindo volumosa correspondência do Presidente da Província e da qual se tomava conhecimento da existência de valioso inseto, o *Bombi mori*, nas terras vermelhas do planalto dos Inhamuns.

Originário da velha China, o bicho-da-sêda, ninguém sabia explicar como ali viera ter. Obra de nossos possíveis ancestrais asiáticos?

Ninguém lhe devassava a origem migratória, e a curiosidade inquietava os espíritos.

E como se poderia identificar o minúsculo animal? Acompanhavam a carta do governante indicações áudio-visuais, vindas do Museu de Paris, que o interêsse do jovem Pedro II fizera encomendar do estrangeiro. Pelo visto com vasta e preciosa matéria prima nos seus campos, os Inhamuns, e em breve se tornariam o mais importante parque industrial do País. Tudo fazia crer que o mercado do boi também passaria a ser o mercado da sêda.

Vaqueiros e industriais forasteiros marcariam encontro na feira de Tauá; êstes atraídos pelo relusente fio do casulo do *Bombi mori* e aqueles pelo gado bovino resistente às grandes caminhadas.

Ao mesmo tempo, a todos ocorreu a idéia de localizar o milionário inseto, para que assim se tornasse realidade o sonho de grandeza e opulência vivido pelo povo daquêles sertões distantes.

Aquela história a todos intrigou. Como chegara aos ouvidos do Imperador a existência do bicho-da-sêda nos sertões adustos dos Inhamuns, e quem, acaso, lh'a revelara?

Na realidade, no começo do século passado, cientistas visitaram a minha terra, em viagem de observação das características e curiosidades do meio físico.

Bisbilhotices do Pe. Francisco Correia de Menezes? Não, porque a petrografia fôra a sua preocupação maior, no decurso de dois anos (1798 a 1800) de andanças na parte norte oriental de Tauá. Não me desmentem os manuscritos do sacerdote baiano guardados com zêlo na Biblioteca Nacional, onde estão anotados os sinais traçados em tinta vermelha nas rochas pelas tribos oriundas da Sibéria oriental donde vieram os ancestrais da grande família Tarairiú (Crateús e Jucás, só para citar as tribos principais da região).

Não me consta que o Ouvidor João Antônio Rodrigues de Carvalho tenha feito revelações sôbre o palpitante assunto.

Em relatório endereçado a D. João VI, reporta-se êle sumariamente à pecuária: — «*O comércio é de gados e os sertões criam excelentemente e, é êste o que tem mais cavalos.*»

Nas minhas pesquisas, tenho consultado muitos documentos antigos, mas confesso, nada, absolutamente nada, encontrei que trouxesse luz ao caso em tela. O que sei, e posso dizer, é que os oficiais da Câmara Municipal de Tauá, alvoroçados, às pressas, se reuniram em sessão extraordinária e resolveram convocar as altas autoridades dos quatro distritos da Comuna, para se entregarem à caça do bicho da sêda. E de tudo se fêz ciente ao Presidente da Província em officio consubstanciado nos seguintes têrmos: «*Ilmo. e Exmo. Sr. Presidente, Recebemos o officio de V. Excia, datado de 6 de maio próximo passado, no qual nos encarrega, a investigação. Se na realidade haverá (como se presume haver) os insetos denominados bicho da sêda, a fim de que com sua descoberta, e propagação se possam colher grandes vantagens no nosso país, e recebemos na mesma ocasião o exemplar das Instruções da Administração do Museu de Paris, e que sôbre esta diligência encarregamos aos Juizes de paz dêste Município, a que fica a nosso cuidado e zêlo promover os meios hábeis para a dita descoberta, e do seu resultado participarmos a V. Excia.*

Deus guarde a V. Excia. V<sup>a</sup> de São João do Príncipe em Sessão de 10 de julho de 1834 de V. Excia. Subdos, obides, João Leopoldo de Araújo Chaves, José de Ar<sup>o</sup>. Vasconcelos, Pedro de Ar<sup>o</sup>. Chaves, José Pereira Castela Branco, Manoel Gonçalves dos Santos, Antônio Miz. Xes, e João Glz

dos Santos». (Doc, extraído do Arquivo Público do Ceará). De um momento para outro, agora investidos nas suas novas funções de capturadores de insetos acharam-se os senhores Juizes de Paz. O Ten. Cel. Francisco Alves de Castro e seu suplente Major José do Vale Pedrosa, do distrito de Cocó, com quatrocentos escravos vasculharam as coutadas do rio dos Jucás e as ribanceiras do Umbuzeiro. O Cel. João de Araújo Chaves e Joaquim de Araújo Chaves palmilharam muitas léguas no círculo do Distrito de Arneirós. O comandante Lourenço Ferreira de Melo emparceirado com o Capitão Inácio Ferreira de Loiola, seu substituto legal, percorreram os rios Trici e Puiú, do Distrito de Flôres. E por fim, o Ten. Cel. João Rodrigues Pereira e seu suplente Capitão João Ferreira da Mota subiram os rios Carrapateira e Favela em cumprimento da missão que lhes fôra cometida. Mas tudo em vão. Após longos dias de investigações nos serrados e caatingas, os senhores Juizes de Paz, de mãos vazias, regressaram exaustos e desalentados, pelo fracasso da empresa. Na realidade, encontrara-se, nas garranheiras do velame e do marmeleiro branco, casulos de revestimento sedoso, do Bahia ou Advinhão, muito comuns nos sertões cearenses, cuja semelhança com os do bicho-da-sêda poderia impressionar, mas não tinham autenticidade e nem tão pouco as características indicadas nas instruções áudio-visuais, procedentes do Museu de Paris.

## O VAQUEIRO DOS INHAMUNS

Quando o escritor Nertan Macêdo conferiu-me a insigne honra de ler nos originais «O Clã dos Inhamuns», senti-me feliz de ver retrçada com beleza e fidelidade a história de uma família de guerreiros e pastores que se constituiu, sem dúvida, na própria história de minha terra — os *Feltosas*.

O autor de «O Clã dos Inhamuns», valor exponencial da atual geração de escritores brasileiros, com uma bibliografia que esgota o assunto, com espírito crítico de pesquisador honesto, penetra os fatos ocorridos no povoamento, traz luz a pontos obscuros e escreve com seriedade a verdadeira história do recuado sertão cearense.

Tudo nêle é reminiscência, tudo traz à mostra em letra de fôrma o que se conta pôr aquelas parágens e que os novos repetem na tradição oral de seus maiores.

Lendo-o vivi um pouco de minha juventude, relembrei um passado que não vai longe mas que se entrosa com os fatos antigos porque desde criança aprendi a amar extremamente a minha terra ouvindo os feitos heróicos de seus destemerosos vaqueiros.

Posso dizer que com alguns dêstes descendentes de centauros, travei conhecimento e dêles as maravilhas da afoiteza na caatinga bruta, escutei admirado.

No meu tempo ainda era o sertão livre de cêrcas e os campos se distendiam abertos ao vaguear do boi e as proezas incríveis dos vaqueiros.

Nasci de ancentrais fazendeiros, na casa de «São Pedro», cabeceira do Trici. A minha primeira infância decorreu no contacto direto de vida agreste, mas alegre e feliz das labutas na fazenda.

Com meu irmão Juvêncio percorri todos os desvãos dos antigos domínios dos «Lugares Santos de Jerusalém». A procura das cabras fugidiças, «amontadas», andamos das chapadas da Galiléia aos morros de Nazaré.

A lagôa de Santiago, de onde um filête d'água parte

para formar o Jaguaribe, demorou-me muitas vêzes na espera do jumento que vinha para a bebida. O sítio «Lagôa do Santiago» foi doado aos Santos Lugares em 1745, por Antônio dos Santos (SESMARIAS, Vol. 14 pág. 297).

Não tomei, é certo, parte ativa entre aquêles que vestiam o gibão. Todavia, aprendi a querer a sua vida, a admirar as suas façanhas.

Ainda criança, com seis anos, mudei-me para a vila de Tauá. A vida das pequenas cidades do sertão pastoril nordestino, pouco diferia da fazenda, e ainda hoje é comum o domicílio na fazenda e na cidade.

Assim, largando uma residência sem me enraizar definitivamente na outra, conservei o meu amor pela vida do campo que, na escola de Antônio Joaquim Madureiro, onde aprendi o *abc*, mais se consolidou.

Foi de Madureiro que ouvi pela primeira vez a história do «Rabicho da Geralda», o boi corredor de outros tempos, na versão de José de Alencar.

O mestre-escola, com um cursivo muito bonito, passava para o papél almaço a história funambulêsca do novilho feroz e, aos sábados dia de feira, lia entre surrões de gêneros, para a matutama, carregando a voz nas partes mais sensacionais e seguindo com as mãos o desenrolar dos fatos. O papél, bem copiado, rendia uma rapadura, um litro de farinha ou de feijão.

Sou, de origem, de formação e por idealismo, vaqueiro, da boa raça de vaqueiros dos Inhamuns de mais de duzentos anos, e parte dos quais, Nertan Macêdo fala com precisão.

Nos sertões de minha terra, como todo o sertão pastoril do Nordeste, aprendemos cedo a admirar o cavalo, o cavalo de campo, o cavalo «açoitado», aquêles que persegue na caatinga o boi, levando o vaqueiro a salvo dos maiores perigos.

O cavalo pequeno dos Inhamuns de tamanho apropriado para vencer a caatinga fechada, formado da seleção de três séculos, adestrado para as lidas do campo, pode-se dizer que com o vaqueiro, constituem o centauro da mitologia. Vivem as peripécias da labuta na fazenda.

Estão associados na corrida desabalada nas caatingas, subindo serrotes, descendo grotões, passando por lugares onde a pé o homem sente dificuldade de atravessar.

Esperando o boi «na cava», o cavalo sabe o momento de

recuar para o vaqueiro, ligeiramente debruçado sobre sua cabeça, com destreza furar a faca o cangote do boi. Um cavalo que não é capaz desta proeza, levará fatalmente à morte, tanto o vaqueiro como a si próprio.

«Açoitado», um dos cavalos de Emídio Cavalcante, da «Forquilha», pulou certa vez um boi, no pátio da fazenda São José. Emídio esperava-o para furar, quando se aproximando o animal, sentiu estranho receio.

«Ferrou» o cavalo nas esporas, para a retirada, mas o bovino já se encontrava muito em cima. O cavalo, sentindo a rédea solta, as esporas a lhe ferrar os «vazios», o boi a pouca distância sua, deu uma guinada para a frente e, num salto formidável, pulou de cabeça para os pés do boi.

Fatos extraordinários, se contam aos milhares, de cavalos bem «açoitados». Um outro é digno de menção.

Certa vez, um dos cavalos de Emídio, em que montava o seu filho Juca, passou com êste numa tronqueira de pau que, para o chão, media apenas quatro palmos.

Dezoito vaqueiros seguiram-no na temerosa carreira. Todos tiveram de ali parar. Juca nada sentiu, apenas o solado de sua chinela, no atrito com o chão, despregou.

Açoitando o cavalo, o vaqueiro é o herói que domina as caatingas, subjuga o boi bravo, vive uma terrível aventura e, salvo ligeiros incidentes onde são mais comuns os deslocamentos de braços, que êles próprios recolocam, no momento, é uma figura ainda não estudada devidamente, por isso que pouco admirada.

Os seus feitos não são menos perigosos que os dos toureiros de Madri; são de lances mais difíceis que os dos afaçados «cow-boys» do Oeste americano, como também muito se avanteja as proezas dos cossados das estepes russas.

Têm a valentia dos bravos e nunca sabem, nas refregas da caatinga, o que seja recuar. Penetram-na com a agilidade do gato e vadeiam-na sobranceiros aos perigos. Não sabem o que é medo.

A coragem leva-lhes a enfrentar os paus tortuosos, os espinhos dos cardos, os obstáculos a pular, as brechas por onde passar. O boi é que cede aos seus caprichos, em tombo certo.

Mesmo no intrincado do mato dificilmente se distancia do seu olhar perspicaz. Uma vez «batido pernas», não mais perde-lhe de vista. É a alucinação que parece dominar.

Os Inhamuns em todos os tempos foram a terra dos destros vaqueiros. O memorialista Leonardo Feitosa descreve os fatos ocorridos no século transato pelos extravagantes Capitão José Pereira do Canto no famoso castanhinho do «Mota», e Antônio Pereira do Canto.

Do século passado para o primeiro quartel do atual, são numerosos os vaqueiros que praticaram façanhas, ainda hoje lembradas pelos mais velhos; se confundiam brancos e pretos, senhores e agregados, porque o mister de vaquejar, o gosto de vestir roupa de couro seduzia tanto o campeiro profissional como o fazendeiro.

Assim, vamos encontrar em quase tôdas as fazendas dos Inhamuns, misturados, e feitos excelentes vaqueiros, tanto os filhos dos fazendeiros como os moradores.

De momento, podemos lembrar que na casa das «Passagens», do Tenente Marcolino Cavalcante, tanto eram vaqueiros os seus filhos Emílio e Olímpio, como os agregados Manuel Lucas e Julião e por alguns tempos o velho Chico das Melancias.

Na casa do «Estreito», do Cel. Manuel Alves Feitosa (Baléco), bisavô do Juiz Carlos Feitosa, avulta a figura de Tãozinho.

Dentre os brancos, tiveram fama de vaqueiros duros os gêmeos que chamavam-se de *mamão*, o Coronel Quim (Joaquim Alves Feitosa), da Barra do Puiú e o Major Chiquinho (Francisco Alves Feitosa), do Cococá, sendo este *duro para montar*, e, o outro, *duro para correr*, na versão dos seus contemporâneos.

*Cabôclo Pepê* (Salustiano Ferrer Feitosa), *Seu Ioiô do Poço Comprido* (Leandro Alves Feitosa), *Bibinho* (irmão do Mons. Assis Feitosa) e *Casusinha* (José de Araújo Feitosa), foram vaqueiros afamados.

*Major Feitosa* (Eufrásio Alves Feitosa) e seu irmão *Chico Feitosa* (Francisco Alves Feitosa) foram bons vaqueiros e, segundo o campeiro Raimundo Caetano, da Fazenda «São Gonçalo», *Seu Major era duro como branco*, e *Seu Chico era duro como cabra e negro* (êstes são mais resistentes nas lidas do campo), Raimundo e Vicente Caetano, bons vaqueiros, pertenceram à Fazenda São Gonçalo.

Na Barra do Puiú, além do seu fundador, o Cel. Quim, foram afamados no campo seu filho *Major de Deus* e os netos *Chicó*, no «Calçadinho» e *Chico de Deus*, além dos

vaqueiros José Eufrásio (*Zé Frás*), cantado nos **VERSOS DO BOI AZEITÃO**), Vicente Gago, que montava o cavalo «Lavandeira» e outros.

Na Fazenda Cococá, além do gêmeo *Major Chiquinho* e dos netos *Major Feitosa* e *Seu Chico*, eram bons vaqueiros Manuel Lô, irmão e genro de José Lô, o negro Antãozinho e Manézinho.

A *Casa do Arraial* tinha vaqueiros exímios como os brancos Manuel Marrocos Feitosa Teles, Chiquinho (Francisco Teles Feitosa) e os irmãos negros Simão Teles e Joaquim Teles, que pegaram o famigerado *Azeitão*, e, ao depois, ditaram os conhecidos versos da **PEGA DO BOI AZEITÃO**, e Benedito cantado nos versos do *Azeitão*).

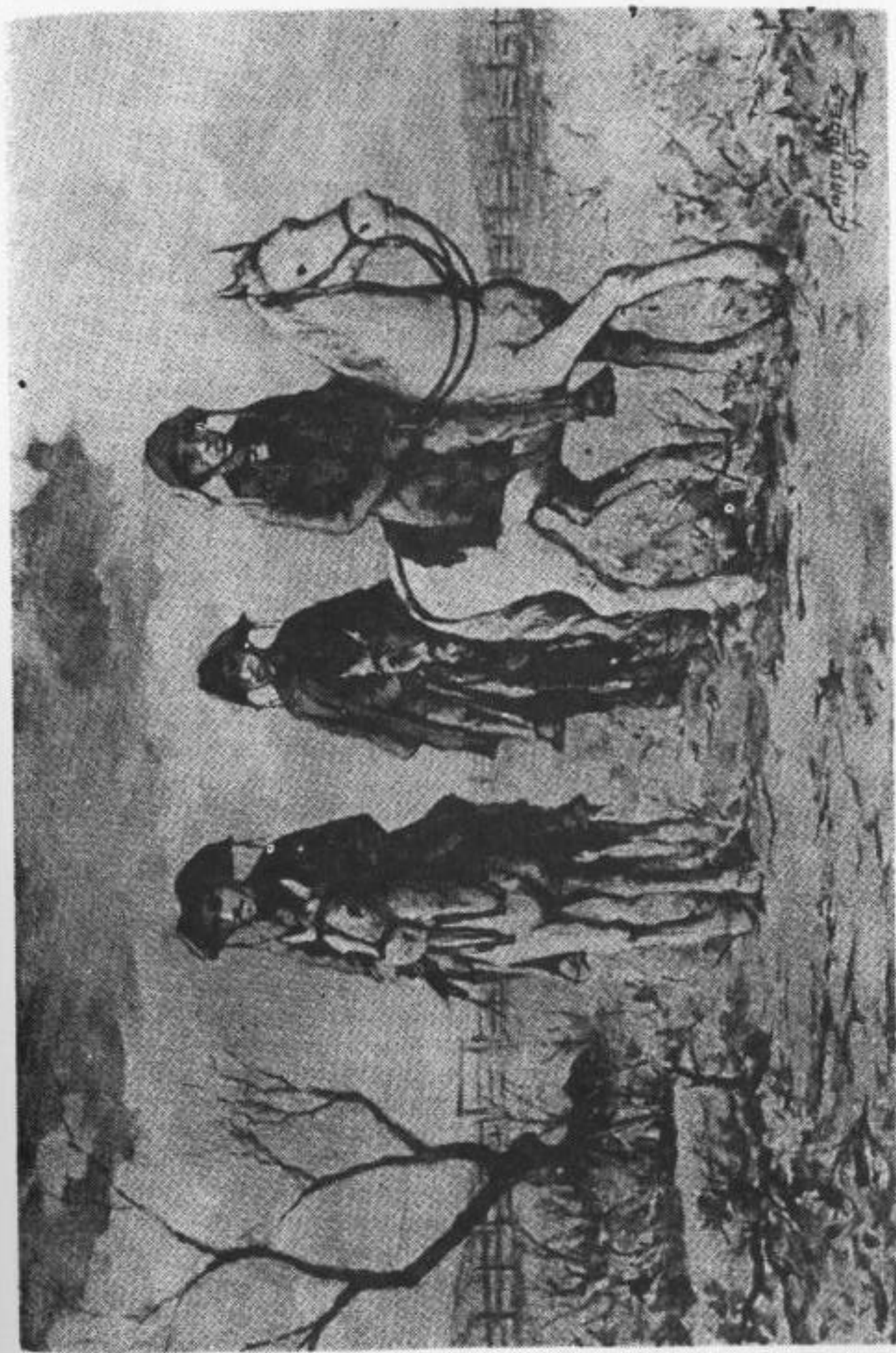
Na Barra, do Cel. Leandro, além da boa fama deixada pelos Birros atuaram como bons vaqueiros Pedro Francisco, Inácio Cigano e Pedro Adão.

O **LISINHO DOS CAPOES**, montado no serrote dos Capões, da Várzea do Estreito, foi pegado, mas deixou uma turra entre *Seu Ioiô do Poço Comprido* e *Seu Né da Várzea do Estreito* (Manuel Leopoldo de Araújo Chaves).

Outra fama que não deve ser esquecida é a de *Miguel do Burrão*, negro cativo, do seu Luísinho do Catolé (Luís Antônio de Oliveira Castro, filho do Tenente-Coronel Francisco Alves de Castro, do Ôlho d'água do Urucu), na pega de um boi montado ao pé da Serra, entre a Serra do Silveira e uma Serrota ao Norte, nas proximidades das Fazendas Boa Esperança, hoje do Dr. Heládio Feitosa e Castro, «Catolé de *Seu Luísinho* e «Lira» do *Major Feitosa*.

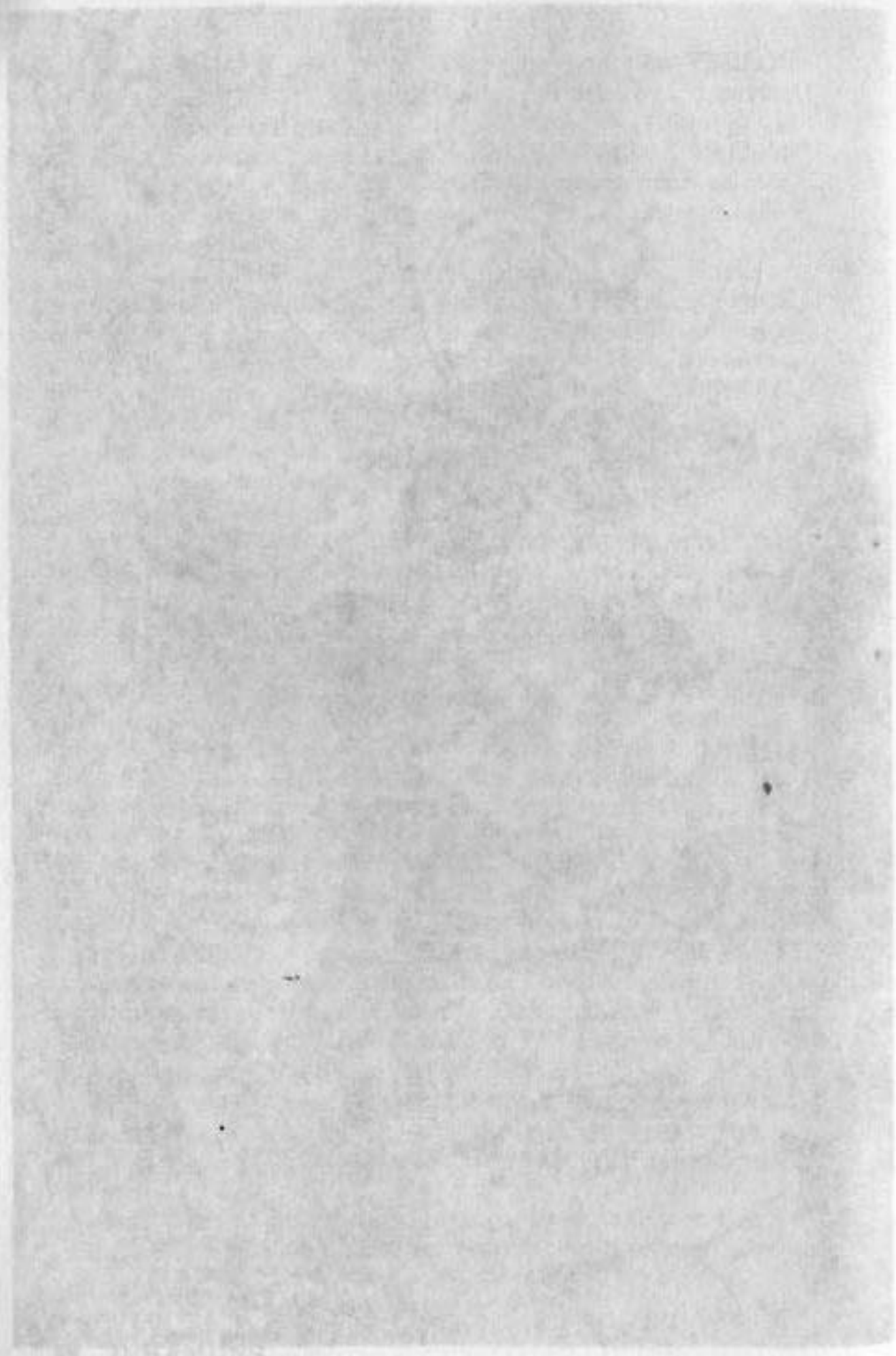
Certa vez Antônio Birro, da Fazenda Barra do Cel. Leandro Custódio de Oliveira Castro, pôs o chocalho da garupa de sua sela no pescôço de um animal, (cujos objetos são conhecidos pelos vaqueiros de uma mesma região), e mandou recado para Manuel Birro, da Fazenda Saco Virgem, do Capitão *Milu* (Emiliano Ferreira Ferro, pai do Mons. Assis Feitosa), que se encontrasse um animal com o seu chocalho, e, se pudesse, tirasse-o e lhe mandasse. Dias depois Manuel Birro tirou o chocalho do pescôço de um veado, e mandou-lhe dizer que não lhe fizesse mais dessas encomendas.

Na Fazenda «Pedra Branca», do Capitão Pedro Gomes (meu tio-bisavô), o destemido Rafaelzinho sabia os segredos de pegar um boi inconsequente.



— Vaqueiros em véstias de couro, prontos para campearem o gado tresmalhado.

— Additiones ad scripta quae sunt in libro...



Chico Briô, da casa de «São Pedro», «criado» pela minha santa avó Ana Rita, foi notável, e Gonçalo do Canário, também era duro nos páus.

Raimundo Tôrto, dos «Bezerros», Maximiniano e João da Mata, os homens de confiança do Cazuza da Joaninha (José Rodrigues de Oliveira Lolola).

Outros mais existiram, e foram excelentes. Assim no rio «Carrapateira» dominavam os vultos de grandes vaqueiros, como Antônio Martins, José dos Reis, Doroteu do Bom Jesus, que deixaram nome e fama.

Entre os vivos ainda existem muitos dos excepcionais campeadores dêste primeiro quartel do século. São entre outros, os Caetano, no rio do Jucá, os filhos de Emídio Cavalcante: Juca, Toinho e Clícério, que não desmentem ao pai.

De Juca se diz que em tôda sua vida de campo, apenas uma vez um novillo lhe escapou às mãos. Possui todos os predicados do velho.

A sua última grande corrida foi há cêrca de vinte anos, quando o último boi bravo dos Inhamuns, na serra da Timbaúba, deixou de correr.

A vaqueirama que lhe foi ao encalço, exultava de satisfação e desejava a iminente corrida, com sofreguidão. Cada um pensava levar a melhor. Alguns asseguravam que pegariam o boi.

Juca se mantivera calado por muito tempo, até que em certo momento ouviu de um vaqueiro que ninguém poria primeiro o cavalo no boi. Olhou-o mansamente e, incisivo: «*Hoje entre meu cavalo e o «Vermelhinho» só anda mesmo o cabeção*». Foi êle que pegou o boi.

Dos irmãos Clícério sempre foi o mais afoito, Juca o mais calculista e seguro. Estão, na velhice, mas acredito que têm a doce recordação de seus velhos tempos em que eram chamados «os donos da caatinga».

A memorialista Celina Moura, na sua «Estátua do Vaqueiro», ed. de «O Nordeste», de 1-4-1954 nos dá notícia de um dêsses heróis de minha terra «*campeando um boi matreiro que lhe dera que fazer para trazê-lo ao curral*». Intrigada, indaga perplexa a articulista: «*Mas quem era aquêle homem encourado com quem falávamos naqueles campos desertos? Montado em cavalo cardão árdego, ofegante, inquieto, sustentando as rédeas, estava Domingos*

*Gomes de Freitas, de Tauá, senhor de várias fazendas de criar, chefe político em sua terra».*

Celina vinha de Oeiras, no Piauí, onde morava a família do marido, o Desembargador Silva Moura.

Foram exímios vaqueiros o Dr. Bernardo Feitosa, o grande filólogo Fausto Barreto e seu irmão o General Alexandre Barreto, bem como os ancestrais do estilista que era Paulo Setúbal.

E o ex-Secretário de Polícia, nosso General Clóvis Alexandrino tanto sabe envergar a túnica verde oliva como o gibão de capoeiro. A flexibilidade necessária nas caatingas o fez inflexível em campo aberto. É um vaqueiro perfeito. (\*)

Os seus tios Marçal e Newton Alexandrino, convocados para vaquejadas, sempre estavam na vanguarda, enfrentando, por «folia», as lanças ponteagudas de novilhos perigosos.

«Corredores, por vocação, eram os descendentes do Ten.-Cel. Vicente Alexandrino, sem dúvida, o maior fazendeiro da região dos Inhamuns, no princípio do século.

Foram espertos no mato, os moços de família. Em cada fazenda, os filhos do fazendeiro, animavam as corridas, trazendo para cada «pega» difícil, um amigo de outra zona. Era a camaradagem franca do homem do sertão.

Uma dessas «pegas» de boi bravo ainda se conta no rio do Jucá, com muita glória para os «pegadores». Foram dela protagonistas o Dr. Bernardo Feitosa, Francisco e Eufrázio (Major) Feitosa e o nosso velho amigo o Dr. Mano Távora.

---

Esse ilustre militar da Arma de Engenharia como também o autor deste compêndio descendem de uma neta de D. Antônio Felipe Camarão (o Poti), que se casou com o português José Gonçalves de Lima, pais da matriarca Quitéria Gonçalves de Lima (fundadora da antiga Vila Santa Quitéria, hoje, Coutinho). Quitéria matrimoniou-se com o português Miguel Fernandes Campêlo, pais de Josefa, que por sua vez contraiu núpcias com Joaquim da Silva Veloso, filho do lusitano do mesmo nome, pais de Inácio Ferreira de Lóiola (trisavô do General Clóvis Alexandrino) e de Joana Quitéria (trisavô do autor deste livro).

O boi era realmente dos que não se podia ver, sem estar num bom cavalo e saber escapar das enredanças do mato. Os môços? entretanto, possuíam os melhores animais «açotados» e, com o ímpeto da mocidade corajosa, sabiam enfrentar a caatinga. Foram bem sucedidos.

Nos sertões dos Inhamuns, entretanto, nem todos têm pendôres para as arriscadas entradas nas caatingas. Eu e meu irmão Frutuoso, médico-sanitarista. Inspetor Chefe da «Saúde do Pôrto de Fortaleza», não passamos de bons vaquejadores de bezerros.

Conjunturas da vida nos roubaram a vocação. Assim mesmo não esquecemos o viver de nossos maiores, e a êles nos ajuntamos, ao menos, como tiradores de leite,

Também tirador de leite foi o ilustre mestre do direito e paladino das campanhas sociais do País, Prof. Joaquim Pimenta, há oito anos falecido.

No seu primoroso livro «Retalhos do Passado» (Tauá), rememora o eminente conterrâneo: «*À tarde até noite fechada, ficava à porteira do curral ou sentado no mourão, esperando que as vacas voltassem do pasto. Ou acordava muito cedo, antes do amanhecer, para ajudar a tirar o leite tangendo bezerros para dentro do curral. Muitas vêzes, tínhamos de suportar chuvas, desabrigados, mas nem a roupa encharcada, nem o frio que fazia, nos torturava tanto quanto o lamaçal de mistura com estêrco de boi, que nos lascavam os pés de ferida*». Curraleiro foi o catedrático das Universidades do Brasil e do Distrito Federal. Labores iguais confessa o Juiz Carlos Feitosa tê-los tido.

Ainda conheci muitos dos grandes vaqueiros de minha terra. Um dêles sem dúvida, o mais expressivo, tipo de legenda, era Emídio Cavalcante, várias vêzes vereador à Câmara de Tauá, como representante de seu clã, o grupo de famílias — Cavalcante-Oliveira-Mota-Teixeira — os destemerosos «Campo Preto», do rio de Favelas.

Amigo político de meu pai, com êle privei de perto e de sua bôca ouvi muitas histórias interessantes de «pegas» de bois. Não me contou, entretanto, uma das mais terríveis carreiras que deu.

Desta, o seu relato colhi do velho Julião, contada a seu modo e de certa maneira que Emídio não gostava de saber. É importante dizer que Julião, quando negro nôvo,

fôra campeiro do pai de Emídio, e o moço branco se constituiu num seu rival temível.

Era «mestre» de Emídio, o velho Chico das Melancias, de quem se dizia saber a «mão direita» e ensinara as suas rezas ao jovem «Campo Preto», por isso que «seu Mido» era o «principal», nas «pegas» dos bois bravos.

Por isso sim, e por outra coisa que segredava quase ao ouvido, «*pactuava com o diabo, e em troca, prometera dar lhe a alma*». Conversa de negro velho!

No município de Valença, no Piauí, ao dealbar do século, «corria» um novilho com fama de «apadrinhado». Boi arisco, «espoletado», que só vinha à bebida — um ôlho d'água num pé de serra «fechadíssima» — às horas mortas da noite e de três, vêzes de quatro em quatro dias.

Muitos vaqueiros lhe tinham, em vão, «botado» o cavalo. Outros mal conseguiram escutar o estalo de seus cascos, quando, pressentindo, «espirrava» das proximidades da bebida. O sonho de todo o bom vaqueiro era segurar o boi.

E como todo bom vaqueiro deseja associar seu nome a um feito, também, dos Inhamuns, partiram Emídio com Manuel Lucas e Julião, dois campeiros da casa das «Passagens».

Andaram mais de quarenta léguas. Levaram, sôltos e bem tratados, os cavalos. Cada um tinha a sua bôa fama de corredor. Foram ao local da bebida.

Era terrível a caatinga. O terreno acidentado demais. O ôlho d'água, a meia encosta da serra, num despenhadeiro erizado de espinhos e cheio de pedras.

Alí chegaram com dia alto, fizeram pousada e aguardaram a primeira e a segunda noite.

Na terceira, cavalos no «ponto», escutaram a «pisada» arisca de uma rês que descia a serra, na ponta dos cascos, «especando» aqui e acolá, «tomando chegada».

Apesar da noite densa, sem lua e algumas estrêlas brilhando no céu, os vaqueiros montaram e aguardaram com ânsias o momento decisivo.

Julião contava que «seu Mido» parecia querer «*passar-lhe sêbo nas ventas*». Era ainda um pouco do antigo despeito. Os minutos pareciam horas e o boi descia cautelosamente.

Em dado instante, Emídio pressentiu maior proximidade e disse para Julião: «*tome do lado de baixo*», Julião

sente sombrôço, os olhos esbugalhados não querem acreditar no que vêem; assim responde: «Vamincê mande êste vaqueiro do cavalo ruço, aí de lado».

No local, só os três, mas Julião jurava que mais um vaqueiro montado num cavalo branco estava bem ao lado de «seu Mido».

Ainda houve um começo de atrito, mas nesta hora o boi «espirra» e pela quebradeira de paus, seguindo o rumo que êle tomava, noite fechada, os três «bateram pernas» e, Emídio à frente, desprezando perigos, num terreno desconhecido, a tôda a velocidade dos cavalos, foram encostando no boi e quando a madrugada queria mandar os seus primeiros clarões, vencida a carreira, o boi bravo perdia o seu «padrinho». Eles pegaram-no.

## OBELISCO A UM VAQUEIRO AFAMADO

Francisco Henrique da Silva, por alcunha Chico Briô, era um mestiço com as características das três raças que contribuíram fortemente para a formação da família brasileira.

Com devotado amor pela vida do campo, fêz-se vaqueiro afamado. «É mais difícil ser vaqueiro do que ser General», afirmou o General Nogueira Pais, em programa de televisão do conhecido Blota Júnior.

Onde houvesse uma pega de boi «brabo», ali se apresentava Chico Briô, envergando seu indumento costumeiro: gibão de capoeiro, perneiras justas e guarda-peito. Resguardava-lhe a cabeça grande chapéu de couro com o barbicacho passado, as mãos abrigadas em luvas e os pés metidos em chinelos de couro curtido, com o carnal para fora. Era inseparável do seu cavalo ruço, animal de estimação, por êle «açoitado».

Quem o criou foi minha avó paterna Ana Rita, que o queria como aos filhos. Era esperto o «cria de casa» da minha avó. Vêzes sem conta, com sucesso, botou o cavalo em novinhos funambulescos.

No dia em que Chico Briô tomou parte na pega do boi arreliado dos Pires da Dormideira, fazenda que fica nas vizinhanças de São Pedro, já não vinha passando bem de saúde. Atormentavam-no umas tonturas. Daí a razão porque Chico Briô ao chegar nas proximidades dos pastos do bovino procurado, fêz ponderações ao companheiro de jornada, para que êle lhe botasse o cavalo, com a justificativa de que não se sentia com boa disposição para correr.

No entanto, o bom vaqueiro, Chico Briô, extremamente vaidoso, não se conteve na hora do «espirro» do boi. Ao perceber a quebradeira de páus, cheio de impetuosidade, o campeiro da fazenda São Pedro, bateu pernas. Num lance vertiginoso, logo ganhou a caatinga fechada, em pouco tempo encostou no novinho insubmisso, e, com uma das mãos segura-lhe a cauda, para, num impulso violento, fazê-lo rolar no chão de maneira espetacular.

Uma trilha restava no trajeto, por onde passaram os três: o boi, o cavalo e o cavaleiro; a relva acamada, fôlhas caídas, cipós arreventados, vergôntees retorcidas pendentes das árvores e, no chão, rastros frescos de animais em disparada. Ágil como um gato selvagem, Chico Briô pulou do cavalo em cima do boi para segurá-lo pelas ventas. Exatamente nessa ocasião, sentindo a vida fugir-lhe, fêz um apêlo ao companheiro que vinha se aproximando para que êle atamancasse a rês subjugada. E logo depois tombou pesadamente por sôbre o dôrso do boi. Tal vida, tal morte...

O seu acompanhante, desolado, retomou o caminho da casa de minha avó para comunicar-lhe a lutuosa ocorrência. Gonçalo do Canário, vaqueiro dos Pires, cabisbaixo, sem esconder a aflição que o dominava, vinha na sua montaria e, com uma das mãos, puxava pelo cabresto o cavalo do Chico Briô, que o acompanhava em ritmo de chôto alto. Os estribos de *metal patente*, sôltos, chocavam-se um contra o outro, a bimbalar como sinos, em dobres a finados.

Minha avó Ana Rita e Tia Semírames, sua filha, com lágrimas manifestaram o seu sentimento. A morte de Chico Briô compungiu a todos da família Gomes, que tanto o estimavam.

Finou-se o campeiro da Casa de São Pedro, mas já-mais êle cairá no olvido. Com os seus feitos assombrosos, granjeou admiradores. E o obelisco recém-construído às expensas de meu irmão Nelo (Manuel Gomes de Freitas) em sua memória, nos extremos geográficos do planalto dos Inhamuns, lembrará às gerações as afoitezas do pegureiro estrênuo. O seu nome está gravado no bronze do pedestal daquela coluna ciclópica que demora entre a fazenda São Pedro e a povoação de Santa Tereza, nas cabeceiras do Rio Trici, no município de Tauá. Um monumento se ergue numa encruzilhada de caminhos, em homenagem a um humilde, que foi fiel aos seus senhores.

Sempre pronto para servir, nunca deu um «não» quando solicitado. Ainda hoje, na sua condição de falecido, Chico Briô, segundo o testemunho de pessoas merecedoras de crédito, tem sido visto em justas, nas caatingas e várzeas do sertão distante, montado em cavalo branco, dando adjutório nas pegas de bois bravios. O estranho fato vem sendo geralmente comentado. Como fantasma rural, às horas mortas da noite, Chico Briô vagueia nos êrmos dos Inhamuns.

Esta notícia chocou-me. Ocorre que nunca fui dado aos estudos dos mistérios do Além. Jamais meditei nas lições de Alan Kardec. Entretanto, lendo «A FACE OCULTA DA MENTE», livro de autoria do Pe. Oscar González Quevêdo, deparo-me com o capítulo que explica os fenômenos da visão de almas do outro mundo, no qual o notável parapsicólogo comenta um fato ocorrido em Filadélfia (U.S.A.), com um médico daquela cidade, que — «estava já dormindo, certa noite, quando foi acordado pela campainha da porta de entrada. Levanta-se, abre a porta e encontra uma menina desolada, que lhe diz: Minha mãe está muito doente, doutor. Rogo-lhe venha comigo, por favor. Era uma noite de inverno, a neve caía a turbilhões, e soprava um vento glacial. O doutor se agasalha e segue a menina. Encontra a mãe gravemente doente de pneumonia. Depois de prodigar-lhe seus cuidados, antes de despedir-se, felicita a mãe pela filha tão inteligente e corajosa que tem. Responde a mulher: Minha filha morreu há já um mês. Suas botas e seu sobretudo estão neste armário. Abrindo o armário o doutor vê as roupas que vestia a menina que o chamara. Estavam secas e à temperatura ambiente; não podiam ter estado uns minutos antes expostos à neve e ao ar gelado da noite» (Obra citada, à pág. 365).

E ao final do capítulo — «APARIÇÃO DOS MORTOS OU PARAPSIKOLOGIA?», o consagrado autor de «A FACE OCULTA DA MENTE» profere o seguinte veredicto: — «Salvo raras exceções, as aparições dos «mortos» são fenômenos naturais».

O fato recorda-me a figura singular do italiano Patrôni, homem culto e enigmático, tão conhecido e popular nos sertões dos Crateús e Inhamuns, o qual, em referência a fatos desta natureza, assegurava: — «o fenômeno existe, venha êle de Deus ou do Diabo».

## AS LUTAS ENTRE MONTES E FEITOSA

O estrugir da roqueira naquela manhã de fim de inverno, de um dia de junho de 1719, ecoava nas quebradas distantes, anunciando aos pacatos moradores do Arraial de Nossa Senhora do Ó (Icó), a aproximação da comitiva do Governador da Capitania do Ceará Grande — Salvador Alves da Silva.

A recepção a que fazia jus personalidade de tamanha importância, preparara-a o povo, com alegria e dedicação. Casas embandeiradas, trajes domingueiros, inquietação festiva e, nas cozinhas da nobreza da terra, a azáfama de mucamas e sinhás, na disputa das iguarias para os banquetes.

O povo voltado para o aparato da grandeza presente, exultava. Mas, alguém no meio do povo trazia o coração referto de grande satisfação. O governante não andava apenas conhecendo as paragens dispersas de sua jurisdição. Na maca conduzia mercês de toda sorte. Eram títulos honoríficos e despachos de concessões sesmárias.

O representante do Rei, nas margens do Salgado, entre o colono rústico e a indiada esquiva, percebia bem naquêle «*Viva o Nosso Poderossíssimo, Rei D. João V*», o entusiasmo de seus governados e a voz de comando que os animava. Amigo íntimo do padre José Ferreira Gondim, Vigário de Goiana e Vice-Vigário do Recife, olhava com especial referência para os parentes dêste — promotores dos mais ardentes da festividade.

Quando no salão nobre, de piso de terra batida de uma grande casa de taipa, coberta de telha, se desafivelaram as correias da «maca» governamental, brotaram da papelama os títulos de Sargento-mor para Francisco Ferreira Pedrosa, de Comissário-Geral para Lourenço Alves Feitosa (promovido de simples Alferes) e para Francisco Alves Feitosa o de Coronel de Cavalaria. O primeiro era irmão e o segundo cunhado do padre Vigário de Goiana, conforme afirma Leonardo Feitosa (Tratado Genealógico). E, assim, por amizade reflexa, surdia o poderio dos homens que no mesmo instante eram investidos das funções de cabos das Ri-

beiras dos Inhamuns e do Quixelô (INÉDITOS, do Barão de Studart).

Não apenas Salvador Alves da Silva, também o seu sucessor Manuel Francês, pessoa ligada ao Vigário de Goiana, cumulou Francisco Ferreira Pedrosa e o Comissário Lourenço Alves Feitosa com muitas sesmarias, vastidões imensas de terra por todo o interior cearense. O homem do São Francisco e o paraibano se transformaram em verdadeiros donos dos sertões.

Lourenço não se contém de prazer. Eram grandes as distinções e imensurável o seu desejo de dominação. Tudo lhe caía às mãos a um só tempo, quando *«a lei era a vontade do mais forte e do mais astuto e o desfôrço e a vindita pessoal substituíam as disposições do código sem provocar reparos, antes movendo a admiração»* (Barão de Studart).

Senhor absoluto, o Comissário *«levantava presidios ou sítios em terras alheias com cominação»*. Ferroteava aqui, metia o chanfalho acolá e as desafeições foram crescendo sobretudo a dos Montes e seus parentes Lobato, também ricos e grandes senhores de terra.

Inconformados com as investidas de Lourenço nos seus domínios, e com os castigos infligidos aos vaqueiros, mandaram os Montes queixa ao Governador Geral de Pernambuco (1721) e, êste, por duas vêzes, autorizou a um da parcialidade Montes, o Cel. João da Fonseca Ferreira *«para prender a Lourenço, inviolavelmente»*, recebendo a ajuda material do Governador da Capitania.

Francês, todavia, nega-se a fornecer tropas a Fonseca Ferreira chamado o *«manda chuvas»* dos Cariris Novos, dando-lhes no entanto, o govêrno do tapuio Jenipapo e, arditosamente, determina a suspensão de hostilidade numa carta cominatória *«com pena de serem tidos por desobedientes e regulos»*. Bem sabia o que estava fazendo. Já conhecia de mais o seu protegido (Carta do Capitão-mor Manuel Francês, Governador do Ceará, ao Manuel Rolim, Governador Geral de Pernambuco, datada de Fortaleza, 20 de Abril de 1722, publicada na Revista do Instituto do Ceará).

O homem dos Cariris Novos, agora, governante da tribo Jenipapos, desconfiava a seu tanto da honraria recebida, quando buscava outras atribuições. Naturalmente, a si mesmo perguntou: o que significa esta atitude do Governador? Pagará a pena continuar parcial aos Montes? E de inquiri-

ção, no caminho de seus interesses, encontra um dia do ano 1724, ostensivamente agressivo, sob o pálido da Justiça, as hordas de Lourenço e, numa surpresa terrível, a elas se alia para o ataque da Fazenda «Pilar» do Cel. Francisco de Montes e Silva, participando do fuzilamento sumário de 33 vaqueiros do seu antigo companheiro de garimpagem nos Cariris-novos.

Estava presente ao massacre o Ouvidor José Mendes Machado (O Tubarão), que, impassível, negou a assistência religiosa aos executados e, na orgia do sangue, fêz rufiar uma caixa de guerra. Ávido de pecúnia, para voltar á Pátria com os bolsos recheados, o Ouvidor era realmente uma figura execranda Juiz sem dignidade sob qualquer pretexto «*tira devassas particulares*» e cobra altíssimas custas de 80\$000. Obrigou a certos colonos vender 40 vacas a 2\$000 e embolçou-lhe o apurado. Invadiu a alçada do Juiz Eclesiástico, dos casos da competência do Tribunal do Santo Officio, e de todo rapaz que tinha pecado uma vez com mulher solteira cobrava 4\$000, e se tinha pecado duas vèzes não fazia menor redução de 8\$000. As populações sertanejas, aterrorizadas sentem-se entre dois fogos, cada qual o mais virulento — as lutas fratricidas das armas e a tirania do Ouvidor. Necessitam providências para debelar uma e extinguir a outra. Assim, queixam-se ao Governador da Capitania. (Revista do Instituto do Ceará, 1º trimestre, Ano 1896, pág. 185 a 187).

Em face dos graves acontecimentos, — «*em reunião dos officiais da Câmara de Aquiraz, com o Governador da Capitania, assentara-se em expedir dois Cabos com 200 homens, inclusive os tapuios Paiacu e Canindé, com ordem para exterminar o tapuio e retirar das Ribeiras os cabeças de uma e outra parcialidade*».

O calendário marcava 25 de março de 1725, e parecia que o interior cearense se havia incendiado. Montes e Feitosas estavam engalfinhados. Também, fronteira além, lá na terra dos Bandeirantes, Pires e Camargo disputavam a trabuco, a maioria do plenário da Câmara de S. Paulo. O exemplo dos graúdos cntaminara os miúdos.

«*A história desta truculência de que se originaria o cangaço*» (Pedro Calmom), é a mesma história de tôdas aquelas lutas de famílias que trouxeram a colônia em polvorosa e que, pela sua preeminência, marca um período

inteiro da então Capitania do Ceará. Muito se tem escrito sobre elas, muito se há ainda de escrever, porque episódios que mais se aclaram, vão aos poucos sendo exumados de velhos papéis, senhores de tantos ségredos.

O Governador Manuel Francês, em 30 de março de 1724, comunicou à Câmara de Aquiraz «*que, continuando a exaltação dos animos, resolvera seguir para Ribeira do Jaguaribe*». Acompanhado de uma escolta de 10 soldados de Infantaria 24 homens de cavalos, um sargento e 30 indios flexeiros, chegou até Arneiróz — o ninho dos Feitosa. Ao seu regresso, fêz uma nova comunicação «*ao Senado da Câmara de Aquiraz narrando vários crimes dos Feitosa e sua parcialidade*». (Carta do Governador Manuel Francês ao Senado da Câmara de Aquiraz, as págs. 194 e seguinte. (Revista do Instituto do Ceará, ano de 1896, 2º trimestre Tomo X).

Em face dêsses acontecimentos, o Governador Manuel Francês, por Edital de 28 de janeiro de 1725, suspendeu dos altos postos de Cabos da Ribeiras dos Inhamuns e do Quixelô o Cel. Francisco Alves de Feitosa e seu irmão Comissário Lourenço Alves Feitosa, entregando o govêrno dos ricos sertões dos Inhamuns ao Capitão-mor José Araújo Chaves, da Ipueira, da freguesia de S. Gonçalo da Serra dos Cocos (Revista do Instituto do Ceará, 2º trimestre, ano de 1896, Tomo X, pág. 180).

A tranquilidade no interior estava para chegar. Assim, para fugir aos inimigos que fizera, o Ouvidor José Mendes Machado, andou «*mais de 600 léguas nos caminhos abertos pelos vaqueiros da casa da Torre para se recolher na Bahia*». Tementes de confiscos, e fugindo a serem tidos por desobedientes e por Regulos, cessaram as lutas os potentados. Os irmãos Feitosa foram para o Piauí, o Cel. João da Fonseca Ferreira e os Jenipapos, homisiam-se no PIANCÓ, e o Capitão Antônio de Souza Goulart, na Bahia.

Da outra parcialidade, Os Mendes Lobato, nas Alagoas; o Cel. Teodósio Nogueira e o Ten. Cel. Antônio Gonçalves de Sousa, em Pernambuco; os Barbalho, enfim, na Paraíba.

Não tardou que os Potiguaras auxiliares dos Montes, regressassem a sua Taba, em Maranguape, donde pediram, arrependidos, perdão a El-rei.

Vale salientar que ao Cel. Francisco de Montes e Silva, nenhuma pena foi imposta, caso de admirar, pois, era êle o — «membro mais influente e abastado» de sua família. A propósito, não é pequeno o número dos historiadores que menciona Geraldo de Montes, situado na Fazenda «PILAR», como sendo o chefe dos Montes do Icó. É um equívoco que foi reparado pelo Barão de Studart em substancioso trabalho publicado na Revista do Instituto do Ceará, ano 1896, 2º trimestre. Antônio Bezerra em «ALGUMAS ORIGENS», lança culpa no Dr. Pedro Théberge, que com João Brígido, deu existência imaginária ao Capitão-mor Geraldo de Montes.

Ao meu ver, esta figura de guerreiro alí não residiu, e na Capitania do Ceará não tomou parte nas refregas das duas famílias.

No decurso da luta, muitos desapareceram, mesmo alguns estranhos aos particulares interesses das parcialidades combatentes, mas solidários por parentesco.

Uma palavra qualquer, dita a favor de um grupo, marcava a animosidade do contendor. E o homem do sertão, quando falava em época de guerra, os vocábulos que emitia tinham o pêso do chumbo ou a ligeireza da flexa.

Assim, morreu pela língua, às mãos assassinas de um filho do Cel. Francisco Feitosa, o Capitão Luís Coêlho Vidal (Segundo comunicação do Padre Cura do Icó, Domingos Dias da Silveira, ao Governador Manuel Francês, em 25 de fevereiro de 1725, pág. 183, 1º trimestre 1896, Revista do Instituto do Ceará, Tomo X).

Varado de balas, cai o Capitão Manuel de Montes, do «Bom Sucesso». Em vindita, mandam os Montes matar ao Capitão Alvaro Lima e Oliveira, nas «Itans», da parcialidade Feitosa.

Não se sabe bem ao certo, mas, Francisco, filho do Colonizador Francisco Alves Feitosa, não é visto no rôsto do inventário de seu pai. Grandes baixas se fizeram de um lado e do outro. Era encarniçada a guerrilha.

Para apurar as responsabilidades, foi enviado de Lisboa o Dr. Ouvidor Antônio Loureiro de Medeiros, por provisão real de 22 de Novembro de 1728, cópia fiel do Judas dos 30 denários, que mancomunado com o truculento Frei José Madre de Deus, foragido da Justiça, que se refugiou na Fazenda Piranhas (hoje, Crateús), fêz-se Loureiro par-

cial dos Feitosa, indo abrigar-se sob o pátio do Cel. Francisco Alves Feitosa, nos Inhamuns (Inéditos do Barão de Studart).

Dois outros ocupantes da Ouvidoria, não satisfizeram. Encontrava-se, assim, a Capitania sob o Império da descrédem. Mas, reinava D. João V, o Magnânimo, Esbanjador do ouro das lavras do Brasil. Era, todavia, amigo da ordem e da paz. Condoído dos súditos do «país do Jaguaribe», deu ordens ao Conselho Ultramarino para que, sem demora, indique um Juiz capaz de por côbro àquelas tropelias.

E um único nome é lembrado e unanimemente escolhido; — Antônio Marques Cardoso, que se encontrava na Bahia, aguardando, a qualquer momento, a sua nomeação para Desembargador do Paço de sua Majestade (Escrito do Secretário do Conselho Ultramarino, ao V. Rey do Brasil, RIC, 1º trimestre, pág. 206, Ano 1896, Tomo X).

Figura respeitável nos pretórios de Lisboa, o novo magistrado recebeu instruções, com amplos poderes, para devassar as sublevações da Capitania do Ceará, ao tempo do Governador Manuel Francês, que devia ser sindicado, bem assim os Ouvidores José Mendes Machado e Antônio Loureiro de Medeiros, tendo aqui chegado em dias de 1733.

Agia inflexível e corajosamente na apuração dos fatos delituosos e ao seu Rei, em 20 de abril de 1738, *informa sobre as residências que tirou naquela Capitania e da conveniência em se prenderem os culpados nas diligências das famílias Montes e Feitosa, bem como demitir dos Postos da ORDENANÇA todos os membros destas famílias afim de evitarem novas sublevações* (Trecho da carta do Des. Antônio Marques Cardoso ao Rei de Portugal, publicada na REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ, ano de 1964, págs. 165 a 168).

Sem mêdo dos perigos a que se expunha, naquelas distantes paragens sertanejas, o incorruptível Magistrado do Desembargo da Corôa Portuguêsa, em 26 de Março de 1745, entrega a S. Majestade, El-Rei de Portugal o volumoso processo da Devassa, ao qual — *mostra descobrirem cento quarenta e sete mortes feitas e mandadas fazer pelos da famílias Montes e Feitosa com os seus parciais na Rybeira do Jaguaribe*. (Revista do Instituto do Ceará, 2º trimestre, ano 1896, Tomo X, pág. 208).

A conduta de Antônio Marques Cardoso prova à sa-

cidade que ainda havia homem probo e honrado na Côrte de Justiça de Lisboa. No afã de definir responsabilidades, durante quase onze anos, demorou-se nos sertões cearenses, para implantar nêste recanto do domínio português de então, a tranquilidade e a ordem.

Foi sem dúvida o pacificador da família cearense. Deixou quietação por tôda a parte. A paz baixou sôbre os sertões bravios. O dono da terra, o índio, temente a Deus, assistia resignado as aulas de catecismo que lhe ministrava o Cura da Aldeia, mas com um ouvido na prédica e o outro no tempo. O gentio de corso desaparecera, pela ação do trabuco. Em Arneirós, feudo da antiga guarda pretoriana dos Feitosa, restavam apenas algumas dezenas de casais de índios desfigurados.

Um clima de absoluta segurança era respirado nos rissonhos sertões dos Inhamuns. O fazendeiro sentia-se feliz, vendo os seus campos prósperos de gado e bonitos cavalos. Agora o colono sonhava com novas para a terra e, não tardou. O Bispo de Pernambuco, aos 7 de dezembro de 1755 criava, com área muito grande a Freguesia de Nossa Senhora do Monte do Carmo da Ribeira dos Inhamuns, com sede em São Mateus.

Seus limites iam dos domínios dos Cariris às terras dos Carateús, por isto que ainda hoje uma parte do Município de Independência pertence a Paróquia de Tauá.

Foi um grande acontecido que alegrou a sertanejama tôda. Alegria só igualada a notícia que o Conde de Vila Flor faz saber de uma Carta Régia, que permitia a criação de uma vila nos Inhamuns.

Infelizmente contra a medida se voltou o plenário da Câmara do Icó. Não era ainda chegada a hora da emancipação política da região das ricas pastagens.

Todavia, um decênio após, em 1778, com destaque, figurava como contribuinte dos Dízimos Reais, no quadro administrativo da Capitania, a seguinte ordem: 1 — Ceará (Forte, Aquirás e Monte-Mor-o-Nôvo), 2 — Jaguaribe (Russas), 3 — Icó, 4 — Acaraú, 5 — Curuyau (Granja), 6 — Quixeramobim, 7 — Inhamuns, e 8 — Cariris Novos.

Com certa importância, apresentava-se o Distrito aos olhos da Capitania com o seu Corpo de Ordenanças, denominado 32 Regimento de Cavalaria, sob o comando do Cel.

Manoel Ferreira Ferro, até o fim do século XVIII, época do seu falecimento.

Por esse tempo os Araújo eram senhores da situação política, detentores das mais opulentas fortunas, consideradas em grupos de família e, como consequência natural reclamaram o comando superior da importante corporação.

Assim, no começo do século XIX, apareceu na pessoa do Sargento-mor João de Araújo Chaves Júnior, o segundo comandante do Regimento de Cavalaria dos Inhamuns, que passou, anos depois, para seu filho Coronel João de Araújo Chaves (do Estreito).

O Cel. João de Araújo Chaves (do Estreito), foi, sem dúvida, figura de maior relêvo na vida histórica da nossa terra pois, de oficial superior das Tropas da 2ª linha, galgou o mais alto grau hierárquico no domínio das armas, exercendo por um ano, em 1829, o posto de Comandante de Armas da Província do Ceará, tendo sob seu comando tôdas as forças da 1ª linha (Exército Imperial), e da 2ª linha (Guarda Nacional), honra que foi concedida excepcionalmente ao Coronel dos Inhamuns.

X X X

Rebuscando os mais antigos livros eclesiásticos do interior do Ceará, como o 1º livro do Icó, pertencente à 2ª Freguesia do Ceará, e 1ª. do interior, composto de fragmentos de assentos de nascimentos, casamentos e óbitos, das diversas Capelas da vasta Freguesia de Nossa Senhora da Expectação do Icó, que abrangia da Cachoeira do Riacho do Sangue ao Cariri e daí aos Inhamuns, e não encontrei um só registro em que o nome de GERALDO DE MONTES aparecesse, quer como declarante ou como testemunha, em que muitos membros dessa família figuram. Também não o encontrei em numerosos fragmentos de livros de registros de escrituras, de procuração, autos de processos, do antigo Cartório do Icó, que tive oportunidade de pesquisar. Retificando o que afirmaram os historiôgrafos cearenses, de que as lutas entre Montes e Feitosa surgiram por disputas de terras no Ceará, declarou o Des. ANTONIO MARQUES CARDOSO que a desisteligência que lavrou entre essas duas famílias nasceu nas barrancas do Rio São Francisco (REVISTA do Instituto do Ceará, ano de 1964, pág. 165 168). Assim, é possível que esse personagem tenha existido, porém no Rio São Francisco. No Ceará, não.

## A REVOLUÇÃO DE 1817 NOS INHAMUNS

Quando da visita que fiz à nova artéria da cidade de Fortaleza, presente de Ano Novo (1967) com a qual o Prefeito General Murilo Borges Moreira brindou os seus munícipes, dando-lhe a denominação de *Avenida da Fortaleza*, bem compreendi o mérito daquela feliz iniciativa do nosso Edil, que teve por fim, especialmente, libertar os curiosos dos obstáculos que ocultavam da contemplação das gerações, a antiga Fortaleza que deu o seu nome à Capital Cearense, e era, no seu tempo, a última palavra em matéria de fortificação e resistência.

Contemplando as suas vetustas muralhas, deparei com a grande lápide de mármore, onde entre outros dizeres, está registrada a data daquela construção, ou seja o ano longínquo de 1817.

A evocação desta data memorável, transportou-me, mentalmente, ao passado da nossa história e me vieram à lembrança os acontecimentos rumorosos que marcaram a arrancada separatística ocorrida àquela época, e que, como assinalou o Barão de Studart, foi *«um passo para a frente no caminho da nossa emancipação política e preparou o 7 de Setembro»*.

Recordei as figuras preeminentes dos inconfidentes José Martiniano de Alencar, Tristão Gonçalves, Bárbara de Alencar, Pe. Miguel Carlos da Silva Saldanha, no Cariri, e os de Manuel Correia de Lacerda, Gregório José de Lemos e o Alferes Antônio da Costa Avilar, nos Inhamuns, que aí foram encarcerados.

Refere-se a crônica que a maior contribuição para a edificação do velho Forte, saiu do bolso de José Alves Feitosa, Capitão-mor dos Inhamuns. E esse filantropo, que realmente era homem de grandes cabedais, era também nobre por geração, bisneto de Cosme Ferreira da Silva e Albuquerque, descendente do minhoto Capitão João Alves Feitosa, e de Ana Gomes Vieira, do Rio de Baixo (São

Francisco) referido por Borges da Fonseca em sua «Nobiliarquia Pernambucana».

Quando José Alves Feitosa, Capitão-mor dos Inhamuns, vinha a Fortaleza, o representante do Rei, que era o Governador da Capitania, lhe conferia honras excepcionais, pois que além, de tudo, entrava na Vila, sem pedir «passagem», como se pisasse em terras próprias, sempre *acompanhado de sua banda de música, com seus cativos tocando, charamelas, trompas, caixas e instrumentos da época* — (João Brígido, «Ceará-Nossos Antigos», 1900, págs. 125 a 127).

A sua presença na sede da Capitania muito alegrava, o povo da terra de modo geral. No festivo dia da sua chegada os grandes se banquetevavam por noite alta, nos salões do Palácio do Governo, cujo prédio foi adquirido com a sua ajuda (Gustavo Barroso, «A Margem da História»).

Hóspede do Governador da Capitania, no dia seguinte se via do lado de fóra do casarão do Governo, os pobres à espera da derrama de patações, pelas mãos pródigas de Feitosa. (João Brígido, ob. cit.)

Era o potentado mais prestigioso da terra cearense. Todavia, por incrível que pareça, certa vez foi preso na Casa da Câmara de Tauá, à véspera de Natal de 1810, de ordem da Relação da Bahia, para onde foi remetido para responder por um crime que não cometeu (Revista do Instituto do Ceará, 1915).

Aconteceu que José Alves Feitosa culpou-se do delito para salvar do banco de réus a sua mulher e a cunhada, responsáveis pelo espancamento de uma horizontal. O pretório baiano julgou-o e o absolveu, mas o infortúnio seguiu-lhe os passos («Genealogia da Família Feitosa», Leonardo Feitosa, 1952).

O ouvidor João Antônio Rodrigues de Carvalho fez-lhe acres censuras e sem tergiversações, promoveu a cobrança de treze mil cruzados, devidos pelos Capitão-Mor dos Inhamuns à Fazenda Real.

Já detido pelas atividades separatistas, o ouvidor Carvalho, de bordo do *Jequié*, fez tremenda carga contra *«José Alves Feitosa, em quem recaiu o posto de Capitão-Mór da Vila. Esta escolha tem sido mais funesta aos povos que as secas, tudo ali se move ao seu arbítrio e bastará dizer-se que tendo a vila tido oito escrivães, desde a sua criação,*

*todos têm saído fugindo, uns por crime que lhes imputam, outros por evadirem-se as pancadas que lhes estão iminentes*. (Documentos Históricos — Biblioteca Nacional — Revolução de 1817, vol. 101).

Como não há mal que não se acabe, diz a filosofia popular, na Revolução de 1817, José Alves Feitosa viu mais indiscutido o seu prestígio. Ficou ao lado do domínio português, como bom realista na convicção exata do dever cumprido.

Do outro lado, agrupavam-se seus adversários contra o jugo lusitano o clero e boa parte da nobreza matuta da terra, formando uma legião e, com a qual o Ouvidor Carvalho preparou o levante. José Alves Feitosa, com impressionante bravura pessoal, fez abortar o motim, com a prisão do Alferes Antônio da Costa Avilar e Gregório José de Lemos remetidos às cadeias da Fortaleza com a seguinte informação: *«com essas duas prisões, atalhei o veneno que começava a difundir-se»*. (Inéditos do Barão de Studart).

No cárcere de Tauá via-se gente no tronco, pois nem o professor de medicina e cirurgia Joaquim José do Espírito Santo escapou de enxovia pelo «crime» de terem sido os seus serviços médicos contratados pelo Juiz Ordinário João da Silva Veloso (tio tetravô do Coronel Antônio Alexandrino e do autor deste livro), *«que assento ser um dos primeiros dos planos»*, afirmou o Capitão-Mór dos Inhamuns (Inéditos, do Barão de Studart).

O império da resistência implantou-se assim, nos Inhamuns, e seus filhos não se curvaram rendidos ao fracasso do levante. É que a idéia da Independência nacional palpitava nos seus corações de patriotas.

O Capitão Gonçalo Batista Vieira (pai do Barão de Aquiraz e este genro do Visconde do Icó), dá belo exemplo, escusando-se de comparecer às comemorações da aclamação de Dom João VI, para ir conspirar na Fazenda Assaré *«e o cabeça dêsse adjunto»* — assegurou José Alves Feitosa — *«era um dos levantados da parte de Pernambuco»*.

Na presença do Capitão José de Araujo Chaves, na Fazenda «Carrapateira», Francisco de Sousa Matos *«falara, não só com pouca descência, mas mui desafortadamente CONTRA A SAGRADA PESSOA DO NOSSO «AUGUSTO SOBERANO»*. (Inéditos do Barão de Studart).

Ninguém escapou às denúncias do Capitão-mor dos

Inhamuns, até o seu parente Teodósio Ferreira Ferro foi acusado de autor de um crime na Bahia e de um homicídio em Cabrobó. (Inéditos do Barão de Studart).

Vendo-se ao desamparo, Teodósio agasalhou-se sob as asas de um carcará, de sotaína, e, em vez de cadeia, «por empenho da Pe. João Fernandes Vieira, teve provimento para advogado de Letrado». (Inéditos idem, idem).

O Capitão Antônio da Costa Leitão (trisavô de Eufrásio Feitosa, Major), esquivou-se de marchar contra os inconfidentes e, num gesto varonil que bem condiz com o temperamento impetuoso dos Costa Leitão, desarmou os soldados da sua companhia, o que lhe valeu a exclusão do Regimento. Igual sorte tiveram os capitães Francisco Fernandes Vieira (mas depois, Visconde do Icó e Comandante da Legião dos Inhamuns), João Rodrigues do Nascimento e o Tenente Eufrásio Alves Cavalcanti.

Por outro lado, os Juizes João da Silva Veloso e Eufrásio Alves Cavalcante fizeram-se surdos às ordens emanadas do Governador da Capitania; nem ao menos lhe respondia os officios (INÉDITOS do Barão de Studart). E' que a Câmara do Tauá era um reduto de inconfidentes, assessorados pelo Pe. Antonio José de Lima e Francisco Fernandes Vieira, com deliberações contrárias aos anseios de José Alves Feitosa.

A propaganda de caráter subversiva nunca desapareceu. Havia pouco tempo regressado da Paraíba o patrióta Manuel Correia de Lacerda, (5º avô de quem escreve estas linhas) fazendeiro no Rio Trici, com notícias que desagradavam aos realistas.

Foi o bastante para que José Alves Feitosa, Chelo de «ódio reinol» o despachasse para a Capital, fazendo ao Governador Sampaio a seguinte recomendação: «Manuel Correia de Lacerda, homem muito rústico e tímórato, vai aos pés de V. Excia., Inquirá d'ele as notícias que teve no Rio do Peixe e em Pombal». (INÉDITOS, etc.).

E Manuel Correia de Lacerda foi recolhido às cadelas da Fortaleza em fevereiro de 1818. Nem por isso parou a pregação revolucionária.

O genro do Manoel Correia de Lacerda, de nome Marcelino dos Santos, disse a um sargento das Milícias «que muito sentia o Carvalho não ser ouvidor nesta terra» — e acrescentou Feitosa: «por isso assento que os de seu partido

*ainda esperam pela sua vinda»* (Carta do Capitão-mor José Alves Feitosa ao Governador Sampaio de 02.02.1818).

Um irmão de Marcelino, Antonio de Sousa Mota, que era casado com uma «carcará», ao mesmo Miliciano, confessou *«que, no ano de 1816. principiara a obra com a família de seus parentes, e a família de Manoel Correia e de outras mais»*. (Carta citada).

Acrescentou ainda o Capitão-mor dos Inhamuns, que o genro do falecido Comandante Venceslau Gomes da Silva, de nome João Barbosa de Freitas, *«indo à vila do Icó o escrivão lhe dissera que o tal ouvidor estava solto em Lisbôa e que ainda esperava de o ver, ouvidor, nesta Capitania»* — e Feitosa encerra sua carta assim *«e nestas esperanças vão nutrindo os parciais daquele corpo»* (Carta citada).

Singular figura a de Manuel Correia de Lacerda, de que trata esta crônica. Filho de Caetano Luís, de Santo Amaro, próximo a São Salvador da Bahia, na época, era o homem mais rico da Ribeira do Tricé, seguido de seu sôgro, Pedro da Rocha Ferreira.

Sobressaiu-se Manuel Correia de Lacerda no fausto com que se apresentava de público, aos demais fazendeiros da ribeira.

Passeava nas ruas de Tauá, ora envergando uma sobrecasaca de ganga e colete de mitim em que o azul dessas duas peças diz bem com o calção curto de cetim com meias de sêda e as vêzes de calção comprido, de fustão acolchoado.

No entanto a sua predileção ia pra um vestuário de colorido vigoroso em que o azul do rodaque de custoso pano fino, contrastava com o amarelo das calças de ganga e colête de cetim da mesma côr, com outro colête de dentro do mesmo pano.

Resguardava-se da soalheira com vistoso guarda sol azul. Cavalgava guapamente, montado no seu alazão, com sela de capas de marroquim, arreios com jaezes de prata, coxim de veludo verde e sobreancas de veludo encarnado rodeado de galão verdadeiro (Autos de seu Inventário no Cartório «José Lúcio», em Tauá).

Como no Cariri, o movimento nativista teve nos Inhamuns, os seus adeptos fervorosos, e, da idéia a ação, encheram a crônica local de feitos e atitudes vigorosas que os consagraram nos fastos daquele período que é, sem dúvida, um dos mais expressivos da nossa história política.

## O REGIMENTO DE CAVALARIA DOS INHAMUNS NA GUERRA DE FIDIÉ

Venho de ler o interessante livro, recentemente editado, de autoria do professor Odilon Nunes, intitulado «Pesquisas para a História do Piauí». O autor é hoje um dos intelectuais piauienses mais dedicados aos estudos de história da sua terra e, neste sentido, tem publicado obras outras de inegável mérito.

«Pesquisas para a História do Piauí» é um desses seus trabalhos — talvez o mais importante — que muito recomenda o autor pelo notável esforço de pesquisas que realizou no campo da historiografia piauiense.

Vale acentuar, de passagem, que a bibliografia piauiense ainda é relativamente escassa, certamente porque os estudos de história local ainda não comunicaram a outros o entusiasmo que suscitou no espírito lúcido e pesquisador do professor Odilon Nunes.

Enquanto o Ceará é considerado como um dos Estados da federação que mais rebuscam a sua história, de que são atestados a REVISTA do Instituto do Ceará e ITAYTERA, órgão do Centro Cultural do Cariri, e as obras constantemente editadas pelos nossos historiadores, o Piauí raramente nos oferece trabalhos de valor e de interesse de que se revestem os estudos do professor Odilon Nunes.

Queremos aqui ferir um tópico do estudo do professor Odilon Nunes, carecido de esclarecimento para melhor e mais legítima situação do fato histórico. Queremos referir-nos à assertiva de que — «*Dos 300 homens do Coronel João de Araújo Chaves, que não tiveram encontro algum com Fidié, restavam apenas cinquenta*». (pág. 354).

Certamente o autor desconhece que o Coronel João de Araújo Chaves, um dos chefes das tropas cearenses que operavam contra Fidié, chegou à Valença no dia 1º de março de 1823 — «*conduzindo tropas cearenses de Inhamuns, constantes de 300 praças de cavalaria uma companhia de infantaria — e dali partiu por ordem da Junta Governativa*

do Piauí, para Campo Maior», como afirma Pereira da Costa, em «Cronologia Histórica do Piauí», para tomar parte no combate que se realizou nos barrancos do Genipapo, a 13 daquêle mês, e no qual o Coronel João de Araújo Chaves participou com os seus homens em forma.

O desbaratamento das tropas nacionalistas no insucesso daquele combate, no qual tombou sem vida o Capitão Manuel Martins Chaves, foi geral, não atingindo apenas, os homens comandados pelo Coronel dos Inhamuns. Aliás a vitória de Fidié no Genipapo foi uma *vitória de Pirro* pois que perdendo nela quase tôdas suas bagagens e apetrechos de guerra, o que lhe doeu profundamente, ficou desapparelhado para continuar a luta.

Amargurado, o Cabo de guerra das armas portuguezas no Piauí, viu dissipado o sonho que acalentava de marchar sôbre Oeiras, e daí a sua desorientação que transformou a vitória numa verdadeira retirada que epilogou no seu encurrallamento e capitulação na vila de Caxias, já em outra provincia, a do Maranhão, para onde o conduziu o destino, no afã de escapar à tenacidade dos seus perseguidores.

O autor piaulense, não foi porém, injusto com o Coronel João de Araújo Chaves, nem procurou diminuir a sua bravura e eficiência na luta contra Fidié em todas as operações militares, e, sobretudo, no cêrco de Caxias.

Vale registrar aqui, como illustração, a respeito da luta contra os portuguezes insubmissos do Piauí, chefiados por Fidié, equívoco ocorrido num encontro da tropa dos Inhamuns sob o comando do Major José do Vale Pedrosa — trisavô do Juiz Carlos Feitosa —, com uma coluna de piauienses, ambas nacionalistas, que, não se identificando, abriram fogo uma contra a outra, verificando-se baixas de lado a lado.

Dêsse fato resultou que a junta Governativa do Piauí, para evitar a repetição de recontros semelhantes, dirigiu um officio ao Major José do Vale Pedrosa, no qual recomendava:

*«O acontecimento que Vossa Senhoria participa em officio de vinte e treis he para esta junta mui sensível e principalmente por conhesser que a cauza nasce da arbitrariedade dos soldados que por não ter semelhantes atentados que sempre andam anexos a consequencias tristes, o que bem prova o infeliz successo.*

*Para que não acontessa outro semelhante deve Vossa Senhoria mandar que todos os Officiaes inferiores e solda-*

dos tragam huma sinta feita de palha de burity atada sobre os peitos e outra no chapeo para que se conheção e não se batão as Tropas amigas, e outro sim quando Vossa Senhoria mandar huma guarda para huma estrada, não mande outra a excessão daquella que a deve render e o mesmo se pratique com os piquettes.

Todo soldado que sahir para alguma parte sem lisença do Superior seja castigado com cinquenta praxxadas e este e outro qualquer castigo não se despense porque a falta de castigos se seguem o aumento de delictos.

Não julgamos culpados os três soldados que de ordem do cabo forão tomar fé, sim os outros, e portanto nesse que se axa prezo se lhe dê Sinquenta praxxadas, e depois dellas estará na prisão oito dias.

Vossa Senhoria avise os destacamentos vizinhos da DIVISA que devem todos uzar. Deos guarde Vossa Senhoria muitos annos.

Quartel de Paraquet, 23 de Junho de 1823.

Manoel de Souza Martin, presidente —

Luiz Rodrigues Chaves, Major —

Claro Luiz Pereira de Abreu Bacelar, Sargento mor —

Manoel Lopes Teixeira, Secretário (Dos INÊDITOS do Barão de Studart).

Os intrépidos filhos dos Inhamuns, presentes na Guerra de Fidlé, dêside as primeiras horas até a rendição total do adversário, saldaram os compromissos para com a Pátria, e, jubilosos, porque compensados com a palma da vitória, retornam aos desejados lares.

Por fim, em testemunho do que ficou dito, transcrevemos aqui excerto de uma mensagem, que tanto tem de justa como de honrosa, do Brigadeiro Manuel de Sousa Martins, Presiente da Província de São José do Piauí, dirigida ao Major José do Vale Pedrosa que:

«veio da Província do Ceará aonde hé morador para esta — comandando Cento e sincoenta prassas em auxilio à Cauza da Independência e Império do Brasil e com melhor conducta Civil e de Militar, e firme adevão à mesma Cauza, dezempenhou todas as ordens que lhe foram dirigidas athé que os inimigos encantonados no morro da TABOCA se renderão as tropas Imperiais» (Dos INÊDITOS do Barão de Studart).

No improvisado FORTE do morro da TABOCA, que situado na parte oriental de Caxias, do Maranhão, aos 29 de

julho de 1823, o oficiais do Exército de Fidié solicitaram armistício aos chefes das Tropas Nacionalistas. E, no mesmo dia, a artilharia dos portugueses insubmissos, constituída de onze peças de canhões, recebeu ordens de cessar fogo para nunca mais troar.

## A LEGIÃO DOS INHAMUNS NA GUERRA DO PINTO

Em 1831 as Milícias desapareceram para dar lugar à briosa Guarda Nacional do Império. E os homens da Côrte, numa homenagem que tanto tinha de justa como de honrosa aos homens dos Inhamuns, colocaram em condições de igualdade os privilégios da Capital da Provincia e do planalto Inhamuense. Ao Regimento de Cavalaria, substituiu uma legião dos Inhamuns com dois Batalhões, um em São Mateus, outro em São João do Principe. A outra legião tinha sede em Fortaleza.

Ocuparam o seu Comando Superior os Ceis. João de Araújo Chaves, Inácio de Oliveira Bastos, Francisco Fernandes Vieira, Joaquim Alves Feitosa, e, finalmente Joaquim Leopoldino de Araújo Chaves, filho do primeiro.

A Legião possuía uma mobilidade extraordinária. Sem maiores complicações, dispensados os trâmites do alto, deslocava a sua sede facilmente, ora para Tauá, ora para São Mateus. A sede, a bem dizer, acompanhava o Comandante Superior. Quando êste era Carcará, ela estava em São Mateus; quando êste era Araújo ou Feitosa, voltava ao Tauá.

A fabulosa corporação dos Inhamuns era constituída de sertanejos da boa raça de vaqueiros, valentes e nobres, com os seus feitos nas revoluções de Filgueiras, Tristão Gonçalves e Pinto Madeira, nomes registrados nas páginas da história. Hábeis na técnica do pastoreio, acostumados aos perigos das corridas na caatinga bruta. Quando na guerra, faziam prodígios.

Na primeira metade do século passado, o Cariri era como cratera vulcânica em intermitentes irrupções. Inflammados, pelas armas e pelas idéias, largavam as várzeas do Salgado, sem olhar perigos, sem divizar barreiras na impetuosidade de sua marcha.

Tambem pela armas e pelas idéias, vêzes repetidas, os vaqueiros dos Inhamuns, com êles terçaram armas. No expirar do ano de 1831, as hordas de Pinto Madeira marcharam como um rôlo compressor, esmagando a todos. Na vanguarda, dois padres concitando o povo e, um dêles, a manei-

ra dos sacerdotes de Mafoma, em guerra santa, o Cônego Antônio Manuel de Sousa benzia cacêtes.

As populações do nordeste assustaram-se. Mestre Câmara Cascudo na sua «História do Rio Grande do Norte» nos diz: «A fama de Pinto Madeira é de violência, rapinagem e brutalidade dissolvido no espírito do povo que o viu como invasor». Possuido de incontido ódio, cometia desatinos. Era a lei da guerra: Vencer a qualquer preço.

Em 27 de dezembro daquêle ano, o Cel. Luis Rodrigues Chaves viu-se fragorosamente derrotado pelo Condestável do Cariri. No comêço do ano seguinte, um copioso inverno alagava os caminhos do Sul da Província, formando no brejos verdadeiros sumidouros.

O tenente Antônio Cavalcante, valente como as armas, tenta atacar Jardim, reduto de Pinto Madeira, mas não foi bem sucedido. Caindo numa cilada, viu, amargurado, os seus soldados, quando não varados de balas, sepultados vivos nos brejos traiçoeiros.

De outra feita, quando com sua tropa — «retirava sôbre Lavras com grande prejuizo, foi batido segunda vez no lugar «Pavão» (CEARÁ Homens e Fatos, pág. 472).

Os governistas sofriam ao mesmo tempo nova derrota na Serra de São Pedro (CEARÁ — Homens e Fatos, pág. 471). E, como uma mole imensa, inebriada com sucessivas vitórias as hortas do Condestável do Cariri calculadas em 2.000 homens, dividido em duas colunas, investe contra São Mateus e Icó.

O govêrno havia mandado combater os rebeldes por tropas de primeira linha sob o comando do Major Francisco Xavier Tôrres e se valia da Legião dos Inhamuns que, comandada pelo Cel. João de Araújo Chaves, com assistência do Major Francisco Fernandes Vieira, Quartel Mestre, do Major José do Vale Pedrosa, Ajudante, três fazendeiros ricos que não sabiam quantas rêses tinham, avança para o inimigo.

As tropas do Major Tôrres acompanharam, em perseguição os fugitivos, as margens serpenteantes do Salgado, enquanto um dos Batalhões da Legião do Inhamuns, sob o comando de José do Vale Pedrosa, acompanhando de perto a outra coluna, seguia o curso do Rio Cariú, numa tentativa de alcançar a Serra do Araripe.

Na altura da Fazenda «Pôço dos Cavalos», — «em pequena distância do acampamento, entraram em ação duran-

te o fogo ativo desde as nove horas do dia 23 de Maio (1832) até o meio dia, de que resultou pô-los em precipitada fuga deixando dezoito mortos» (Trecho da Carta do Presidente José Mariano de Albuquerque, dirigida ao comandante da coluna vitoriosa Major José do Vale Pedrosa, datada de Lavras da Mangabeira, 30 de Maio de 1832, no Arquivo Público do Ceará).

No mês seguinte, as tropas dos Inhamuns, sob o comando do Major Francisco Fernandes Vieira, encontram-se no lugar «Cachoeira», na estrada que liga Santanópole a Assaré, mais perto daquela que desta, um numeroso troço de pintistas, dirigido pelo cabecilha Queiroz, que morreu em combate». Irineu Pinheiro, Efemerides do Cariri, pág. 108). Neste encontro foram grandes as perdas e o calendário marcava 13 de Junho.

O inimigo se dispersa. Muitos se entregam às forças legalistas. Outros demandam os estados vizinhos, buscando abrigo seguro. Estava no fim a luta fratricida. Missão cumprida, os legionários tornam aos lares.,

Na ânsia de reverem os seus, marcham dia e noite, sem mostra de fadiga, pelo milagre da «saudade de casa». A caminhada de volta é feita pelas várzeas do Salgado, tendo o Icó como passagem forçada.

A vanguarda da Legião, com Francisco Fernandes Vieira à frente, aproxima-se da antiga vila no centro da Província. Cheio de brio, ensubercido pelos seus feitos guerreiros, o Major manda anunciar pelo corneteiro a sua entrada triunfal. Os relógios marcavam uma hora da madrugada e o sopro forte do estridente clarim a todos acorda.

Subitamente um tremor abala os nervos daquele povo já sofrido de recente batalha. Até o Vigário da Freguezia de N.S. do Ó ficou espavorido ante o clangorar da trombeta. Concedamos-lhe, por um instante, a palavra. É o próprio padre José Vicente Pereira que, com sabor, retraça a cena patética em que estava envolvido:

«Foi uma quadra de horrores aquela Guerra do Pinto. Ainda hoje, sinto medo, falando disso. Uma noite, tinha tomado o meu chá quando uma corneta me feriu aos ouvidos! Sarampatado e atônito, saltei da rede, onde já me tinha metido, corro para fora, e fui esbarrar dentro de uma lagôa. Me acompanhou o meu moleque, que me dizia. Não corra, meu senhor! e parou à beira. Rapaz lhe disse, com o coração a me sair da boca, vai saber o que é aquilo. Na volta me disse

êle: não é nada, meu senhor, é o Major Francisco Fernandes que mandou tocar corneta. Sai então todo molhado, fui para casa. Abri o oratório, e rezei: Meu Deus, bom pai e senhor, tende misericórdia de nós! Dai àquele avarento quanta terra êle quizer muito gado, muito dinheiro, muito negro; mas por quem sois, não concedais àquele malvado uma corneta!» (João Brígido, CEARÁ lado cômico), pags. 165 e seguinte, 1899).

O que me intriga em tôda esta história é que o Padre possuido de mêdo, ao sentir perigo iminente, ao invés de recorrer à vastidão dos campos, «ganhar o mato», como em outros tempos em circunstâncias tais fizeram os nossos avós foi êle meter-se nas águas frias de uma lagôa.

Com que consciência teria êle recebido o toque da corneta da Legião dos Inhamuns? Ninguém sabe, ao certo. Mas uma idéia me ocorre no momento. É possível que êle tenha elaborado em lamentável equívoco. Tomara aquelas notas do clarim como sendo clangor das trombetas do Vale de Josafá, anunciando o dia do Juízo Final e como se julgasse em boas condições de lá comparecer, precavidamente meteu-se dentro d'água até a altura das orelhas, para ver se assim livrava-se das ardências do rubro fôgo do Purgatório. Não resta a menor dúvida de que é uma hipótese, que ao céptico pode não convencer, mas abala.

## HEROINA DOS INHAMUNS NA GUERRA DO PARAGUAI

A noticia da invasão das nossas fronteiras pelo Governo do Paraguai, numa surpresa terrível, caiu como um petardo na alma do povo brasileiro.

Concitados às armas pelo Governo Imperial, os nossos patrícios, possuidos dos mais nobres sentimentos patrióticos, pressurosos, acorreram aos postos de voluntariado, na ânsia de defender a honra e a integridade da pátria ultrajada.

Em Teresina, nos primeiros momentos, apresentaram-se quatrocentos voluntários. Era fremente de entusiasmo, como, um só vulto, bracejando às portas do Palácio do Presidente da Província, onde funcionava um posto de alistamento do 35º Batalhão de Voluntários, que o povo se apresentava para combater contra os paraguaios.

Um gesto de rara beleza cívica, naquêlê instante, fizera ajuntar curiosos ao redor de uma môça de apenas 17 anos de idade, que ali se achava ao lado dos intrépidos voluntários, disposta também a oferecer os seus serviços à pátria, com itinerário certo ao «front».

Jovita Alves Feitosa era o seu nome, natural dos Inhamuns, oriunda de uma antiga família de guerreiros, que batera na famosa Guerra dos Montes e Feitosas, nos tempos coloniais. Filha de pais pobres, e como não dispunha de montaria para longa jornada, resoluta, enfrentou sòzinha a caminhada, vencendo mais de cinquenta léguas à pé, até a capital do Piauí.

A mulher Brasileira, em tôdas as épocas, tem dado magníficos exemplos de patriotismo. Môças e damas, sem distinção de classe social, responderam presente à convocação de Pedro II, umas, prestando assistência nos hospitais de sangue, outras, as mais abonadas, depositando nas arcas do Tesouro Imperial donativos opulentos em dinheiro ou as próprias jóias de seu uso.

Mas a ação nobre e varonil da donzela dos Inhamuns

sobreleva-se pela originalidade do seu comportamento. Desprezando a sua condição de mulher, mete-se em vestes masculinas e numa demonstração de coragem invulgar, pede audiência ao Presidente da Província para comunicarlhe a sua decisão de marcar encontro com o inimigo para o ajuste de contas.

Não mais podia esquecer um só instante, os atos de brutalidade e de devassidão levados a efeito pelo invasor contra a honra e a dignidade das nossas patrícias indefesas. Em face da atitude da corajosa cearense, não havia como procurar outra solução para o seu caso. Aceito o seu oferecimento pelas autoridades militares, no BOLETIM de 9 de Julho de 1865 constava a sua incorporação já no posto de segundo sargento do 35 Batalhão de Voluntários.

Nêsse mesmo dia, deve ter trocado seu «liforme» de pano ordinário pela vistosa farda do Exército Imperial, que com garbo e desmedido orgulho envergava por onde passava.

Honrosas manifestações lhe foram prestadas no Piauí e Maranhão pelo povo e seus governantes, mas, devemos acentuar que os pernambucanos filhos de uma terra de imortais tradições guerreiras, excederam nas homenagens e consagração à figura singular da heroína cearense, que perante êles elevou-se com o fulgor e a grandeza de um símbolo.

Numa autêntica festa cívica, foi Jovita recebida numa representação de gala, no Teatro Santa Isabel, ocupando o camarote oficial ao lado do Presidente da Província, sempre aclamada pelo entusiasmo do povo.

Os oradores se sucederam na tribuna elevando-a aos galarins da fama, por fim, surge do meio do povo um cultor das musas que, em louvações metrificadas, canta o feito épico da nossa intrépida conterrânea, encerrando a sua poesia com esta estrofe consagrativa:

*Peço palmas para a môça  
Que ocupa um lugar alí,  
Ela vale uma epopéia  
Erguei-vos, nobre platéia  
Esta Amazonas aplaudí!*

E, ao chegar ao Rio de Janeiro, Jovita Feitosa recebe as mais calorosas manifestações de apreço. Foi manchete

da imprensa carioca por muitos dias. Os jornais proclamam-na: «uma mulher admirável, tanto moral como fisicamente» e Fortunée Levy faz a seguinte observação: — «figura de cabloca enérgica; a par do olhar decidido, vislumbra-se um que de suavidade, que parece ter sido sempre a sua característica». Jovita regozija-se.

Mas a rigidez do Regulamento do Exército, inexorável, desfez as ilusões acariciadas do seu sonho de lutas. Dada a sua condição de mulher, Jovita Feitosa, não podendo formar nas fileiras de combatentes, foi desincorporada. Ainda houve quem lhe fizesse ponderações para ocupar um lugar de assistente da Cruz Vermelha, mas Jovita não sentara praça para servir na retaguarda das tropas.

O seu único e supremo ideal era ser infante para marchar na vanguarda ou na linha de frente nos campos de batalha. Frente ao inimigo, se possível, tê-lo a um passo do sabre para estocá-lo, ou ao alcance de um tiro de granadeira para vará-lo de bala. Esses os seus anseios frustrados pela realidade tão amarga ao seu coração de patriota, que a levou a um gesto, agora de desespero, em que se apagou trágicamente aquela vida enobrecida pela sinceridade de um patriotismo fervente, que se perpetuou na admiração dos pósteros.

O gesto varonil de Jovita Feitosa incorporando-se ao Exército Imperial para combater em defesa da Pátria, nos campos sagrentos do Paraguai, tem sua explicação nas próprias reações do meio físico em que ela nasceu e viveu.

Com efeito a jovem valorosa filha dos Inhamuns formou a sua personalidade em contato íntimo e constante com as agrestias de um sertão adusto, requeimado de sol e pontilhado de cardos e pedrouços, onde a resistência humana se retempera enrijecida, para o próprio domínio da natureza inhospita.

Vivendo num meio assim, de intensas reações, e na labuta constante e rude com o trato da terra e das suas ocupações, mais ásperas ainda quando se redobra a luta pela sobrevivência, nos longos períodos estivais, que transforma o sertão num panorama de ardência e desespero — tudo isso influenciou, sem dúvida, na formação do espírito de Jovita Feitosa e ditou-lhe a atitude varonil e corajosa que a celebrizou nas páginas da história pátria.

Jovita foi, assim, um produto típico do próprio meio agressivo em que formou e desenvolveu a sua personali-

de, caldeando-a com naturalidade para enfrentar os perigos de tóda as lutas.

Curioso é ainda verificar a semelhança do ideal, da varonilidade e do fim trágico de Jovita Feitosa e de Joana d'Arc. Oriundas da humildade da vida campestre, onde os horizontes se confinam sem larguezas de ideal, na estreiteza das aspirações modestas e simples do rurícola pelejador e anônimo.

Ambas intrépidas na defesa da Pátria ultrajada, inspiradas no mesmo sentimento e nas mesmas aspirações que lhes acenderam na alma a chama ardente do patriotismo iervoroso.

Ambas lanceadas pelas mesmas amarguras e pela tragicidade que foi, afinal, o epílogo do seu grande sonho de luta.

Uma perpetuada na glória dos altares; a outra, fixada com fulgor na imortalidade da história.

## NO COMBATE DA MISSÃO, OS HOMENS DOS INHAMUNS RECHAÇAM GRUPO DA COLUNA PRESTES

Não foi sem propósito que a *Coluna Prestes*, na sua grande marcha para o oeste, visou a ocupar a capital do vizinho Estado do Piauí. O plano obedecia, sem dúvida, a razões de ordem tática. Teresina, situada entre o norte e o nordeste, seria um ponto estratégico de grande importância, especialmente por que ficava fora do alcance das armas da Marinha de Guerra. A Aviação Militar, naquele tempo, ainda não existia.

A luta seria, assim, somente entre as forças de terra, e isto daria mais possibilidades à *Coluna* para conservar a sua posição, e estender-se por todo o Estado, o oeste e o sul do Ceará, e o interior do Maranhão, criando maiores problemas às forças legais.

Ademais, a ocupação da capital de um Estado seria de grande efeito moral, pela repercussão que causaria. Mas a defesa da capital piauiense, pelo vigor de sua ação, impediu a concretização do plano tático da *Coluna*.

Depois do insucesso de Teresina, sem condições para prosseguir na luta, fez a *Coluna Prestes* o seu retorno por outro caminho que levaram aos homens do comando o conhecimento exato dos vários Estados nordestinos. Assim é que, fugindo do Piauí pela fronteira oriental, penetraram no Ceará exatamente pelo Boqueirão do Alto Alegre, nos Inhamuns, ponto de fácil trânsito na Cordilheira da Ibiapaba.

Em 25 de Janeiro de 1926, o grosso da *Coluna*, tendo à frente Miguel Costa, Luis Carlos Prestes, Siqueira Campos e Osvaldo Cordeiro de Faria, foi em marcha batida acantonar na pequenina Arneirós, sem complicações, salvo o medo natural dos primeiros instantes por que passaram os moradores dessa Vila, hoje Cidade.

O Estado Maior das tropas revolucionárias ali chegou desfalcado de Juarez Távora, que ficara prisioneiro na Ca-

pital do Plauí, e de João Alberto, que se desviou do roteiro com apreciável contingente para ir até Crateús fazer uma visita à viúva de seu irmão Dr. Apolônio de Barros, que foi Juiz de Direito daquela Comarca.

Crateús foi sitiada, e um grande tiroteio, registrou-se enquanto João Alberto conversava com a cunhada no lugar «Bom Tempo», nas proximidades da cidade. Terminada a entrevista, foi o cerco levantado, e os revoltosos retiraram-se com duas baixas nas suas fileiras.

Com o desfêgo, exulta o povo de Crateús com a sua vitória, e o Tenente Peregrino Montenegro, comandante do destacamento local, não se cansa de gabar-se de ter escorraçado João Alberto com seu grupo. Durante o combate, Peregrino provou ser detentor de coragem invulgar.

A Coluna continuava em Arnelrós, à espera de João Alberto que, indo de Crateús, caminhou rumo sul, amedrontando os sertanejos de Independência e Tauá. Sem visitar qualquer dos dois centros, esteve mais próximo de Tauá, quando no dia 24 de Janeiro foi dado o alarme de sua presença no Rio de Flôres (Trici).

Essa notícia pôs em atropêlo os habitantes da minha Cidade, ao tempo inteiramente desprotegida. Um dia de juízo, um arruma arruma, um corre corre, foi o que ficou na minha memória. O pânico generalizou-se. Todos os meios de transporte foram usados,, desde o Ford, último modelo (três ou quatro existiam a êsse tempo), até a liteira que no comêço do século servia de confortável condução para as andanças de minha mãe entre a cidade e a fazenda.

Armada em frente a casa de meu pai, a liteira ficou à disposição de distinta dama da sociedade local, que delivrara há poucos dias. Pronta para a jornada, foi fotografada pelo italiano Patrone, cuja fotografia, tempos depois, foi ampliada pelo pincel de Afonso Lopes, numa tela de propriedade do Dr. Coronel Luis Alberto Meireles, Chefe do Serviço Médico da Base Aérea local.

A retirada foi uma cousa triste que contagiou de pavor a todo mundo. Em poucas horas a cidade ficou deserta. A noite chegou mais cedo com as suas sombras tristonhas. E, mais tarde, o vento soprou com fúria. Tudo fazia o coração pulsar mais alto. A pancada de uma janela solta ou o estalo da linha de tropeiro madrugador. àquelas horas mortas, semelhavam a tiros disparados nos sítios vizinhos. A apreen-

são e o estado de nêrvos eram tamanhos que a cada latido do coração sentia-se aproximação dos revoltosos.

Na Cidade apenas uma única pessoa deixou de sair, o libanês Bichara Nagem Ranôn Yoskim, o estimado João Jorge, pai do Dr. Nagib de Melo Jorge, Sub-procurador Geral do Estado, e do jornalista Paulo de Melo Jorge, que, depois de cautelosamente despachar os seus familiares para recanto considerado seguro, tratou de ornamentar enfrente ao seu estabelecimento comercial com as côres da bandeira de sua pátria distante, e, ali, permaneceu em guarda.

Após uma longa noite de virgílias, com ordens recebidas de meu pai, retiramo-nos da cidade, tomando o caminho de Vera Cruz (hoje, Vila Inhamuns), onde, na manhã de 26 de Janeiro, vimos descer a serra, marchando sôbre Tauã, cêrca de setecentos infantés do tradicional 23º B.C. Por outra estrada, com os mesmos objetivos, aproximava-se uma volante da Polícia estadual, sob o comando do Tenente César Borges.

Dois dias depois, isto é, a 28 de Janeiro, exatamente ao meio dia, chegavam ao centro da Princesa dos Inhamuns, os disciplinados soldados da legalidade. O Batalhão alojou seu comando na casa residencial de Antônio Vieira Gomes, e o Hospital Militar no antigo prédio assobradado da Intendência Municipal.

A oficialidade camaradesca e amiga era constituída do Coronel Vicente Francelino de Albuquerque, comandante; Capitão Paulo Vale, Sub-comandante; Primeiros-Tenentes Carlos Studart Filho, Chefe do Serviço Médico, (hoje, General Reformado e Presidente do INSTITUTO DO CEARÁ), Celso Aurélio Roriz de Freitas, Juarez de Vasconcelos e outros de patentes inferiores.

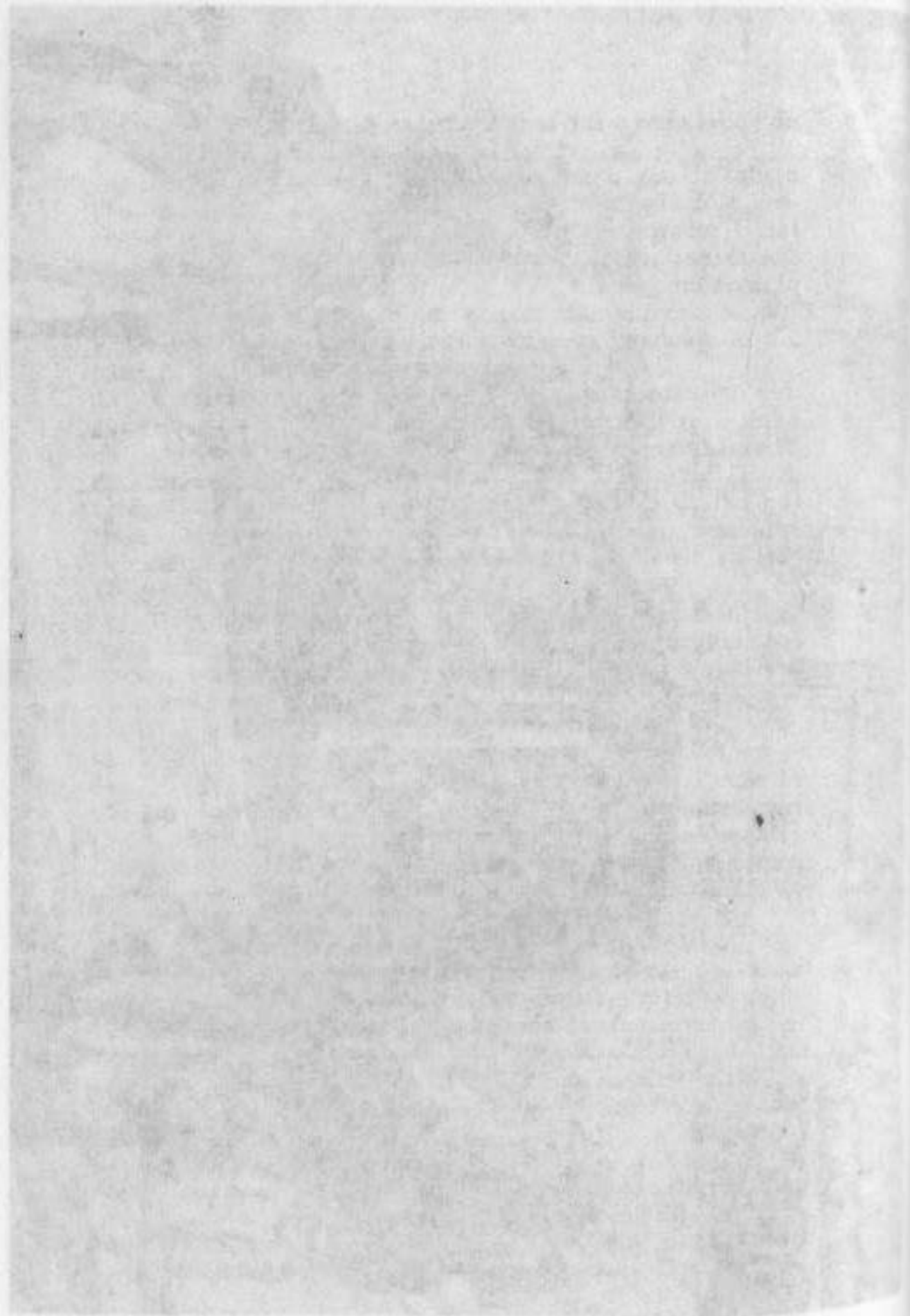
Com a retirada da *Coluna* e das fôrças legais, as cousas voltaram à normalidade. Os sertões passaram a ter tranquilidade. A *Coluna*, refeita da caminhada estafante, com o repouso em Arneirós, levantara acampamento e tomou o rumo da Paraíba. E, após dez dias de acantonado em Tauá, o glorioso 23º B.C. deslocou-se para Afonso Pena (atualmente Acopiara).

Três dias depois da retirada do 23º B.C., uma noticia alvoroçou os espíritos menos avisados. Um grupo retardado de revolucinários, sem nenhum respeito aos bens alheios, desceu o curso do Rio do Puiú.

Para coibir, o abuso daqueles sediosos, o Coronel Do-



— A liteira pronta para a jornada em frente à casa residencial do Cel. Domi-  
Gomes, em Tauá, atualmente, ocupada pelo Grupo Escolar Joaquim Pímes



A lista pronta para a jornada em frente à casa residencial do Sr. Gomes, em Tana, atualmente ocupada pelo Grupo Escolar, sob a direção de Gomes.

mingos Gomes de Freitas, Prefeito do grande Município cearense, autorizou a organização de uma tropa constituída de trinta e seis voluntários que a bôca da noite, marchou contra os invasores, sob o comando do destemido fazendeiro Joaquim Solon de Noronha (*Quim Noronha*), genitor do Dr. Luis Feitosa Noronha, digno Juiz de Direito de Juazeiro do Padre Cicero.

Eram valentes os homens acaudilhados por *Quim Noronha*. Com boa disposição para a luta, acometeram os revoltosos em número de trinta na madrugada do dia seguinte, no lugar **MISSÃO**, do distrito de Marrecas, há vinte e seis quilômetros de Tauá.

Após nutrido fôgo, entre as partes, os homens dos Inhamuns conseguiram rechaçar o bando retardado da *Coluna Prestes*, tendo-lhe infligido três baixas e feito cinco prisioneiros, entre os quais um austríaco, baixo e vermelho, que nada entendia de nossa língua.

O grupo de *Quim Noronha* não voltou incólume. Um dos seus componentes morreu no *Combate da Missão*, no cumprimento do dever.

## DIAS SOMBRIOS

A pena brilhante de Matos Ibiapina traçou em caracteres indelévels nos editoriais de «O CEARÁ» a crônica do cangaço dominante neste Estado, no quadriênio Moreirinha. Não lhe faltou ânimo combativo, não esmoreceu em denunciar os crimes- e violências perpetrados a sombra dos poderes governamentais.

Quem o lê, pasma de, em pleno século XX — embora o cangaço fôsse a tônica do Nordeste — ver que as terras cearenses nadaram em sangue e, sangue derramado por inspiração dos homens do poder. O estampido do rifle foi criando o clima de desassocêgo, de intranquilidade, de mêdo, de pavor mesmo nas populações sertanejas. Ninguém ficava a salvaguarda de assaltos.

Ninguém dormia mais na placidez das noites bonitas do sertão. Tudo era expectativa. O latido de um cão prenunciava a aproximação de um facínora. O tropel dos cascos das alimárias informava a passagem de um grupo armado. E a angústia de 4 anos terrivelmente vividos, convulsionou as populações do oceano Y cordilheira da Ibiapaba.

O cangaço é fenômeno regional. O Ceará não ficava fora de sua ação, mas em casos isolados, e duramente combatido. A sedição do Juazeiro, se contou com o beneplácito do poder federal, foi rápida, e já o sucessor de Franco Rabelo, como primeira medida de saneamento, mandava extinguir os batalhões de Jagunços constituídos de facínoras e aventureiros.

O cangaceirismo, a desordem generalizada, o trabuquismo, foi mesmo no período - 1924 a 1928 - em que esteve no govêrno do Estado o desembargador José Moreira da Rocha, popularmente, Moreirinha.

A luta armada entre os sertanejos deixou de ser aquela que se fundava na defesa da terra ou no desagravo da honra ferida. Passou para o campo da política partidária, como na manutenção de um estado de beligerância constante na matutada, antes, pacífica e ordeira.

Qualquer desavença entre vizinhos, ensejava as refre-

gas cruentes, onde o fuzil e o rifle não esfriavam o canô. Todo o mundo se armou. Fazendeiros pacatos, inimigos de brigas foram obrigados a aceitar, para manutenção de suas casas, bem pagos e bem armados, os «cabras» que se tornaram profissionais do cangaço.

As famílias se dividiram ao fragor das paixões. Irmãos militando em diferentes partidos entravam em contendas uns contra os outros. Assim vimos, em Senador Pompeu, membros ilustres da honrada família Magalhães, Zêquinha e Filemon em recontros mortíferos com Ananias e Fenelon.

Os velhos chefes sertanejos deixaram de ser simples adversários e amigos pessoais para se transmudarem em encarniçados inimigos. Mágoas profundas até hoje perduram entre alguns. Ao norte, ao sul, no centro, todo o Ceará tinha os seus filhos em luta. Mais radicais em certos pontos — Filinto Cruz e Manoel Alexandre, na Santana do Cariri com cêrca de 600 homens em armas. Os Correias e os Pimpin em algaras ferozes disputando a tiros nas ruas de Várzea Alegre a posse da cidade. Pedroca da Mata Fresca, em Iguatu, resistindo corajosamente o assédio dos adversários amparados pela polícia. Zé Pedrinho, dos Araújo, na Fazenda «Baixio», em Crateús, e os Coutinho, em Independência, na Cachoeira do Fôgo, nutria acêsa luta com delinquentes fardados da legalidade facciosa, e muitos outros coroneis abrasados do ódio se degladiavam.

Avultou no meio dêsse pandemônio o mais cruento e sanguinário comensal do palácio do govêrno e por êste ostensivamente prestigiado e tambem o mais terrível, porque portador de bravura inexcêdível, Isaias Arruda, de Missão Velha, que além de suas lutas pessoais e das violências cometidas contra adversários se comprazia em fornecer «cabras» a quantos lhe podessem remunerar.

Por tôda a parte havia matança contra os adversários do govêrno, por certos oficiais da polícia que sumariamente condenavam suas vítimas à pena capital, onde alcançados, e quase sempre dando-lhe por sepultura um formigueiro desabitado.

Em tempo algum os anais da nossa história registraram tão grande número de vítimas por assassínios, em quatro anos, que ficaram impunes, pois que perpetrados à sombra

do terrorismo oficial. (\*) Foi nesses dias sombrios que se instituiu o PNEU como instrumento de tortura policial, substituindo a vetusta palmatória. Rastilhava a insegurança no Ceará de tal modo que o prefeito de Mossoró, metrópole do vizinho Estado do Rio Grande Norte, chegou ao ponto de premeditar a deposição do presidente do nosso Estado conforme foi amplamente divulgado na imprensa de Recife, em Pernambuco. (\*\*)

Assim era o governo de Moreirinha. Aproximava-se o 15 de novembro de 1926, em que se deviam realizar as eleições de prefeitos, antes nomeados pelo presidente do Estado.

Como já vimos, a situação do Ceará era a mais aflitiva por que já passou a sua história política. Em todos os municípios, o governo exercia, através da truculência policial, ominosa ação de destruição pura e simples dos seus adversários.

E a situação ia agora agravar-se com as eleições municipais, através das quais, pela força e pelo arbítrio, pretendia o governo sufocar a oposição, para permitir a vitória completa dos seus correligionários. Policiais e cangaceiros confraternizando em toda a parte, tomavam os freios da situação e, sob a violência e atentados incríveis, realizou-se o pleito municipal.

Tauá não podia ficar fora das vistas do governo opres-

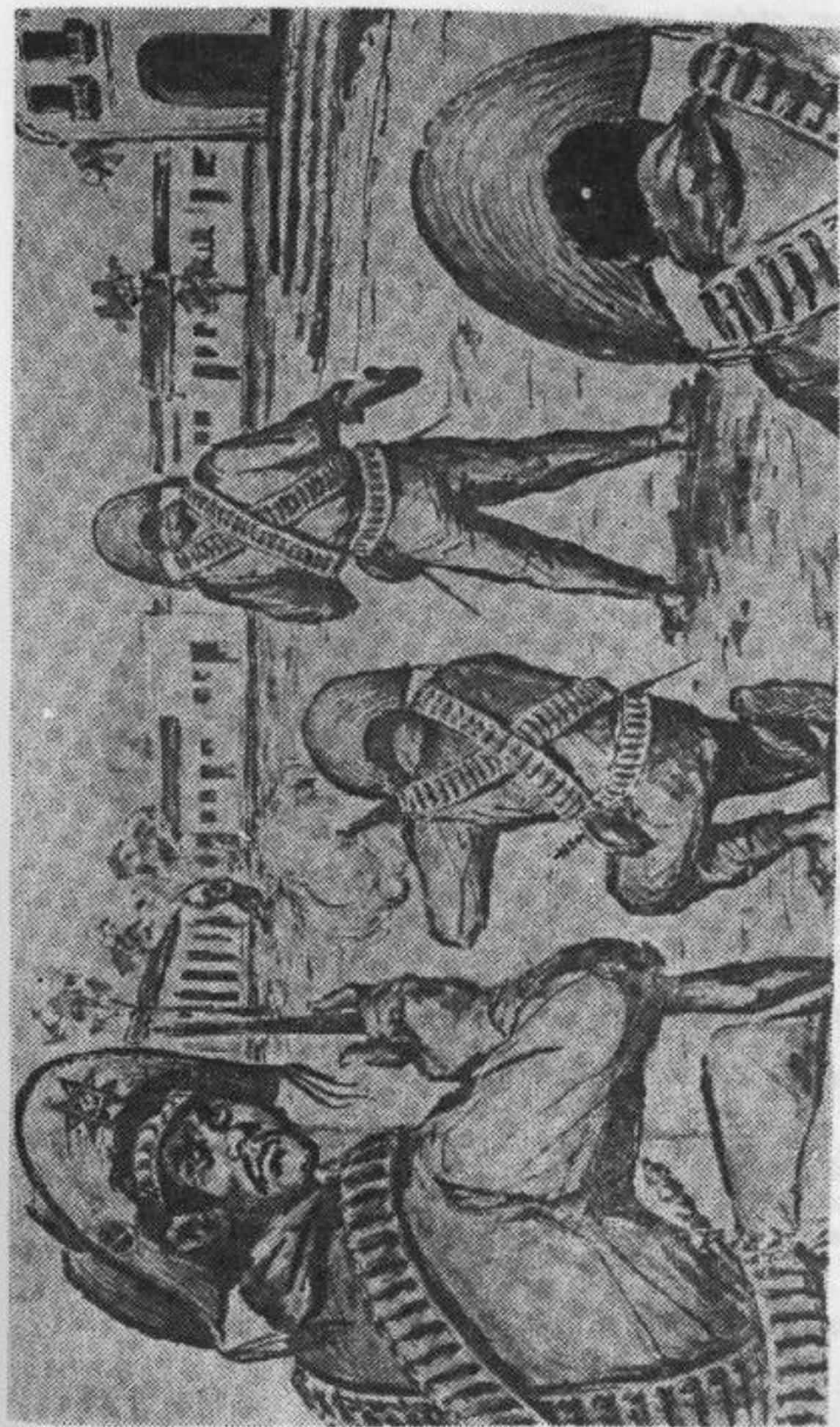
---

(\*) — *A cova, dizia o jornalista Demócrito Rocha, já baixou tanta gente, a trabuco e punhal, que será impossível, de memória levantar-se o obituário político do quadriênio.* (A HISTÓRIA DO CANGACEIRISMO NO CEARÁ, pág. 133, de Abelardo F. Montenegro).

(\*\*) — *O Cel. Rodolfo Fernandes, prefeito de Mossoró, entre outras cousas, ao «Diário da Manhã, de Recife, declarou: ...«O Ceará está desgovernado. O cangaceirismo chegou ao auge. Pratica-se o cangaço como quem pratica uma profissão rendosa». E, mais adiante — «O Ceará atravessa uma das fases mais triste de sua história.*

*Afinal, até onde iremos, Coronel, com esse estado de cousas?*

*Até quando quisermos. Se não houver providências por parte do Governo, levantaremos no Rio Grande do Norte uma coluna de dois mil homens e invadiremos o Ceará, enxotando de lá os responsáveis até o Presidente», etc. etc. refere o Professor Abelardo F. Montenegro.*



— Cangaceiros mercenários vindos de Missão Velha, nas ruas da cidade de Tauá.



ser. E como o partido político que lhe era oposto, recebia a orientação e chefia do meu saudoso pai, deixo de comentar os fatos que, naquela época, ali ocorreram, para ceder a palavra ao Dr. Manuel Pinheiro de Sousa, que com tanto brilho exerce as funções de Subprocurador Geral do Estado: — «Domingos Gomes de Freitas pertencia a essa estirpe moralmente sadia, que quase não deixou sucessores».

Após o relato de como meu pai ingressou no partido «Rabelista», nêle «permanecendo até o encerramento das atividades», Pinheiro de Sousa adianta que o velho sertanejo — «Tomou, por conseguinte, parte ativa nas lutas políticas que agitaram o Estado, nelas se conduzindo, porém acima das tendências do tempo, repudiando o cangaceirismo político, que aflorou, vitorioso, em quase todo o «hinterland» cearense.

Na fase aguda dêsse período mais triste da nossa história, viu-se obrigado a resistir, de armas na mão a uma tentativa de esbulho dos seus direitos de cidadão, ensaiada, a grosso modo, pela própria polícia estadual.

Fê-lo, entretanto, conclamando apenas os elementos de sua família e amigos de responsabilidade, recusando, superiormente, o concurso mercenário de profissionais do cangaço. Teve durante onze dias, a sua casa de residência cercada por forte contingente policial, sob o comando de um tenente dessa corporação, que tinha por encargo obstar o seu comparecimento às urnas, disputando o cargo de prefeito municipal da sua terra.

Preparado e resoluto para a defensiva, assim permaneceu todo êsse tempo e, não obstante a permanência dos soldados à vista e ao alcance de um tiro de arma curta, a tragédia não eclodiu. A circunspeção do velho chefe matuto impunha respeito aos beleguins.

Compreendendo a extensão das consequências, políticos responsáveis por êsse estado de coisas interferiram, com êxito, para a solução pacífica do incidente e dêle o corajoso sertanejo saiu maior do que entrara.

Foi um episódio de impressionante bravura pessoal, que valeu, ao tempo da sobriedade de um seu adversário digno, êste conceito exato e incisivo — «aquilo é manso como um santo, mas valente como o cão» (Memórias de Domingos Gomes de Freitas», Ed. A. Batista Fontenele, 1956 — págs 32 a 35).

Fatos semelhantes, por ocasião de uma eleição municí-

pal, ocorreram em recuados tempos, no ano de 1852, em São João do Príncipe, hoje Tauá, mas o governo imperial, em face das denúncias recebidas, anulou o pleito.

Muito ao contrário, aconteceu na aludida eleição de prefeito do Tauá, em 1926, que apesar de comentada e denunciada, ante os atos de força, acobertadores da fraude oficial, foi considerada válida, tendo o governo do Estado, empossado acintosamente o candidato de sua feição, como fêz, aliás, em quase todos os municípios cearenses, dominados pela ação nefasta do seu nepotismo .

## MÚSICA PROFANA NA LITURGIA

O poeta Jáder de Carvalho quando visitou o planalto dos Inhamuns, o fez com a alma inundada de entusiasmo pelas terras vermelhas do chapadão cearense, e pela voz da sua musa, declamou: «Sertão de muita música: música dos aboios e dos cascos das boiadas». — Evidentemente, no País do criatório, até no mugido dos bois ouvimos as ressonâncias musicais que a terra e o povo estão a murmurar na alma da gente.

Outro homem ilustre nas letras, Antônio Bezerra, nas suas andanças pelos sertões, foi ter na Princesa dos Inhamuns, e, ao avistar as primeiras casas de Tauá, numa manhã de 1884, a passarada lhe propiciou saudações de boas vindas, com sedutora «cantata», tendo por prima dona a patativa de álacres gorgeios. O fato está registrado no livro NOTAS DE VIAGEM, do sóbrio e grave escritor cearense. É lamentável que Goeldi, que falou mal das nossas avezinhas, não fôsse seu companheiro de jornada.

Justificam-se os motivos porque os filhos dos Inhamuns são aficionados da boa música. Desde os primórdios do povoamento que eles apreciam a arte de Euterpe, tanto é verdade que cabe à minha terra a primazia da organização da primeira Banda de música do interior da Capitania do Ceará Grande, e, a crônica histórica registra que do século transato para o princípio do seguinte, o Capitão Mor daquelas plagas, José Alves Feitosa, vinha à Vila da Fortaleza, sempre acompanhado de seus cativos tocando charamelas, pífaros, trompas e outros instrumentos da época.

No começo do século atual, eram vistos nas ruas de Tauá «positivos» dos longes de Saboeiro, São Mateus, Mombaça, Senador Pompeu, Pedra Branca e Independência, portando convites para o Mestre Silveira, regente da Banda local, exigindo a sua presença naquelas localidades, para ani-

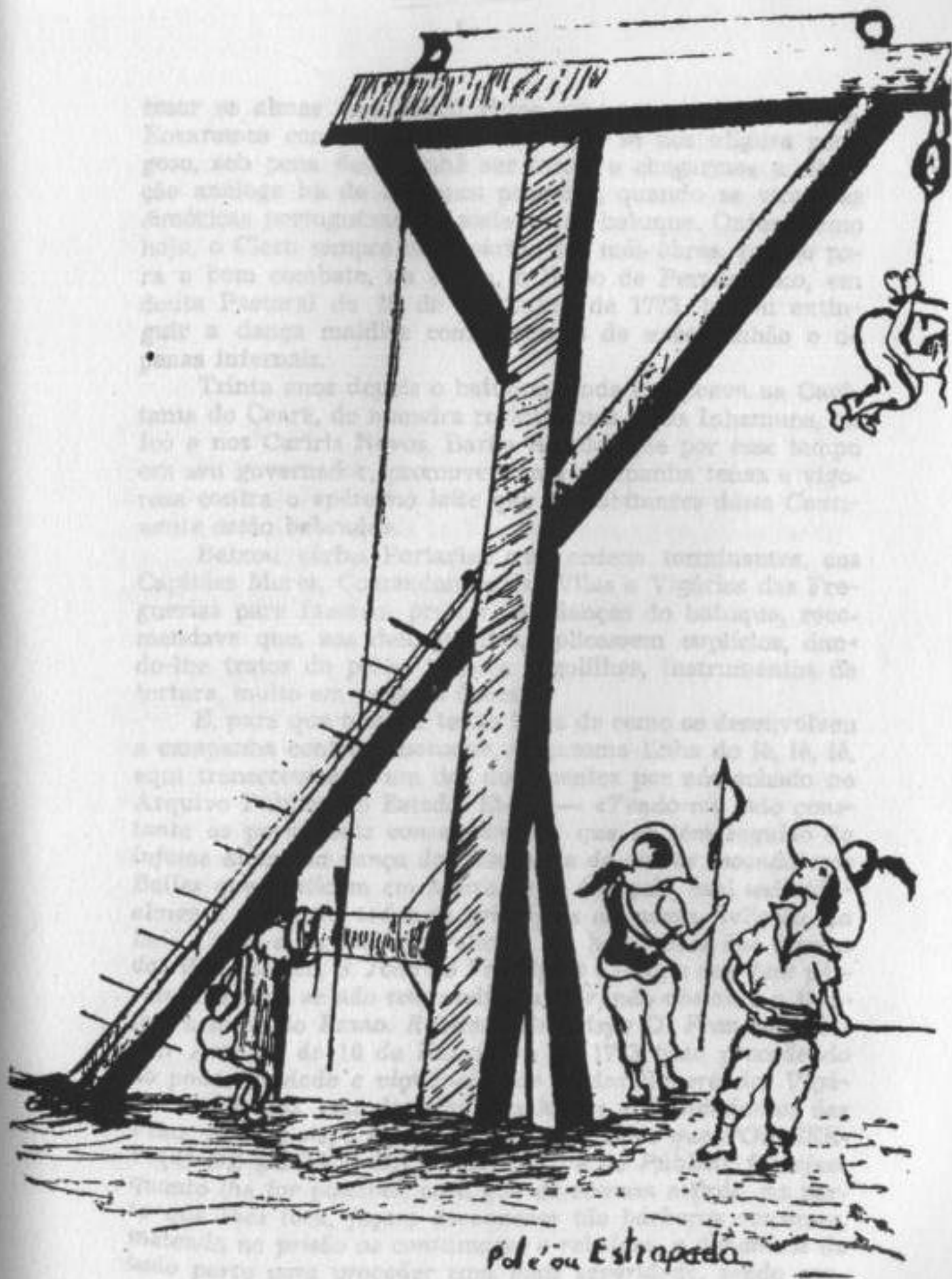
mar os festejos religiosos, ou tocar nos bailes de comemorações cívicas, e de festas sociais.

Somos um povo por natureza amantes da harmonia dos sons, somos portanto apreciadores da bôa música, por disposição natural do espírito, bem como da dança, pois uma e outra têm entre si relações estreitas. Ambas criação da Arte, ambas obra das irmãs Euterpe e Terpsicore. A música, como a dança, está em tôda parte, não apenas no mundo profano, mas também no mundo sagrado. O Rei Davi, o Ungido, dançou diante de Deus, fêz mais, dançou e saltou; Micol, a rainha espôsa, foi testemunha presencial. Schaeffner, autoridade em *etnologia* musical, diz: «*não existe ritual religioso ou mágico, que não tenha sua dança e sua música*».

No entanto, do iê, iê, iê, com raízes no batuque afro-brasileiro, condenamos os seus movimentos desordenados e senxuais, de excitação muscular, que tem por finalidade deixar o intérprete em estado psicológico especial, rendido à lascívia, com incitação até para o erotismo sexual. Com ritmo alucinador, de irresistível atração, o iê, iê, iê, a todos impressiona, de tal modo que houve até um movimento por parte de alguns sacerdotes, no sentido de adotar a sua música aos cânticos sacros. Que idéias estúrdias. Não era possível que o bom senso cedêsse lugar a estultícia, ouvir-se no recinto de um templo religioso, de meditação e de recolhimento, os disparatados acordes musicais do iê, iê, iê, cuja letra faz despertar prazeres da carne — «*pode vir quente, que já estou fervendo, é uma brasa, mora...*»

Foi por isso que, com indizível satisfação, li a entrevista de D. Jaime Câmara concedida a «O CRUZEIRO», edição de 8 de Julho de 1967, na qual o ilustre Prelado declara: «*As Missas celebradas com iê, iê, iê, já receberam de Roma a sua reprovação*». Desta maneira, embargados os seus passos na caminhada rumo à liturgia do Grémio Católico, o iê, iê, iê, acaba de experimentar o mesmo revés por que passou o seu inspirador batuque nos idos do século transacto, quando se viu despejado do Corpo da Igreja, onde conseguira entrar graças à intercessão de Gonçalo, santo português. Louvemos, pois a atitude da Igreja que, ilustrada pelo Espírito Santo, fê-la repudiar a esta inovação profana e extravagante.

Mas, aqui a nossa advertência: não o perca de vista o clero, pois, o iê, iê, iê, anda sôlto pelo mundo a desmas-



Pole' ou Estrapada

O Governador da Capitania recomenda ao Capitão-mor e ao Comandant Vila que apliquem tratos de polé e outros instrumentos de torturas, ac contraventores que forem encontrados dançando batuque.



trear as almas com febril ritmo e as pompas de Satanás. Encaremos com seriedade o caso que se nos afigura perigoso, sob pena de amanhã ser tarde, e chegarmos a situação análoga há de 200 anos passados, quando se viram as Américas portuguesas avassaladas ao batuque. Ontem como hoje, o Clero sempre adversário das más obras, pronto para o bom combate, na época, o Bispo de Pernambuco, em douta Pastoral de 10 de novembro de 1773, tentou extinguir a dança maldita com ameaças de excomunhão e de penas infernais.

Trinta anos depois o batuque ainda campeava na Capitania do Ceará, de maneira recidiva nos meus Inhamuns, no Icó e nos Cariris Novos. Barba Alardo, que por esse tempo era seu governador, promoveu uma campanha tenaz e vigorosa contra o *«péssimo leite que os habitantes dêste Continente estão bebendo»*.

Baixou várias Portarias com ordens terminantes, aos Capitães Mores, Comandantes das Vilas e Vigários das Freguezias para fazerem proibir as danças do batuque, recomendava que, aos delinquentes, applicassem suplicios, dando-lhe tratos de pelés, troncos e golilhas, instrumentos de tortura, muito em voga na época.

E, para que o leitor tenha ideia de como se desenvolveu a campanha contra o batuque, da mesma linha do iê, iê, iê, aqui transcrevemos, um dos documentos por nós achado no Arquivo Público do Estado. El-lo: — *«Tendo-me sido constante as perniciosas consequências que se têm seguido do infame abuzo da dança do Batuque e de outros escandalosos Bailes que praticam em honra de S. Gonçalo, mal individualmente, e contra todos os princípios da nossa Religião, da Leis Civis, e da melhor Policia, os habitantes dos termos das Vilas do Icó, S. João do Principe e Crato, e que esse péssimo costume se não tem podido abolir, não obstante a Doutra Pastoral do Exmo. Revdmo. Sr. Bispo D. Francisco Xavier Aranha, de 10 de Novembro de 1773 tudo procedendo do pouco cuidado e vigilância não só dos Reverendos Vigários e Párrocos, mas dos Capitães Mores e Comandantes das Vilas. Rogo, pois, a aqueles e ordeno a êstes que POR SERVIÇO DE DEUS E DA RELIGIAO, e do Público, forcejem quanto lhe for possível, para que de comum acôrdo, na parte que lhes toca, façam desvanecer tão bárbaros costumes, metendo na prisão os contumazes e rebeldes, e dando-me de tudo parte para proceder com mais severidade, sendo con-*

veniente. *Palácio da Vila Fortaleza, 2 de Janeiro de 1809.*  
**Luiz Barba Alardo d'Menezes.»**

Gostaria de saber como em face de tão peremptórias recomendações, teria procedido o meu tetravô Capitão Veneslao Gomes da Silva que, nêsse tempo, era Comandante da Vila de S. João do Príncipe, dos Inhamuns.

## AS COMUNICAÇÕES NOS INHAMUNS (CORREIO)

O primeiro de Maio de 1812 foi um dia movimentadíssimo, que marcou mais uma etapa nova do progresso na vida da pequenina vila de Fortaleza. O prédio da Tesouraria da Fazenda, na Praça do Palácio regorgitava de curiosos. Ali, por deliberação da Junta da Fazenda, começava a funcionar a Repartição dos Correios e com ela uma nova classe de funcionários aparecia no Ceará, — a do Estafeta.

Os serviços postais, antes disso eram executados pelos Oficiais da Ordenança, Comandantes de volantes ou por pessoas gradas em excursão a outros pontos do País.

Os potentados trocavam correspondência utilizando-se homens de sua absoluta confiança aos quais denominavam de «positivos». Quase sempre os mensageiros encarregados de executar esse mister eram pessoas acostumados a andar a pé, que venciam, sem fadigas, grandes distâncias. A missiva, com zêlo, resguardavam-na dentro da trouxa de roupa de sua viagem, que era conduzida a tiracolo ou pendurada na extrema de um cacete levado ao ombro, o qual, algumas vezes lhe servia de arma ofensiva ou defensiva. O cacete também chamado de vara porque tinha o tamanho regulamentar de uma vara, isto é, um metro e dez centímetros, por determinação régia. Este sistema dos «positivos» ainda hoje é utilizado na correspondência de maior importância, como os telegramas, para a zona rural.



O «positivo» na missão do portador de segrêdos,  
à pé, vence distâncias».

Em 1821, por portaria publicada em 25 de Fevereiro, é estabelecido que — «nos dias 3 e 19 de cada mês sairá um correio da Vila de Fortaleza para o Piauí passando pelas Vilas de Monte-Mór, o Novo (Baturité), Campo Maior (Quixeramobim), São João do Príncipe (Tauá, a metrópole dos Inhamuns) povoação de Piranhas (a próspera Crateús), Vilas de Marvão e Valença e a cidade de Oeiras». Era bonita caminhada de mais de duzentas léguas percorridas pelo Estafeta por paragens inóspitas, cheias de febres ruins, caminhos infestados de malfeitores, feras e serpentes, ora sob canícula abrazadora, ora debaixo de fortes aguaceiros.

Penosas caminhadas, no lombo de burro, dava o Estafeta. Se era difícil e espinhosa a sua empresa de vencer distâncias através das matas e dos rios em caudal, que atravessava em «cavalete» um toro de pau leve, preferencialmente o

mulungu), maior lhe caia aos ombros à responsabilidade da MALA. Por isto, os cuidados do poder público não foram pequenos para lhe garantir. Recomendações emanadas do próprio Rei diziam «*que pelo Estafeta for pedido como guias, mantimentos, forragens e alimárias aos colonos e Capitães-mores e Comandantes de tropas e oficiais das Ordenanças, auxilio militar, se lhes não neguem, o acompanhem com permissão para uso de armas defensivas e ofensivas e o que se lhe fizer necessário para o bom desempenho de sua missão lhe façam prontos e os que se houverem com frouxidão, não só extranharei porém procederei com o castigo que for justo*». — Assim, se lhe faltava a vistosa diligência europeia dos Tasso e Torriani, compensavam-lhe as recomendações especiais do Soberano, que ao seu indiscutível valor pessoal, juntava uma parcela do poder, um elemento de valor social nem sempre senhareado pelos «grandes» do tempo. Era funcionário portador de um cargo humilde que ao se distanciar do centro burocrático, recebia poderes excepcionais. A quantos não invejou ser Estafeta, entre os pretendentes à «grandeza» do sertão.

Não se pode, a bem dizer, chamar humildes aos Estafetas. A função se por um lado o era, por outro requeria para o seu desempenho homens valorosos. As asperezas do sertão agreste, as investidas dos salteadores, as penosas andanças por dias, meses, realmente dispensavam os homens letrados mas pediam os homens valentes. Um homem rude se incumbia de zelar pela sorte dos segrêdos e dos valores de muita gente.

Pisando o chão duro do nordeste ou as paragens agradáveis, mas também perigosos do sul, o Estafeta era o andarilho benvindo em todo os lugares. Como gostaria de registrar os nomes dêsses brasileiros destemerosos que pacientemente tangiam cavalgadas sobrecarregadas de Malas do correio, para levar nos pontos mais distantes, as notícias mais diversas, as mensagens da esperança, palavras escritas de amor!

Vasculhando papéis velhos, nos Correios e Telégrafos, guiado pela esclarecida e prestimosa D. Laura Brígido, ainda me foi possível descobrir alguns nomes daqueles que fizeram o serviço de Estafeta na região dos Inhamuns. Terra de homens andejos, resistentes às grandes caminhadas, o meu sertão deu ao Ceará bons condutores de malas. Na minha cidade — o Tauá, do século passado para o primeiro quartel dêste

século, duas famílias se notabilizaram como portadores de malas postais — os Cadeira e os Souto.

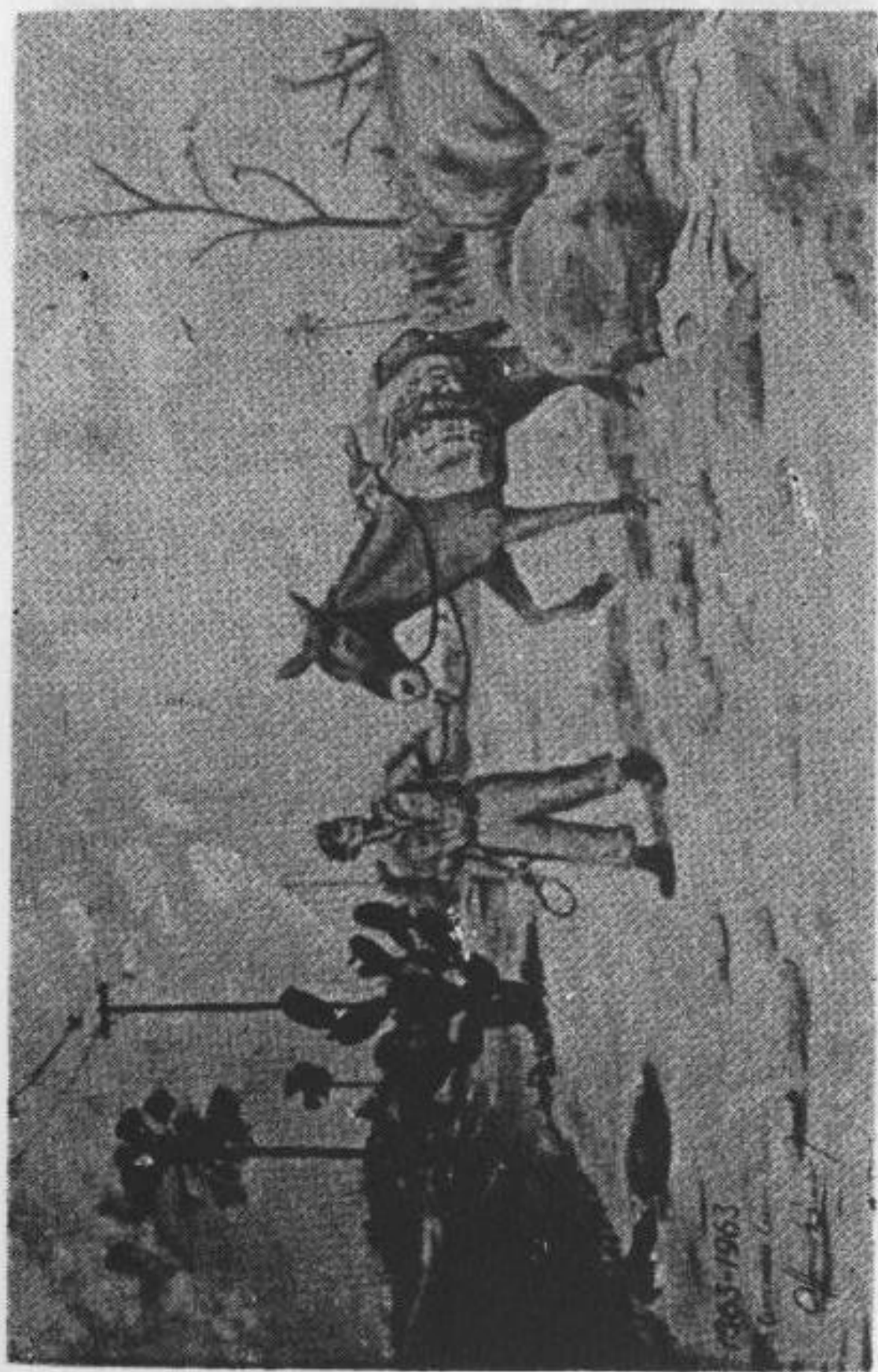
Antônio Cadeira Leite que serviu com o agente Benigno Amado Pereira em 1.882, João e seu filho, Francisco, o velho Cadeira era «um engole caminho». De tanto andar, levando cartas, antes até Mombaça, onde outro lhe recebia o encargo, depois até Senador Pompeu, quando os trilhos de ferro atingiram o pequenino Humaitá, ouvi na minha meninice que o velho percorrera em 35 anos de bons e inestimáveis serviços, mais de 320.000 quilômetros (calculadamente oito vêzes a volta da terra).

Com a dinastia dos Cadeira que reinava de poente a nascente (Tauá - Senador) coexistia a dos Souto com os domínios na direção Norte e Sul, (Independência - Tauá). Entre os Souto encontramos Franklin Areal Souto, Epifânio que morreu como agente e Francisco, o conhecidíssimo Chico Souto de bons e respeitáveis «pileques».

Ainda na região dos Inhamuns, palmilhando o chão para levar notícias, encontramos os servidores dos Correios de Saboeiro, Galdino de Oliveira Bastos; de São Mateus, hoje, Jucás, José Joaquim Ferreira Lustosa; de Arneirós José Alves Feitosa de Moraes e, do Assaré, Antônio Mendes Bezerra. Com Franklin Souto partilhava das caminhadas, Deodat José Ramalho rebento dos afamadíssimos «muquecas», que foram senhores de fortuna e posição nos sertões cearuenses. Esses, os servidores no último quartel do século passado.

Falamos antes da maneira como a mala postal era conduzida, nos tempos de antanho, Mas, não só os Capitães-mores ou Comandantes de tropas ou ricos com pretensões a ilustres, levaram nas suas comitivas, bem guardadas e protegidas por carrancudos clavinoteiros, a sacola postal. Também viajantes, europeus que nos visitaram e nos estudaram, eram incumbidos desse mister, nos vai e vem, entre uma e outra capitania. Entre os apetrechos de suas bagagens sempre da mais alta valia, não faltava a mala de cetim vermelho.

Lendo «Viagens ao Norte do Brasil» (Travels in Brazil), de Henri Koster, súdito ilustre de S. Majestade Britânica, escritor etnólogo mundialmente conhecido encontrei a notícia de sua viagem entre o Ceará e Pernambuco, no ano de 1811. Levava sua bagagem a mala do correio com a correspondência de Fortaleza para Recife e ao tocar no Arraial



— O estafeta, corajosamente, enfrenta as asperesas do sertão agreste.

ab uno hinc ad alterum de latitudine...

...

...

...

...

...

...

...

...

Santa Luzia, hoje a bela cidade de Mossoró, remexendo as suas cousas, epanhou a sacola de sêda carmezim e colocou-a em cima de um «cêpo». Para pasmo seu, os circunstantes que o obsequiva como viajante distinto, passaram a vê-lo com maior respeito e grande admiração.

È que àquela época, já corria mundo pelo Brasil afora, a determinação real que acima foi transcrita. O famoso escritor, ali na pequenina Povoação viu mais indiscutido seu valor social, a sua posição mais alevantada, a sua personalidade mais influente, pelo simples fato de ser portador de uma mala do correio — *«tal fôra a importância do saco ver-nelho, dando como era sabido o poder de requisitar animais e outra idéia da minha situação surgira com a presença má-gica dessa bôlsa»*, registra Koster nas suas notas de viagens.

Os madeireiros do mundo inteiro, se comprazem em contar como companheiro de ofício ao lenhador Abraão Lincoln, que chegou a presidente dos Estados Unidos da América e é tido como um dos maiores estadistas do Universo. Parece-me que os estafetas do Brasil, sobretudo os do Nordeste, não devem medir a satisfação ao proclamarem que um grande homem de letras, da comunidade britânica, com êles serviu à nossa terra, levando e trazendo correspondência, em mala postal, encontrando até entre os homens simples do Rio Grande do Norte, um motivo de se orgulhar com a sua condição de estafeta.

## ESTRADAS REAIS E CAMINHOS DOS INHAMUNS

No último quartel do século XVIII Tauá já se constituía centro de primeira grandeza da principal riqueza da Capitania do Ceará que era o gado.

Sem dúvida, deveu-se a prosperidade daquela região aos seus denodados povoadores, homens afeitos às atividades econômicas do criatório, procedentes dos mais distantes pontos do Nordeste, principalmente do Rio do São Francisco e da Capitania da Paraíba.

Para alcançarem as terras de pastoreio do centro sudoeste cearense, êsses colonizadores palmilharam a antiga estrada da Formiga, no Rio do Peixe (Paraíba), cujo caminho se prolongava até às extremas setentrionais dos sertões dos Inhamuns.

Documento lavrado em 11 de outubro de 1798, no engenho Goicana, pelo tabelião de Serinhaem, em Pernambuco que está apenso ao autos de inventário fls. 190 a 191 de D. Ana Gonçalves Vieira Mimosa, no Cartório José Lúcio, da Comarca de Tauá refere que a «*estrada da Formiga*», corta o Rio do Jucá, e terras da Fazenda «*Papagaio*».

Efetivamente, esta antiga via de comunicações, que facilitou a penetração do civilizado no ínvios sertões de minha terra, foi obra dos nossos avós aborígenes, por êles cortada no constante ir e vir da Cordilheira da Ibiapaba à Serra da Borborema.

Os alfarrábios registram que o trecho da mencionada artéria compreendido entre Iguatu e Tauá foi chamado de «*travessia dos Inhamuns*», em 1720, de «*caminho dos Inhamuns*» e de «*estrada velha*», ao mesmo tempo, em 1725 (SESMARIAS, Vol. 6º, pág. 181, Vol. 11º, pág. 178).

O caminho dos Inhamuns, no tempo da dominação, alongou-se mais para o norte em direção aos «*campos gerais*», na vizinha Capitania do Piauí.

Segundo registra o consagrado historiógrafo General Carlos Studart Filho, no seu precioso livro — PÁGINAS DE HISTÓRIA E PRÉ-HISTÓRIA», à página 134 — «*O cami-*

nho do Piauí, pelo Riacho Quintirire, hoje Carrapateira, já existia em 1727».

Por esse caminho se chegava ao «Pôço do Surubim» (hoje, Campo Maior), e a Marvão (antigo, Castelo, com passagem forçada pela «Fazenda Piranhas» (hoje, Crateús).

É sabido que a «estrada velha» dos aborígenes, logo transformada em via de comunicações intercapitaniais, passava pela «Fazenda Tauá», localidade que se tornou ponto de concentração dos negociantes de gados dos mais distantes rincões.

Por ali transitavam cavalarianos em busca de equinos possantes para os engenhos de Pernambuco e boiadeiros a procura de gados de corte para as feiras tradicionais de Porta Alegre no Rio Grande do Norte, Itabaiana e Pedras de Fogo, na Paraíba, Goiana e Iguaraçu, em Pernambuco; e Feira de Santana, na Bahia.

Ainda Carlos Studart, Filho à página 162, da obra citada, informa que — «Em Tauá (S. João do Príncipe) confluem várias estradas capitais».

Efetivamente, ali se entrecruzavam as «Sete estradas gerais, donde se parte desta vila pa. todos os lugares em circunferência», é o que nos revela o ofício da Câmara Municipal de São João do Príncipe, dirigido ao Presidente da Província, Conselheiro Vicente Pires da Mota, datado de 19 de maio de 1855, que foi fielmente copiado pelo Juiz Carlos Feitosa com assistência do conhecido causídico Dr. Meton Vieira.

O velho papel traça o rumo dos caminhos antigos que convergiam para a atual cidade de Tauá.

Para conhecimento dos interessados, passamos a transcrever os trechos mais curiosos do antigo documento, lamentavelmente, estragado, em parte, pela voragem da traça.

Ei-los, respeitada a grafia:

— «A primeira . . . . pelas Vila de Maria Per. e Quixeramobim e na distância de 10 légoas d'aquí encontra-se a Serra das Guaribas, e o espaço de duas légoas p. ambas só impede o trânsito de carros, por falta de meio q' os apropriem com huas despezas de 300\$000 r. dar-se-hia facilmente aquelle trânsito».

— «A segunda que fica a margem esquerda da primeira atravessando na parte do terreno da provincia do Piauhly se encaminha passando pela povoação denominada de Boa Viagem para essa Cid. e Capital enquanto seja ela de hua di-

reção mais recta e encontra menos rios, que no inverno pelas enxentes pluviais embaração os viandantes...»

— «A terceira passando pela Villa de Saboeiro abre o commercio dos habitantes das extremidades das Provincias da Paraíba e Rio Grande do Norte, que para aqui afluem a comprarem gado vacum e cavalari».

— «A quarta atravessando a mesma Serra das Guaribas em rumo ao Leste vai em direção a Villa da Telha, e Cidade de Icó. Com q. pella terceira se hia bem para esta Cid. todavia sendo esta m. larga, de terreno mais dezigual e pedregoso, o encontrando muitas vèzes o Rio Jaguaribe, que lhe fica, ora a huã, or aa outra margem, não se anda tão commod.... pela referida Cid. como a quarta, que com o dispendio de 300\$000 dão bem para... aquella Serra... carros por hu espaço passar todo plano e m. menos longinquo».

— A quinta é que se dirige aos Cariris Novos, ou a Com. de Cratto, por ella conduzem os habitantes d'este Município generos alimentícios, morm. o açucar. O Rio Jaguaribe a corta em trez lugares, e com pouco dispendio vencer-se-hião os pequenos embaraços que se dão para o transito de carros».

— «A sexta é que se dirigindo ao Principe Imperial abre comércio pelo lado do Noroeste com a Provincia do Piauhhy, até aquella Villa, é esta estrada recta e plana, e não encontra grandes rios que a embarace».

— «A sétima passando pela povoação de Flores neste Município, encaminha-se pelo poente para a mesma provincia do Piauhhy... que se faz que... habitantes d'aqui vão aquella provincia vender fazendas seccas e comprar gados São fácilmente vendiciveis obstaculos no transito de carros, m. por m. tempo será inutil o emprego dos mesmos p. isso, p. que todo commercio ali sendo... em permuta de fazendas p. gados, ha grande necessidade de fazer-se deposito de agua de permeio... dentro do limites d'este Município, p. quanto nesta estrada atravessando-se no espaço de 13 legoas completamente secco, a factura de um assude de pedra e cal no lugar denominado SANT'ANA, que offerece para isto o melhor e mais commodo... seria de maior utilidade publica com o dispendio de 800\$000 r. se faria uma obra tão necessária...»

Nas ruas centrais de Tauá, até o meado do século, eram visiveis as trilhas das sete estradas gerais que ali se entroncavam, e os vestígios dos rastros de peões e cavaleiros que as transitaram, só desapareceram ali com a feitura da pavimentação a paralelepípedo dos seus logradouros públicos,

obra que teve início em 1956, na administração do Prefeito Moacir Pereira Gondim e levada por diante pelos seus sucessores Drs. Júlio Gonçalves Rêgo e Domingos Gomes de Aguiar.

As duas primeiras das mencionadas estradas reais transformaram-se em importantes rodovias; a mais antiga é a Tauá-Mombaça-Senador Pompeu, que foi construída em 1923 pelo então Prefeito -Domingos Gomes de Freitas e melhorada, posteriormente, no Governo do Dr. Francisco de Menezes Pimentel, na década de quarenta, com modificações no trecho da Serra das Guaribas (São Domingos).

A outra que foi iniciada em 1958, pelo Governo Federal, com a denominação de Fortaleza — Brasília, com passagem obrigatória por Boa Viagem, corta o Município de Tauá em laço retilíneo de 101 quilômetros no sentido de NE. a SO., através da qual a Comuna está ligada a outros sistemas rodoviários.

## A INSTRUÇÃO EM TAUÁ

Com raras exceções, eram analfabetas as nossas avós no século transacto e até mesmo no início do século passado. Decorria isso da preconceituosa mentalidade do tempo, na qual, segundo os pais, somente os filhos homens deviam ser alfabetizados, vez que esta alfabetização, se estendida às mulheres, lhes trazia, e aos pais, o inconveniente de se corresponderem ocultamente com os namorados que, as vêzes, eram repelidos, pela família, por não serem os candidatos de sua feição. Naqueles tempos os noivos, quase sempre, eram escolhidos pelos pais.

Daí por que o colono setecentista fazia consignar, infalivelmente, no testamento, determinações expressas, no sentido de evitar a alfabetização das filhas. Para exemplificar, citamos a disposição testamentária de Manuel Ferreira Ferro, rico potentado da Serra dos Côcos, que recomendou ao seu tio Coronel Manuel Martins Chaves, tutor dos seus filhos menores, entre outras coisas, o seguinte: — *«Tratá-los com amor e caridade e ensinar a Doutrina Cristã, e aos machos ensinar a ler, escrever e contar, e as fêmeas mandando ensinar a cozer e a fazer rendas e tudo mais que é necessário a uma mulher».*

Até o ano de 1787, não se tem noticia de registro de um só ato de nomeação de Professor de primeiras letras para a Capitania do Ceará. Predominava a indiferença da Corôa Portuguesa pela instrução dos seus súditos. Ocorre que, no comêço do século XIX, as principais Vilas desta Capltania já contavam com escolas para o ensino primário.

Refere o eminente conterrâneo Djacir de Menezes, Magnífico Reitor da Universidade do Brasil, que — *«de 1810 a 1815, rastreando os documentos descobertos e registrados pelo Sr. Barão de Studart, encontramos nomeações de professores de primeiras letras para Scure, Aracati, São Bernardo das Russas, Vila Viçosa, Fortaleza, Icó e São João do Príncipe»* (REPASSE HISTÓRICO-SOCIAL, publicado em «CEARÁ», -1ª ed. págs. 143 e seguinte de Martins Filho e Raimundo Girão).

Para a primeira escola pública da importante Vila de São João do Príncipe, foi nomeado, por ato de 22 de novembro de 1813, Carlos Antônio Pereira que, segundo informa Plácido Aderaldo Castelo, na sua «HISTÓRIA PARA O ENSINO NO CEARÁ» 1970, mais tarde abandonou o magistério para dedicar-se à advocacia.

Com o reinado de Pedro II, a situação modificou-se em relação à educação popular. Escolas primárias para ambos os sexos, foram disseminadas pelo sertão e os pais estimulados a matricular os seus filhos indistintamente para receber as noções das primeiras letras. Outra mentalidade surgiu, então, e daí por diante não só os homens mas também as mulheres passaram a frequentar as casas de ensino público.

Nos Inhamuns deveu-se o aprendizado do vernáculo, do latim e de noções de humanidade ao catedrático de cadeira de Gramática Latina (criada a 20 de setembro de 1837), e dos primeiros rudimentos de leitura e escrita a uma equipe constituída dos professores Régios, dos Mestres-escola e de algumas senhoras e filhas dos fazendeiros que prestavam o seu concurso de modo voluntário, movidas unicamente pela força de suas inclinações e tendências para o magistério.

O tenente-coronel Manuel Sedrim de Castro Jucá (1848 - 1889), nascido na fazenda «Pôço Comprido», nos Inhamuns, a 26 de Setembro de 1848 e falecido a 31 de Agosto de 1889, quando veio para Fortaleza, em 1866, tirou carta de Professor Primário da Vila de Arneirós, cargo que o exerceu e o abandonou em 1868, e, «cultivando sempre o vasto campo das letras, provisionou-se Advogado em 1876 e da advocacia fêz sua profissão (Barão de Studart).

Por mais notável, mencionamos aqui o nome de uma das abnegadas professoras que formaram frente contra o analfabetismo: Dona Luisa da Costa Leitão Feitosa, esposa do Cel. Joaquim Alves Feitosa Sobrinho, da fazenda Cococá, mestra do vernáculo, e curioso documento do fim do século pretérito, — expressiva carta do Cel. Lourenço Alves Feitosa e Castro à Dona Luísa — revela que a ilustre dama era também detentora de conhecimentos do idioma francês.

Eis a correspondência a que nos referimos: «*Mme. ma cousine J'ai grand plaisir a vous offrir cette ouvrage. Elle n'a pas d'interêt aujourd' hui parc equie l'esclavage est, heurement atenant entre nous; mais c'est une ouvre d'un notre compatriote, Mr. Jaguaribe Filho. A la page 12 de ler, tome vous trouverer un achantillon de portuguais du serième*

cicle. *Agreeer mes compliments pour votre applicacion a la langue française. Votre admirateur et cousin L. Feitosa e Castro. TAUÁ. Juin, 20, 1896*».

Dona Luísa, filha do Major Sebastião da Costa Leitão, morava na Fazenda Cococá. Embora matrimoniada com rico fazendeiro, devotava-se à instrução dos mais humildes, ensinando-lhes com paciência a ler, escrever e contar. Aliás, não escapou o fato ao espírito percuciente de Nertan Macêdo, que em «O CLÃ DOS INHAMUNS», assim refere-se: — «A mãe do Major Feitosa, por exemplo, ensinou o alfabeto a todos os moradores e negros do Cococá. Ela fôra educada, com as meninas ricas do seu tempo, no Colégio da Imaculada Conceição, de Fortaleza».

Como legado, deixou Dona Luísa ilustre e digna prole. Vale acentuar, que uma das suas filhas, Maria da Glória, conhecida por Dondom Feitosa, fêz-lhe brilhante seguimento. Profecta educadora, em campo mais vasto, porque residia na cidade do Tauá, prestou assinalados serviços de assistência educacional e social à comunidade.

Transformou o seu lar numa mansão de portas sempre abertas, às jovens de minha terra, que muito lhe devem, pelo amparo prestado não só em relação à instrução, mas também no provimento das suas necessidades pessoais, vestindo-as até com fardas colegiais para as aulas, e de gala para os dias de Festas, e tudo isso gratuitamente, pelo simples e altruístico sentimento de solidariedade humana.

Dondom Feitosa foi digna herdeira dos dotes de sua mãe. Como ela, aos 13 anos de idade, em 1900, internou-se no Colégio da Imaculada Conceição, de Fortaleza, dirigido por religiosas francêsas, onde estudou 5 anos, dêle saindo para casar com seu primo Joaquim Citó de Sousa Vale, do «Arraial». Enviuvando em 1921, anos depois, contraiu novas núpcias com Aristides Cavalcante de Freitas.

O Colégio Imaculada Conceição forneceu a Dondom excelente cultura humanista, onde o *Estilo, a Recitação, a Física, a Tradução, o Ditado, a Aritmética, a História natural, a Redação, a Gramática, e outras matérias eram estudadas em francês e assim preparados os deveres escolares.*

D. Luísa correspondia-se com sua filha Dondom, do mesmo modo como seu primo se comunicava com ela, como se vê desta carta: «Cococá, 26 de Julho de 1912, Marie, que Dieu soítanee toi.

*Nous marchons tous bien et le même je ti desire. Ton*

*père n'a pas encore arrivé chez monsieur Barra Paya; il a en seulement se promener et causer. Tout en paix. Des baisers aux petits enfants. Je t'envoie une bouteille de miel. Ta mère que ne t'oubliez jamais. Luizinha».*

Não é pequeno o número de professores abnegados que contribuíram para a difusão do ensino em Tauá, no decorrer do primeiro quartel deste século. Passamos a mencionar os nomes de alguns deles. (\*). PATRÍCIO SETÚBAL DA PAIXÃO: legado do século passado à mocidade do século seguinte, lecionava português e latim. ROCILDA DA FRANCA DE FREITAS, mãe da poetisa Nazaré Serra que, com seu cursinho, muito fez em prol da instrução. MARIA DO LIVRAMENTO BARRETO DA COSTA LEITÃO, professora do grande jurista e sociólogo Joaquim Pimenta, ANTÔNIO JOAQUIM MADUREIRO, Professor de primeiras letras do autor deste opúsculo e AURORA MEIRELES, foram bons educadores. E as inesquecíveis «MINHAS MESTRAS», como eram conhecidas as irmãs SANTANA, MARIA JOSÉ DAMIANA, JUSTINA E TERESA. Ainda hoje é lembrada pelos mais velhos a lapinha que elas armavam para a Festa do Natal com pastoril, folguedo dramático representado pelos seus discípulos na sala de aula improvisada em palco. ZULMIRA SEDRIM AGUIAR, Dra. SOLANGE (a bacharela que se dedicou ao magistério), LOURDES RAMOS, AURORA CAVALCANTE CASTRO e CIRA DE MELO JORGE, comunicativas e dedicadas, todas dinâmicas e experimentadas na arte de ensinar, efetivamente, prestaram reais serviços à instrução.

X X X

(\*) Quando Joaquim Pimenta deixou Tauá, em 1909, assim descreveu — «o seu pequeno círculo cultural: o vigário, o juiz de direito, o juiz municipal, o promotor, um escrivão, que lia assiduamente os jornais de Fortaleza, dois ribulas, dois farmacêuticos, duas escolas públicas, uma, para cada sexo, outra particular, do Professor Patrício da Paixão; um italiano, que só se recordava do seu dialeto genovês, dado a estudo de ciências naturais e de medicina; rapazes e moças lendo Casimiro de Abreu, Escrich, Moreninha, Iracema, e Seminarista». (Retalhos do Passado, págs. 11/12, Editora Freitas Bastos, 1945).

Por iniciativa privada foram fundados alguns estabelecimentos de ensino em Tauá, mas fadados a ter curta existência.

Em 1913, foi organizado o «ATENEU TAUAEENSE» com um corpo docente de alto gabarito, assim constituído: Drs. TARGINO CÉSAR AFONSO FILHO, Juiz de Direito, ADALBERTO CICERO CORREIA LIMA, Juiz Substituto, BOANERGES VIANA DO AMARAL, promotor público, os autodidatas VALTER VIEIRA LEITÃO, telegrafista, Luis Moreira e a Professora diplomada ROCILDA FRANCA. O «ATENEU TAUAEENSE» funcionou apenas dois anos.

Em 1922, vindo do Crato o professor Joaquim Pedroso, fundou o «COLÉGIO INDEPENDÊNCIA», que se extinguiu no ano seguinte.

Em 1925, o Dr. CÂNDIDO MEIRELES, Cirurgião-dentista, GALDINO GONDIM LINS, telegrafista, e ANTONIO GOMES DE FREITAS, organizaram o «COLÉGIO FAUSTO BARRETO», que ainda funcionou pelo espaço de oito meses.

No começo da década de cinquenta deste século, verdadeiro tauaense pelo sangue e pelo coração, o então Deputado Estadual QUINTÍLIO DE ALENCAR TEIXEIRA, por inspiração de seu tio, o Deputado Federal ANTÔNIO DE ALENCAR ARARIPE, organizou a «ASSOCIAÇÃO DOS EDUCADORES DE TAUÁ», como entidade mantenedora de um estabelecimento de ensino, que veio mais tarde a receber o nome do seu grande benfeitor: «GINÁSIO ANTÔNIO ARARIPE», hoje, uma esplêndida realidade.

Este Educandário foi dirigido, nos primeiros anos, pela professora LEONILIA CÉSAR RÊGO, tendo, posteriormente, passado para a direção das Educadoras da Ordem religiosa «FILHAS DE SANTA TERESA».

Funcionou, desde a sua fundação, com os cursos primário e ginasial. Em 1958, graças ao trabalho do então Deputado Estadual Antônio Gomes de Freitas, foi concedido licença para funcionar o Curso Normal e, nesse caráter, tem diplomado sucessivas turmas de professoras. É sua atual Diretora a IRMÃ OLINDINA DIVINA LEITE.

O «COLÉGIO TÉCNICO COMERCIAL DONDON FEITOSA», um Educandário que honra à terra, prepara Técnicos em Contabilidade. É sãbiamente dirigido pela Educadora MARIA LUÍSA DE CASTRO FEITOSA, neta

materna daquela extraordinária mestra dos moradores da Fazenda Cococá.

Os Grupos Escolares Estaduais «JOAQUIM PIMENTA» e «LUZIA ARAÚJO», dirigidos, respectivamente, pelas professoras MARIA ODETE PAIVA e ANTONIA CUSTÓDIO ARAÚJO, e por MARIA LEOCÁDIO ARAÚJO e ESMERALDINA MATOS FEITOSA, bem como o Grupo Escolar Municipal «JÚLIO RÉGO», cuja direção está entregue à Professora MARLÚCIA GOMES, são os estabelecimentos que ministram a instrução básica elementar.

O Município de Tauá ocupa lugar de destaque no combate ao analfabetismo em todo o Estado. Mais de cem professoras remuneradas pela Prefeitura e pelo Governo Estadual, empregam as suas atividades na sede, nos povoados e nas fazendas do grande Município do oeste cearense, ministrando aulas às crianças. A essas heroínas anônimas que, educando a mocidade de hoje, formam os autênticos valores morais e intelectuais dos cidadãos de amanhã, o preito de nossa admiração e reconhecimento.

## A ENERGIA DE PAULO AFONSO EM TAUÁ

No dia 27 de dezembro de 1969 em meio ao grande entusiasmo do povo do Tauá, são inauguradas a energia da Cachoeira de Paulo Afonso, a torre repetidora da Serra da Joaninha e a Praça Joaquim Pimenta. — «A energia de Paulo Afonso chega a Tauá para impulsionar o progresso. Dia festivo viveu o município, com a inauguração da torre repetidora de sinal de TV. Obra fecunda do Dr. Domingos Gomes de Aguiar» (Manchetes transcritas de «UNITARIO», edição de 4 de janeiro de 1970).

No dia anterior, o «CORREIO DO CEARÁ», já havia publicado notícias a respeito das inaugurações, das quais destacamos a seguinte: — «Dentre as solenidades levadas a efeito por ocasião dessas inaugurações constou, inicialmente quando da chegada de S. Excia. o Sr. Governador Plácido Aderaldo Castelo, o salto de paraquedistas, tendo a frente o Capitão Adelson Julião, desfile de vaqueiros e coquetel nas dependências do Trici Club.

Antes porém, foi acionada a chave que iluminou a cidade com a energia de Paulo Afonso, ato que coube ao Sr. Governador, seguido do pronunciamento do Secretário do Planejamento, Dr. Marcelo Linhares, o qual em sua fala fez referências à grande administração do atual Prefeito do Tauá, médico Domingos Gomes de Aguiar».

Ao festivo ato, além do Governador do Estado e do Secretário do Planejamento, compareceram o Cel. Antônio Alexandrino, ilustre filho de Tauá, Comandante em Exercício da Décima Região Militar, o Cel. Kleper Pompeu, da CENORTE, o Senador Virgílio Távora, os Deputados Estaduais Claudino Sales, Êsio Pinheiro, Júlio Gonçalves Rêgo e Joel Marques, o Delegado de Polícia da Capital, Jeová Ricarte Lima, o industrial Adjacir Cidrão, o Ministro Moacir Aguiar, o Capitão Delmar Feitosa, o Dr. José Rêgo Filho chefe da 2ª Divisão da REFESA, o mais jovem diretor das ferrovias do país, o Dr. Alberto Feitosa Lima, chefe do Posto de Saúde local, o ex-vereador Miguel Gomes de Freitas,

o Monsenhor Odorico de Andrade, o Dr. Bernardo Alves de Oliveira, Cirurgião Dentista (Secretário Municipal), a Dra. Geórgia Gomes de Aguiar, Promotora Pública de Aquiraz, o Dr. Mauro Camurça, médico do INPS e do SANDU, a senhorita Neuma Castelo, Rainha do Algodão, o vice-prefeito Joaquim de Sousa Bastos, os vereadores à Câmara Municipal de Tauá, Fernando do Ó do Nascimento, Pedro Alexandrino Feitosa, Mário Alves Loiola, José Lins Pedrosa Castelo, José da Costa Leitão Lima, José Gonçalves de Matos, Lourivaldo Gonçalves, Luís Freitas Carvalho, Francisco Misaël Cavalcante, Antônio Alves de Lima e Expedito Araújo Feitosa e muitos filhos ilustres da terra, autoridades e pessoas gradas de outros municípios.

Vale salientar que a torre repetidora da imagem da televisão e a rede interna da cidade, foram custeadas, totalmente, com os recursos da Edilidade e graças à ajuda valiosa da CENORTE, chegaram a Tauá os fios redentores de Paulo Afonso.

Registramos ainda que o Prefeito Domingos Gomes de Aguiar contou com a colaboração do Governador Plácido Castelo, do Secretário do Planejamento, Dr. Marcelo Linhares, e dos Deputados Joel Marquez e Júlio Rêgo.

Recordo-me que, exatamente, pelo Natal de 1910, o Intendente Municipal do Tauá, Cel. Lourenço Alves Feitosa e Castro inaugurava o abastecimento de luz a gaz de carbureto de hidrogênio (carbureto). Isto se deu pouco depois de minha chegada a Tauá, em 9 de setembro de 1910, data em que meu pai transferiu a sua residência da Fazenda para a Vila.

Um espetáculo maravilhoso depararam os meus olhos de menino do «mato». Ao longo da única e larga rua da Vila, que aquele tempo tinha a configuração de uma bota prussiana, com o cano voltado para o norte, eu contei 30 combustores de zinco, pintados de verde, da altura de 2 metros com bicos de acetileno, protegidos por mangas de vidro em forma de câmpunula, iluminando a heráldica Princesa dos Inhamuns.

A seca do quinze, porém, com os seus efeitos calamitosos fez Tauá retornar à escuridão.

Muito depois, no dia 15 de maio de 1931, o Ten. Cel. Vicente Alexandrino de Sousa, inaugurava uma rede de iluminação elétrica sob os aplausos da população. Naquêle mesmo dia, o hoje Prefeito Domingos Gomes de Aguiar nas-

cia de minha irmã Domingas, esposa de Odilon Silveira de Aguiar.

O empreendimento do Ten. Cel. Vicente Alexandrino avô materno do General Clóvis Alexandrino, teve efêmera duração. Com a morte dêle, um dos seus herdeiros vendeu a usina abastecedora de luz elétrica para um cidade do vizinho Estado do Piauí. Assim, Tauá, mais uma vez, foi mergulhada nas trevas.

Antes depois, isto é, em 1946, Antônio Jataí Sobrinho restabeleceu a iluminação pública do Tauá, com energia elétrica, a qual foi mantida por seus sucessores, de maneira precária, isto é, com fornecimento de luz apenas por algumas horas da primeira metade da noite. Antônio Jataí Sobrinho foi nomeado em 1945 pelo então Interventor do Ceará, Dr. Pedro de Brito Firmeza, um dos mais eminentes filhos dos Inhamuns, natural de Assaré.

Hoje, porém, graças aos louváveis propósitos do eminente Prefeito Domingos Gomes de Aguiar, a terra do meu nascimento dispõe da farta energia da Cachoeira de Paulo Afonso.

## LOCAIS DE CURIOSIDADES TURISTICAS NOS INHAMUNS

**Serrote Quinamuiú (Kinamuyú)** O Quinamuiú tem a forma bizarra de um camelo, se sobressai entre as principais atrações turísticas da Região dos Inhamuns. Por ocasião da passagem do século, a Fé dos meus conterrâneos fez chantar um grande cruzeiro no cimo desse monte que dista apenas três quilômetros da cidade de Tauá.

Antônio Bezerra, insigne homem de letras que andou viajando e estudando os sertões cearenses, quando esteve em Tauá, em novembro de 1884, foi convidado pelos ilustrados filhos da terra a conhecer o Quinamuiú.

Escalando o monte, êle legou à posteridade a primeira descrição que se conhece das belezas daquele acidente geográfico. Ao contemplar os belos cenários que me empolgava a vista, disse que — *«vê-se daquele ponto imensa planície, a casaria da Villa, o curso do Jaguaribe internandose pelo Sul, o que se observa perfeitamente pela verdura que orna-lhe as margens»*. («PROVINCIA DO CEARÁ — Notas de Viagens — Parte Norte», Fortaleza, Typ. Econômica, 1889).

Realmente, a descrição do ilustre viajante é perfeita, pois que, não obstante haver andado divertindo-me a caçar no local questionado, quando ainda môço, depois da leitura do consagrado historiador, tive a curiosidade de fazer o mesmo percurso para sentir iguais sensações experimentadas por êle.

Com as melhores predisposições para um contacto mais íntimo com a natureza, tentei a subida do serrote ao romper o dia. Um leque de raios sanguíneos se desprendia das fimbrias do Oriente quando atingi o cume de sua crista rochosa, cheia de rugas como a face dos nossos avós a quem só o pêso da idade conseguiu vergar-lhes a cerviz.

Os meus olhos não se podiam fixar num determinado ponto. A visão conjunta do belo espetáculo leva-me a olhar em tôdas as direções.

Que cenários maravilhosos se descortinam do mirante do Quinamuiú. São dignos de especial menção: a cinta azulada da Cordilheira da Ibiapaba; as muralhas do vale do Jucá, onde outrora vadeavam hordas selvagens e hoje abrigam os Feitosas; os contornos do enorme chapadão de terras vermelhas, para os lados em que a Serra da Joaninha se desprende da Ibiapaba e de onde vem o Trici, o berço dos meus maiores e pátria do meu povo; o Jaguaribe avançando para uma serra e se esgueirando pelo Boqueirão de Arnêirós; a linha distante da Serra das Guaribas (São Domingos); os inúmeros serrotes, morros e carreiros que acidentando os Inhamuns, lhes dão vida e embelezamento.

Não é só pelo enlêvo que o Quinamuiú atrai e sensibiliza. Há outra face que impressiona e seduz. No interior das suas faldas existem minerais altamente apreciados para a confecção de jóias e objetos de arte. Encontram-se ali com abundância lindas pedras lilazes conhecidas por ametistas.

Há mais de cem anos, nas encostas de monte, dormem cascalheiras de antigas excavações que *«havam sido feitas pelos engenheiros da Comissão Científica (de Exploração), mandada a província em 1859»*. (PROVINCIA DO CEARÁ — Notas de Viagens — Parte Norte», pág. 211, Typ. Econômica, Fortaleza, 1889).

Recentemente, Válter Vale Lima, que se dedica à exploração de minérios, arrancou das entranhas do Camelo petrificado, com o emprêgo da dinamite, muitas toneladas de ametistas.

É ainda Antônio Bezerra quem naquele sítio nos faz a seguinte revelação: — *«havia sido achado outrora um precioso diamante que por bom preço fôra vendido na Inglaterra»*. (Obra citada, à pág. 212).

Tantas belezas encerram o Quinamuiú, que constituiria um ato de patriotismo se as escolas de minha terra levassem os seus alunos, anualmente, àquele local para conhecer de viso o serrote milionário, incomparável dádiva do Criador à nossa terra querida, ao qual o poeta tauaense Dr. Cândido Meireles dedicou bela poesia.

*Cidade de Pedra no Saco do Deserto* — Outro atrativo que surpreende o visitante é, sem dúvida, a Cidade de Pedra formada de blocos desmesurados de rochas trabalhadas pela erosão, situada no Saco do Deserto na Cordilheira da Ibiapaba, sêca.

A propósito da existência dessa cidade fantástica, o «CORREIO DO CEARÁ» de 30 de agosto de 1963 publicou o seguinte: — «*Numa marcha batida de três léguas, feitas a pé e em lombo de jumento, os reporteres «associados» Paulo de Melo Jorge e Geraldo Oliveira, guiados por um nativo dos socavões da Ibiapaba, atingiram o baixão da Serra, quase virgem das pisadas humanas, chamado «Saco do Deserto».*

«*Estava ali a Cidade de Pedra que buscavam, no seu roteiro de descobertas de maravilhas da natureza, perdidas nos sertões dos Inhamuns. De longe, descrevem os reporteres, não eram pedras, o que viam distribuídos em gigantescos blocos, em quilômetros de Vale acidentado: eram casas, catedrais, palácios, bustos, imagens graníticas de rainhas e cardeais, de índios e damas».*

Quem visita esses sítios tem a impressão de que está percorrendo uma cidade ao Oriente misterioso, como a de ANGKOR — perdida na selva do Camboja — cujos monumentos muito se assemelham aos blocos do «Saco do Deserto».

*Inscrições Rupestres da Barra do Camará* — Na minha opinião, o local que mais impressiona pela riqueza de cenários raros e emocionantes, fica às margens do Riacho da Carrapateira e dos seus tributários.

Ali demora um dos — «*quatro centros principais de inscrições lapidares indígenas, mas do maior interesse arqueológico. São monumentos antiquíssimos que vêm descifiando a usura dos tempos; e, criando problemas delicados, estimulam a curiosidade dos sábios e a admiração dos curiosos»*, na opinião do inolvidável Tomás Pompeu Sobrinho (REVISTA do Instituto do Ceará, 1956, pág. 115).

Foi realmente forte e surpreendente a impressão que me ficou, quando da visita que fiz a esse local érmo e tranquilo na parte norte oriental do município de Tauá. Visivelmente sensibilizado, deixei-me ficar numa atitude de recolhimento, entre morros e carreiros da fazenda «Maximiano», a contemplar os símbolos pré-históricos, gravados em rochas erodidas, que a mão do tempo não conseguiu apagar.

Os meus olhos maravilhados lançavam-se sobre ângulos, linhas, curvas, reentrâncias e outras figuras geométricas de forma bizarra. Mas aos meus apoucados conhecimentos responsabilizo pelo fracasso de não ter conseguido realizar o prodígio que a imaginação do francês Champolion

alcançou no começo do século pretérito, ao contemplar a «Pedra da Roseta», na terra dos Faraós.

Senti-me embaraçado. Evoquei o espírito dos visitantes que com suas mãos afagaram a lápide indecifrável. Em que mundo andaria o Pe. Francisco Correia de Menezes, que ali esteve copiando aqueles sinais de 1798 a 1800? Lançei as vistas para o chão e não vislumbrei, sequer, o rastro de suas sandálias.

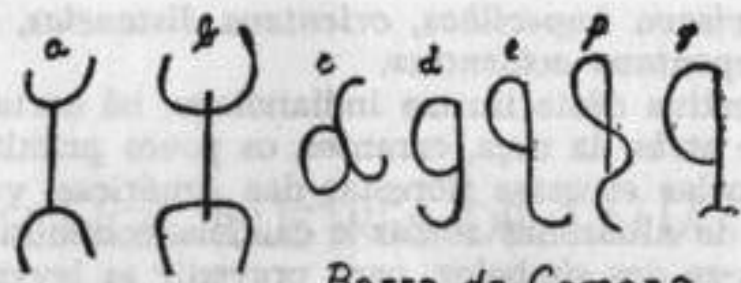
Vale salientar que o sarcedote mameluco, natural da Bahia, há mais de 170 anos, com suco de vegetal ácido, por ele mesmo preparado, marcou sua passagem em uma lage que tomou o nome de «Pedra do Bahiano», situada à margem do «Riacho da Camará». Nas suas lucubrações dividiu nos intrigantes sinais roteiros de tesouros fabulosos de ouro e prata e custosas alfaias, ocultas pelos flamengos e padres da Campanhia de Jesus.

Lembrel-me do agrimensor Raimundo Bezerra de Figueiredo, que ali andou no começo do século, com o seu «geodésico», em missão de concórdia, sempre pronto para reconciliar as partes em luta por questões de terras. Estariam eles por perto, ainda copiando os letreiros da «Barra da Camará»? Chamei-os na imaginação, e não me responderam.

Confiante nos entendidos em petrografia, apressei-me em consultá-los. O consagrado mestre Tomás Pompeu Sobrinho, do meu conhecimento, o único contemporâneo que estudou os sinais do Riacho da Camará, na parte norte oriental da Região dos Inhamuns (Fig. nº1) assim os interpretou: «Esta linha superior contém 7 sinais de que os dois primeiros são altamente expressivos. Parecem indicar entes humanos estilizados, sendo um deles feminino e, o outro, masculino».

Que pensou a respeito das inscrições rupestres o nosso Barão de Studart? — «O pesquisador, que resiste a qualquer confronto com os mais idôneos e melhores», assim respondeu: — «Penso que exprimem pensamentos humanos, e nelas em sua pétrea mudez dormitam, à espera de algum sagaz decifrador, importantíssimos segrêdos da vida do Brasil pré colombiano».

Por seu turno, Adauto Fernandes, que com os índios conviveu e os estudou, estende-se em considerações em mais de uma de suas obras para concluir assim: — «que a sua escrita ainda não de todo decifrada, traçava rumos, indicava



Barra do Camará  
Tauá

Fig. 1



MAXIMIANO DE MILTON CASTELO

**Sinais petrográficos nas lages do Riacho da Camará  
e da Fazenda Maximiano (R.I.C. 1956).**

*caminhos, avisava impecilhos, orientava distancias, mostrava defesas apontava accidentes».*

Na assertiva dêste ilustre indianólogo, há certa lógica, pois, sempre atrás da caça, errantes, os povos primitivos na penetração pelas espessas florestas das Américas, vencendo obstáculos de altíssimas serras e caudais volumosos, por certo valiam-se dos símbolos, para prevenir as levas que se lhes seguiam as pègadas, das peripécias da jornada.

Quem se der a pachorra de confrontar os símbolos do uso dos povos da nossa pré-história, no seu original sistema de comunicações, segundo a opinião de Aduato Fernandes, convirá, forçosamente, que há entre êles, uma impressionante semelhança com os símbolos que atualmente constituem os sinais de transito destinados especialmente à orientação do pedestre, aprovados pelo Convênio Internacional do Trânsito.

Será que a inspiração da forma dêsses sinais e símbolos, tem remota origem ameríndia ou são simples caracteres ou formas de arte pictural dos indígenas, cujo sentimento artistico se manifestou evidentemente tantas vèzes, inclusive entre outras, na pintura dos cocares, nas tatuagens e na cerâmica, especialmente na arte do Marajoara?

Não dispunha os indios de outros recursos materias, como o papel e o lápis, para exteriorizar a sua arte pictórica que, então, manifestavam nos desenhos gravados na face lisa dos rochedos. É uma hipótese apenas, como hipotéticas são as outras interpretações.

## FILHOS ILUSTRES DE TAUÁ

Dos mais numerosos é o rol dos filhos ilustres do Tauá, uns vivos e outros falecidos. Dentre êles, para não nos alongarmos, a seguir, citaremos apenas alguns, os que mais se destacaram. Estão abrangidos, aqui, aqueles que nasceram no território do Tauá antigo, que circunscrevia todo o INHAMUNS. Os que aqui não foram referidos, estão mencionados no texto.

*Angelo Alves Feitosa* — Padre. Iniciou seus estudos com o Educador Padre Marcos de Araújo Costa, na Fazenda «Boa Esperança», no Piauí, concluindo no Seminário de São Luis do Maranhão. Era filho do intrépido Ten. Cel. Francisco Alves de Castro, do «Ôlho d'Água do Urucu», que combateu o nascente cangaceirismo no Nordeste, pegando à unha o célebre José de Barros, em Caxias (antiga Aldeias Altas), no Maranhão. Fixando residência em Redenção (antigo Povoado do Acarape), o Padre Ângelo consagrou-se no serviço de Deus, falecendo naquela localidade a 23 de junho de 1862, vítima da epidemia «cólera-morbus». Hoje é venerado pelo povo que, lhe atribuindo o poder de praticar milagres, com êle faz muitas promessas. O Cel. Juvenal de Carvalho persuadido de haver alcançado uma graça divina por sua interceção, mandou erigir um templo no local ao seu túmulo (Capela de São Miguel), que fica na encosta da Serra de Redenção, um pouco abaixo da Igreja de Santa Rita.

*Alexandre Ferreira Barreto* — Padre. Paroquiou Flores e Tauá. Responsável pela educação de seus sobrinhos Fausto Carlos Barreto e General Alexandre Barreto, bem como de outros parentes próximos.

*Antero José de Lima* — Monsenhor. Foi Deputado Provincial e Senador Estadual. Paroquiou Itapipoca. Transferido seu domicílio para o Amazonas, foi vigário Geral da Diocese desse Estado.

*Antônio Américo Pereira da Silva* — General e Engenheiro Militar. Fez as campanhas do Uruguai e Paraguai. Foi professor das Escolas Militares do Rio de Janeiro e do Ceará e do Estado Maior do Exército.

*Antônio Alves Feitosa* — (1913 - ....) — Monsenhor. Ordenou-se no dia 13 de outubro de 1935. Lecionou no Seminário de Crato e no Ginásio da mesma cidade. «É um dos sacerdotes mais ilustres do Ceará de nossos dias» («O CEARÁ», Prof. Martins Filho e Raimundo Girão). Jornalista e escritor, deu à publicidade *SANTA TERESINHA*, Editora VOZES Ltda, 1955, Rio, *O COMUNISMO E A MAÇONARIA*, Editora Mensageiro da Fé, Bahia; *PIO XI*, Editora Mensageiro da Fé; *DESAFIO AOS PROTESTANTES*, Tipografia Paulina, Fortaleza; *HONRAS E CRUZES DO EPISCOPADO*, Editora VOZES, Ltda., Rio, 1953. Pregou aos intelectuais de Fortaleza durante vários anos. Atualmente é vigário da Paróquia de Missão Velha.

*Antônio de Almeida* — Padre. Foi cura da Povoação do Juazeiro do Norte. Sobre ele o escritor Otacillo Anselmo que o tirou do esquecimento em que se encontrava há muitos anos, escreveu o seguinte: — «filho de Antônio de Almeida Azevedo Coutinho e Eugênia Gomes de Almeida, prestou relevantes serviços na Guerra do Paraguai, para cujo teatro de operações partira como voluntário, e publicou «LIÇÕES ELEMENTARES DE LÓGICA PARA O PRIMEIRO ENSINO» (Padre Cícero - Mito e Realidade, pág. 53).

*Antônio Jataí de Sousa* — Padre. Foi pároco de Pedra Branca e Barbalha.

*Antônio de Sousa Rego* — (1820 - 1891) — Padre. Foi Coadjutor e Vigário de Arneirós, onde faleceu a 3 de Novembro de 1891. Era irmão dos padres Benedito de Sousa Rego e José da Costa Leitão.

*Antônio Leopoldino de Araújo Chaves* — (.... - 1856) — Doutor. O primeiro doutor tauaense formado em direito pela Academia de Olinda (1835). Exerceu a magistratura, como Juiz de Direito nas comarcas de Quixeramobim, Tauá, no Ceará, Alcântara, no Maranhão e Brejo de Areia, na Paraíba, onde faleceu, em 1856, vítima de febre amarela. Foi deputado provincial no Biênio 1838/1839.

*Bernardino Gomes de Araújo* — Professor em Missão Velha e cultor das musas. Nasceu na Fazenda «Riacho das Pedras», no Riacho do Condado, da Freguesia de Arneirós, a 15 de maio de 1811. Publicou a história ou MEMORIAL de sua vida e «Versinhos à Minha filha Sérgia Bastos de Araújo». Era muito humanitário.

*Bernardo de Castro Feitosa* — Doutor. Depois de for-

mado em Odontologia pela Faculdade de Medicina da Bahia, tendo por contemporâneo o Dr. Raul Leite, fundador do famoso Laboratório que tomou seu nome, o Dr. Bernardo bacharelou-se em Direito pela Faculdade do Ceará, em 1915, tendo por companheiro de Turma Leonardo Mota, Manuel Antônio de Andrade Furtado e o Desembargador Daniel Lopes, sendo êste colega de «República» e de Magistratura, e muito se estimavam. Nasceu em Cococi que, então fazia parte do Município de Tauá, e era filho de José de Sousa Castro Feitosa e de D. Mariana Alves Feitosa. Faleceu em novembro de 1928, em Mombaça, onde desempenhava as elevadas funções de Juiz. Antes, exercera os cargos de Promotor Público em Barbalha e de Juiz em Independência e Tamboril.

*Benedito de Sousa Rêgo* — (1832 — 1899) — Ordenou-se a 21 de março de 1863 e parouquiou Várzea Alegre, Tauá e Mecejana e, transferindo-se para a Capital Baiana, faleceu a 11 de junho de 1899. Existe uma foto dêle na sacristia da Igreja de Várzea Alegre. Era irmão dos Padres Antônio de Sousa Rêgo e José da Costa Leitão.

*Cândido Meireles* — Doutor. Cirurgião-Dentista. Poeta e Jornalista. É o genitor dos médicos Luís Alberto Meireles e Rinaldo Meireles. Foi por muitos anos Diretor da Divisão de Higiêne e Assistência Dentária Escolar no Estado do Ceará.

*Domingos Alves Ferreira* — Fiscal de Consumo. Filho do Major Domingos Alves Ferreira e, pelo lado materno, neto do Ten. Cel. João Rodrigues Pereira. Nasceu na Fazenda Cachoeira, há 5 km. da cidade de Tauá. No ano de 1866 alistou-se Voluntário da Pátria, seguindo logo depois para o «front» da *Guerra do Paraguai*, no posto de Major, como chefe do Serviço de Intendência das tropas de cavalaria do Marechal Manuel Luis Osório. Em combate com o inimigo encontrou a morte nos campos de *Lomas Valentinas*.

*Eufrásio de Almeida* — (1888 — 1913) — Nasceu perto de Tauá, a 2 de setembro de 1888, sendo filho de João Ferreira de Almeida. Poeta primoroso, havendo colaborado nas revistas VIA-LACTEA, CAMELIA, A CONSTELAÇÃO e A JANGADA, havendo Dolor Barreira, em sua monumental HISTÓRIA DA LITERATURA CEARENSE, 2º To-

mo, dedicado todo um capítulo à sua obra poética. Foi funcionário da RVC.

*Falconete Cavalcante Fialho* — Doutor-Engenheiro Agrônomo — (1935 — 1970). Procede de duas das principais famílias colonizadoras dos Inhamuns, pelo lado materno vem do patriarca Capitão Manuel Ferreira da Graça, natural da Paraíba, e por via paterna de ilustre família pernambucana. Como proprietário que era, seu pai, Temístocles Lins Fialho foi vereador à Câmara Municipal do Tauá, por mais de uma legislatura, e, dado o conceito político de que gozava entre os seus pares, por mais de uma vez ocupou a Presidência da Câmara. É seu irmão o Engenheiro Vicente Cavalcante Fialho, atual Prefeito de Fortaleza. O Doutor Falconete dirigiu as Delegacias do I.B.R.A. no Rio Grande do Sul e no Ceará, com superior descortino.

*Fausto Carlos Barreto* — Professor, Deputado Geral do Ceará e Presidente do Rio Grande do Norte. Renomado filólogo, foi professor do Colégio Pedro II. Autor de «ANTOLOGIA NACIONAL» juntamente com Carlos de Laet, editada em 1895, já na 42ª edição.

*Felipe Raulino de Sousa Uchoa* — Desembargador. Filho do Alferes Manuel Raulino da Silva, fundador da Casa do Mondego (hoje, Pinhões), em Independência. Seu pai era irmão do Comandante Wenceslau Gomes da Silva, do Trici, e de D. Ana ~~de~~ Silva, que se casou em Independência, em primeiras núpcias com Bento Francisco de Macedo e em segundas núpcias com Faustino da Silva Lobato, filho de Manoel de Montes, naturais de «Oieiras da Europa». O Desembargador Felipe Raulino, foi deputado provincial por três legislaturas, promotor em Baturité e Juiz em Russas e Fortaleza.

*Francisca Clotilde Barbosa Lima* — Educadora. Foi professora da Escola Normal do Ceará, Beletrista, deixou várias obras de versos, contos e noções didáticas. Nasceu a 19 de outubro de 1862, na Fazenda «São Lourenço» (Rio do Puiu), filha de João Correia Lima e D. Ana Maria Castelo Branco. Foi professora de seu sobrinho Ministro Valdemar Falcão. Faleceu a 8 de dezembro de 1935.

*Francisco da Mota Sousa Angelim* — Padre. Residiu por muito tempo no então povoado de Marruás, situado no município de Tauá. Foi Coadjutor da Freguesia de São Mateus. Transferindo-se para Ipueiras, bateu-se pela criação

de sua Freguesia e de sua autonomia municipal. Ali foi chefe político e elegeu-se Deputado Provincial.

*Francisco de Assis Feitosa* — 1893 - 1952) Monsenhor. Estudou no Seminário do Crato e ordenou-se no de Fortaleza, em 1917. Foi vigário de Tauá de 1919 a 1921, quando foi nomeado para a paróquia de N.S. da Penha, no Crato, iniciando o mais longo governo Paroquial da Catedral do Crato, por 31 anos, tendo sido cura da Sé, e Pró-Vigário Geral, durante o qual fundou 14 instituições pias. «Modestíssimo era um exemplo de pobreza, de humildade, de bondade em pessoa, onde se fundiam todas as excelentes qualidades de espírito e de coração».

*Francisco José da Silva Carvalho* — Padre. Paroquiou Trairi e Pereiro e foi Deputado Estadual.

*Francisco Máximo Feitosa e Castro* — Padre. Paroquiou Cococi, Ipueiras, Ipu e Tauá. Por várias legislaturas foi Deputado Provincial e Estadual, nos períodos de 1888 - 1889, 1897 - 1900, 1901 - 1904, 1905 - 1908, 1909 - 1912, - 1915 - 1916, 1917 - 1920.

*Dr. Francisco Primeiro de Araújo Citó* — Magistrado — Filho do Dr. Antônio Citó e neto paterno do Capitão-mor Antônio Martins Chaves, de São Bento. Foi Juiz na sua terra natal e muito fez pela libertação dos escravos.

*João Felipe Pereira* — Professor. Engenheiro de renome. Foi Ministro do Exterior e da Viação do Governo do Marechal Floriano Peixoto, Presidente do Club de Engenharia e Professor da Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Muito fez pelo saneamento da Capital do País, quando Prefeito do Antigo Distrito Federal, hoje, *Estado da Guanabara*.

*Joaquim Alves Feitosa* — Coronel. Chefe político de projeção nos Inhamuns, foi Deputado Provincial no biênio 1868/1869, Comandante Superior do Batalhão da Guarda Nacional dos Inhamuns.

*Joaquim Pimenta* — Professor, Jornalista e Sociólogo. Foi catedrático das Universidades do Brasil e do Rio de Janeiro. Autor de várias obras de Direito social. Seus livros mais estimados: «Ensaio de Sociologia», «Sociologia e Direito», «Cultura de Fichário», «Retalhos do Passado», «Enciclopédia de Cultura» e «O Homem de um Olho só». Foi Ministro resignatário do TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, por nomeação do Presidente Getúlio Vargas, havendo renunciado o dignificante cargo sob a escusativa de que, na fase da implantação do Ministério do Trabalho e da

aplicação do *Direito do Trabalho*, serveria melhor ao sofrido trabalhador brasileiro na Cátedra de Professor Universitário e na banca de Advogado, que exercia com grande proficiência.

*José da Costa Leitão* — (.... - 1856). Foi Vigário Colado da Freguesia de N. S. da Paz, em Arneirós, onde faleceu em 28 de setembro de 1856.

*José do Vale Feitosa* — Professor. Foi lente de Geografia na Escola Normal do Rio de Janeiro e no Colégio Alfredo Gomes. Autor de uma *Carta do Ceará*, e publicou no *Diário de Notícias* uma tradução da biografia de CORNÉLIO NEPOTE. Faleceu a 28 de setembro de 1901.

*Joviniano Barreto* — Monsenhor. Paroquiou Independência e Lavras da Mangabeira. Foi cura da Catedral, Secretário do Bispado, Diretor do Ginásio e Reitor do Seminário de Crato e finalmente, vigário do Juazeiro do Norte.

*Jovino Guedes Alcoforado* — Foi lente do Liceu do Ceará. Como intelectual de grandes méritos ocupou a Presidência da Padaria Espiritual. Foi um dos paladinos no movimento da Abolição. Republicano da primeira ordem.

*Leandro Custódio de Oliveira e Castro* — Major (.... - 1865), filho de Bernardo Freire de Castro Jucá. Foi Deputado Provincial no período de 1864 - 1865, no desempenho do qual faleceu, em Fortaleza, de febre amarela, havendo o poeta Juvenal Galeno lhe cantado sentidos versos. Foi Major-Ajudante no Comando Superior da Guarda Nacional de São João do Príncipe (Tauá), por patente Imperial de 22 de abril de 1863; 1º Suplente de Delegado daquele Termo, por título de 18 de Março de 1865.

*Leonardo Feitosa* — Linhagista e autor de alentado trabalho sobre a genealogia da família Feitosa, dos Inhamuns, denominado TRATADO GENEALÓGICO DA FAMÍLIA FEITOSA, Tipografia Paulina, 1952, Fortaleza.

*Lourenço Alves Feitosa e Castro* — Coronel. Prestigioso chefe político da Região dos Inhamuns. Como voluntário da Pátria, seguiu para o «front» da guerra do Paraguai tomando parte em muitas batalhas. Derrotados os paraguaios, voltou à sua terra com as honras de Tenente do Exército e ostentando ao peito duas condecorações. Foi vereador à Câmara Municipal de Arneirós e Intendente Municipal do Tauá por 12 anos. Deputado Provincial em mais de uma legislatura e por muitas vezes Deputado Estadual. Foi Vice-

Presidente da Assembleia Legislativa do Ceará. Serviu nos períodos de 1878 - 1879, 1880 - 1881, 1892 - 1893, 1896 - 1897, 1900 - 1901, 1904, 1905 - 1908, 1909 - 1912, 1915.

*Manuel de Araújo Feitosa* — Cônego. Jornalista, foi Secretário do Bispado do Crato. Paroquiu Uruburetama, Pedra Branca, Cedro e Quixadá.

*Manuel Sedrim de Castro Jucá* — (1848 - 1889) — Tenente - Coronel. Foi Deputado Provincial nos períodos de 1884 - 1885, 1886 - 1887; Comandante do 4º Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional do Crato, por Decreto Imperial de 23 de fevereiro de 1887; promotor público do Crato por Decreto de 12 de abril de 1879; Secretário da Assembléia Legislativa da Província em 1883; tirou o título de Professor Primário em Arneirós em 1867; provisionou-se advogado em 1876; curador de Orfãos e Ausentes em 1880; e Juiz Substituto do Crato. Publicou DISCURSO pronunciado nas sessões de 9 de julho e 31 de agosto. Fortaleza, Tipografia do Cearense, Rua Formosa nº 88, em 1884.

*Maria da Glória Feitosa Freitas* — Mais conhecida por Dondon Feitosa. Educadora que prestou assinalados serviços de assistência educacional e social à sua terra. Era dotada de profundo sentimento de solidariedade humana.

*Miguel Fernandes Vieira* — Doutor. Rebento do Visconde de Icó. Foi Senador do Império, Chefe do Partido Conservador, Secretário do Governo da Província do Ceará e seu Chefe de polícia. Serviu à Magistratura como Juiz de Direito em Granja, Sobral e Fortaleza, no Ceará e em São Cristovão, no Rio de Janeiro. Deputado Geral durante cinco legislaturas. Em 1862 renunciou o mandato na Câmara baixa do Império para empossar-se na cadeira de Senador para qual fôra eleito. Faleceu pouco mais de dois meses após sua investidura na Câmara alta do Brasil. Era Comendador da Ordem da Rosa e Cavaleiro da de Cristo.

*Odilon Silveira Aguiar* — Autodidata. Técnico em contabilidade provisionado, título êsse conferido pela Superintendência do Ensino Comercial do Ministério da Educação e Saúde. Foi Prefeito de sua terra. Exerceu por mais de 30 anos com muito senso de justiça e equidade o cargo de Exator Estadual em Tauá, Senador Pompeu e Quixadá.

*Pedro Leopoldo de Araújo Feitosa* — Monsenhor. Foi vigário de Trairi, Caucaia, Pacatuba e Cura da Sé, de Fortaleza. Lente do Liceu do Ceará. Deputado provincial no biênio 1884/1885. Publicou AS BELEZAS DA RELIGIÃO,

in-8º de 172, pp., Ateliers-Louis, Fortaleza, 1899 série de artigos insertos em A VERDADE, de Fortaleza.

*Raimundo Bizarria* — Notável homem de letras. Emérito Professor e vigoroso Jornalista, que dirigiu o jornal «DIARIO DE NOTICIAS», na cidade de Salvador, da Bahia. Cultor das musas e crítico literário. Fundou o colégio Florêncio na Capital Balana, o qual transferiu para os Jesuítas. Faleceu em Fortaleza onde está sepultado, a 2 de outubro de 1911. É o avô materno do General Jurandir Bizarria Mamede.

*Ulisses Bezerra* (1865-1920) — Funcionário e homem de letras. Foi o *Frivolino Catavento* da Padaria Espiritual e publicou PÁGINAS SOLTAS, versos.

*Vicente Alves Feitosa* (1921-....) Padre. Iniciou os seus estudos no Seminário do Crato e os concluiu no de Fortaleza, em 1947. Foi vigário de Umari, em 1947; de Iguatu nos anos 1947 a 1949, como Vigário Economo; em Jardim, em 1949, como Vigário Substituto; e Pároco de Carriaguçu de 1950 a esta data. Fundou 12 associações pias na sede paroquial e nas capelas, além de uma cooperativa agrícola mista, um ginásio e uma escola Normal. Como Jornalista, colaborou em O NORDESTE, de Fortaleza, e na AÇÃO, de Crato, nos anos de 1947 a 1949.

*Vital Bizarria* (1875-....) — Poeta e Jornalista, havendo colaborado na A REPÚBLICA e no BRASIL SOCIAL, revista do Rio, ALMANAQUE DE CAMPINA GRANDE, REGIÃO, do Crato, publicou INCULTAS (versos), com prefácio de Des. Arnaud Baltar, Tipografia Comercial, Fortaleza, e COMIGO (versos), Tipografia Ramos & Pouchain, Fortaleza. Exerceu vários cargos públicos no interior do Estado, tendo falecido como funcionário da Prefeitura de Fortaleza.

## ALGUMAS EFEMERIDES

15 de junho de 1710 — Nessa data o Desembargador Cristóvão Soares Reimão, em diligências no interland cearense fêz a seguinte observação: «Era a Capitania do Ceará que mais precisava da correição e «já vinha tarde» pela frequência e desafôro com que matavam, principalmente na Ribeira do Jaguaribe, os povoadores que tinham vindo do Rio do Francisco». Já por êsse tempo degladiavam-se as famílias Montes de Icó e Feitosa dos Inhamuns, ambas vindas do Rio de Baixo, o «Rio da unidade nacional». Com apoio em documento autêntico e pacífico já dissemos que a história dessa luta está povoada de lendas e inçada de enganos. O documento a que me refiro é uma carta — do desembargador Antônio Marques Cardoso, ao Rei lusitano, que consegui localizar no Arquivo Ultramarino, de Portugal, em Lisboa, graças ao seu esclarecido Diretor Dr. Alberto Fria, arquivada na caixa nº 2 e que faz luz a ponto muito controvertido nas algaras entre Montes e Feitosas. — Nêle, nos aparece bem clara a origem da luta, o seu comêço e as causas de que resultou.

Este atormentado período da nossa história para Antônio Bezerra, «deveria ter começado, como parece, de 1724 em diante, quando dispunham os Feitosas da proteção do Ouvidor José Mendes Machado». O Dr. Pierre Théberge escreve: «No engenho Serinhaen, em Pernambuco, residia uma família de Feitosa que se supõe haver-se comprometido no levante dos Mascates do Recife. Para evitar perseguição que se fêz aos brasileiros que entraram nesta sedição fugiram para o interior do Ceará, onde se fixaram». O fulgurante João Brígido vai encontrar as raízes de sangue dessa desavença nas concessões de terras, no interland cearense, aos maiores das duas importantes famílias, e Leonardo Feitosa lança culpa aos Montes que vadearam o Jaguaribe e foram interromper os trabalhos de medição no rio dos Jucás, no afan de «cortar» as cordas no serviço de tombamentos». Walter Pompeu e outros historiadores descobriram romântica aventura do colono Francisco Alves Feitosa com uma

cunhada. O documento, porém, que guarda este segredo, vem a lume e esclarece que nenhum dos nossos historiógrafos estava com a razão. A causa foi bem outra, os colonos se engajinharam movidos por velhas rixas «todos os parentes das ditas famílias de Montes e Feitosa, por estes em qualquer tempo, tem também a experiência mostrado, hão de tomar vingança de quem presumirem culpa aos seus das mesmas famílias e assim o chegaram a fazer estes todos, que de presente se acham culpados, lembrados das competências, que seus ascendentes entre si tiveram no Rio São Francisco, donde os ditos vieram para esta capitania, e que da devassa que tirei das dita Ribeira do Jaguaribe, assim consta e a seu tempo se fará presente».

Tangendo os seus gados, não trouxeram nos corações apenas as esperanças de mais amplas concessões de terras, senão, também, o ódio fermentado nos currais do São Francisco, que infelizmente aqui explodiu com talvez maior intensidade, ensanguentando a Capitania e assinalando tristemente uma fase da história cearense». Eis aí, um trecho do comentário que fizemos arrimado no precioso documento publicado na Revista do Instituto do Ceará, 1964, às págs. 165 a 168.

4 de setembro de 1731 — É dessa data, a doação do Patrimônio para a Capela de São Mateus, de meia légua de terra de um para outro lado do Rio Jaguaribe. (Sic.) Não relata a fonte, o nome do seu doador. Mas, num esforço, pertinaz de pesquisas e, em vias históricas, paralelas, nos foi possível identificá-lo. Foi o Capitão Cosme Ferreira da Silva». É o que se lê à página 17, da erudita monografia «ORIGENS DE SÃO MATEUS», de autoria do Monsenhor Francisco de Assis Couto, veraz pesquisados dos nossos fastos históricos. O Capitão Cosme era irmão do Capitão-mor Simão Rodrigues Ferreira, de Sebastião Ferreira da Silva e do Sargento-mor Francisco Ferreira Pedrosa, avô paterno do Capitão-mor dos Inhamuns José Alves Feitosa.

10 de janeiro de 1735 — A história dos Inhamuns não poderemos narrá-la, entretanto, com a omissão das lutas encarniçadas com os aborígenes, nos primórdios, entre os colonizadores, depois. A agitação era um imperativo do meio. Lutando com o indígena para assenhorear-se da terra, contra os elementos para vencer a natureza, a agressividade estava na massa de sangue do povoador que também entre si degladiava pelo irresistível fascínio do poder.

Para ilustrar basta dizer que só os Montes e Feitosa com os seus parciais cometeram 147 mortes, de 1707 a 1737. Os ouvidores, emissários da justiça enviados ao Ceará, não conseguiam deter a onda de crimes. O então Vice-Rei do Brasil, Conde de Saragoça, na data à margem, desalentado com êsse estado de coisas, em carta ao Governador de Pernambuco Duarte Sodré Pereira, assim desabafou: — *O Ceará parece que tem em si quantas legiões de demônios há no inferno, e já considero que nenhum Ouvidor fará ali bem a sua obrigação*. (Inéditos do Barão de Studart. Mas, dêsses rústicos acompanhantes do boi e povoadores do sertão promanaram figuras ilustres em todos os ramos de atividade humana.

7 de junho de 1746 — No sítio do Riacho do Jucá, Ribeira dos Inhamuns, Frei José de Santa Cipriana batizou a JOSÉ, filho legítimo do Capitão Arnao de Holanda Correia e de D. Francisca Alves Feitosa. Foi padrinho o Capitão Pedro Alves Feitosa, do Papagaio, José de Holanda Cavalcante, seu pai e seu padrinho galgaram as mais altas posições nos tempos coloniais; foram agraciados com as honrosas insígnias de Capitão-mores dos Cariris-Novos.

14 de julho de 1756 — O Governador do Ceará Grande, Capitão-mor Miranda Henriques, durante sua permanência no Icó, nomeou João Ferreira Ribeiro e Manuel de Brito Reis, respectivamente Juiz Ordinário e Escrivão de Notas da Freguesia dos Inhamuns.

31 de outubro de 1757 — O Conselho Ultramarino, de Portugal, tomando conhecimento da denúncia da Câmara do Icó, contra as nomeações de João Ferreira Ribeiro e Manuel de Brito Reis, nos cargos de Juiz Ordinário e Escrivão de Notas da Freguesia dos Inhamuns, respectivamente, as tornou sem efeito.

25 de novembro de 1767 — O Senado da Câmara de Icó representou contra a pretensa criação de uma Vila em São Mateus e Arneiróz, ambos, lugares nos Inhamuns.

7 de julho de 1791 — É dessa data a carta patente concedida ao Tenente José Alves Feitosa (o Júnior), para o elevado posto de Capitão-mor das Entradas das Freguesias de Nossa Senhora do Carmo (São Mateus) e Nossa Senhora da Paz (Arneirós), na Ribeira dos Inhamuns e seus distritos.

23 de agosto de 1784 — Na fazenda «Flôres», nos Inhamuns, Manuel Felix de Oliveira e sua mulher Fran-

cisca Ribeira do Paraízo assinaram escritura de doação «de meia légua de terra no sítio do Campo Grande à Capela que pretendem erigir ao Senhor São Felix». Não foi construída a ermida do Senhor São Felix, que ficou abrigado na Igreja do Trici (ex-Flôres) faz quase 200 anos. É santo milagroso, por isto mesmo muito venerado.

(Notas do Cartório de Icó).

25 de outubro de 1784 — O então Governador, Azevedo Montauray, aventou a idéia de ser anexado à Capitania do Ceará, parte da vizinha «Capitania de São José do Plaguy», isto é, «o distrito de Caratiús que he contra tôda boa razão que seja do Piauí».

Anos depois, em 1816, o Ouvidor João Antônio Rodrigues de Carvalho, em carta a D. João VI, manifestou a mesma opinião.

22 de setembro de 1812 — data na qual o Governador da Capitania do Ceará-Grande, Manuel Inácio de Sampaio, dirigiu-se por officio ao Comandante da Vila de São João do Príncipe, Capitão Venceslau Gomes da Silva, expressando o seu reconhecimento pelo trabalho prestado quando do recenseamento por êle realizado — «com zêlo e fervor» na quele município. Ao mesmo tempo acusa o recebimento de duas correspondências do Capitão Venceslau e lhe faz especial recomendação — «continue Vmcê. Empregar-se no REAL SERVIÇO com desvelo evitando no seu Têrmo com o maior cuidado o uso de armas proibidas («Do livro nº 433, às fls. 148, do Arquivo Público do Ceará»). O recenseamento procedido no Govêrno de Sampaio, computava em 149.285 habitantes a população da Província (O CEARÁ, 1ª ed. pág. 144).

6 de fevereiro de 1815 — Falece na Vila de São João do Príncipe o Comandante Venceslau Gomes da Silva, deixando viúva D. Francisca de Figueirêdo, filha do Capitão Manuel de Couto e Figueirêdo, fundador da Casa do Trici. O patriarca da grande família do Rio de Flores, Manuel de Figueirêdo, natural da cidade da Paraíba, chegou nos Inhambuns no comêço do século XVIII (SESMARIAS, Vol. 6º pág. 25), época em que o Governador do Ceará lhe fez outorga de uma sesmaria de 3 léguas no Rio do Puiú e pouco mais tarde do — «sítio Trissy, no Rio chamado em portuguez Tauhá» (SESMARIAS, Vol. 12, pág. 67).

22 de outubro de 1823 — O Cel. João de Araújo Chaves e o Major José do Vale Pedrosa marcham com suas

tropas sobre o Icó em defesa do *Sistema Monárquico Constitucional*.

3 de abril de 1829 — Uma salva de 21 tiros, marcou o início da recepção festiva com que a Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção recebeu o seu Comandante Interino das Armas da Província do Ceará, o Coronel João de Araújo Chaves, do «Estreito». O novel Comandante procedia do Comando Superior do Batalhão dos Inhamuns que, 6 anos antes, se batera com a sua unidade com as tropas portuguesas de Fidié, na encarniçada *Batalha do Estanhado*, no Piauí, forçando as resistências lusas a se refugiarem em Caxias (antiga, Aldeias Altas), no Maranhão, onde se consolidou a Independência do Brasil, no Nordeste. O Coronel João de Araújo Chaves era consorciado com D. Josefa Alves Feitosa, filha do Tenente-Coronel Eufrásio Alves Feitosa, e foi um dos três vogais do *Governo Temporário do Icó*, de 1824, compondo a célebre *Comissão Matuta*, que teve 24 horas de duração (ofício do Governador José Antônio Machado, transcrito às fls. 170 e 170 verso, no livro nº 144, sob a guarda do Arquivo Público do Ceará).

3 de julho de 1831 — Festivas comemorações foram promovidas pela nobreza rural, clero e povo do Tauá, em virtude da abdicação de Pedro I em favor do seu filho D. Pedro de Alcântara. Refere documento nas prateleiras do Arquivo Público do Ceará que — «O Juiz de Órfãos, João Rodrigues Pereira, os Juizes Ordinários, José Pereira de Sousa e Joaquim Rodrigues de Matos, o Revdmo. Vigário desta Freguesia, Antônio José de Lima, o Vigário de Monte-mor-o-Nôvo (hoje, Baturité), José Francisco Liberal, o Padre Manuel Esteves do Nascimento, o Cel. João de Araújo Chaves, do -«Estreito», o Capitão-mor Antônio Martins Chaves, de «São Bento», com as tropas que puderam reunir partiram todos da CASA DA CAMARA e se encaminharam para a IGREJA CAPELA, desta vila, onde com toda a solenidade e pompa possível foi exposto o SANTÍSSIMO CORPO DO SENHOR, o Revdmo. Vigário, José Francisco com os demais sacerdotes entoaram um TE DEUM em ação de graças pela nossa feliz regeneração».

23 de maio de 1832 — As tropas dos Inhamuns, com a cooperação de praças vindas de Crateús, sob o comando dos Majores José do Vale Pedrosa e Francisco Manuel de Araújo Costa, travaram renhida batalha no lugar «Poço do Ca-

valo», na Ribeira do Cariús, com as Fôrças rebeldes de Pinto Madeira.

Os pintistas, após 3 horas de fogo, retiraram-se deixando no campo da luta, 18 mortos e conduzindo muitos feridos. Apenas 6 soldados das fôrças legalistas saíram feridos (ITAYTERA, nº 14, ANO 1970, pesquisas do autor).

10 de junho de 1832 — O Presidente da Província do Ceará, José Mariano de Albuquerque, agradece por officio ao Cel. João de Araújo Chaves, Comandante Superior das Fôrças dos Inhamuns, a prestimosa cooperação dos tauaenses no combate aos rebeldes de Pinto Madeira, e ainda — «de ter este Têrmo dado mais de 500 praças para a defesa da pátria» (Do Livro nº 30, às fls. 99, do Arquivo Público do Ceará).

13 de junho de 1832 — Mais uma vez os homens do sertão alto, medem fôrças com os rebeldes do Vale do Cariri. Para falar a respeito do fato cedemos a palavra ao Dr Irineu Piniheiro, illustre filho do Crato. — «Fôrças legalistas sob o comando do Major Francisco Fernandes Vieira atacaram e derrotaram no lugar Cachoeirinha, na estrada que liga Santanópolis a Assaré, mais perto daquela cidade do que desta, um numeroso troço de pintista dirigidos pelo cabecilha Queirós, que morreu em combate» (EFEMÉRIDES DO CARIRI, pág. 108).

25 de setembro de 1836 — É sancionada a Lei nº 52, cujo artigo 1º tem a seguinte redação: «Além das seis comarcas existentes, da Capital, Aracati, Icó, Crato, Quitxerambim e Sobral, fica criada uma vila do São João do Príncipe dos Inhamuns». Ao Padre José Martiniano de Alencar, Presidente da Província de Ceará, deve-se a criação da 7ª Comarca do Estado.

20 de setembro de 1837 — De conformidade com a Lei nº 82, sancionada pelo Presidente José Martiniano de Alencar, é criada uma cadeira de Gramática Latina na Vila do São João do Príncipe, com o estipêndio anual de 400\$000 (quatrocentos mil réis, atualmente, 40 centavos). Em 16 de setembro de 1839 — O Presidente da Província, sancionou a Lei nº 181, assim redigida: «Art. 1º Fica creada uma Freguezia na Capela da Povoação das Flôres, do município e Freguezia de S. João do Príncipe, donde é desmembrada, com a denominação de Freguezia de N. Sra. do Carmo das Flôres. Art. 2º — A Freguezia creada compreenderá todo o território pelo nascente da Capela para baix

até a Fazenda Trici inclusive; para o poente todo o rio Trici até contestar com a Província do Piauí, para o norte até a Fazenda denominada Joaninha inclusive a contestar também com a dita Província; e pelo lado do sul das cabeceiras do riacho da Roça até a Fazenda Soledade inclusive, compreendendo o Riachão com todas as suas águas, até onde faz barra do dito riacho da Roça», etc. etc. A Freguezia das Flores foi por várias vezes extinta, para ser restaurada outras tantas vêzes.

1º de agosto de 1844 — A Lei nº 417 desmembra do município do Tauá a povoação de Maria Pereira (Atualmente, cidade de Mombaça), que passou a integrar o município de Quixeramobim. No ano de 1816, o Ouvidor João Antônio Rodrigues de Carvalho, informou a D. João VI, que o município de São João do Príncipe (Tauá), tinha cinco povoações, a saber: — «Arneiróz à beira do Jaguaribe, com Matriz e 23 casas 10 léguas distante da Vila. A Cruz (hoje Saboeiro), com 16 casas e uma Capela, 19 léguas distantes da Villa (Tauá). Flôres à margem do Rio de Flôres, cinco léguas, com Capela e 6 casas. Maria Pereira à margem do Banabuiú, com 6 casas e uma Capela».

20 de janeiro de 1860 — Pelo delegado de Polícia Simião Correia Lima é concedido «habite-se» para o primeiro «sobrado» construído no Tauá, pelo Sr. João Gualberto Quinderé, genitor do inolvidável Mons. Quinderé.

25 de abril de 1884 — Dia de festas na metrópole dos Inhamuns. A única e larga rua do Tauá regurgitava. Brancos e pretos, nobreza e plebe se confraternizavam porque já não havia escravos no grande município cearense.

Para ilustrar, basta dizer que somente os herdeiros do Ten. Cel. José do Vale Pedrosa, filho único do Capitão-mor dos Inhamuns, José Alves Feitosa, este, tetravô do Dr. Carlos Feitosa, assinaram cartas de alforria em favor de mais de trezentos cativos.

E, segundo informa Raimundo Girão (ABOLIÇÃO DO CEARÁ, 1a. ed. à pág. 165), — «no Tauá (antigo S. João do Príncipe) tudo correu à conta do devotamento e iniciativa do Dr. José Baltazar Ferreira Facó, Juiz de Direito, poucos dias mais tarde tão inditoso, do Dr. Joaquim Citó de Araújo Primeiro, Juiz Municipal, e do Vigário Padre Alexandre Ferreira Barreto».

Seja-me permitido fazer o seguinte reparo: o nome

do Juiz Municipal é Francisco Primeiro de Araújo Citó, e não Joaquim Citó de Araújo Primeiro como por equívoco publicou o Jornal «LIBERTADOR», edição de 10 de maio daquele ano, que serviu de fonte ao historiador Raimundo Girão.

8 de dezembro de 1889 — Como ocorreu em outras comunas do País, foi comemorado festivamente a Proclamação da República na Vila de S. João do Príncipe, de cuja solenidade, lavrou-se a seguinte ata: — «Aos oito de dezembro de mil oitocentos e oitenta e nove, às tres horas da tarde reunido grande número de cidadãos no Paço da Camara Municipal de S. João do Príncipe, Estado do Ceará, República Brasileira, deliberaram que fosse proclamada a Republica Federativa instituída da cidade do Rio de Janeiro e cidade de Fotalaza, capital deste Estado Livre do Ceará. Achando presente o Dr. Plácido de Pinho Pessoa juiz de direito da Comarca, foi pelo povo reunido aclamado Presidente, o qual tomando assento à cabeceira da Meza, convidou o Ten. Lourenço Alves Feitosa e Castro para servir de Secretário, e expoz o fim daquela reunião. Com palavras solemnemente proferidas narrou os gloriosos sucessos dos dias 15 e 18 de novembro, concluindo por declarar que adheria à República Federativa Brasileira e ao Governo Provisorio do Estado Livre do Ceará, convidando os demais cidadãos presentes que quizessem adherir à mesma assignar o auto que seria lavrado ao findar a reunião. Estas palavras foram calorosamente applaudidas, tendo depois o Secretário Lourenço Alves Feitosa e Castro proferido ligeiras palavras concluindo por saudar com vivas à Liberdade, a Igualdade e Fraternidade. Depois o cidadão Dr. Francisco Primeiro de Araújo Citó em eloquente discurso desenvolveu as ideias de liberdade, congratulando-se, adherindo à Republica, que se inaugurava no País sem efusão de sangue pela confraternização do povo, sendo calorosamente applaudido. E sendo quatro horas da tarde o cidadão Dr. Placido de Pinho Pessoa, presidente do acto convidou os cidadãos a se dispersarem, tendo dado como brinde de honra um viva ao Marechal Presidente da Confederação Brasileira Manuel Deodoro da Fonseca, o que foi estrepitosamente correspondido. Do que se lavrou o presente auto que eu Lourenço Alves Feitosa e Castro escreví e assignei o qual será remetido ao Chefe do Governo

*Provisorio do Estado Livre do Ceará, depois de assignado pelos cidadãos que adheriram. (Documentação no Arquivo Público do Ceará).*

Vale acrescentar que o referido documento está assinado por 115 pessoas.

2 de dezembro de 1892 — É mudado por Decreto do Presidente do Estado o nome de São João do Príncipe, para São João dos Inhamuns, em face da mudança do Regime Monárquico-Imperial para o Sistema Republicano.

14 de outubro de 1898 — A Lei Estadual de nº 485 fez a Vila São João dos Inhamuns voltar à sua antiga denominação, Tauá, vocábulo da língua do gentio, visto que Inhamuns é a Região, e Tauá é o Município.

21 de maio de 1899 — Fundou-se no Tauá a Conferência de São Vicente de Paulo, sob a presidência do Major Sebastião da Costa Leitão.

3 de novembro de 1904 — Passou a ser da competência do Presidente do Estado a nomeação de Intendente Municipal, até então eleito, e, é o Cel. Lourenço Alves Feitosa e Castro o primeiro nomeado para o município de Tauá Na sua ausência, substituiu-o Joaquim Alves Ferreira. Por esse tempo a Câmara era assim constituída: Vicente Alexandrino de Sousa, Presidente, Gervásio Meireles, Miguel Francisco de Noronha, José Tomás de Oliveira Gaspar, Manuel Elias da Mota, Manuel Pedrosa Cavalcante e Joaquim Antônio Meireles.

6 de novembro de 1912 — Na Estação Central, da Rêde de Viação Cearense, hoje, com o nome de um filho do Tauá, «Professor João Felipe», são embarcados pela firma centenária Boris Freres, de Fortaleza, para a firma Henrique Andrade, do Tauá, um locomóvel a vapor, 3 caixas e mais 13 volumes com pertences de uma usina para beneficiamento de algodão em carôço, aliás, a primeira a ser instalada naquele município do centro-oeste cearense.

Por falta de estrada para veículos motorizados, àquela época, no trecho Senador Pompeu-Tauá, o transporte do locomóvel e pertences foi feito a tração animal, tendo para esse fim sido utilizadas 25 juntas de bois mansos.

O corajoso industrial foi impulsor da cultura do ouro branco naquela zona, Henrique Andrade, hoje, merecidamente, tem seu nome em uma das principais praças da cidade — sede do município.

20 de maio de 1920 — Em Tauá procedeu-se a eleição

para vereadores, sendo eleitos: João Freire Cidrão, Benevenuto de Oliveira e Sousa, José Lúcio do Nascimento, Manuel Gomes de Freitas, José Pereira da Costa, Pedro Felismino Ribeiro, e Emídio Cavalcante. Suplentes: Aristides Cavalcante de Freitas, Manuel Mota e Leôncio Alves Cavalcante. Com exceção de José Lúcio do Nascimento que cedeu o lugar a Antônio do Ó do Nascimento, os demais edis foram reeleitos para o quadriênio seguinte.

20 de novembro de 1922 — Transcrevemos abaixo, na íntegra, a ata da sessão realizada na Câmara da Capital dos Inhamuns, na data à margem:

Aos vinte dias do mez de novembro de 1922, no Paço da Câmara Municipal de Tauá compareceram os vereadores, João Freire Cidrão, Manuel Gomes de Freitas, Pedro Felismino Ribeiro, Leôncio Alves Cavalcante, José Pereira da Costa e o suplente Aristides Cavalcante de Freitas em reunião da sessão extraordinária convocada pelo Presidente da Câmara, o Sr. Presidente declarou aberta a sessão usando da palavra o vereador José Pereira da Costa o qual apresentou uma moção de solidariedade ao Sr. Prefeito Municipal Cel. Domingos Gomes de Freitas redigida nos seguintes termos: A Câmara Municipal de Tauá sente-se ao começar seus trabalhos na presente sessão na obrigação moral de apresentar ao benemerito cidadão Coronel Domingos Gomes de Freitas, que actualmente dirige com perfeita elevação de vistas os destinos deste municipio o seu mais sincero voto de solidariedade e alta consideração pelos serviços inestimáveis que vem prestando à causa pública e aos genuínos intuitos dos partidos a que pertencemos. Sala das Sessões da Camara Municipal de Tauá de 20 de novembro de 1922 — João Freire Cidrão — Manuel Gomes de Freitas — José Pereira da Costa — Leôncio Alves Cavalcante — Pedro Felismino Ribeiro — Aristides Cavalcante de Freitas. (Do livro da Prefeitura de Tauá, para os anos de 1919 a 1926 no Arquivo Público do Ceará).

28 de novembro de 1923 — O jornal — «A TRIBUNA», órgão do Partido da Oposição, que tinha por diretor o Dr. Manuel do Nascimento Fernandes Távora, na edição dessa data publicou o seguinte; — «Por êstes dias estará concluída a estrada de rodagem (Tauá — Senador Pompeu). O Coronel Domingos Gomes trabalha com trinta homens no trecho da serra, sendo esperado por tôdos com grande ansiedade, o dia da inauguração».

A rodovia Tauá — Senador Pompeu, construída pelo Prefeito Domingos Gomes de Freitas, foi administrada inicialmente pelo vereador à Câmara do Tauá, Pedro Felismino Ribeiro e posteriormente pelo autor dêste opúsculo, tendo por feitores, Antônio Mota, conhecido por Antônio Menino, de São Brás, e José Prêto, de Vera Cruz, hoje, Inhams.

18 de dezembro de 1923 — É inaugurada a rodovia Tauá — Senador Pompeu, a primeira construída naquela região, por iniciativa do Prefeito de Tauá, Domingos Gomes de Freitas.

Ao ato compareceu incalculável multidão, tendo por essa ocasião feito uso da palavra o Dr. Adalberto Correia Lima, íntegro Juiz de Direito da Comarca de Tauá, que enalteceu a figura do chefe da Edilidade tauaense, pela execução de tão importante melhoramento. O Vereador Manuel Gomes de Freitas (Nelo), agradeceu as referências que foram feitas ao senhor Prefeito.

23 de fevereiro de 1924 — O «CORREIO DO CEARÁ», na sua edição desta data, referindo-se a inauguração da estrada de rodagem Tauá — Senador Pompeu fez o seguinte comentário: — *«Foi finalmente inaugurada com a maior satisfação dos habitantes do Tauá, a estrada Tauá — Senador Pompeu. Para o serviço desta estrada muito contribuiu o poder de vontade do digno Prefeito Domingos Gomes, abrindo assim novos horizontes à população, dessa terra central, asfixiada, há longos anos pela falta absoluta de meios rápidos de transportes».*

10 de dezembro de 1925 — Ao Dr. Artur da Silva Bernardes, Presidente da República, foi dirigida a seguinte mensagem: *«A Câmara de Tauá, por seus Vereadores, tendo em conta a segurança e a coragem cívica com que V. Exa. vem dirigindo os destinos da Pátria nêsse grave período de crise nacional, e ainda o zêlo e a fé republicana que o guiam com o maior respeito aos princípios constitucionais, aprova uma moção de solidariedade e de plena confiança no Governo de V. Exa. — João Freire Cidrão, Manoel Gomes de Freitas, Benevenuto de Oliveira Sousa, Leôncio Alves Cavalcante, Antônio do Ó do Nascimento, José Pereira da Costa e Emídio Alves Cavalcante».*

28 de janeiro de 1926 — Para guarnecer Tauá, ameaçada pela coluna Prestes que excursionava pelo Nordeste, chegou àquela cidade o 23º B.C. com um efetivo de 700 infantas, tendo-se alojado nos seguintes pontos: o Posto de

Comando na residência do Sr. Antônio Vieira Gomes, a Companhia de Metralhadoras com o depósito de munições, no prédio de Domingos Gomes, atualmente ocupado pelo Grupo Escolar Joaquim Pimenta; e, finalmente o Hospital Militar, sob a chefia do 1º Ten. Carlos Studart Filho no sobrado da Intendência, que fica na parte oriental daquela urbe.

2 de agosto de 1929 — Pela Lei nº 2677 foi dado a Tauá o predicamento de cidade.

28 de março de 1936 — Nas eleições municipais realizadas nessa data o governo do município de Tauá ficou assim constituído: Prefeito Joel Marques, Vereadores, João Soares Pedrosa, Raimundo de Melo Pereira, Antônio Vieira Gomes, João Antônio Marquinho, José Noronha de Menezes, Francisco Freire Cidrão e Expedito de Araújo Feitosa.

23 de outubro de 1949 — Após longos anos de ausência, visita Tauá sua terra natal, o Jurista e sociólogo Professor Joaquim Pimenta, fazendo-se acompanhar de sua consorte D. Lili Azêdo, de seu filho Joaquim Pimenta Filho e do ex-Deputado Estadual Manuel Gomes de Freitas.

Joaquim Pimenta, um dos mais ilustres filhos de Tauá, é festivamente recebido pelos seus conterrâneos que lhe tributaram merecidas homenagens.

9 de dezembro de 1961 — É inaugurada a Agência do Banco do Nordeste do Brasil S/A. na Cidade de Tauá. Tendo comentários sobre o acontecimento a revista «PECUARIA», disse entre outras cousas, o seguinte: — «A inauguração de uma Agência do Banco do Nordeste foi esse acontecimento, por sinal, de grande significação social e econômica da Região dos Inhamuns.

Estiveram presentes à solenidade as autoridades locais: o sr. Prefeito Geraldo Feitosa, o sr. Juiz de Direito Dr. Raimundo Danúcio Studart Gurgel, o Vigário Pe. Odorico de Andrade, comerciantes e fazendeiros como os srs. Antônio Vieira Gomes, Genésio Loiola e Pedro Alexandrino.

Procedentes de Fortaleza também se fizeram presentes: os srs. Deputados Joel Marques, Gomes de Freitas e Quintílio Teixeira, o presidente do Banco Dr. Antônio de Alencar Araripe, o Major Gerardo Paiva, Dr. Aroldo Mota, José Lúcio do Nascimento, Tabelião do 1º Cartório da Comarca.

Na ocasião usaram da palavra, enaltecendo a importância do empreendimento para o progresso da região os

*srz. Deputados Gomes de Freitas, Quintilio Teixeira bem como o sr. Antônio de Alencar Araripes».*

3 de outubro de 1962 — Foi eleito Prefeito de Tauá o médico Dr. Júlio Gonçalves Rêgo, descendente dos pioneiros *Carcarás*, de cujo Partido Conservador, no Ceará, facção dêsse nome, foi chefe incontestado o Senador Miguel Fernandes Vieira, filho do Visconde do Icó, *carcará* genuíno. O Dr. Júlio fez excelente administração, deixando como suas obras maiores a *Fonte Luminosa*, erguida no centro da rua Cel. Lourenço Feitosa, a principal artéria da *urbe*, admirada pelos visitantes como a mais bonita que se vê nas comunas interioranas; estendeu consideravelmente o *calçamento a paralelepido*, instalou o *Serviço d'água da Cidade*, e o *Sistema Telefônico Intermunicipal e Rural*. O povo, em sinal de agradecimento, o elegeu Deputado Estadual, ao fim de sua gestão, em 1966, e, o reelegeu em 1970.

15 de novembro de 1966 — Tornou-se Prefeito de Tauá o Dr. Domingos Gomes de Aguiar, o segundo médico, seguido, que ocupou essas funções, sendo descendente do colonizador da Ribeira do Trici, Cap. Wenceslau Gomes da Silva e neto do Cel. Domingos Gomes de Freitas que, igualmente, foi Prefeito de Tauá, por 8 anos, sem interrupção (1919-1927), só sendo ultrapassado pelo Cel. Lourenço. Fez uma grande administração, pois conseguiu e inaugurou a *Luz de Paulo Afonso em Tauá*; pavimentou, a paralelepido, a *Avenida Odilon Aguiar*, a maior da Cidade e a ajardinou, como também fez êste embelezamento na *Rua Sete de Setembro*, antiga *Rua do Papouco*, para onde se ia atravessando o *Riacho do Pecado*, e que hoje tornou-se a *Aldeota de Tauá*; construiu a *Praça Joaquim Pimenta*, em homenagem ao ilustre conterrâneo, grande jurista e sociólogo; e ergueu a *Torre de Repetição* para captação de TV na Serra da Juá-ninha, local apropriadíssimo, pois lá já se pegavam essas ondas vindas da *Torre de Monsenhor Tabosa*, o *Matadouro Modelo*, e 18 salas de aulas disseminadas na área rural.

13 de outubro de 1967 — Na cidade do Tauá instala-se a 1ª *Exposição Agro-Pecuária dos Inhamuns*. A imprensa de Fortaleza fez elogiosas referências ao acontecimento. O «CORREIO DO CEARÁ», em uma das suas edições de outubro daquele ano refere que — «Uma das grandes realizações, sem dúvida, da administração do Dr. Domingos Gomes de Aguiar, Prefeito do Tauá, foi a realização da 1ª *Exposição Agro-Pecuária da Região dos Inhamuns*, que pren-

deu a atenção não apenas dos criadores e agricultores do Ceará, mas até de outros Estados».

15 de Setembro de 1970 — Transcorre nessa data o primeiro centenário de nascimento de Domingos Gomes de Freitas. A imprensa de Fortaleza registrando o evento, rendeu-lhe as devidas homenagens. Transcrevo de «UNITÁRIO», edição de 13 do citado mês e ano, o seguinte excerto: — «O Cel. Domingos Gomes de Freitas, homem público que marcou o calendário da vida política da Região dos Inhamuns, tem, no dia 15, seu primeiro centenário comemorado, tanto nesta capital como na cidade de Tauá».

Outro órgão dos «ASSOCIADOS», o «CORREIO DO CEARÁ», de 14 daquêle mês e ano, entre outros comentários fêz o seguinte: — «A Região dos Inhamuns prepara-se para comemorar amanhã, dia 15, o primeiro centenário de nascimento do Cel. Domingos Gomes de Freitas, figura que engrandeceu e projetou aquela zona no cenário político de nosso Estado.

Senhor de inúmeras fazendas; o Cel. Domingos Gomes de Freitas, patriarca de numerosa prole, soube ser, além de chefe, inesquecível amigo de quantos juntos a êle trabalharam».

Ainda no mesmo jornal, do dia 23 do dito mês e ano, o anticultista V. R., após exaltar a personalidade marcante do respeitável homem dos Inhamuns, disse que êle foi — «chefe político de reconhecido prestígio do partido Democrata». Também fêz alusão à solenidade litúrgica — realizada na cripta da Catedral Metropolitana. Foi oficiante o Bispo D. Raimundo de Castro e Silva, começando a celebração às 18,30 horas estando o templo repleto de amigos e de elementos da família.

Ao Evangelho o venerando artista exaltou as virtudes do saudoso extinto como cidadão, exemplar chefe de família e católico praticante. Por ocasião da elevação, a banda de música Paulo Sarasate (campeã brasileira na sua categoria), composta de jovens alunos do Colégio PIAMARTA executou o hino nacional. Finda a cerimônia religiosa auxiliada pelo zeloso Vigário da Paróquia, Padre Tito Guedes, a aludida filarmônica, sob a competente batuta do Professor Ten. Fonsêca, executou partituras clássicas, destacando-se a emocionante marcha fúnebre de Chopin».

O Cel. Domingos Gomes de Freitas, efetivamente, militou por muitos anos na política, liderando no Tauá o Partido Republicano Democrata, também chamado Rabelista, tendo exercido durante 8 anos, o cargo de Prefeito Municipal da terra-berço.

A propósito, em «UNITARIO», edição de 3 de junho de 1969, o jornalista conterrâneo Paulo de Melo Jorge, tendo comentários sobre os chefes das correntes políticas no município do Tauá, na década de vinte do século vigente, escreveu o seguinte: — «*Os proprietários das terras dos Rios Carrapateira e do Jucá acompanhavam José Feitosa assim como os dos Rios Trici, Favelas e parte do Puiú acompanhavam Domingos Gomes*».

Destacamos ainda, que por cortesia dos Órgãos Associados, a TV CANAL-2 fez projetar para todo o território cearense e dos Estados vizinhos, onde chega a sua imagem, slides colhidos da solenidade litúrgica. Também foram celebradas missas na capela-mausoleu da família no cemitério de São João Batista, em Fortaleza, bem como na Igreja Matriz da cidade do Tauá.

No Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), também foi reverenciada a memória do Cel. Domingos, tendo dissertado sobre a figura do venerando chefe sertanejo, o Presidente em exercício daquela Casa, Professor Mozart Soriano Aderaldo.

Em nome da Família agradeceu o sócio Antônio Gomes de Freitas (Autor deste livro).

15 de Novembro de 1970 — Para o biênio 1971/73, elegeu-se Prefeito de Tauá, mais um médico, o Dr. Alberto Feitosa Lima, o terceiro, seguidamente, que ocupa a Comuna. O Dr. Alberto se entronca no primitivo Cel. Francisco Alves Feitosa, onde também tem suas raízes o Cel. Lourenço Alves Feitosa e Castro, que foi Deputado Provincial e Estadual em várias legislaturas, e, também, Intendente de Tauá de 1900 a 1912 e Prefeito em 1915, tendo sido o que exerceu o mandato de Edil por mais tempo, três quadriênicos, seguidos. O Dr. Alberto é pessoa vastamente estimada por tôdas as facções, pelo sentido humanitarista que orientou sua profissão. Por êstes dotes que ornaram sua personalidade, muito se espera de sua administração.

O cargo de Vice-Prefeito coube a Pedro Pedrosa de

Castro Castelo. Ainda no mesmo pleito saíram eleitos Vereadores à Câmara Municipal de Tauá: Teobaldo Cidrão Souto, Lourivaldo Gonçalves, Luís Freitas Carvalho, José da Costa Leitão Lima, José Gonçalves Cavalcante (Dalmi), Inácio Lolola, José Lins Pedrosa Castelo, Maria Luisa Castelo, João Gonçalves de Matos, Expedito de Araújo Feitosa e Francisco Misael Cavalcante.



Castro Castelo. Ainda no mesmo pleito foram eleitos Vas-  
cendos a Câmara Municipal de Taubaté: Teobaldo Cláudio  
Souza, Lourenço Gonçalves, Luis Fritzes Carvalho, José  
da Costa Leão Lima, José Gonçalves Cavalcanti (Djalma),  
Inácio Lalois, José Luis Pedrosa, Castello Maria Luis Cas-  
telo, João Gonçalves do Matos, Expedito de Araújo Felis-  
ta e Francisco Miguel Cavalcanti.

## PARTE DOCUMENTAL

## DOCUMENTO N.º 1

### CONSTRUÇÃO DA CAPELA DE N. S. DO ROSÁRIO DA FAZENDA TAUÁ

Registro de uma correspondência do Sargento-mor José Rodrigues de Matos ao visitador Azevedo Teixeira, pedindo-lhe permissão para ser sepultado na Capela por êle edificada, na Fazenda do Tauá.

«M. R. Snr. Vizor. G. L. da ..... (aqui ficou uma palavra estragada). Diz o Sargto.-mor José Roiz de Mattos, e sua mulher Maria José moradores na Fazenda Tricl, freguesia de Nossa Snra. do Carmo do Inhamum e SS. filhos que eles fizeram a Capela de N.S. do Rosário na fazenda Tauhá a sua custa, e estão paramentando e gastando nella sem adjutorio de pessoa alguã e qã.qã. como remuneração deste benefício, e do seu trabalho querem ter sepultura na capella-mor da dita Igra para nella serem sepultados e seus ascendentes e descendentes o que não pode conseguir na formada Const. sem licença prto. Pa. Vmce. seja servo. conceder-lhe as sepulturas na Capella-mor como remuneração dos gastos e zello dos suppes. E.R.M. A esquerda estava exarado seguinte despacho: «Por me constar da verde. deste requerimento, se passe a provisão de sepulturas não prejudicando os dirtos. Parochiaes e com as mais clausulas da Constyt.

Icô 16 de fevereiro de 1768 — Azevedo Teixra. (Abaixo desta rubrica, começa a provisão concedendo a licença requerida, passada em nome de D. Francisco Xavier Aranha, datado de 16 do mesmo Azevedo Teixeira).

Notas: Deixamos de transcrever a petição, que se encontra lançada à fôlha 47v. do livro registro da Matriz, por se achar o papel um pouco amarrotado, porém, pelo despacho subentender-se o seu conteúdo.

(«Tratado Genealógico da Família Feitosa», de Leonardo Feitosa, pág. 145).

## DOCUMENTO N.º 2

O GOVERNADOR BORGES DA FONSECA DESIGNOU O LUGAR ARNEIRÓS, QUE RECENTEMENTE RECEBEU ESTE PREDICAMENTO, PARA A REVISTA DAS TROPAS DO REGIMENTO DE CAVALARIA DOS INHAMUNS

«O Tenente Coronel Comand. do Regimento de Infantaria Paga da Guarnição da Praça de Recife de Pernambuco a cujo cargo se acha o Govêrno desta Capitania do Ceará Grande por El Rey N. Snr. Porquanto no dia quinta feira que se contão 29 de 7bro. do presente ano se a de passar Mostra ao Regimento de Cavalaria da Freguezia de Nossa Senhora do Monte do Carmo dos Inhamuns de que he Coronel Manuel Ferra (1) Ferros ordeno ao dito Coronel que no referido dia pelas sete oras da manhã a tenha formado seu Regimento no Pateo da Igreja Matriz do Lugar Arneirós (2) advertindo ao Capitaens e mais Officiais das Companhias que se façam responsáveis por todas as faltas dos seus soldados. Os quaes devem ensinar a obrigar, q. tem de *aparecerem em acto de Mostra armados, e com os seus uniformes de baxo da pena pecuniaria e de prisão que determina o mesmo Regimento. E aos Officiais a de levarem baxa dos seus postos ficando servindo de soldados. E para que chegue a noticia de todos e não posão alegar ignorancia «se publicará este a Som de cazas e se fixará nos lugares mais publicos da sobredita Fregza..»* Dada nesta Vila de Fortaleza de Nossa Senhora da Assumpção aos 3 dias de mes de Agosto de 1768 — Eu Felix Manuel de Matos Secretario. deste Govno. o fiz escrever - António Jozê Victoriano Borges da Fonseca - Estava o Selo - E não se continha mais em do. bando que bem e fielme. o fis registrar no mesmo dia, cera et supra.

O secreto.

Felix Manuel de Matos»

(1) — O Coronel Manuel Ferreira Ferro, residente em sua Fazenda Cacimbas, era filho do Coronel Francisco Alves Feitosa, o Pioneiro.



## DOCUMENTO N.º 3

### CARTA DE CONFIRMAÇÃO E USANÇA DE JUIZ DE ORFAOS E AUSENTES PASSADA EM 1802 AO CAPITÃO JOSÉ ALVES FEITOSA, DA VÁRZEA DA ONÇA, PARA SERVIR NA NOVEL VILA DE TAUÁ (1)

«O Doutor Desembargador Gregorio José da Silva Coitinho Graduado pella Universidade de Coimbra e opozitor as Cadeiras de Ley da mesma do Dezembargo de Sua Alteza Real seo Ouvidor Geral no Crime e Cível em toda esta Comarca do Seará Grande e nella Corregedor tudo com Alçada pello dito Senhor que Deos Guarde — Faço saber aos que a presente carta de confirmação e Vzança que o escrivão de meo cargo que esta escrevo de sua fé haver sahido eleito no Pilouro que prezentemente se abrio para servir o Cargo de Juiz de Orfãos Trienal nesta Villa de São João do Príncipe o corrente anno de mil oitocentos e dois, mil oitocentos e tres e mil e oitocentos e quatro José Alvares Feitosa requerendo me o presente e por se ter habilitado perante mim com folhas limpas hei por bem confirmalo no dito cargo para usança do qual se lhe conferirá posse e juramento do estilo mando as Justiças respectivas e Povos por tal reconhecção e honrem ultimem e obedeção a seos despachos e mandados na Ley cometido aos que servem semelhante cargos. Dada a passada nesta Villa de São João do Príncipe sobre meo sinal e sello ou valha sem elle excauza aos tres de Maio de Mil oitocentos e dois, eu, Bathazar Freire Lopes Escrivão da Ouvidoria Geral e Correição o Escrevi// Doutor Gregorio José da Silva Coitinho//

- 
- (1) — O Capitão José Alves Feitosa, da Várzea da Onça, foi o pai do Capitão-mor dos Inhamuns José Alves Feitosa. Observa-se que no *Auto de Assinação do Termo da Vila de São João do Príncipe, em 1802*, o Capitão José Alves Feitosa não assinou o *Termo* em referência, não obstante estivesse presente ao ato e tenha participado das festividades da *Fundação da Vila*, conforme documento existente no Arquivo Pú-

blico do Estado. Constando do Têrmo aludido os nomes do Sargento-mor João de Araújo Chaves Júnior, da Carrapateira, de Manuel Ferreira Gondim e de Leandro Custodio Bizerril, donde a conclusão de que, já nessa época, estavam cindidos os Araújo e Feitosa, cujos motivos Leonardo Feitosa nos dá notícias.

Acuso a recepção de carta de V. mae. de 25 do mez proximo  
pretendo em que me participe a prisão de Cap. mae. de  
Villa José Alves Feitosa mandada fazer por ordem de V. mae.  
jáção de V. mae. e compareça e compareça pelo Juiz Ordinário  
em companhia e porque a autoridade judicial não se  
lamenta feita com alguma violação e sem a devida for-  
midade, e atença que se continua operando com pessoas as-  
tribuídas nestes termos deve advertir a V. mae. e ao seu  
collega que o dito Capitão-mor de Comenda e Governo das  
Fronteiras de V. mae. e de outras mais se acha impedido  
com a Real Fazenda, com o corte dos Cortes e com di-  
tos dos debrutos e Arrendados; que a sua realidade conspu-  
tamente não duvida ser feita com tanta precipitação para a  
sempre por terra em tão criticas conjuncturas quando tiver por  
meio de seja mais conveniente; isto suposto ao V. mae. não  
medeiam ao que lhe referido sendo responsável não se das  
poderes e dantes que elle e a Real Fazenda experimentarem,  
mas sendo obrigados a virem. lhe declino as razões me-  
do remédio primeiro a copia da mencionada Ordem para  
se examinar, e se for omissa a parte que me hecaes; e  
alimentos por que o laço está para fora de Capetania  
com escola Militar sem muita expressa determinação como  
Governador da mesma, heo opero que hum e outro possam  
madrugamente em que fuzem para que possa impedir tão  
delicada e racor indico de outo ou peizo que os debru-  
tes e V. mae. tornamamente me fará certo ter sido entre-  
que deito mee effeito Deos Guarde a V. mae. Palácio de V.  
de Fronteira II de dezembro de 1819 Luiz Barba Alinda da  
Silveira Sr e Sargto-mor João de Araújo Chaves Coman-  
te do Regimento de Cavalha. Militant das Indias de V.  
Juiz Ordinário de V. mae. de S. João do Rio de Janeiro.

## DOCUMENTO Nº 4

### ADMOESTAÇÃO QUE O GOVERNADOR DA CAPITANIA FEZ AO COMANDANTE DO REGIMENTO DE CAVALLARIA MILICIANA DOS INHAMUNS E AO JUIZ ORDINARIO DA VILA DE SÃO JOÃO DO PRINCIPE SOBRE A PRISÃO DO CAPITÃO-MOR DOS INHAMUNS

«Acuso a recepção da carta de Vmce. de 25 do mez proximo preterito em que me participa a prizão do Cap.-mor dessa Villa Jozé Alves Feitosa mandada fazer por ordem da Relação da Ba. e cumprida e executada pello juiz Ordinário seo companheiro, e porque a sobredicta diligência foi certamente feita com alguma violencia e sem a devida formalidade, e atenção que se costuma observar com pessoas authorizadas; nestes termos devo advertir a Vmce. e ao seo collega que o dito Capitão-mor do Comando e Governo das Fronteiras dessa Villa, e de outras mais, se ache implicado com a Real Fazenda, com o cofre dos Orfãos e com dinheiros dos defuntos, e Auzentes; que a sua retirada consequentemente não deverá ser feita com tanta precipitação nem a força por terra em tão critica conjuntura quando talvez por mar lhe seja mais conveniente; isto suposto se Vmces não acederem ao que fica referido serão responsáveis não so das perdas e dannos que elle e a Real Fazenda experimentarem, mas serão obrigados a virem lhe declarar as razões me não remeterão primeiro a copia da mencionada Ordem, para eu examinar, e a fazer cumprir na parte que me tocasse; e ultimamente por que o fazem sahir para fora da Capitania com escolta Militar sem minha expressa determinação como Governador da mesma, Eu espero que hum e outro pensem maduramente em que fazem sem que pareça importar tão delicados o menor indício de odio ou paixão que os deslumbre e Vmce, immediatamente me fará certo ter sido entregue deste meo officio Deos Guarde a Vmce. Palácio da Va. da Fortaleza 11 de dezembro de 1810 Luiz Barba Alardo de Menezes. Sr e Sargto.-mor João de Araújo Chaves. Commdte. do Regimto. de Cavalla. Milliciana dos Inhamuns. Ao Juiz Ordinário da Va. de S. João do Principe».

(Livro 38 do Arquivo Público do Estado do Ceará, às fls. 121 V).

(Nota) — A cisão entre as famílias Araújo e Feltosa atravessou mais de uma geração, pois, antes já havia desinteligência entre o pai do Capitão-mor e o Sargento-mor. Agora, aproveitou-se o Araújo de uma ordem de prisão da *Relação da Bahia*, para executá-la incontinenti, sem o *cumpra-se* do Governador do Ceará, como devia.

## O GOVERNADOR DECLAROU PRESCRITAS AS DIVIDAS DA FAZENDA REAL PERANTE PARTICULARES

Sr. O Principe Regente Nosso Senhor he servido determinar por Avará de 9 de maio de 1810 que todas as dividas contrahidas pela Real (1) Fazenda nesta Capitania athe o fim do anno de 1797, se considerem antigas impondo a penna, de prescripção a todos os credores a mesma que no prazo de tres annos contados da data do referido Alvará, não apresentarem no Cons. da Fazenda o respectivo documento para as competentes habilitações e que participe a Vmce. para a sua devida intelligencia e para o fazer certo nessa V<sup>a</sup>. e seu Termo. Ds. Ge. a Vmce. // Palacio da Villa da Fortaleza 12 de Junho de 1811 // Luis Barba Alar-do Menezes // Sr. Capm. Commande. Venceslao Gomes da Silva».

(1) Arquivo Público do Estado do Ceará, Livro Nº 38, às fls. 133).

## DOCUMENTO Nº 6

### MAPA DA POPULAÇÃO DO TERMO DA VILA DE SÃO JOÃO DO PRINCIPE

Sr. tenho presentes os seus dous officios de 20 de Julho e de 5 de setembro e juntamente o Mappa da População do Termo dessa Villa que apesar de todos os receios vem conforme as Reaes Ordens. Esteja Vmce. persuadido que todas as vezes que há zelo e fervor pelo serviço sempre se executa as Ordens: quasi sempre se allega a incapacidade para a desculpa da *perguiça*.

Continue Vmce. a empregar-se ao Real Serviço com desvelo evitando no seu Districto com o maior cuidado o uzo das armas prohibidas como tenho ordenado. Deos Guarde a Vmce. // Villa da Fortaleza 22 de setembro de 1812 // Manoel Ignacio de Sampaio // Sr. Capm. Venceslao Gomes da Silva Comandante da V<sup>a</sup>. de S. João do Principe.

(Arquivo Público do Estado do Ceará, Livro nº 433, às fls. 148).

## DOCUMENTO Nº 7

### COMO SE VENDIA ESCRAVA EM HASTA PÚBLICA.

#### EM TAUÁ EM 1818

«Auto de arrematação da crioulinha Rita, escrava que foi do falecido Capitão Wenceslao Gomes da Silva, do Trici.

Ano de nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e dezoito, aos dois dias do mês de Maio do dito ano nesta vila de São João do Príncipe, comarca do Crato do Ceará em casa da residência do Juiz de Orfãos o Capitão Manuel Gonçalves dos Santos, aonde eu escrivão de seu cargo fui vindo e sendo aí mandou o dito Juiz armar a Mêsá pelo porteiro do Auditório João Antônio, e fez apregoar dizendo: Vinte mil réis me dão acima da avaliação (*a negrinha tinha sido avaliada por oitenta mil réis, o valor de vinte vacas*) da escravinha Rita, ha quem mais dê, chegue-se a mim, que receberei o seu lance; e, fazendo esta diligência muitas e repetidas vezes e já ser tarde chegou-se à Mêsá o Porteiro e disse que vinte mil réis lhe davam em cima da avaliação da crioulinha Rita, e, não havia quem mais oferecesse pelo que «mandou o dito Juiz afrontar, o que foi satisfeito pelo dito porteiro, dizendo vinte mil réis me dão encima da avaliação da escravinha Rita, ha quem mais dê? chegue-se a mim receberei o seu lance, afronta faço que mais não acho, se mais achara, mais tomara, dou-lhe uma, dou-lhe duas, dou-lhe três, contra mais uma pequenina encima, e gritando em alta e clara inteligível voz, muitas repetidas vezes, e por não achar quem mais desse, afrontou, dizendo: estou afrontando, ha quem mais dê? chegue-se a mim receberei o seu lance; e por não haver quem mais oferecesse mandou o dito Juiz entregar o ramo (na mão do leiloeiro se via um ramo verde, simbolizando a negrinha) pelo que o dito porteiro, satisfez dizendo: estou entregando o ramo, ha quem mais dê? ha quem mais dê? ha quem mais dê? Estou entregando, vou entregar, estou entregando o ramo, já entreguei e logo o porteiro meteu um ramo na mão do Lançador, dizendo: bom proveito lhe faça, e logo chegou-se à Mêsá João Ferreira de Sousa e disse

que tinha arrematado a crioulinha Rita pelo preço de Cem mil réis, os quais logo contou em Mêsá, pelo que mandou o dito Juiz lhe desse seu título, logo que mostrasse ter pago a Meia Siza, para constar foi lavrado êste auto que assinou com o rematante, e Eu Manuel Ferreira Calassa, escrivão o escreví».

(Transcrito dos Autos de Testamento e Inventário do Comandante Venceslao Gomes da Silva, de Tauá. Cartório José Lúcio, de Tauá).

## DOCUMENTO Nº 8

### A CAMARA MUNICIPAL DE TAUÁ APELA PARA O PRESIDENTE DA PROVINCIA NO SENTIDO DE QUE SE CONSTRUA UM CEMITÉRIO (1)

Depoimento: — Esta Camara portt. para que VEc. tomando na devida apreciação o que vim de dizer de providencias, para que de prompto seja edificado um novo Semitério (2), cuja necessidade é altamente reclamada — Outra necessidade, ainda mais urgente, ha custa de riscos que haverá, é murar-se quanto antes os Semitérios dos cholericos (palavra estragada) para que se evite algum animal faça escavações nas sepulturas (3), fazendo que pela exalação dos cadaveres se desenvolva o cholera morbus (4) outra vez com todo seu cortejo de horrores —: aterrar-se por que forão pessimamente feito os enterramentos, enterrando-se até 5 cadaveres em uma sepultura, de sorte que muitos houverão, que quando os cadaveres incharão, crescerão a terra, e exalarão mau cheiro. A vista deste VEXca. comprehenderá a justiça de nossas reclamações e sollicito como é pelo bem da Provincia, que aos cuidados de VExca. foi confiada nos attenderá com presteza.

Deos Guarde a VExca.

Paço da Camara Municipal da Villa de S. João do Principe, em Sessão Ordinária de 11 de Julho de 1862.

Joaquim Alves Feitosa — PRESIDENTE (5)

Pedro de Souza Mota

Ricardo Franco

Marcolino Alves Cavalcante

Manoel Joaquim Pereira

Francisco Roberto Barreto.

---

Notas: (1) — Na época do povoamento, dada a inexistência de Cemitérios, os mortos eram sepultados no campo, como aconteceu com a filha do Coronel Francisco de Montes que, aos apelos da mulher, construiu uma Capela sob a invocação de N. S. da Expectação, do Icó. Nas guerras, os cadáveres ficavam insepultos, fato que

deu origem a nomes como *Riacho dos Defuntos*, no antigo *Riacho da Porca Magra*, atualmente *Manuel Lopes*, em Cachoeira do Riacho do Sangue, e *Sítio dos Defuntos*, na barra do Carrapateiras com o Trici em Tauá. — «DEFUNTOS — RIACHO no município de São Mateus, que despeja no rio Carihu, notável pelas mortes n'ele havidas, as quais lhe deram o nome» (DICIONÁRIO GEOGRÁFICO, pág. 140, de Alvaro de Alencar).

- (2) — Até 1862, antes que grassasse a epidemia da cólera-mórbus, os mortos eram sepultados nas capelas, sendo os ricos, de grades para cima, e os pobres, de grades para baixo, isto é, aqueles na parte nobre da Igreja, no altar e, estes, no corpo do Templo.
- (3) — Há uma tradição, que acreditamos errônea, de que os pebas comem defuntos e animais encontrados mortos. É possível que algum peba haja encontrado um defunto sepultado no campo e se haja servido d'ele. Contudo foi uma exceção e não uma regra geral. Hoje, com os cemitérios nos arredores das Cidades, não se tem notícias de tal que tenha ocorrido.
- (4) — Com a cólera mórbus, que vitimou milhares de pessoas no interior do Estado em 1862, abandonou-se a idéia de sepultarem-se os mortos na Igreja, ricos ou pobres, com pavor de que a peste contagiasse os sãos que fôsem à Igreja e, por isto voltou-se a sepultar-se as vítimas da peste no campo e, com essa idéia, nasceu o pensamento de construir-se cemitérios, como se fazia na Europa, sendo o nosso costume motivo de estranheza para os viajantes estrangeiros, que chegaram até a encontrar mau cheiro em alguns templos.
- (5) — O Coronel Joaquim Alves Feitosa foi Deputado Provincial no biênio de 1868/1869 e comandante do Batalhão da Guarda Nacional dos Inhamuns, tendo residido na Fazenda Barra do Puiú.

## DOCUMENTO Nº 9

«Térmo de abertura de propostas para fornecimento de carboreto e mais utensillos necessários para iluminação pública d'esta Villa.

Aos vinte dias do mes de Junho de mil novecentos e quatorze na Intendência Municipal presentes o Intendente Substituto, Capitão Joaquim Alves Ferreira (1), o Procurador Antonio Pereira da Silveira (2) com'igo Secretário abaixo assignado, foram abertas tres propostas do Pharmaceutico Horacio Marques (3) e dos comerciantes João Jorge Syriano (4) e Francisco Chagas de Assis (5), que propunhão-se para fornecimento de carboreto para iluminação publica, os dois primeiros forneciam a rasão de setecentos reis (700) o kylo, e o último a seiscentos e oitenta reis (680); propondo mais fornecer gratis os bicos de acetylenos necessários para os combustores, como tão bem de mandar buscar as mangas de vidro que for necessário e vende-las a Camara por preço rasoavel, e ser-lhe pago no fim de cada mês. Sendo examinados as propostas foi acceita a de Francisco Chagas de Assis nas condições acima ditas. Eu Joaquim Jacome de Araujo Chaves (6), Secretario escrevi este termo, que vai assignado pelo Intendente Procurador e proponente.

Ass.) — Joaquim Alves Ferreira  
Antonio Pereira da Silveira  
Francisco Chagas de Assis»

(Documentação do Govêrno Municipal de Tauá no Arquivo Público do Ceará).

- (1) — Joaquim Alves Ferreira, foi prefeito de Tauhá por um biênio.
- (2) — Antônio Pereira da Silveira foi Delegado Civil e Regente da Melhor Banda de Música que Tauá possuía.
- (3) — Horácio Marques, pai de Joel Marques, que foi Prefeito de Tauá mais de uma vez e Deputado Estadual por várias legislaturas.
- (4) — João Jorge Syriano foi pai do Dr. Nagibe de Melo Jorge, Subprocurador Geral do Estado e do jornalista Paulo de Melo Jorge.

- (5) — Francisco Chagas de Assis - Antigo Coletor Federal foi pai de Francisco de Assis Filho, Professor do Colégio Piedade, da Universidade Gama Filho, no Rio de Janeiro, e avô materno da Doutora Maria Lúcia Rêgo, ginecologista muito consultada.
- (6) — Joaquim Jácome de Araújo Chaves era Capitão da Briosa Guarda Nacional, sendo filho de Manuel de Araújo Chaves e neto do Coronel João de Araújo Chaves, do Estreito.

## DOCUMENTO N.º 10

Tauá (Por Paulo de Melo Jorge) — Dia de finados, como todo bom cristão, estivemos no cemitério em visita ao túmulo de nosso saudoso e nunca esquecido pai, João Jorge Siriano, falecido em 1955. E o da nossa querida irmã mais velha Cira, falecida no ano de 1941, a 20 de janeiro. A curiosidade levou-nos a anotar qual a pessoa mais velha ali sepultada. Alguns túmulos faltam lousa ou inscrição é ilegível. O mais velho — D. Madalena Feitosa e Vale, nasceu em 13.3.1817, casou em 1834 viúva do Tenente Jm. de Sousa Rego, falecido em 1862, faleceu 21.3.1903.

Segundo Jazigo Perpétuo de D. Raimunda Alves Feitosa, casada que foi com o falecido Major Francisco Alves Feitosa, nasceu em 1834, casou em 1852, e faleceu nesta Vila a 10 de janeiro de 1893.

Terceiro o Dr. Francisco Primeiro de Araújo Citó, casado com D. Ana Citó, faleceu em 1898 com 55 anos de idade.

Quarto o Major Sebastião da Costa Leitão, nasceu em 1.3.1844 e faleceu em 30.6.1922; o Coronel Lourenço Alves Feitosa e Castro nasceu a 13.12.1844 e faleceu a 15.12.1915. Lourenço foi verdadeiramente bom. Voluntário para a guerra do Paraguai quando acadêmico de direito, tenente na retirada da Laguna, Deputado Estadual e candidato a vice Presidente do Estado quando faleceu. Foi respeitável chefe de família.

Dos nossos conhecidos anotamos o de Luiz Porfírio de Sousa, nascido em 11.7.1884 e falecido em 15.11.1928. Filho do Ipu, intransigente defensor dos limites gostava de dizer que a Serra da Ibiapaba era mais velha do que o Piauí. Genro do Coronel Lourenço Feitosa, sua esposa D. Mercês, era boa, inteligente e simpática, faleceu de repente viajando a cavalo para sua fazenda Jordão, e o de Horácio Marques, nasceu em 10.12.1875 e faleceu em 17.12.1943.

Foi seu Horácio uma das pessoas principais da cidade como farmacêutico por muitos anos quando não existia médico na região. Deu hoje o nome à ponte a ser inaugurada sobre o rio Trici. O túmulo de maior valor artístico é o da família Domingos Gomes de Freitas.

(UNITARIO, de 8.12.1967).

## APRECIÇÕES SÔBRE O LIVRO

INHAMUNS — Terra e Homens

PAULO LOPES FILHO

Agora que acabei de ler os originaes do livro em epigrafe, do meu querido amigo *Lisboa*, Antônio Gomes de Freitas, membro dos mais illustres do venerando INSTITUTO DO CEARÁ, ocupante da cadeira que pertenceu ao líder católico e brilhante jornalista M. A. de Andrade Furtado, autor de finíssimas jóias, como a *EXTENSÃO DO DIREITO*, e multíssimas outras, experimentei instantes de verdadeira emoção.

Lê-se o livro como quem assiste a um filme de aventuras, vendo desfilar na tela da imaginação, aqueles valorosos conquistadores da terra, lutando contra o melo hostile, mas implantando suas fazendas civilizadoras, vencendo a indiada e o estio, e tangendo os seus rebanhos para os excelentes campos de criar, fincando moirões, chantando fazendas que, mais tarde, se tornaram vilas e cidades.

As mais belas páginas foram escritas pelos Coronel Francisco Alves Feitosa, o pioneiro, Sargento-mor Francisco Ferreira Pedrosa, Capitão Cosme Ferreira da Silva, Francisco Fernandes Vieira (Visconde de Icó), Comandante Venceslao Gomes da Silva, Capitão-mor dos Inhamuns, José Alves Feitosa, Capitão-mor João de Araújo Chaves, da Carrapateira, Major José do Vale Pedrosa, Coronel João de Araújo Chaves, do Estreito, que foi Comandante interino da Fortaleza, e tantos outros personagens eminentes.

O meu primeiro contacto com o *Lisboa* ocorreu no 1º Curso de Liderança de Conferências, promovido pela ESSO BRASILEIRA DE PETRÓLEO, onde conheci o homem voltado inteiramente para os problemas contemporâneos ligados à Administração Pública, pois que, como Deputado Estadual que foi, por várias legislaturas, não se descurava de ficar a par de assuntos que aprimorassem seus conhecimentos, para melhor equacioná-los e resolvê-los, muito tendo feito, nesse período, por sua terra.

Como Prefeito de Fortaleza, nos idos de 1937, foi o primeiro a compreender a necessidade do alargamento da Avenida Bezerra de Menezes, tendo sido quem iniciou a inde-

nização das primeiras casas, logo após o trilho e quase em frente à fábrica SIQUEIRA GURGEL, onde por vários anos, foram vistas as primeiras casas recuadas, bem assim, como a solidez das construções antigas, reconstruiu o pontilhão sobre o riacho Pajeú, no início da Rua Rufino de Alencar, ao lado dos terrenos do Palácio do Arcebispado.

Brilhante aluno do antigo Colégio Militar do Ceará, deixou os estudos para iniciar-se no comércio, em sua terra natal, Tauá, onde alargou tanto suas atividades, que logo o meio se tornou pequeno, havendo se transferido a Fortaleza para trabalhar no comércio exportador, juntamente com seu irmão Manuel Gomes de Freitas e seu pai, o Coronel Domingos Gomes de Freitas.

A veia de escritor de Lisboa vem desde sua mocidade quando, em visita a Fazenda Cachoeira, terra onde o Juiz Carlos Feitosa passou sua meninice, em casa de seu avô-materno, o Capitão João Leite de Araújo Chaves e Melo, fez uma descrição sob o título *UM PASSEIO CAMPESTRE*, divulgada em O IMPARCIAL de 18 de junho de 1919, que se editava em Fortaleza, sob a direção do T. Nunes Vieira.

Sem nenhum favor, a obra que já se encontra nos prelos da Editora HENRIQUETA GALENO, e se achará nas Livrarias dentro de breves dias, deve ser lida não só pelos filhos dos Inhamuns, de que ela se ocupa, mas por todos aqueles que desejem conhecer como se verificou a conquista dos nossos sertões bravios, e como eram valentes e destemidos os nossos ancestrais.

(Transcrito do «Correio do Ceará», ed. de 19.11.1971)

# INDICE

	PÁG.
Prefácio — Hugo Catunda .....	11
Antelóquio .....	17
Origem da palavra Tauá .....	21
A paisagem fisiográfica .....	25
Os primitivos donos da terra .....	32
A conquista da terra e sua colonização .....	38
Revelações genealógicas .....	53
Como foi introduzida a criação de gado nos Inhamuns ....	57
Ereção do povoado do Tauá em vila	
São João do Príncipe .....	64
Formação política de Tauá .....	70
Formação eclesiástica da Freguesia de	
N. S. do Rosário de Tauá .....	72
O bicho da sêda nos Inhamuns .....	75
O vaqueiro dos Inhamuns .....	78
Obelisco a um vaqueiro afamado .....	88
As lutas entre Montes e Feitosa .....	91
A revolução de 1817 nos Inhamuns .....	99
O Regimento de Cavalaria dos Inhamuns	
na guerra de Fidié .....	104
A Legião dos Inhamuns na guerra do Pinto .....	108
Heroína dos Inhamuns na guerra do Paraguai .....	112
No combate da Missão; os homens dos Inhamuns	
rechaçam grupo da Coluna Prestes .....	116
Dias sombrios .....	120
Música profana na liturgia .....	125
As comunicações nos Inhamuns (Correio) .....	129
Estradas reais e caminhos dos Inhamuns .....	134
A instrução em Tauá .....	138
A energia de Paulo Afonso em Tauá .....	144
Lccais de curiosidades turísticas nos Inhamuns .....	147
Filhos ilustres de Tauá .....	153
Algumas efemérides .....	161
Parte documental .....	177 a 194
Apreciações sôbre o livro .....	195
Indice .....	197
Errata .....	199

# ERRATA

A pág — linha	ONDE SE LÊ:	LEIA-SE:
40 8/9	longos	longes
42 9	povoados	povoadores
44 16	Capitião	Capitão
21	inovidável	inolvidável
48 28	Gomes de Freitas Sobrinho	Cavalcante Gomes de Freitas
59 9	exoagêro	exagêro
60 34	elemento	elementos
73 33	de 1879 a 1898	de cólera-mórbus
77 19	garranheiras	garrancheiras
86 21	partiram Emídio	partiu Emídio acompanhado de
109 25	hortes	hostes
111 19	como se julgasse	como não se julgasse
118 4	Yoskim	YUAKIM
" 11	virgílias	vigílios
120 19	Y	à
121 23	nutria	nutriam
127 21	pelés	polés
133 4	obsequiva	obsequiava
139 42	ler	l.er
141 34	Barra Paya ribulas	Barra Puiú rábulas
142 10	liplomada	diplomada
145 36	câmpunula	campânula
161 16	Fria	Iria
162 31	pesquisados	pesquisador
163 21	Capitão-mores	Capitães-mores
166 28	uma Vila	uma na Vila
174 24	anticulista	articulista
" 32	artístice	antístite

# COLEÇÃO RECONTAR

A **Coleção Recontar** tem por objetivo editar obras em regime fac-similar da história regional e local a partir dos clássicos e outras obras raras existentes nos municípios cearenses. Esta coleção também reúne grandes obras-primas da literatura nordestina. Cada livro editado traz em si o resgate da memória e das tradições do povo e seus costumes, bem como possibilita diversas leituras que permitem a compreensão e interpretação de textos situando a obra no contexto sócio-histórico e cultural de seu tempo.

*Editor*